

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



Tese

**Casas de pedra dos imigrantes italianos na Serra dos Tapes:
a arquitetura vernacular que resiste ao tempo**

Vanessa Patzlaff Bosenbecker

Pelotas, 2025

Vanessa Patzlaff Bosenbecker

Casas de pedra dos imigrantes italianos na Serra dos Tapes:
a arquitetura vernacular que resiste ao tempo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural

Orientador: Fábio Vergara Cerqueira
Coorientadora: Aline Montagna da Silveira

Pelotas, 2025

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

B743c Bosenbecker, Vanessa Patzlaff

Casas de pedra dos imigrantes italianos na Serra dos Tapes
[recurso eletrônico] : a arquitetura vernacular que resiste ao tempo /
Vanessa Patzlaff Bosenbecker ; Fábio Vergara Cerqueira, orientador ;
Aline Montagna da Silveira, coorientadora. — Pelotas, 2025.
279 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social
e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade
Federal de Pelotas, 2025.

1. Arquitetura vernacular. 2. Imigração italiana. 3. Serra dos Tapes.
4. Casas de pedra. 5. Patrimônio. I. Cerqueira, Fábio Vergara, orient. II.
Silveira, Aline Montagna da, coorient. III. Título.

CDD 363.69

Elaborada por Dafne Silva de Freitas CRB: 10/2175

Vanessa Patzlaff Bosenbecker

**Casas de pedra dos imigrantes italianos na Serra dos Tapes:
a arquitetura vernacular que resiste ao tempo**

Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 26/06/2025

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira (orientador)
Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo – USP

.....
Profa. Dra. Rita Juliana Soares Poloni
Doutora em Arqueologia pela Universidade do Algarve

.....
Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro
Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo – USP

.....
Profa. Dra. Ana Elísia da Costa
Doutora em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

.....
Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota
Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Dedico este trabalho aos imigrantes italianos, que enfrentaram e superaram todo tipo de adversidade, e cuja contribuição cultural é a base deste trabalho; aos descendentes desses imigrantes, que conservam o legado de seus antepassados e gentilmente compartilham suas histórias com pessoas como eu; à minha família, proveniente de outras rotas migratórias, por me lembrar que a identidade também se constrói no afeto e na travessia; e à Laura, por ser abrigo e horizonte.

AGRADECIMENTOS

Ao IFRS pelo afastamento integral de minhas atividades docentes para a realização do doutorado, especialmente aos colegas dos cursos de Tecnologia em Construção de Edifícios e de Arquitetura e Urbanismo do Campus Rio Grande, que “seguraram as pontas” na minha ausência.

Ao professor Fábio, pela orientação e pela parceria de longa data. Quando cheguei, eu só tinha uma certeza: queria trabalhar com a patrimonialidade das casas rurais. Fábio não apenas embarcou nessa ideia como pegou o carro e percorreu cerca de 100 km de estrada de chão para me apresentar as edificações da Colônia Maciel. Entre elas, as casas de pedra, cuja importância ele fez questão de me mostrar. A presença do Fábio foi essencial desde a gênese desta pesquisa.

À Aline, coorientadora deste trabalho, que — perdoem o trocadilho — apesar das pedras no caminho, nunca soltou minha mão. Mesmo quando esteve afastada, me leu, me acolheu e me ajudou a desenrolar alguns perrengues.

Ao PPGMSPC, por acolher meu projeto de pesquisa, e a cada um dos professores que forneceram subsídios teóricos e metodológicos para o desenvolvimento deste trabalho. Ao Bruno Cassel Neto, secretário do programa, pela presteza em auxiliar com as burocracias cotidianas.

Aos professores Diego, Rita Juliana e Ana Elísia, pelas valiosas contribuições na banca de qualificação. Diego me fez refletir sobre o “pulo do gato” desta pesquisa, Rita Juliana me apresentou Tim Ingold e Ana Elísia destacou a impossibilidade de analisar a arquitetura dos italianos da Serra dos Tapes sem olhar para o que foi construído na Serra do Nordeste. E ao professor Leonardo Castriota, pela generosidade e atenção dedicadas na banca de defesa.

À CAPES, que, por alguns meses, financiou parte desta pesquisa.

Aos proprietários das casas estudadas: João Bento Schiavon da Silva e Mari Terezinha Blaas da Silva; Clenderci Kohls Schmidt e Nádia Portantiolo Schmidt; Adão Kowalski e Soila Rodrigues Kowalski; e Raiana Santos Aires, filha

dos proprietários da Casa Formentin 2. Obrigada por abrirem as porteiras de suas propriedades, por permitirem a documentação de uma parte de suas histórias e por compartilharem memórias preciosas.

A todas as demais pessoas, da colônia e da cidade, que conversaram comigo e dividiram um pouco do que sabem sobre a Colônia Maciel.

Às “meninas da FAUrb” — Marina Machado, Sabrine Redmer, Sara Farias e Victória Miranda — pelo auxílio nos levantamentos métrico-arquitetônicos e fotográficos, na sistematização dos dados, na elaboração dos desenhos das plantas e fachadas das casas e, ainda, na construção dos passeios virtuais.

Aos colegas do NEAB da FAUrb/UFPel, pelo apoio, pelas conversas e pelo empréstimo de materiais.

Aos colegas da Faculdade de Arquitetura da UCPel, pela oportunidade de continuar inserida na comunidade mesmo durante meu afastamento do IFRS. Pelas trocas, pelo suporte e pelo auxílio no desenvolvimento da metodologia dos passeios virtuais.

Aos pesquisadores do Mecom, especialmente à Luciana Peixoto, pelo acesso ao acervo de História Oral.

Aos pesquisadores do Museu do Imigrante de Bento Gonçalves, especialmente à Deise Formolo, pelo acesso ao inventário de bens históricos do município.

Aos pesquisadores do Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul (IMHC-UCS), especialmente ao Anthony Beux Tessari, pelo acesso ao acervo fotográfico.

Aos pesquisadores do Museu dos Capuchinhos de Caxias do Sul, especialmente à Chanaísa Melo, pela acolhida e pelo acesso ao acervo.

Ao Fabrício Bassi, por compartilhar seu acervo fotográfico das casas de pedra.

Às GrimpAs — Carolina Falcão, Cristiane Cardoso, Fernanda Tomiello, Gisele Quevedo e Helen Cabral — pelo vínculo improvável que construímos em uma “turma pandêmica”. Por todas as trocas nos nossos Sarau Acadêmicos, nos cafés e, sobretudo, nas nossas infinitas e frenéticas conversas nas redes

sociais. Obrigada por discutirem teorias, auxiliarem no desenvolvimento da tese, serem parceiras em publicações e eventos, e, acima de tudo, por serem acolhimento quando os papos transcenderam as questões acadêmicas.

À turma do Plurk, pelos momentos de descontração e por sempre garantir que todas as demandas fossem atendidas imediatamente — afinal, xingar muito às vezes funciona!

À minha terapeuta, Renata Novo, por me ajudar a organizar a mente para que ela estivesse sã, tanto para a vida quanto para este trabalho.

Ao meu treinador, Alex Neitzke, por me manter ativa e evitar que o sedentarismo tomasse conta entre livros e telas.

E, por último, mas principalmente:

Ao meu pai, Renato (*in memoriam*), por me ensinar que a maior herança que eu poderia receber seria a educação. Chegamos ao degrau mais alto da minha formação, pai!

À minha mãe, Vilma, por sempre apoiar meus sonhos, mesmo quando pareciam grandes demais para alguém que veio de onde eu vim.

À minha irmã, Rosana, pelo suporte incondicional com a Laura e com meus filhos de quatro patas.

Aos meus sogros, Tairo e Preta, pelo suporte, sobretudo com a Laura.

Aos meus filhos de quatro patas — Adele, Meg, Lourenço, Fofudo, Pisca, Isa e Vavá — por serem minha companhia constante ao longo desses quatro anos e por me levarem para passear de vez em quando.

Ao Gustavo, meu amor, por ser suporte, apoio, acolhimento e incentivo em cada etapa deste percurso. E por ter revisado o *abstract*.

E à Laura, que precisou dividir sua mãe com este trabalho. Pelo carinho, pelo amor e pela compreensão. Pelas cartas e desenhos quando tudo parecia difícil demais. Por me levar para andar de bicicleta, brincar, passear e tomar sorvete. Por me lembrar que, apesar de tudo, sempre há tempo para ser criança.

Um trabalho deste tamanho não se faz sozinha. Cada um de vocês tem uma participação fundamental nesta trajetória. Muito obrigada!

Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória. Memória que é a de um espaço e de um tempo, memória no interior da qual vivemos, como uma ilha entre dois mares: um que dizemos passado, outro que dizemos futuro. Podemos navegar no mar do passado próximo graças à memória pessoal que conservou a lembrança das suas rotas, mas para navegar no mar do passado remoto teremos de usar as memórias que o tempo acumulou, as memórias de um espaço continuamente transformado, tão fugidio como o próprio tempo.

José Saramago (do livro “O Caderno”)

RESUMO

BOSENBECKER, Vanessa Patzlaff. **Casas de pedra dos imigrantes italianos na Serra dos Tapes: a arquitetura vernacular que resiste ao tempo.** 2025. 279f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

Esta pesquisa investiga as casas de pedra construídas pelos imigrantes italianos na Colônia Maciel, situada na Serra dos Tapes, Pelotas/RS, analisando os fatores sociais, culturais e materiais que asseguram sua continuidade na paisagem ao longo do tempo, para além da solidez técnica da construção. Utilizando a metodologia dialética, que permite a análise das contradições e transformações com o passar do tempo, os procedimentos metodológicos incluem a documentação arquitetônica por meio de levantamentos orientados pelo sistema de inventários do Iphan, a elaboração de passeios virtuais, a História Oral e a cartografia social. A pesquisa se apoia nas categorias de análise arquitetônica de Simon Unwin (2013), nas teorias de *taskscape* (tarefagem) e habitação de Tim Ingold (1993, 2005), no conceito de duração de Henri Bergson (1999) e na ideia de ressonância patrimonial de José Gonçalves (2005). Os resultados revelam que essas construções resistem ao tempo não apenas pela sua técnica construtiva, mas pela integração a uma paisagem de tarefas (*taskscape*) e pela ressonância patrimonial, isto é, pela forma como continuam a fazer sentido para aqueles que as habitam e ressignificam. A preservação dessas edificações ocorre quando há uma relação ativa entre a arquitetura, a memória e a funcionalidade. Enquanto algumas permanecem habitadas e adaptadas a novos usos, outras perdem sua conexão com as práticas cotidianas e são abandonadas. A continuidade dessas casas, portanto, depende da sua integração às redes de vida e de trabalho das famílias proprietárias. Quando mantêm vínculos com o presente – seja pelo seu uso associado à atividade produtiva ou pelo valor simbólico –, essas edificações permanecem vivas. Por outro lado, quando perdem sua função ou deixam de ser reconhecidas como parte da identidade, tornam-se ruínas. Dessa forma, a pesquisa contribui para um entendimento mais amplo da arquitetura vernacular da imigração italiana no Rio Grande do Sul e da arquitetura de imigração na Serra dos Tapes, demonstrando que o patrimônio não se sustenta apenas por medidas formais de patrimonialização, mas pela capacidade de uma edificação seguir sendo habitada e ressignificada ao longo do tempo. No entanto, destaca-se a necessidade de adotar estratégias de reconhecimento oficial mais flexíveis, que considerem as diversas dimensões da patrimonialidade. A pesquisa sugere que a preservação deve ser fundamentada na participação ativa das comunidades e na valorização das práticas cotidianas de conservação. Além disso, aponta para a importância de explorar novas abordagens para a preservação da arquitetura vernacular, abrindo caminho para investigações futuras nesse campo de estudo.

Palavras-chave: arquitetura vernacular; imigração italiana; Serra dos Tapes; casas de pedra; memória; patrimônio.

ABSTRACT

BOSENBECKER, Vanessa Patzlaff. **Stone houses of Italian immigrants in the Serra dos Tapes: the vernacular architecture that withstands time.** 2025. 279f. Thesis (Doctorate in Social Memory and Cultural Heritage) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

This research investigates the stone houses built by Italian immigrants in Colônia Maciel, located in the Serra dos Tapes, Pelotas/RS, analysing the social, cultural, and material factors that ensure their continuity in the landscape through time, beyond the technical solidity of the construction. Using a dialectical methodology, which allows the analysis of contradictions and transformations over the years, the methodological procedures include architectural documentation through surveys guided by the Iphan inventory system, the creation of virtual tours, Oral History, and social mapping. The research is based on Simon Unwin's architectural analysis categories (2013), Tim Ingold's theories' of taskscape (1993) and habitation (2005), Henri Bergson's concept of duration (1999), and José Gonçalves' idea of heritage resonance (2005). The results show that these constructions endure over time not only because of their construction technique, but by the integration to a taskscape and heritage resonance, i.e., by the way they continue to make sense to those who inhabit and reinterpret them. The preservation of these buildings occurs when there is an active relationship between architecture, memory, and functionality. While some of these buildings remain inhabited and adapted to new uses, others lose their connection with daily practices and are abandoned. Therefore, the continuity of these houses depends on their integration into the owning families' networks of life and work. When they keep bonds with the present – either by their use associated with productive activity or their symbolic value – these buildings remain alive. On the other hand, when they lose their function or cease to be recognized as part of the identity, they become ruins. Thus, this research contributes to a broader understanding of the vernacular architecture of Italian immigration in Rio Grande do Sul and immigration architecture in Serra dos Tapes, demonstrating that heritage is not sustained only by formal measures of patrimonialization but by the capacity of a building to remain inhabited and reinterpreted over time. However, it emphasizes the need to adopt more flexible official recognition strategies, which considers the various dimensions of patrimoniality. This research suggests that the preservation must be based on an active participation of communities and in the appreciation of quotidian conservation practices. Besides, it points to the importance of exploring new approaches to the preservation of vernacular architecture, opening the way for future investigations in this field of study.

Keywords: vernacular architecture; Italian immigration; Serra dos Tapes; stone houses; memory; heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mateus Casarin e sua família em frente à sua casa de taipa (Início séc. XX)	28
Figura 2 - Família não identificada em frente à sua casa de madeira (Meados séc. XX)	28
Figura 3 – Frente da casa do imigrante José Bassi – alvenaria de tijolos rebocada....	28
Figura 4 - Fundos da casa do imigrante José Bassi – alvenaria de tijolos aparentes..	28
Figura 5 - Localização de Pelotas no RS e localização aproximada da Colônia Maciel	33
Figura 6 - Três vistas da câmera Samsung Gear 360	53
Figura 7 - Imagens tipo “olho de peixe” (esquerda) e suas projeções equiretangulares (direita)	55
Figura 8 - Exemplos de imagens capturadas	55
Figura 9 - Interface de edição do passeio virtual na plataforma Orbix 360	56
Figura 10 - Localização das casas estudadas.....	66
Figura 11 - Mapeamento das Localidades do 8º Distrito – Rincão da Cruz	67
Figura 12 - Área de Urbanização Específica – Vila Maciel	68
Figura 13 - Mapa de localização do Escudo Cristalino Sul-rio-grandense.....	70
Figura 14 - Localização aproximada do "barracón"	73
Figura 15 - Mapa da Antiga Pelotas.....	74
Figura 16: Mapa do Município de Pelotas. RS. Divisão Distrital em 1966	74
Figura 17 – Malha ferroviária indicada no recorte da Carta Topográfica do BDGex	76
Figura 18 - Recorte da Planilha sobre a situação das vias em 31/12/1972	78
Figura 19 – Localização das casas sobre recorte da Carta Topográfica do BDGex	79
Figura 20 - A) Carlito Blaas em frente à casa; B) João Bento e Mari Terezinha em frente à casa.....	80
Figura 21 - Árvore genealógica da família de Mari Terezinha (resumida)	81
Figura 22 - Localização da Propriedade Casarin (ícone vermelho) – Vinhos João Bento	83
Figura 23 - Distância da Propriedade Casarin (Vinhos João Bento) à Vila Maciel.....	84
Figura 24 - Vila Maciel vista a partir do acesso à Propriedade Casarin (Vinhos João Bento).....	84
Figura 25 - Proximidade da propriedade Giusto Casarin/Vinhos João Bento da Vila Maciel.....	85
Figura 26 – Implantação da Propriedade Vinhos João Bento.....	86
Figura 27 - Vinícola e Cervejaria – Vinhos João Bento	87
Figura 28 - Casa da filha dos proprietários (à direita). Cervejaria ao fundo da casa (à esquerda)	87
Figura 29 - Assinatura do construtor e ano da construção talhada em pedra na fachada da casa.....	88
Figura 30 – Fachadas da Casa de Pedra Giusto Casarin - Vinhos João Bento.....	89
Figura 31 - Planta Baixa Pavimento Térreo	90
Figura 32 - Fotografia panorâmica do pavimento térreo – balcão de atendimento	91
Figura 33 - Fotografia panorâmica do pavimento térreo – Pipas e produtos	91
Figura 34 - Passaporte de Cesare Schiavon e fotografia de imigrantes italianos	92
Figura 35 - Planta Baixa Pavimento Superior	93
Figura 36 - Segundo Pavimento - Exposição de Objetos Antigos	93
Figura 37 - QR Code: Passeio virtual à Propriedade Vinhos João Bento	94
Figura 38 - Capturas de tela do passeio virtual à Casa Giusto Casarin - Vinhos João Bento	95
Figura 39 – Simulação da implantação da propriedade Casarin - Primeiro Momento .	97
Figura 40 - Simulação da implantação da propriedade Casarin - Segundo Momento .	97

Figura 41 - Simulação da implantação da propriedade Casarin - Segundo Momento (expandido).....	98
Figura 42 - Simulação da implantação da propriedade Casarin - Terceiro Momento ..	99
Figura 43 - Simulação da implantação da propriedade Casarin - Quarto Momento	99
Figura 44 - Conjunto edificado da propriedade Giusto Casarin/Vinhos João Bento da Vila Maciel	100
Figura 45 - Fachadas da casa de pedra com e sem pilar e viga aparentes.....	101
Figura 46 - Pavimento térreo antes e depois da reforma	102
Figura 47 - Detalhe da fundação de pedra.....	102
Figura 48 - Encaixe das madeiras na estrutura.....	103
Figura 49 - Escada antes e depois da reforma.....	104
Figura 50 - Segundo pavimento antes e depois da reforma	105
Figura 51 - Altura da cumeeira antes e depois da reforma – vista externa.....	107
Figura 52 - Diferença nas alturas do segundo pavimento, antes e depois da reforma	107
Figura 53 - Mudança de proporção da Casa Giusto Casarin antes e depois da reforma de 2014.....	107
Figura 54 - Aquarela da Casa Portantiolo	108
Figura 55 - Retrato de Luís Portantiolo e Emília Artuzo Portantiolo.....	109
Figura 56 - Árvore genealógica da família de Nádia (resumida).....	110
Figura 57 - Imagem aérea da propriedade Portantiolo, cercada pela mata nativa.....	111
Figura 58 - Acesso à propriedade Portantiolo	111
Figura 59 - Localização da Propriedade Portantiolo (ícone vermelho)	112
Figura 60 - Implantação da Propriedade Portantiolo	116
Figura 61 - Residência atual da família Portantiolo	117
Figura 62 - Galpão propriedade Portantiolo	118
Figura 63 - Galpão das Flores	118
Figura 64 – Dois ângulos da Casa de Pedra Portantiolo atualmente	118
Figura 65 – Pedras arenito lascadas e brutas assentadas de maneira regular	119
Figura 66 - Fachadas da Casa de Pedra Portantiolo.....	120
Figura 67 – Planta baixa da Casa de Pedra Portantiolo.....	121
Figura 68 – Imagem interna do telhado da Casa de Pedra Portantiolo	122
Figura 69 - Fotografia da Casa Portantiolo	123
Figura 70 – Verga e peitoril.....	124
Figura 71 – Dobradiça da porta da cantina	124
Figura 72 – Porta arqueada	124
Figura 73 – Estrutura autoportante	124
Figura 74 - QR Code: Passeio virtual à Propriedade Portantiolo.....	125
Figura 75 - Planta baixa simulando casa Portantiolo originalmente	127
Figura 76 - Porão	128
Figura 77 - Focolaro (Caxias do Sul)	129
Figura 78 - Panela com corrente no Mecom	129
Figura 79 – Focolaro gerado por inteligência artificial	129
Figura 80 - Tubos de água	130
Figura 81 - Árvore genealógica da família de Soila (resumida)	133
Figura 82 - Imagem aérea da propriedade Formentin - Kowalski.....	134
Figura 83 – vista da propriedade Formentin – Kowalski a partir da estrada	134
Figura 84 - Implantação da Propriedade Formentin - Kowalski	137
Figura 85 - Residência da família Kowalski.....	138
Figura 86 - Figueira Centenária	138
Figura 87 - Galpões da propriedade Kowalski	139
Figura 88 – Casa de pedra	139
Figura 89 – Detalhes da casa de pedra	140
Figura 90 – Detalhes do madeiramento do telhado.....	140
Figura 91 – Prolongamento da casa de pedra	141

Figura 92 – Fachadas da casa de pedra Formentin-Kowalski	142
Figura 93 – Planta baixa da casa de pedra Formentin-Kowalski.....	143
Figura 94 – Porão	144
Figura 95 - QR Code: Passeio virtual à Propriedade Formentin-Kowalski.....	144
Figura 96 - Lateral da casa em 2006	146
Figura 97 - Lateral da casa em 2022	146
Figura 98 - Fachada da casa em 2006	147
Figura 99 - Fachada da casa em 2022	147
Figura 100 - Lateral da casa	147
Figura 101 – Detalhe dos preenchimentos.....	147
Figura 102 – Telhas metálicas e renovação parcial do madeiramento do telhado	148
Figura 103 – Telhas cerâmicas antigas, do tipo planas.....	148
Figura 104 – Fachadas da casa antes e após reforma do telhado.....	148
Figura 105 - Telhas cerâmicas planas	149
Figura 106 - Imagem aérea da propriedade Formentin 2, localizada na Estrada do S	151
Figura 107 – vista da propriedade Formentin 2 a partir da estrada	152
Figura 108 – Casa Formentin 2 indicada no recorte da Carta Topográfica do BDGex	152
Figura 109 - Implantação da Propriedade Formentin 2 – Pedro Grupelli – Santos Aires	153
Figura 110 - Casa formentin 2 em 2024.....	155
Figura 111 – Parede interna	155
Figura 112 – Parede externa	155
Figura 113 – Pilar afixado ao solo.....	156
Figura 114 – Madeiramento do telhado	156
Figura 115 - Porta.....	156
Figura 116 – Janela e verga	156
Figura 117 – Janela com gradil.....	156
Figura 118 – Fachadas da casa de pedra Formentin 2	157
Figura 119 – Planta baixa da casa de pedra Formentin 2	158
Figura 120 – Desnível no interior da casa.....	159
Figura 121 – Contenção do desnível	159
Figura 122 – Resquício de divisória.....	159
Figura 123 – Espessura da tábua	159
Figura 124 - QR Code: Passeio virtual à Propriedade Formentin 2.....	160
Figura 125 - Fotografias da Casa Zoglia (Zóia).....	161
Figura 126 - Croqui do sistema pau-a-pique/taipa de mão.....	171
Figura 127 - Casa de madeira, Nova Roma do Sul, RS	172
Figura 128 - Casa de madeira, com alpendre e balaustrada, Antônio Prado, RS.....	172
Figura 129 - Casa de madeira, Local não identificado	172
Figura 130 - Paiol de madeira, Local não identificado.....	172
Figura 131 - Casas posteriores à casa de pedra.....	176
Figura 132 – Exemplares de edifícios de pedra de Bento Gonçalves, RS.....	178
Figura 133 – Exemplares de edifícios de pedra da Serra do Nordeste	179
Figura 134 – Exemplares de edifícios mistos (em pedra e madeira) de Bento Gonçalves, RS	181
Figura 135 – Exemplares de edifícios mistos (em pedra e madeira) da Serra do Nordeste	182
Figura 136 – Casa Casarin	182
Figura 137 – Esquema de uma casa de imigrantes italianos	185
Figura 138 – Planta típica do pavimento da casa de dormir.....	186
Figura 139 - Planta baixa simulando casa Portantiolo originalmente	187
Figura 140 - Fachadas das Casas de Pedra estudadas.....	200
Figura 141 - Paredes externas das quatro casas estudadas.....	203

Figura 142 – Janelas das casas de pedra.....	204
Figura 143 – Verga de pedra da porta do porão Formentin 1	205
Figura 144 – Exemplos de ferragens	205
Figura 145 – Esquadrias das casas Casarin antes e depois	206
Figura 146 - Janelas da Casa Casarin emoldurando paisagens	207
Figura 147 – Plantas baixas das casas de pedra.....	208
Figura 148 - Simetria e assimetria nas fachadas	213
Figura 149 - Relação entre cheios e vazios nas fachadas	213
Figura 150 - Mudança de proporção da Casa Casarin antes e depois da reforma de 2014	215

SUMÁRIO

PRÓLOGO	18
INTRODUÇÃO	25
1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
1.1 Levantamentos métrico-arquitetônicos	46
1.2 Fotografias como fonte documental e analítica.....	50
1.3 Passeios virtuais	51
1.4 História Oral temática	58
1.5 Cartografia	61
1.6 Uso de inteligência artificial.....	63
2. DOCUMENTAÇÃO DA ARQUITETURA	65
2.1 Território.....	65
2.1.1 Descrição do território do presente	65
2.1.2 Constituição histórica do território	68
2.2 Casas de Pedra.....	79
2.2.3 Casa Giusto Casarin – Vinhos João Bento	79
2.2.2 Casa Portantiolo – Família Portantiolo Schmidt	108
2.2.3 Casa Formentin 1 – Família Rodrigues Kowalski	131
2.2.4 Casa Formentin 2 – Casa de Pedro Gruppeli - Família Santos Aires	149
2.2.5 Casa Zóia (Zoglia)	160
3. ANÁLISE COMPARATIVA	163
3.1 Ocupação do lote e a importância do “Barracón”.....	164
3.2 Períodos da arquitetura das Serras do Nordeste e dos Tapes	166
3.3 Técnicas construtivas adotadas pelos imigrantes	169
3.3.1 Casas de Taipa	169
3.3.2 Casas de madeira	171
3.3.3 Casas de tijolos artesanais	173
3.3.4 Casas de tijolos industrializados	174
3.3.5 Casas de pedra	177
3.3.6 Casas mistas	180
3.4 Programa e organização das funções.....	183
3.4.1 Organização do lote	183
3.4.2 Organização da casa	184
4. ARQUITETURA VERNACULAR E TEMPO	189
4.1 Enquadramento teórico	189
4.1.1 Arquitetura como identificação de lugar e prática de habitar	192
4.1.2 A casa de pedra como primeiro lugar: nós, trilhas e transformações	194
4.1.3 Construção e habitação – perspectivas de análise complementares	195
4.2 Concepção e construção – perspectiva de Unwin	197
4.2.1 Implantação da primeira casa	199
4.2.2 Definição dos elementos arquitetônicos	199
4.2.3 Estruturação dos espaços	206
4.2.4 Identificação das geometrias ideal e real	210
4.3 Habitação e alterações – perspectivas de Ingold e de Bergson	216

4.3.1	Casa Casarin	219
4.3.2	Casa Portantiolo	222
4.3.3	Casa Formentin 1	223
4.3.4	Casa Formentin 2	224
5.	CARTOGRAFIA DE MEMÓRIAS	226
5.1	Afetos familiares e a preservação das casas.....	228
5.1.1	A casa de pedra como centro: a Casa Casarin	229
5.1.2	A casa de pedra como ausência: a Casa Portantiolo	232
5.1.3	A casa de pedra como funcionalidade: a Casa Formentin 1	238
5.1.4	A casa de pedra como vestígio: a Casa Formentin 2	240
5.1.5	A casa de pedra como desaparecimento: a Casa Zóia (Zoglia)	240
5.2	Memórias comunitárias e o esquecimento das casas	242
5.2.1	As casas no imaginário coletivo: lembranças do passado	242
5.2.2	A desconexão da comunidade com as casas de pedra	247
5.2.3	Casas de pedra entre ressonância e fragmentação	250
5.3	Arquitetura vernacular e seus desafios na patrimonialização	254
CONCLUSÃO		259
REFERÊNCIAS		269

PRÓLOGO

“Ninguém é uma coisa só, nós todos somos muitos”.
Luís Fernando Veríssimo (2013, p.53)

Para justificar as escolhas desta apresentação, onde exponho as origens das questões que serão discutidas ao longo desta tese, considero relevante recorrer às ideias de Pierre Bourdieu (2006). Ele destaca que os relatos autobiográficos se baseiam na necessidade de conferir sentido, coerência e lógica, tanto em retrospectiva quanto em perspectiva, mantendo uma consistência e constância. Bourdieu conclui essa linha de raciocínio argumentando que essa busca por coerência e relações inteligíveis está intrinsecamente relacionada ao propósito do empreendimento biográfico, o qual é sempre variável.

Considerando essa variabilidade, poderia iniciar essa escrita me apresentando como professora do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), como mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, como mãe da Laura ou, ainda, através de algum dos outros diversos papéis que desempenho na vida familiar, social e profissional. Entretanto aqui, considerando o interesse deste “empreendimento autobiográfico”, o relevante é dizer que esta tese está sendo pensada por uma *arquiteta alemaoa da colônia*.

Essa identificação, no entanto, carrega uma história complexa. Quando eu era aluna do ensino fundamental, ser chamada de “alemaoa da colônia” não era um elogio. Era uma expressão carregada de tom pejorativo, usada como uma forma de *bullying*. Essa frase, que se referia à minha origem e identidade cultural, era motivo de chacota e exclusão. Hoje, décadas depois, ressignifico esse termo como parte essencial da minha identidade. É justamente essa combinação entre minha vivência como criança da colônia, arquiteta e pesquisadora que me oferece um olhar único e legítimo sobre a arquitetura vernacular da Serra dos Tapes, em especial sobre as casas de pedra dos imigrantes italianos da Colônia Maciel.

Embora esse *bullying* tenha sido uma experiência dolorosa, é importante diferenciá-lo do racismo. Enquanto o *bullying* é uma agressão interpessoal que pode ferir profundamente, ele não tem o mesmo peso estrutural e sistêmico do

racismo. O racismo está enraizado em dinâmicas de poder que marginalizam grupos raciais de forma ampla e persistente, sustentando desigualdades institucionais em áreas como educação, saúde e moradia.

No caso do termo "alemoa da colônia", a exclusão estava relacionada a estereótipos culturais e regionais. Apesar de gerar desconforto e exclusão social, essas vivências não se traduzem em discriminação sistêmica como ocorre com o racismo. No entanto, ambas as experiências compartilham a capacidade de moldar identidades, afetar pertencimentos e despertar reflexões sobre o lugar que ocupamos na sociedade.

Hoje, o que antes era motivo de chacota se transforma em uma força narrativa. Reconheço que a “alemoa da colônia” é parte inseparável da arquiteta que analisa com profundidade as casas de pedra dos imigrantes italianos. Essa ressignificação, além de pessoal, é também um gesto de resistência e valorização de memórias coletivas, dando novo significado àquilo que antes simbolizava exclusão.

Eu sou descendente de imigrantes germânicos. Alguns de meus bisavós chegaram ao Brasil, ainda crianças, acompanhados de seus pais, vindos da antiga Pomerânia e do Hunsrück - Renânia. As quatro gerações de antepassados que me precederam viveram na zona rural da Serra dos Tapes, e alguns parentes próximos ainda residem na colônia. Minhas memórias afetivas da infância foram, sobretudo, vividas na zona rural. Embora minha família nuclear tenha se mudado para a zona urbana quando eu era criança, mantive vínculos fortes com a colônia por toda a vida por meio dos meus parentes.

As histórias que me contavam a respeito da minha família, especialmente acerca daqueles que viveram antes de mim, eram ambientadas nas diversas colônias da Serra dos Tapes onde os familiares viveram, viviam ou vivem. A zona urbana era meramente um local para onde se ia uma vez por mês para receber o pagamento da safra ou da aposentadoria, e ocasionalmente para consultas médicas, exames, ou para adquirir insumos para a lavoura, ferramentas, tecidos, roupas, objetos para a casa, entre outros. Não era um lugar para ser desfrutado, nem um ambiente propício para criar memórias significativas e duradouras.

Dito isso e considerando que, de forma geral, as crianças costumam ser literais e simplificar as coisas, lembro-me claramente de pensar que só havia um passado rural. Afinal, dado que meus familiares não compartilhavam memórias na zona urbana, para a Vanessa criança, era uma conclusão bastante óbvia: a zona urbana não existia antes de mim.

A criança que eu era, apegada à simplificação e à concretude, cresceu, teve aulas de História e aprendeu sobre a formação de Pelotas. Abandonei aquele pensamento anterior e passei a compreender que, na realidade, a povoação na zona rural pelos meus ancestrais imigrantes, na colônia dos meus antepassados, era posterior à da zona urbana do município de Pelotas.

Algum tempo depois, já na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, comecei a estudar linguagens arquitetônicas eruditas, patrimônio arquitetônico, inventários, tombamentos, restauros e outros tópicos relacionados. No entanto, ao longo de todo o curso, raramente as construções modestas e as edificações em áreas rurais foram abordadas. Foi também nessa fase da minha vida que tive a oportunidade de conhecer os casarões do centro histórico de Pelotas e as charqueadas. Esse patrimônio tão valorizado institucionalmente não fazia parte da minha vivência anterior, afinal, eu fui uma criança da colônia, especificamente da Py Crespo, no Terceiro Distrito, e uma adolescente de recursos financeiros limitados residente em um bairro mais afastado, no finalzinho do Fragata.

Assim, fui conformando a ideia do que seria patrimônio arquitetônico, do que poderia ter valor patrimonial. A partir do que me era transmitido, pelo que eu estudava na faculdade e pelos discursos das pessoas que eu tinha como referências. Essa concepção que eu construí excluía as edificações modestas e, principalmente, até um determinado momento da minha formação, excluía a possibilidade de valorizar o rural. Essa percepção somente começou a mudar quando comecei a trabalhar em projetos de pesquisa e extensão que tinham como foco as zonas rurais, abordando diversas questões, incluindo o patrimônio cultural presente nesses locais.

Quando encontrei pessoas que olhavam para as zonas rurais com um olhar generoso, com a intenção de reconhecer o patrimônio cultural (e não apenas isso), pude acessar novamente os pensamentos daquela menininha da colônia que acreditava que o passado, a História, a Memória e o Patrimônio

estavam exclusivamente na zona rural. Nesse momento, percebi que não era uma exclusividade, mas tinha a certeza de que ali também havia muitos elementos, tanto materiais quanto imateriais, que mereciam ser valorizados e preservados.

Dessa forma, como uma arquiteta e urbanista de descendência germânica com raízes rurais (ou uma arquiteta *alema* da colônia), desde que conquistei a autonomia para escolher os temas de minhas pesquisas, tenho direcionado meus esforços para estudar a arquitetura nas áreas rurais da Serra dos Tapes. Resumindo minha trajetória acadêmica, destaco os quatro momentos mais significativos de minha carreira como pesquisadora das zonas rurais, que, a meu ver, foram fundamentais para me trazer até o ponto em que estou. Descrevo esses momentos a seguir:

O primeiro deles ocorreu quando eu ainda era estudante de arquitetura. Naquele período, atuei como voluntária no projeto "Localidades" da Organização Não-Governamental (ONG) Hectare, que foi responsável pela inserção da zona rural do município no Terceiro Plano Diretor de Pelotas (Lei nº 5.502, de 11 de setembro de 2008). Neste trabalho, tive a oportunidade de imergir na zona rural e conhecer algumas metodologias de coleta e sistematização de dados, além de conhecer algumas das diversas colônias de Pelotas.

Este projeto me possibilitou, após formada, representar a ONG Hectare no CONPLAD e no COMPAM, respectivamente: conselho municipal do plano diretor e conselho municipal de proteção ambiental de Pelotas. Essa vivência me permitiu compreender a dinâmica de algumas das políticas públicas relacionadas à gestão territorial, sobretudo nas zonas rurais.

Essas experiências despertaram o meu interesse pela pesquisa acadêmica na zona rural e, então, ingressei no mestrado no PPGMP-UFPel orientada pelo professor Fábio, onde desenvolvi a dissertação que intitulamos de "Influência cultural pomerana: permanências e adaptações na arquitetura produzida pelos fundadores da Comunidade Palmeira Cerrito Alegre, Terceiro Distrito de Pelotas (RS)". A dissertação me permitiu refletir sobre os objetivos que propus, porém me deixou com uma série de outras inquietações, e esses novos problemas eu os encaminhei para as futuras pesquisas que viria a desenvolver.

Após concluir minha dissertação e receber o título de mestre, entrei para o serviço público federal como docente no IFRS¹, Campus Rio Grande. A partir desse momento, tive a oportunidade de coordenar e/ou integrar projetos de ensino, pesquisa e extensão que permitiram ampliar o recorte territorial que havia explorado durante o mestrado. Enquanto minha dissertação focava em uma comunidade específica, nos projetos desenvolvidos como docente, com o apoio financeiro da instituição, além de suporte de colegas parceiros e alunos bolsistas, conseguimos expandir a área de estudo para a Serra dos Tapes, incluindo distritos rurais de São Lourenço do Sul e Canguçu. Sempre mantendo o foco na arquitetura residencial dos pomeranos.

Porém, como eu acredito que devam ser todas as pesquisas científicas, além de respostas, estes projetos me trouxeram ainda mais inquietações. Eu queria direcionar os estudos para as outras etnias que compartilhavam o território com os pomeranos, queria compreender as relações interétnicas presentes nas suas arquiteturas. E ingressei no doutorado com um projeto voltado para esse problema: Seria possível perceber as relações interétnicas dos diversos povos que constituíram o território da Serra dos Tapes a partir da sua arquitetura?

No entanto, essa proposta se mostrou inviável, uma vez que é difícil (eu ousaria dizer que é impossível) afirmar com segurança o que é uma característica exclusiva da cultura de uma etnia em comparação com outra. Pelo contrário, durante os primeiros tempos do meu doutorado, quando a interetnicidade na arquitetura ainda era uma questão em aberto, fui percebendo que os imigrantes trouxeram consigo uma multiplicidade de tradições em sua bagagem e desenvolveram outras novas ao se estabelecerem na Serra dos Tapes. Independentemente de suas origens, essas pessoas compartilhavam histórias de sofrimento e superação. Além de serem imigrantes germânicos, italianos ou franceses, eles eram, acima de tudo, colonos da Serra dos Tapes com uma experiência comum: a necessidade de adaptação em um local muito

¹ Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

diferente daquele onde estavam acostumados. Essas semelhanças fizeram com que suas tradições, incluindo a arquitetônica, tivessem muitas similaridades.

Dessa maneira, busquei compreender o que motivava a minha pesquisa para definir o rumo que este trabalho tomaria. Percebi que todas as propostas com as quais flertei tinham uma ideia em comum, todas partiam da convicção de que existe um patrimônio edificado invisibilizado na Serra dos Tapes e que, de alguma maneira, eu me sentia impelida a propor essa discussão e a trazer à tona alguns exemplares dessa arquitetura. A *arquiteta alemaoa da colônia* precisava, de alguma maneira, mostrar a arquitetura dos colonos da Serra dos Tapes para o mundo acadêmico.

Importante pontuar que escrevo esta tese da perspectiva de alguém que integra o grupo estudado, pois minha identidade está vinculada à zona rural e a um passado imigrante. No entanto, simultaneamente, também observo a situação de fora do grupo, considerando a alteridade decorrente de minha ascendência germânica, ao passo que os membros do grupo em estudo têm majoritariamente ascendência italiana, e a microrregião em que se situam as casas estudadas foi local de instalação de núcleos coloniais compostos na origem por imigrantes provindos da Itália.

No início, acreditava que a discussão que me movia girava em torno da falta de reconhecimento institucional do patrimônio na Serra dos Tapes, e que era necessário provar, de alguma maneira, que a arquitetura produzida pelos imigrantes e seus descendentes possui valor patrimonial. Contudo, à medida que a pesquisa avançou, comprehendi que, assim como a arquitetura que me fascina é a vernacular – criada pelo povo e para o povo, em vez da arquitetura erudita desenvolvida por profissionais – o que realmente me interessa são as patrimonialidades, memórias e afetos que emanam dos indivíduos que se relacionam com essas casas, o que nem sempre coincide com os valores atribuídos pelas instituições.

Para concluir, é importante reconhecer que este trabalho não é apenas uma análise acadêmica, mas também uma jornada pessoal. O percurso que tracei ao longo dos capítulos reflete um esforço contínuo de reconciliação entre minha herança cultural e minha formação acadêmica, entre as memórias que carrego e as histórias que investigo. Ao longo da tese, procurei não apenas trazer

à tona o valor do patrimônio vernacular da Serra dos Tapes, mas também questionar e expandir as formas como entendemos e valorizamos essas construções, que são tão ricas em significado quanto qualquer monumento institucionalizado. Acredito que esta tese seja uma contribuição para o reconhecimento das vozes, das memórias e dos afetos que ecoam nas paredes dessas casas de pedra, e que a arquitetura vernacular, muitas vezes negligenciada, merece seu devido lugar no patrimônio cultural, assim como aqueles que a habitam e a preservam em suas histórias de vida.

INTRODUÇÃO

A Colônia Maciel, situada na Serra dos Tapes, no município de Pelotas, foi fundada para receber imigrantes vindos da Itália, na primeira metade da década de 1880. Contudo, ela costuma ser ignorada pela historiografia oficial, que geralmente se concentra nas colônias italianas do Rio Grande do Sul localizadas na Encosta do Planalto Meridional, na popular “Serra Gaúcha,” e na região central do estado, próxima ao atual município de Santa Maria (Posenato, 1983; Gutierrez e Gutierrez, 2000; Manfroi, 2001).

A Serra dos Tapes faz parte da unidade geomorfológica conhecida como Escudo Cristalino Sul-rio-grandense, abrangendo as regiões serranas dos municípios de Pelotas, Arroio do Padre, Morro Redondo, Canguçu, São Lourenço do Sul e Turuçu. Esses municípios compartilham características topográficas e uma história de colonização iniciada no segundo quartel do século XIX com a chegada de imigrantes europeus não-ibéricos. Essa colonização resultou em diversas manifestações culturais comuns entre os habitantes, que, apesar de suas origens diversas, compartilham o território.

Os imigrantes europeus que chegaram à Serra dos Tapes enfrentaram uma série de desafios devido à escassez de recursos financeiros e ao acesso limitado a bens e serviços, o que os levou a construir suas residências utilizando técnicas vernaculares, muitas vezes empregando materiais naturais disponíveis localmente, como terra, água, madeira e pedra.

Sabemos que esses imigrantes chegaram ao Brasil com poucas roupas e objetos pessoais, deixando nos seus países de origem a quase totalidade da materialidade que ancorava suas memórias e culturas, elementos fundamentais para garantir a identidade e a alteridade dos indivíduos. Esse desprendimento tinha um objetivo central: conquistar uma vida próspera, ideia diretamente relacionada ao desejo de serem proprietários de suas terras, onde viveriam e trabalhariam em proveito próprio, o que na Europa se tornara à época um sonho distante, quiçá impossível.

Sendo assim, ao conquistarem seus lotes em solo brasileiro, imprimiam neles suas maneiras de viver e de conformar a paisagem. Construíam as edificações utilizando as técnicas construtivas que conheciam e que eram possíveis, considerando todas as limitações já mencionadas. Organizavam tanto as casas quanto as áreas externas dos sítios com as características que estavam impregnadas em seus imaginários, resultando em pequenos redutos com traços peculiares. Esses sítios possuíam características distintas das que eram habituais nas áreas anteriormente ocupadas da Serra dos Tapes e da Planície Costeira, onde hoje se localiza a sede do município de Pelotas.

Antes do início do processo de imigração de colonos europeus, a mencionada região era habitada por indígenas, afrodescendentes que haviam fugido ou sido libertos do sistema escravocrata e algumas pessoas de origem ou ascendência ibérica. Ou seja, pessoas com culturas e consequentes modos de viver diferentes daqueles dos imigrantes europeus não-ibéricos, o que fazia com que as propriedades rurais dos imigrantes se diferenciassem consistentemente daquelas das pessoas que estavam aqui antes deles.

No princípio, comumente os imigrantes edificavam uma casa simples, com materiais, sobretudo, encontrados no lote e em sistema de mutirão. Com o decorrer dos anos e a superação das dificuldades iniciais, tornava-se possível construir outras edificações de apoio às atividades agrícolas no lote, bem como, após o estabelecimento financeiro, era viável construir outro edifício para servir de casa à família, com mais recursos, como água encanada, banheiro e cozinha integrada no prédio. Porém, ainda assim, essa primeira casa, registro material dos sacrifícios dos primeiros anos, permanecia ou permanece conservada pelas famílias.

Atualmente, encontramos nessas propriedades uma sobreposição de camadas temporais impressas nos sítios, com diversas construções de tempos diferentes, com técnicas construtivas e materiais de construção diversos. Analisando o conjunto edificado, contando com o suporte das narrativas dos seus usuários/proprietários, é possível observar a passagem do tempo e a superação de inúmeras adversidades. E para esses conjuntos edificados, com foco especial às primeiras casas desses sítios, que voltamos o nosso olhar.

Objetos do estudo e justificativa da escolha

Os objetos de estudo desta tese são as casas de pedra dos imigrantes italianos que se estabeleceram no entorno da Colônia Maciel, na Serra dos Tapes, em Pelotas, bem como os sítios onde essas casas estão implantadas, conjunto natural e edificado que, a partir daqui, chamaremos apenas de “casas de pedra”. Consideramos que as casas de pedra são testemunhos da imigração italiana para a região da Serra dos Tapes e nos intriga o fato dessas edificações resistirem à passagem do tempo, assumindo novos usos para as famílias que as conservam.

Para justificar a escolha dessas casas em detrimento de outras, que também foram edificadas por imigrantes, partimos da questão da urgência diante do seu progressivo desaparecimento no território. Há relatos de outras casas de pedra, semelhantes às do estudo, que ruíram devido à ação do tempo ou da vontade humana. Definido que direcionaríamos nosso olhar às casas de pedra, nos amparamos nos relatos dos descendentes dos imigrantes italianos, que serão apresentados ao longo do texto. Os mencionados descendentes entrevistados contam que foram utilizadas quatro técnicas construtivas para o fechamento das paredes das primeiras casas: alvenaria de pedras, alvenaria de tijolos cerâmicos artesanais, taipa e madeira. A escolha de estudar as casas construídas em alvenaria de pedra justifica-se pela singularidade dessa técnica construtiva.

As casas de taipa (exemplo na Figura 1) e madeira (exemplo na Figura 2), devido à efemeridade desses materiais de construção, não resistiram à força da passagem do tempo. Já as casas de tijolos daquele período, embora algumas se mantenham em pé (exemplo nas Figuras 3 e 4), se assemelham às construídas por imigrantes de outras etnias e às construções mais recentes, feitas com tijolos industrializados. Sendo assim, das construções remanescentes do período da imigração, as casas de pedra são as que mais se destacam tanto no território quanto na percepção de etnicidade das pessoas da região.

Figura 1 - Mateus Casarin e sua família em frente à sua casa de taipa (Início séc. XX)



Fonte: Acervo do Mecom

Figura 2 - Família não identificada em frente à sua casa de madeira (Meados séc. XX)



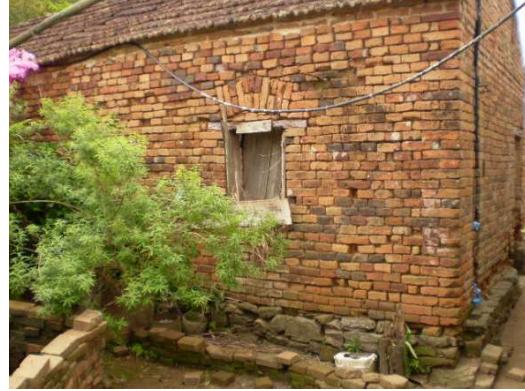
Fonte: Acervo do Mecom

Figura 3 – Frente da casa do imigrante José Bassi – alvenaria de tijolos rebocada



Fonte: Bassi, 2008, p.21

Figura 4 - Fundos da casa do imigrante José Bassi – alvenaria de tijolos aparentes



Fonte: Bassi, 2008, p.22

Nos relatos obtidos durante as entrevistas realizadas em momentos distintos ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, são mencionadas cinco casas de pedra. Contudo, neste estudo, optamos por não aprofundar a análise de uma delas: a casa da família Zoggia, popularmente conhecida como "Zóia" na região, devido à impossibilidade de acesso ao local. De acordo com os relatos, essa casa foi deixada como herança para um grupo de herdeiros, que decidiram arrendar o sítio. Os arrendatários, que não residem na propriedade, apenas exploram o terreno para o cultivo de soja. Dessa forma, a casa, que já se encontrava em ruínas em 2008², está atualmente inhabitada, com um acesso extremamente dificultado, uma vez que os proprietários e arrendatários a visitam apenas esporadicamente.

² De acordo com os registros de Bassi (BASSI, 2008).

Apesar de não realizarmos um levantamento detalhado da casa Zoggia/Zóia, ela será mencionada em alguns trechos deste estudo. A análise será concentrada em quatro casas de pedra, cujos dados e documentação foram acessíveis e que apresentam relevância para a compreensão da arquitetura vernacular na região. São elas: a Propriedade Giusto Casarin, atualmente conhecida como Vinhos João Bento; a Propriedade Formentin 1, que pertence à família Rodrigues Kovalski; a Propriedade Formentin 2, popularmente chamada Casa de Pedro Gruppeli, atualmente sob a posse da família Santos Aires; e, por fim, a Propriedade Portantiolo, que permanece na posse da família Portantiolo Schmidt.

Pressuposto, tema, problema, questão de pesquisa e hipóteses

Dominique Poulot (2009) afirma que a patrimonialização é um processo intrinsecamente ligado à construção social. Este processo emerge a partir de um discurso que, embora possa gerar tensões, culmina no reconhecimento tanto social quanto político dos bens culturais em questão. Por outro lado, para o autor, a patrimonialidade está intimamente relacionada com as potencialidades patrimoniais inerentes a esses objetos.

Com base nesse entendimento, partimos do pressuposto de que as casas de pedra construídas por imigrantes italianos na Serra dos Tapes são dotadas de patrimonialidade, mesmo sem terem sido oficialmente patrimonializadas. Nossa objetivo é compreender se essa característica é percebida pela comunidade local e, de alguma forma, se essas casas são reivindicadas como parte de sua identidade coletiva.

O problema de pesquisa se concentra na fragilidade dessa potencialidade patrimonial, que, como apresentaremos nos relatos ao longo deste trabalho, vem se enfraquecendo com o passar das gerações. Embora essas construções estejam associadas a memórias, etnicidade e identidade cultural, sua ausência de reconhecimento oficial destaca uma resiliência que vai além de sua materialidade e técnica construtiva. A preservação dessas edificações parece estar sustentada por outros fatores, que acreditamos incluir memórias afetivas e vínculos identitários. Buscamos investigar e confirmar quais

são esses elementos que sustentam sua continuidade, apesar da ausência de um reconhecimento formal.

Dessa forma, o tema desta tese são as múltiplas patrimonialidades, memórias e afetos que orbitam esse patrimônio, e a pesquisa será orientada pela questão: **o que sustenta a permanência das casas de pedra dos imigrantes italianos da Serra dos Tapes, para além de sua materialidade e técnica construtiva, considerando suas conexões com memória, afetos e etnicidade?**

Com base no conceito de ressonância, introduzido por Greenblatt (1991) e aprofundado por Gonçalves (2005), que descreve o poder de um objeto de transcender suas fronteiras formais e evocar no observador as complexas e dinâmicas forças culturais de onde ele se origina, lançamos duas hipóteses:

1. **As casas de pedra funcionam como dispositivos de memória afetiva para as famílias que as preservam.** Essas edificações mobilizam narrativas de pertencimento, ao evocarem as histórias de superação dos desafios vividos pelos antepassados, experiências que ainda ressoam nas trajetórias das gerações atuais. Essa memória, entrelaçada aos afetos, mantém vivas as práticas de cuidado com esses espaços, assegurando sua permanência.
2. **As casas de pedra possuem relevância simbólica para a identidade histórica e cultural da região, configurando-se como elementos de memória coletiva.** Ainda que não formalmente patrimonializadas, essas edificações materializam as dinâmicas da imigração italiana, sendo reconhecidas pela comunidade como marcos de sua trajetória e de sua relação com o território. Sua permanência reflete, portanto, não apenas sua solidez construtiva, mas também o valor atribuído a elas como testemunhos das origens e da formação cultural local.

Objetivos

O objetivo principal desta tese é investigar o que sustenta a permanência das casas de pedra dos imigrantes italianos da Serra dos Tapes, buscando compreender de que maneira memória, afetos e etnicidade contribuem para a

preservação dessas edificações, para além de sua materialidade e técnica construtiva.

A partir da questão central — o que sustenta a permanência das casas de pedra, considerando suas conexões com memória, afetos e etnicidade? —, a pesquisa se desdobra em três objetivos específicos:

1. **Documentar as casas de pedra remanescentes e os sítios onde estão implantadas**, registrando suas características arquitetônicas e os elementos do entorno.
2. **Analizar as particularidades arquitetônicas dessas edificações e do espaço que as circunda**, compreendendo como as técnicas construtivas utilizadas, os arranjos espaciais e os modos de ocupação do território refletem as práticas culturais dos imigrantes italianos e seus descendentes.
3. **Cartografar as múltiplas patrimonialidades, memórias e afetos que orbitam essas casas**, identificando as conexões simbólicas e afetivas que reforçam sua ressonância na comunidade, assegurando sua preservação como parte das memórias individuais e coletivas.

A documentação das casas de pedra é um dos objetivos desta tese por estar intrinsecamente conectada ao processo de salvaguarda do patrimônio cultural, que é a questão que norteia a pesquisa. Embora, em um primeiro olhar, esse ato de registrar possa ser interpretado como um simples procedimento metodológico, ele assume um papel fundamental ao preservar as memórias associadas a essas construções em um cenário de constante transformação. As casas de pedra da Serra dos Tapes, seja pela iminência da ruína, seja pelas alterações realizadas ao longo do tempo, carregam uma condição de efemeridade que reforça a necessidade de registro. A documentação, portanto, torna-se um ato de preservação simbólica que visa a garantir que as memórias vinculadas a essas edificações permaneçam vivas, mesmo que sua materialidade seja modificada ou desapareça.

O segundo objetivo, que consiste na análise da arquitetura das casas de pedra e de seus sítios, dialoga diretamente com a questão de pesquisa ao buscar compreender como os construtores dessas edificações moldaram o território em que viveram. Esse objetivo possui três desdobramentos: primeiro, identificar as

convergências e divergências arquitetônicas entre as casas estudadas e comparar suas soluções construtivas com aquelas adotadas por imigrantes italianos em outras regiões do Rio Grande do Sul; segundo, investigar as decisões técnicas e formais tomadas pelos construtores, verificando em que medida essas escolhas dialogam com a literatura especializada em arquitetura vernacular; e, por fim, observar quanto de passado ainda se encontra presente nessas edificações, especialmente nas estratégias de conservação adotadas pelas famílias. Essa análise permitirá perceber as continuidades e rupturas nos modos de construir e habitar, revelando como a memória se materializa na arquitetura e sustenta a permanência dessas casas ao longo do tempo.

Por fim, o terceiro objetivo busca explorar as múltiplas patrimonialidades por meio da identificação das memórias e dos afetos que orbitam as casas de pedra, com foco nas motivações que levam seus proprietários a preservar essas edificações até os dias atuais. Essa etapa investiga se a ressonância das casas ultrapassa o vínculo familiar direto, alcançando a comunidade da região. Considerando que a Colônia Maciel é a única colônia de imigração italiana no sul do Rio Grande do Sul, há uma conexão identitária que ultrapassa os limites das propriedades privadas. Muitas famílias da região sul possuem raízes na Colônia Maciel, o que potencializa o valor simbólico dessas casas enquanto marcos de memória coletiva. Esse objetivo nos permitirá compreender se a preservação dessas edificações está relacionada apenas a vínculos afetivos individuais ou se há um reconhecimento mais amplo do seu papel na construção da identidade histórica e cultural da comunidade regional.

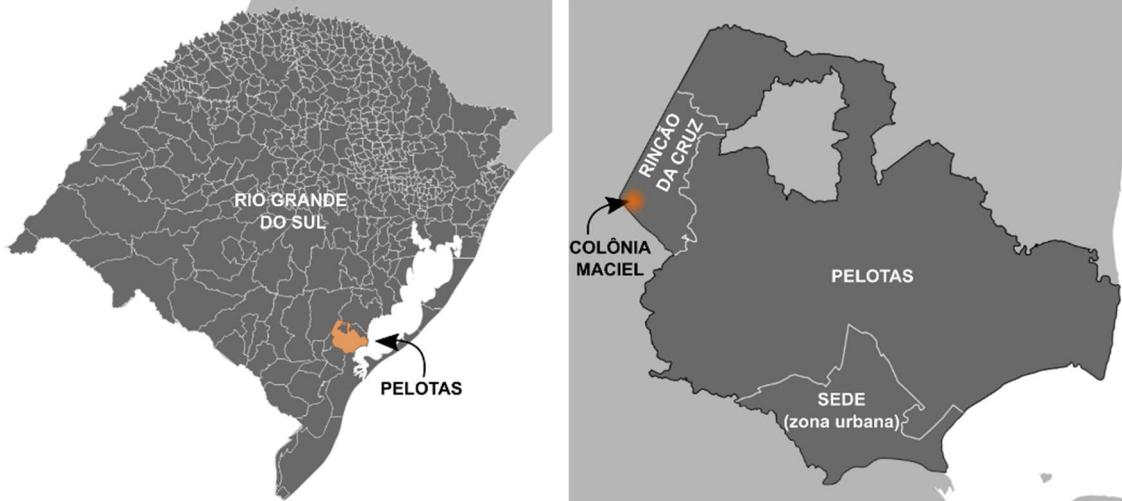
Abrangência territorial

No que tange a abrangência territorial desta pesquisa, ela ultrapassa os atuais limites distritais e municipais, pois a organização atual do território segue lógicas diferentes das utilizadas no passado – atualmente existem estradas e limites distintos daqueles do período do estabelecimento dos imigrantes na região.

Inicialmente, a pesquisa considerou uma área maior, a Serra dos Tapes, informação que conservamos no título e na apresentação da pesquisa. No entanto, conforme fomos identificando as casas, o enquadramento territorial da

análise foi reduzido para a área ao redor da Colônia Maciel, localizada no Rincão da Cruz, Oitavo Distrito do Município de Pelotas. Essa região foi o destino dos imigrantes italianos e, consequentemente, onde se concentram as propriedades com as casas de pedra, objetos deste estudo (Figura 5). Ou seja, as casas de pedra edificadas por imigrantes italianos na Serra dos Tapes concentram-se, todas, no entorno da Colônia Maciel.

Figura 5 - Localização de Pelotas no RS e localização aproximada da Colônia Maciel



Fonte: elaboradas pelos autores no software QGIS - bases cartográficas do IBGE (2020) e XAVIER e SILVA (2022)

Estado da arte

A fim de definir a abordagem específica desta tese, fizemos uma análise de trabalhos acadêmicos que pudessem fornecer dados relevantes para o começo da investigação. Inicialmente, examinamos estudos sobre a arquitetura na Serra dos Tapes. Posteriormente, ampliamos nosso recorte territorial para incluir pesquisas sobre a arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Ambas as buscas resultaram em poucos trabalhos encontrados.

Na primeira etapa, dedicamos esforços à pesquisa de trabalhos que abordassem etnicidade e imigração italiana na região de estudo (entorno da Colônia Maciel), arquitetura e patrimônio edificado da Serra dos Tapes, bem como residências construídas em alvenaria de pedra na região. Nossa busca resultou na identificação de 13 trabalhos, dentre os quais destacamos os seguintes trabalhos: Luciana da Silva Peixoto (2003), Margareth Acosta Vieira

(2009), Ângela Beatriz Pomatti (2011), Luiza Lacerda Maciel (2013), Cristiano Gehrke (2013) e Renata Brião de Castro (2017) que apresentam questões relacionadas à imigração e à etnicidade italiana na região da Colônia Maciel. Além desses, vale mencionar a tese de Cristiano Gehrke (2018) que abordou questões de etnicidade italiana, francesa e germânica na Serra dos Tapes, buscando identificar a interetnicidade entre suas manifestações culturais.

Quando direcionamos a busca, na intenção de encontrar trabalhos com foco na arquitetura da Serra dos Tapes (independentemente da localidade específica ou da etnia dos construtores/moradores), nos deparamos com:

- a dissertação da Arquiteta e Urbanista Roberta Mecking Arantes dos Santos (2011) que foca a arquitetura industrial de fábricas de doces na zona rural de Pelotas, com o objetivo de identificar tipologias arquitetônicas a partir de aspectos culturais e econômicos;
- a dissertação da Arquiteta e Urbanista Vanessa Patzlaff Bosenbecker (2012) – autora desta tese – que analisou casas de descendentes de pomeranos com a intenção de compreender como as tradições e técnicas construtivas pomeranas foram transmitidas ao longo do tempo e como essas propriedades refletem a identidade cultural dessa comunidade. A pesquisa foi localizada no Terceiro Distrito de Pelotas, denominado de Cerrito Alegre;
- a dissertação da Tecnóloga em Construção de Edifícios Suzana Zehetmeyer Treichel (2018) que buscou compreender como as edificações dos descendentes de imigrantes pomeranos foram projetadas e como elas performam termicamente, considerando os aspectos culturais, históricos e ambientais. Treichel localizou sua pesquisa no Quarto distrito de São Lourenço do Sul, denominado de Harmonia.

Nenhuma das três pesquisadoras concentrou seus estudos em objetos, abordagens ou territórios semelhantes aos que propusemos nesta tese. Portanto, ampliamos nossa pesquisa para incluir estudos que, mesmo em estágios iniciais, estivessem de alguma forma relacionados à nossa pesquisa. Isso nos levou à identificação dos seguintes trabalhos:

- a monografia de conclusão de curso de Fabrício Torchelsen Bassi (2008), licenciado em Artes Visuais, que investigou o processo de instalação dos

imigrantes italianos na Colônia Maciel. Através das características das moradias concebidas e edificadas no final do século XIX, o trabalho pretendeu salientar o significado patrimonial destas edificações, registros materiais da história local. Bassi apresentou algumas das casas de pedra que são foco desta tese;

- o artigo de Marcelo Panis e Melissa Ramos da Silva Oliveira (2008), ele Geógrafo e ela Arquiteta e Urbanista, que focaram a sua pesquisa na Colônia Maciel. O estudo apresentou parte do patrimônio material da região e buscou discutir como sua preservação e reconhecimento pela comunidade local poderiam ser fundamentais para obter o reconhecimento oficial da 5ª Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. Este trabalho também apresenta algumas das casas de pedra;
- o artigo de Leandro Ramos Betemps e Margarete Acosta Vieira (2010), ele Historiador e ela Arquiteta e Urbanista, que analisa aspectos do ambiente construído pela família Betemps e como eles transplantaram para a Serra dos Tapes uma forma de vida do Vale de Aosta, Itália, com influências culturais francesas. O artigo explora a ocupação das terras que se tornaram a Colônia Santo Antônio, também conhecida como Colônia Francesa. A casa estudada por eles foi edificada em alvenaria de pedra.

Num segundo momento, ampliamos nossa pesquisa focando na arquitetura vernacular da imigração italiana no Rio Grande do Sul, o que resultou na identificação de dez fontes relevantes. Essas fontes incluem dois livros: “Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul” de Julio Posenato (1983) e “Arquitetura e assentamento ítalo-gaúchos (1875-1914)” de Ester Gutierrez e Rogério Gutierrez (2000); e dois capítulos de livros: “Elementos de arquitetura da imigração italiana” de Paulo Iroquez Bertussi (1987) e “Arquitetura popular dos imigrantes: um estudo comparativo” de Gunter Weimer (2004).

A escassez de trabalhos sobre o assunto gerou sentimentos dicotômicos. Por um lado, é frustrante perceber que existem poucas pesquisas sobre a arquitetura da zona rural da Serra dos Tapes, uma área que consideramos tão rica. E, ainda, que há poucos registros da arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul, território consagrado nacionalmente como um reduto da imigração italiana para o Brasil. Por outro lado, é estimulante perceber a vasta quantidade de abordagens e objetos que podem ser trazidos

para a discussão. Afinal, se pouco foi estudado, muitas coisas são possibilidades de serem objeto de estudo.

Desta maneira, um dos motivos para a realização deste trabalho, cujos objetos são as casas de pedra dos imigrantes italianos, que compõem o acervo de arquitetura vernacular da Serra dos Tapes, é a escassez de estudos sobre o assunto. Ainda que alguns pesquisadores venham se dedicando a trazer à tona alguns dos múltiplos patrimônios da Serra dos Tapes, a arquitetura tem ficado à margem dessas discussões e, raramente, quando é o foco das pesquisas, é analisada por pessoas com formação em arquitetura e urbanismo.

A respeito das pesquisas sobre a arquitetura da Serra dos Tapes, concluímos que as diversas formações dos pesquisadores que conduziram esses estudos enriquecem a discussão sobre o patrimônio, uma vez que essa categoria, por natureza, é interdisciplinar e requer análises sob variadas perspectivas. Contudo, é importante observar que, devido ao caráter de artigos e de uma monografia de graduação, os três trabalhos citados, apesar de fornecerem contribuições valiosas, são estudos iniciais. Simultaneamente identificamos, também, uma lacuna na pesquisa acerca da arquitetura dos imigrantes italianos em outras regiões do estado.

Assim, consideramos ser interessante, importante e urgente que o acervo de casas edificadas em alvenaria de pedra da região do entorno da Colônia Maciel seja analisado de maneira ampla, aprofundada e com as lentes da Arquitetura e do Urbanismo, contribuição que esta tese propõe oferecer.

Metodologia

Marconi e Lakatos (2003) estabelecem diferença entre o que elas chamam de “o método” e “os métodos”, de acordo com o grau de abstração, as finalidades mais ou menos explicativas e as ações mais ou menos concretas em cada etapa. As autoras distinguem “o método” como sendo um termo que se caracteriza por uma abordagem mais ampla e com um nível de abstração mais elevado e o chamam de “método de abordagem”. E, por sua vez, caracterizam “os métodos” como sendo etapas concretas da investigação, chamando-os de “métodos de procedimento”.

Nesta seção, apresentaremos a caracterização geral desta pesquisa, incluindo o método mais abstrato e abrangente conforme sugerido por Marconi e Lakatos (2003), e apenas mencionaremos os procedimentos, que serão detalhados em um capítulo específico. A descrição detalhada de cada procedimento de coleta, sistematização e análise de dados auxilia na sua replicação em pesquisas semelhantes.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, buscando uma compreensão aprofundada dos fenômenos relacionados ao objeto de estudo. A natureza da pesquisa é aplicada, voltada para a resolução de um problema específico previamente identificado. A estratégia utilizada é a pesquisa de campo, com a coleta de dados ocorrendo diretamente nos locais do estudo.

A coleta de dados em campo é dividida em duas etapas: documentação arquitetônica, com o inventário das casas de pedra, utilizando a metodologia do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) do Iphan e a elaboração de passeios virtuais; e cartografia de memórias, com a utilização da metodologia de História Oral temática (Alberti, 2004; Delgado, 2010; Meihy, 2005; Meihy e Holanda, 2015) e de cartografia (Deleuze e Guattari, 1997; Rocha, 2008; Passos et al., 2009).

Também utilizamos fontes documentais. Para acessar as memórias do passado, recorremos ao acervo de História Oral e ao acervo de imagens do Museu Etnográfico da Colônia Maciel (Mecom). Para complementar a análise comparativa da arquitetura — tendo em vista a já mencionada escassez de literatura —, acessamos o inventário desenvolvido pelo Museu do Imigrante de Bento Gonçalves, denominado *Laços Patrimoniais: construindo um inventário colaborativo para Bento Gonçalves*, e o levantamento fotográfico realizado por ocasião do desenvolvimento do projeto *Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul – ECIRS*, do Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul (IMHC-UCS).

Para interpretar os dados coletados, adotamos a abordagem dialética, que comprehende o mundo como um conjunto de processos em constante transformação e permite analisar a realidade de forma dinâmica e interconectada. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a metodologia dialética é uma forma de abordagem que se baseia no estudo dos processos

históricos e sociais a partir da análise das contradições e transformações. Essa abordagem propõe que a realidade é constituída por elementos contraditórios e em constante transformação, e que a compreensão dos fenômenos requer a análise dialética desses elementos opostos. A metodologia dialética propõe uma análise da realidade a partir da síntese de ideias opostas, em que se busca superar as contradições existentes por meio da resolução dos conflitos, levando a uma compreensão mais ampla e profunda dos fenômenos estudados.

Segundo as autoras, há quatro leis da dialética que orientam a análise dos processos históricos e sociais. A primeira é a ação recíproca, que afirma que todos os elementos de um sistema social ou fenômeno estão em constante interação e influência mútua. A segunda é a mudança dialética, que propõe que a realidade está em contínua transformação, superando contradições em direção a uma síntese. A terceira é a passagem da quantidade à qualidade, que ocorre quando a acumulação de mudanças quantitativas resulta em uma transformação qualitativa radical. Por fim, a interpenetração dos contrários sugere que todos os fenômenos contêm elementos opostos que coexistem e se influenciam, exigindo uma análise das suas contradições e da sua conexão orgânica dentro do sistema (Marconi e Lakatos, 2003).

A noção de que os elementos estão em constante interação e influência mútua é essencial para a nossa análise. Consideramos que as construções e os modos de viver são interdependentes, onde um reflete e molda o outro: as mudanças nas edificações ecoam transformações no estilo de vida das famílias, e vice-versa. De forma similar, diferentes visões e memórias relacionados às casas em questão coexistem e se influenciam mutuamente.

A ideia de que a realidade está em contínua transformação aplica-se diretamente às casas de pedra e às pessoas que com elas interagem, aos grupos sociais cujas relações com essas construções investigamos. As edificações não são meros vestígios estáticos do passado, mas sim representações dinâmicas de processos históricos, estando sempre em mutação. Da mesma forma, as representações que as pessoas fazem desses bens edificados também se modificam com o passar do tempo.

A cartografia de memórias, que trazemos como proposta no quinto capítulo, está intrinsecamente ligada à interpenetração dos opostos. Ao mapear

e analisar memórias, a pesquisa explora as tensões e contradições presentes nas narrativas dos indivíduos, revelando múltiplas percepções sobre o mesmo objeto. Essa etapa é importante para compreender as diversas camadas de significado associadas às casas de pedra e como essas memórias se contrastam ou se complementam.

A pesquisa culminará em uma síntese das ideias complementares e contraditórias que emergem do estudo. Com essa síntese, buscamos alcançar uma compreensão mais ampla e profunda das casas de pedra, dos motivos da sua permanência no território e de sua ressonância em diferentes contextos sociais. A abordagem dialética não apenas orienta a análise dos fenômenos, mas também promove uma compreensão integrada do objeto de estudo.

Fontes e materiais

Para a etapa de coleta de dados, a pesquisa teve como ponto de partida o Museu Etnográfico da Colônia Maciel (Mecom), um projeto que surgiu vinculado ao Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O Mecom conta com três tipos de acervos: visuais (fotografias), orais (entrevistas) e materiais (objetos). Neste trabalho, utilizaremos o seu acervo de fontes orais, composto por 35 entrevistas disponíveis na sede do LEPAARQ no Instituto de Ciências Humanas (ICH) da UFPel e o acervo fotográfico, disponibilizado nos anexos da tese do historiador Cristiano Gehrke (2018).

As entrevistas do Mecom foram realizadas majoritariamente com os descendentes dos imigrantes italianos que povoaram aquela região, “bem como com moradores descendentes de outras etnias que também são portadores de memória representativa da localidade” (NEIS, 2014, p.657).

Essas entrevistas abordam assuntos como: o idioma; as repressões sofridas no Brasil; a viagem de navio; o *barracón* (onde a maioria dos imigrantes ficou hospedada durante um período após a chegada); as primeiras casas; as plantações; a fabricação de vinho; o tratamento de doenças; o ensino; as escolas; as lendas; as festas; a sociabilidade; as brincadeiras de criança; a alimentação; os utensílios; entre outros. Para este trabalho, interessa-nos, sobretudo, as temáticas que tangenciam a construção e o uso das edificações

pelos imigrantes e seus descendentes e a relação de afeto que essas pessoas manifestam com as casas. Esses assuntos aparecem de maneira mais ou menos aprofundada em 21 das 35 entrevistas.

Após analisarmos as entrevistas, identificamos as famílias proprietárias das casas de pedra remanescentes no território e visitamos cada uma delas com o objetivo de estabelecer um vínculo de confiança. Esse vínculo foi facilitado pelo fato de o orientador deste trabalho ser o idealizador do museu local, já conhecido pelas famílias. Ele conduziu essas primeiras visitas, o que contribuiu para que fôssemos recebidos de maneira mais acolhedora e confiante, permitindo que os levantamentos métrico-arquitetônicos, fotográficos e as entrevistas fossem realizados de forma mais fluida e produtiva.

Para os levantamentos e os passeios virtuais, utilizamos materiais e equipamentos pessoais (papel, material de desenho, prancheta, câmera fotográfica tradicional, câmera fotográfica 360°, entre outros, além de veículo pessoal para deslocamento) e de propriedade do IFRS (GPS Portátil, trena laser, câmera GoPro). Além disso, contamos com o suporte do Núcleo de Estudos da Arquitetura Brasileira do curso de Arquitetura e Urbanismo (NEAB-FAUrb-UFPel), e do Programa de Apoio às Práticas Patrimoniais e da Maquetaria do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) para a execução dos trabalhos de campo.

Para a fase de análise comparativa da arquitetura, diante dos poucos trabalhos encontrados, especialmente sobre as cidades da serra do nordeste do estado (popularmente chamada de Serra Gaúcha), onde a maioria dos imigrantes italianos se estabeleceu no Rio Grande do Sul, precisamos explorar outras fontes. Sabendo da existência de pesquisas antigas e consolidadas realizadas por acadêmicos da UCS em Caxias do Sul e por profissionais ligados ao Museu do Imigrante em Bento Gonçalves, resolvemos visitar esses locais. Nosso objetivo foi o de verificar a disponibilidade de materiais não divulgados que pudessem contribuir com nossa pesquisa.

Por intermédio da museóloga Deise Formolo, com quem mantivemos contato no Museu do Imigrante, fomos informados que a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves, por meio do Museu, realizou o primeiro inventário de bens históricos entre 1994 e 1996, resultando em mais de 385 fichas de bens

documentados. Alguns desses bens possuem características semelhantes às que buscamos, como casas de imigrantes, especialmente as edificadas em alvenaria de pedra. Tivemos acesso a uma lista em Excel desse inventário inicial, que oferece uma visão geral dos bens catalogados.

Em 2019, a equipe do Museu iniciou a atualização do inventário municipal de bens históricos, através do projeto "Laços Patrimoniais: construindo um inventário colaborativo para Bento Gonçalves", abrangendo quase 50% do território em oito eixos. Entretanto, a pandemia de Covid-19 colocou dificuldades ao trabalho, que, no momento do contato, ainda estava em andamento.

Em Caxias do Sul, mantivemos contato com o professor Anthony Beux Tessari, diretor do Instituto Memória Histórica e Cultural, da Universidade de Caxias do Sul (IMHC-UCS) que nos recebeu, apresentou o acervo e falou sobre a trajetória do instituto. Durante essas conversas, fomos informados que o inventário de arquitetura, iniciado nos anos de 1970, descrito por Bertussi (1987), não foi concluído. O Instituto conta com um acervo considerável de fotografias de edificações localizadas no município de Caxias do Sul e arredores, porém a maioria delas não foi catalogada. Atualmente essas fotografias estão disponíveis no site do Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul (UCS), na aba do acervo do projeto “Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul – ECIRS”³.

Utilizaremos alguns materiais disponibilizados tanto pela equipe do Museu do Imigrante, quanto do Projeto ECIRS para complementar as fontes bibliográficas, na intenção de fazer uma análise comparativa entre a arquitetura da imigração italiana em Pelotas e em outras regiões do estado.

Estrutura dos capítulos

Em um capítulo inicial, apresentamos em detalhes os procedimentos metodológicos adotados: levantamentos métrico-arquitetônicos; passeios virtuais; História Oral e cartografia. Procuramos descrever minuciosamente cada uma dessas etapas, destacando tanto suas potencialidades quanto as

³ <https://www.ucs.br/site/instituto-memoria-historica-e-cultural/ecirs/ecirs-acervos/> (acesso em 05 de julho de 2024)

dificuldades encontradas em sua aplicação no campo. Nosso objetivo é contribuir para que esses procedimentos possam ser replicados por outros pesquisadores, oferecendo subsídios práticos para trabalhos que se proponham investigar questões semelhantes.

O capítulo seguinte tem como título: “Documentação da Arquitetura: as famílias proprietárias, as casas de pedra e os sítios onde elas estão implantadas”. Este é um dos capítulos onde destacamos a contribuição técnica da área de formação da autora, a Arquitetura e Urbanismo. Iniciamos pela descrição do território onde as casas de pedra estão situadas. Primeiramente apresentamos o território do presente e, posteriormente, buscamos identificar como era esse território em outros períodos.

Num segundo momento, documentamos cada uma das quatro propriedades estudadas nesta tese e mencionamos a quinta propriedade, a Casa Zóia/Zoggia. Esta sessão contém um volume considerável de material, pois buscamos descrever detalhadamente cada um desses sítios, complementando os textos com fotografias e desenhos. Inicialmente, apresentamos algumas das pessoas que construíram e moraram na propriedade em questão e algumas das atividades desenvolvidas nesses espaços. Posteriormente, passamos a uma descrição do sítio: sua organização, os prédios que compõem o conjunto edificado e os espaços de circulação.

Em seguida, detalhamos a casa de pedra, que é o principal foco da nossa análise. Também exploramos as múltiplas camadas temporais sobrepostas no sítio, buscando identificar permanências e transformações observáveis tanto na paisagem quanto nos relatos e registros associados a cada propriedade.

Por fim, disponibilizamos um *link* e um QR Code, permitindo ao leitor fazer um passeio virtual pelo sítio e conhecê-lo de maneira interativa e dinâmica.

No terceiro capítulo, intitulado *“Análise comparativa: singularidades e recorrências das casas de pedra da Serra dos Tapes”*, realizamos, com base na literatura especializada, a análise arquitetônica do material documentado no capítulo anterior. Buscamos identificar as semelhanças e diferenças entre os sítios estudados, comparando as casas de pedra construídas por imigrantes

italianos em Pelotas entre si e também com aquelas localizadas em outras regiões do Rio Grande do Sul. O objetivo é reconhecer padrões arquitetônicos e destacar elementos singulares, enriquecendo a compreensão sobre essa tipologia construtiva no contexto da imigração italiana.

No quarto capítulo, intitulado “*Arquitetura vernacular e tempo: entre permanências e transformações*”, exploramos as casas de pedra da Colônia Maciel, enquanto exemplares da arquitetura vernacular, analisando suas características construtivas, organização espacial e transformações ao longo do tempo. Para isso, articulamos os conceitos de Simon Unwin sobre análise arquitetônica, as reflexões de Tim Ingold acerca da temporalidade da paisagem e da habitação, e a noção de duração de Henri Bergson. Essa abordagem interdisciplinar permite compreender essas edificações não apenas como testemunhos materiais da imigração italiana na Serra dos Tapes, mas como expressões vivas de um processo contínuo de adaptação e interação entre os habitantes e seu ambiente.

O quinto capítulo, intitulado “*Cartografia de Memórias: Os Múltiplos Afetos, Memórias e Patrimonialidades que Orbitam as Casas de Pedra*”, investiga a ressonância dessas construções junto à comunidade em que estão inseridas. Esse capítulo busca compreender como as casas de pedra mobilizam memórias, afetos e noções de pertencimento, explorando as relações que sustentam sua preservação.

No subcapítulo “*Afetos Familiares e a preservação das casas*”, buscamos acessar as memórias das famílias proprietárias relacionadas a essas edificações. A intenção é compreender o que motiva os proprietários a manter essas casas e quais sentimentos e significados elas evocam.

Já no subcapítulo “*Memórias Comunitárias e o esquecimento das casas*”, procuramos identificar se as casas possuem ressonância patrimonial junto à comunidade mais ampla, especialmente entre pessoas que não possuem vínculo direto com as propriedades, mas que compartilham o território e a cultura local.

Na última seção do subcapítulo discutimos os desafios da patrimonialização da arquitetura vernacular, tomando como referência as casas

de pedra da Colônia Maciel. Para isso, diferenciamos os conceitos de patrimonialização e patrimonialidade, analisando as tensões entre o reconhecimento institucional do patrimônio e os significados atribuídos pelas comunidades locais. A partir das reflexões de autores como Poulot, Gonçalves e Laurajane Smith, problematizamos os modelos tradicionais de preservação, que muitas vezes desconsideraram a natureza dinâmica dessas edificações e os impactos que um reconhecimento formal pode gerar para seus proprietários.

Por fim, nas considerações finais, revisitamos os principais aspectos abordados ao longo dos capítulos. O objetivo é sintetizar as ideias complementares e contraditórias, construindo uma visão mais ampla e profunda sobre as casas de pedra e sua ressonância em diferentes grupos sociais. Esse percurso analítico é fundamental para oferecer uma resposta bem fundamentada à questão central da pesquisa.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Iniciamos apresentando os procedimentos metodológicos adotados, que incluem levantamentos métrico-arquitetônicos, passeios virtuais, História Oral temática e cartografia. Nosso objetivo é detalhar cada etapa, destacando as potencialidades e dificuldades de cada método. Acreditamos que a descrição minuciosa desses procedimentos, além de favorecer uma compreensão ampla da maneira como conduzimos este trabalho, possibilita a replicabilidade em estudos semelhantes.

Ao apresentar a criação da rede nacional de pesquisa em documentação patrimonial cultural, proposta pelo comitê de documentação do ICOMOS Brasil, do qual obtivemos subsídios para nosso estudo, a arquiteta Alcilia Afonso Melo fez uma afirmação com a qual concordamos. Segundo Melo (2021, p. 2), a documentação é a primeira etapa para a preservação do patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial. Com esse propósito, elaboramos o capítulo de documentação deste trabalho, cujo objetivo é registrar as casas de pedra remanescentes na área estudada, assim como os conjuntos edificados aos quais pertencem.

Para a documentação das casas de pedra, utilizamos procedimentos metodológicos para a coleta de dados que são complementares: **levantamentos métrico-arquitetônicos**, visando ao diálogo com pessoas fluentes na leitura de elementos gráficos, tais como mapas, plantas de implantação, plantas-baixas, cortes e fachadas e **passeios virtuais**, na intenção de estabelecer uma comunicação democrática com a população em geral. Nesses passeios é possível ter uma experiência imersiva e dinâmica com o objeto.

Este trabalho, contudo, foi construído com a colaboração de muitas pessoas. Além dos autores que idealizaram, planejaram e redigiram este texto, e dos professores, alunos e colegas que ofereceram apoio em diversas etapas do processo, destacamos as contribuições das pessoas que possuem vínculo direto com os objetos de estudo. Foram elas que nos permitiram compreender as dinâmicas de construção, uso e preservação dos sítios, compartilhando suas

memórias relacionadas às casas. Dessa forma, a História Oral também integra esta seção, embora não seja o procedimento central neste capítulo.

A História Oral é o principal procedimento metodológico do subcapítulo “*Afetos familiares e a preservação das casas*”, pertencente ao quarto capítulo, “*Cartografia de memórias: patrimonialidades, memórias e afetos que orbitam as casas de pedra*”. Nesta seção, nos interessam as representações que as pessoas têm das casas de pedra. Utilizamos a História Oral em duas vertentes: a História Oral temática, quando fazemos entrevistas específicas para este trabalho, com foco no nosso objeto de pesquisa, e a História Oral gerada em processo, quando utilizamos o acervo de História Oral do Mecom e as entrevistas de Bassi (2008).

No mencionado capítulo, há outra seção, intitulada “*Memórias comunitárias e o esquecimento das casas*”. Com a intenção de identificar, de maneira ampla e não aprofundada a relação da comunidade com as casas de pedra, utilizamos a metodologia de cartografia, onde a abordagem é mais sutil e fluida, permitindo que conversemos com mais pessoas em menos tempo de inserção em campo.

1.1 Levantamentos métrico-arquitetônicos

Por maior que seja a experiência de um profissional em realizar levantamentos métrico-arquitetônicos, raras são as vezes em que não faltam dados na hora de sistematizar as informações coletadas em uma saída de campo. No caso deste estudo, em que os objetos de pesquisa estão localizados, em média, a cerca de 40 quilômetros da zona urbana da cidade, onde os dados foram posteriormente sistematizados, essa dificuldade é ainda maior, pois é necessário um planejamento logístico a fim de retornar para coletar ou conferir uma informação.

Portanto, é crucial ter uma metodologia estruturada para direcionar, objetivar e potencializar o trabalho em campo. É necessário saber quais informações são fundamentais de serem registradas para facilitar o trabalho posterior de sistematização. Por isso, optamos por utilizar o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) do Iphan como um balizador para o trabalho de coleta de dados em campo.

O SICG- Iphan é um sistema de cadastro georreferenciado, que utiliza software livre e dados abertos para registrar, integrar e gerenciar informações sobre bens culturais materiais e imateriais brasileiros. De acordo com o Iphan, o SICG facilita a documentação, o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural, permitindo a integração com outros sistemas de informação do instituto e promovendo a cooperação com prefeituras, governos locais e universidades (Iphan, n.d.). O SICG- Iphan é composto por três módulos:

Módulo Cadastro - uma parte do sistema destinada a reunir um conjunto de dados aplicáveis a cada bem cultural de interesse ou já protegido. Esse módulo contém um cadastro básico comum a todas as categorias do patrimônio material, fornecendo informações indispensáveis para a identificação do bem cultural, semelhante a uma cédula de identidade. É a partir do cadastro básico que se torna possível aprofundar os conhecimentos sobre os bens cadastrados (Iphan, 2014).

Módulo Conhecimento - refere-se a uma parte do sistema dedicada à reunião e organização de informações que contextualizam os bens culturais estudados, tanto em termos históricos quanto geográficos. Ele organiza essas informações provenientes de diferentes universos culturais, sejam eles temáticos ou territoriais (Iphan, 2014).

Módulo Gestão - se concentra nas áreas já protegidas, ou seja, nas áreas sobre as quais o Iphan ou outros órgãos de preservação do patrimônio cultural têm a responsabilidade de gerenciar. Em suma, tem como objetivo facilitar e otimizar as atividades relacionadas à preservação do patrimônio cultural já protegido (Iphan, 2014).

Considerando que o Módulo de Gestão tem o objetivo de gerenciar bens já protegidos, enquanto o Módulo de Conhecimento busca contextualizar esses bens, é o Módulo de Cadastro que se destaca no escopo deste trabalho. Aqui, ele serve de guia para a coleta e sistematização de dados dos conjuntos edificados que foram selecionados para estudo.

É importante registrar que quando inicialmente propusemos utilizar este procedimento metodológico, o Iphan disponibilizava fichas para download em formato editável (Microsoft Word®) em seu portal. No entanto, atualmente, essas

fichas não estão mais disponíveis, e o registro das informações é realizado exclusivamente na plataforma online do SICG- Iphan. Considerando que as informações solicitadas permanecem as mesmas e que em áreas rurais nem sempre há acesso à internet, optamos por continuar utilizando as fichas impressas. Estas fichas foram preenchidas manualmente no campo e posteriormente organizadas digitalmente.

Utilizamos quatro fichas distintas, cujas características e objetivos apresentaremos a seguir. Todas elas compartilham uma estrutura inicial comum, composta por três informações principais: o recorte territorial, que delimita a região geográfica, unidade da federação ou outro critério específico; o recorte temático, que identifica o tema em estudo; e a identificação do bem, incluindo a denominação oficial, popular e/ou outras nomenclaturas associadas. Após essa introdução, cada ficha aborda informações específicas, detalhadas conforme descrito a seguir.

M301 – Cadastro de bens – reúne informações essenciais sobre os bens estudados. Ela inclui dados sobre a localização, coordenadas geográficas e identificação dos proprietários, além de detalhes sobre o estado de preservação e conservação da edificação. A ficha também sugere a inclusão de imagens que ilustrem a localização do edifício em relação ao entorno, elementos de destaque na paisagem, detalhes arquitetônicos e manifestações culturais associadas ao bem. Posteriormente, são solicitadas informações sobre a evolução histórica do bem e detalhes complementares, como manifestações culturais ou outras ocorrências relevantes. Por fim, são incluídas referências bibliográficas, o nome do responsável pelo preenchimento e a data.

M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa – concentra-se nos aspectos construtivos do bem estudado. Ela organiza os desenhos e/ou fotografias que devem ser anexados, como planta ou croqui de implantação com escala gráfica e imagens ou croquis das fachadas laterais, frontais e posteriores. Solicita informações como época ou data de construção, uso original e atual do imóvel, características da topografia do terreno, número de pavimentos e medidas gerais da edificação. Também há um campo para a inclusão de detalhes sobre o processo de planejamento, projeto, construção e utilização do bem, assim como fotos e ilustrações do entorno da edificação e de

elementos arquitetônicos relevantes presentes na parte externa do edifício. Após, há um espaço para a descrição detalhada da arquitetura, enfocando a estrutura, elementos dominantes, soluções funcionais, morfológicas e decorativas das paredes externas, estado de preservação e conservação, além de uma descrição detalhada das paredes, cobertura, aberturas e possíveis elementos integrados. O espaço final é reservado para informações complementares, como manifestações culturais ou outras ocorrências relevantes associadas ao imóvel.

M303 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização interna – inicia com uma tabela de duas colunas para listar os cômodos, destacando o uso original à esquerda e o uso atual à direita. Inclui também espaço para a planta-baixa. Em seguida, descreve-se o tipo de material e acabamento das divisórias, piso e forro de cada cômodo. É reservado um espaço para registrar informações adicionais sobre o processo de planejamento, projeto, construção e uso do imóvel, além de fatos relevantes como interferências diretas, como restauro e usos alternativos. São solicitados registros de elementos integrados ao edifício e bens móveis, como pisos, ornamentos, escadas, mobiliário e obras de arte. Por fim, são inseridas imagens ilustrativas do que foi descrito anteriormente.

M304 – Bem imóvel – Conjuntos arquitetônicos rurais - começa solicitando a inserção de planta ou croqui de implantação, imagens gerais, panorâmicas e/ou aéreas, imagens da paisagem natural circundante, imagens do entorno edificado, imagens das edificações de destaque, detalhes arquitetônicos predominantes no conjunto e imagens de eventos sociais e sistemas agrícolas. Posteriormente, há um espaço para listar todas as edificações da propriedade, com nome, época da construção e características gerais, como técnica construtiva, materiais utilizados e estado de conservação. Deve ser anotado se algum desses imóveis é indicado para levantamento. Também devem ser registradas as atividades econômicas originais e atuais, além de informações complementares, como especificidades históricas e socioculturais e relações com modos de produção e paisagem.

Para garantir uma leitura fluida deste trabalho, as informações sistematizadas nas fichas são compartilhadas de maneira descritiva e ilustrativa ao longo do texto.

1.2 Fotografias como fonte documental e analítica

As fotografias utilizadas nesta pesquisa não foram tratadas como simples ilustrações, mas como fontes complementares à análise arquitetônica e documental das casas de pedra. Foram empregadas imagens produzidas durante os levantamentos de campo, bem como registros antigos provenientes de acervos pessoais dos autores, de Fabrício Bassi e do Museu Etnográfico da Colônia Maciel (Mecom). Também foram consultadas imagens disponibilizadas por projetos desenvolvidos por instituições voltadas à preservação do patrimônio da imigração italiana, como o *Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul – ECIRS*, do Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul (IMHC-UCS).

As fotografias atuais possibilitaram o registro do estado de conservação das casas, a identificação de técnicas construtivas, dos materiais empregados, da inserção na paisagem e das alterações ocorridas ao longo do tempo. Já as imagens antigas contribuíram para comparações visuais e para a compreensão das transformações tanto nas edificações quanto no modo como se relacionam com o território rural da Colônia Maciel.

As fotografias oriundas de projetos realizados na Serra do Nordeste, auxiliaram na ampliação da análise comparativa da arquitetura produzida por imigrantes italianos. Através dessas imagens, foi possível observar aspectos construtivos e morfológicos de forma mais abrangente do que seria possível apenas pela leitura dos livros e das ilustrações neles contidas.

Por fim, a fotografia também atua como um meio de fixação simbólica do tempo. Como lembra Susan Sontag (2006, p. 32), “todas as fotografias são *memento mori*⁴. Fazer uma fotografia é participar da mortalidade, vulnerabilidade e mutabilidade de outra pessoa ou coisa”. Cada imagem fotográfica congela um instante, sendo testemunha da passagem do tempo e da impermanência das coisas. As fotografias encontradas em acervos registram um momento específico das casas que estudo — um momento já passado. Essas casas

⁴ “*Memento mori*” é uma expressão em latim que significa “lembra-te que irás morrer” ou “lembre-se da morte”.

mudaram, foram alteradas ou perderam elementos ao longo dos anos. Só é possível observar parcialmente essas transformações porque essas imagens do passado existem. Da mesma forma, as fotografias que produzi durante esta pesquisa também fixam um momento das casas, algumas já em processo de desaparecimento. Esses registros, portanto, contribuem para a construção de uma memória visual dessas casas e de sua presença na paisagem da Colônia Maciel.

1.3 Passeios virtuais

A linguagem técnica dos desenhos e textos que constituem a documentação patrimonial proveniente dos levantamentos métrico-arquitetônicos é predominantemente compreensível para profissionais da área. Esses profissionais estão habituados à leitura de elementos gráficos, como mapas, plantas de situação, plantas de implantação, plantas baixas, cortes e fachadas. Embora as fotografias complementem essa documentação, elas apresentam alguns entraves. Uma das principais limitações é a escolha prévia dos ângulos e enquadramentos. A pessoa responsável pelo registro determina o que e como fotografar, mesmo que existam diretrizes e convenções específicas para orientar esse processo.

Nesse contexto, surge a necessidade de novas estratégias de mediação que promovam a conexão entre o patrimônio e a comunidade em geral. Cavalieri e Groetelaars (2018) enfatizam a importância de pesquisas e desenvolvimento de novos meios e tecnologias para facilitar o acesso aos locais e seus contextos culturais e históricos, inclusive de forma remota. As mencionadas autoras exploram o passeio virtual como uma estratégia eficaz de mediação para sensibilizar o público sobre o patrimônio, destacando seu baixo custo e facilidade de produção.

Um passeio virtual é uma experiência digital que permite explorar um ambiente ou local sem precisar estar fisicamente presente. Esses passeios podem ser desenvolvidos usando tecnologias como fotografia panorâmica, vídeos em 360 graus ou ambientes de realidade virtual (VR). Neste trabalho, escolhemos utilizar imagens panorâmicas esféricas, que são uma forma específica de panorâmica 360 graus. Nesta técnica, a cena é capturada de

maneira esférica, cobrindo todas as direções, tanto horizontalmente quanto verticalmente. Isso permite ao espectador olhar para cima, para baixo e para os lados, obtendo uma visão completa de todas as direções, como se estivesse no centro de uma esfera onde a imagem é projetada. As fotografias panorâmicas esféricas oferecem uma experiência imersiva e abrangente, fazendo com que o espectador se sinta totalmente envolvido na cena.

Além disso, buscamos explorar a dimensão interativa, proporcionando uma experiência dinâmica e participativa por meio do passeio virtual. Nesse ambiente, os usuários têm a oportunidade não apenas de explorar o local, mas também de realizar ações, como clicar em pontos de interesse para acessar informações adicionais, navegar por diferentes áreas e ajustar a escala do ambiente. Essa interatividade oferece maior controle sobre a experiência, permitindo que os usuários concentrem sua atenção nos aspectos que mais lhes despertam interesse e aprofundem seu conhecimento sobre o local ou tema em questão.

Visando à replicabilidade deste procedimento metodológico em outros trabalhos, optamos por descrever o processo de elaboração dos passeios virtuais desde a captura das imagens, passando pelo seu tratamento e processamento, até a sua disponibilização online. Assim, iniciamos apresentando os equipamentos, *softwares* e plataformas utilizados, conforme exposto na tabela 1 abaixo.

Tabela 1 - Recursos utilizados para a elaboração dos passeios virtuais

Categoría	Tipo	Modelo	Disponibilidade
Equipamento	Câmera	Samsung Gear 350 (SM-R210)	Dos autores
Equipamento	Smartphone	Apple iPhone 14	Dos autores
Equipamento	Tripé	Marca desconhecida – altura regulável	Dos autores
Software	Aplicativo	Gear 360	https://apps.apple.com/br/app/samsung-gear-360/id1214791825
Plataforma	Site Web	Orbix 360	https://orbix360.com/

Fonte: elaborado pelos autores

Fotografias esféricas podem ser criadas através da composição de várias imagens, as quais podem ser capturadas com *smartphones* ou câmeras fotográficas convencionais, sejam elas profissionais ou não. É relevante

considerar que quanto menor o ângulo de visão da câmera utilizada, maior será o número de imagens necessárias para compor uma visualização esférica do ambiente. Além disso, a resolução e qualidade óptica do equipamento influenciam no resultado final. Após o processo de captura das imagens, é necessária uma fase de edição, na qual o conteúdo obtido deve passar pelo procedimento de costura, o qual pode ser realizado com diversos *softwares* disponíveis. Recentemente, surgiram câmeras otimizadas para a criação de imagens e vídeos em 360 graus, as quais facilitam o processo.

A câmera utilizada neste trabalho foi a Samsung Gear 360 (Figura 6), lançada em 2017. Equipada com dois sensores CMOS de 8.4 MP, a câmera possui duas lentes do tipo “olho de peixe” com resolução de 15.0 MP (5472 x 2736 pixels) para fotografias. A escolha desta câmera foi motivada pelo seu baixo custo atual no mercado, além da praticidade na operação e edição das imagens capturadas. Destaca-se a capacidade de criar imagens esféricas a partir de apenas duas capturas, facilitando o processo de edição com *softwares* desenvolvidos pela Samsung para este fim.

Figura 6 - Três vistas da câmera Samsung Gear 360



Fonte: Samsung disponível em <https://www.samsung.com/br/support/model/SM-R210NZWAZTO/> Acesso em 5 de junho de 2024.

É relevante registrar que existem diversas câmeras no mercado com propostas diferentes, porém com um recurso compartilhado que são as fotografias esféricas. A câmera Gear 360, em particular, utiliza uma lente do tipo “olho de peixe” para capturar imagens que, posteriormente, requerem costura das duas fotos (frontal e traseira) em *softwares* específicos da câmera. Isso se deve ao fato de que a maioria das plataformas para criação de passeios virtuais

não aceita imagens nesse formato original, exigindo que estejam no formato equiretangulares⁵ para serem utilizadas adequadamente.

Atualmente, o *software* fornecido pela fabricante atende a esse pós-processamento de duas formas: através do uso do smartphone, que também controla a câmera ou através do *software* de computador. Recentemente, a Samsung decidiu descontinuar o *software* para dispositivos Android, tornando essencial o uso de dispositivos iOS para a captura e, caso opte-se por realizar o processamento das imagens em um dispositivo móvel, também para essa fase do processo.

Um ponto importante a ser considerado na pós-produção é esconder a base na qual a câmera estava para que a costura seja perfeita, ou seja, o operador ou base não apareça. Além da fotografia em si, a câmera também permite a captura de vídeo, o que torna ainda mais importante o uso dos *softwares* fornecidos. Além disso, outro recurso que também está presente nos aplicativos, são ajustes para qualificar ainda mais o processo de captura das imagens. É possível, durante a captura, selecionar modos de fotografia que melhor se ajustam às condições de iluminação e posicionamento.

Com a constante atualização tecnológica, a captura de fotografias em 360 graus permite além de um registro fotográfico, uma memória visual imersiva que pode ser visualizada através de diversos modelos de óculos VR (realidade virtual) disponíveis no mercado. Dessa forma, é possível que o observador possa até mesmo interagir com o espaço, tendo como recursos extra *cards*, animações, informações textuais ou até mesmo vídeos explicativos, tornando a experiência mais completa.

Barazzetti *et. al* (2017) explicam que as fotografias capturadas pela Samsung Gear 360 podem ser obtidas em dois formatos: as imagens do tipo “olho de peixe”, forma automática de registro de fotos pela máquina a partir dos dois sensores (frontal e posterior, opostos entre si); e as projeções equiretangulares, que podem ser criadas a partir da costura de duas imagens do tipo “olho de peixe” pelo aplicativo de celular da Samsung Gear 360 ou pelo

⁵ Imagens equiretangulares são um tipo de projeção utilizada para representar uma esfera ou globo em um plano bidimensional.

software Gear 360 Action Director. Na Figura 7, mostramos à esquerda as imagens “brutas”, do tipo “olho de peixe” e, à direita, suas respectivas projeções equiretangulares.

Figura 7 - Imagens tipo “olho de peixe” (esquerda) e suas projeções equiretangulares (direita)



Fonte: acervo dos autores (2023).

Na captura de imagens, enfrentamos alguns desafios, sendo o principal deles, no caso das imagens externas, a posição do sol durante o processo. No exemplo apresentado na Figura 8, as fotografias foram tiradas em um dia nublado. Entretanto, numa nova sessão fotográfica realizada numa tarde ensolarada, algumas imagens foram ofuscadas pela luz solar direta. Já nas imagens internas, o desafio está na diferença de iluminação entre as áreas próximas às esquadrias e os demais espaços.

Figura 8 - Exemplos de imagens capturadas



Fonte: acervo dos autores (2023).

Um aspecto importante a ser observado durante a captura das imagens é a posição da câmera. A área equivalente aos centros das imagens brutas, “olho de peixe”, tem uma melhor resolução do que aquela equivalente às suas bordas, devido às “costuras” feitas pelo seu processamento no momento em que são

transformadas em imagens equiretangulares. Assim, é necessário atentar para que a câmera seja direcionada para os objetos mais importantes da cena a ser capturada, a fim de que tais objetos sejam fotografados com a melhor capacidade do equipamento.

Após a captura e o processamento das imagens, avançamos para a organização do passeio virtual. Para isso, existem diversas plataformas online, softwares e aplicativos disponíveis, alguns gratuitos e outros pagos. Optamos por utilizar inicialmente a plataforma Orbix 360 em sua versão gratuita, explorando suas ferramentas. No entanto, posteriormente, precisamos migrar para a versão PRO⁶ devido à limitação no número de uploads de imagens.

Para iniciar a criação do passeio virtual, depois de criar uma conta na plataforma, é preciso escolher o tipo de imagem a ser usada, como imagens estereoscópicas de 180°, de 360° ou planas. Em seguida, avançamos para a edição do passeio virtual, onde há 13 opções de edição na barra lateral (Figura 9), incluindo a organização das cenas, criação de pontos de navegação, inserção de título, definição de privacidade (disponível apenas na versão pro), escolha de música de fundo, configuração de rotação automática ou manual, adição de ícones informativos, inserção de imagens planas, substituição de imagens, modificação da orientação da imagem e download de arquivos.

Figura 9 - Interface de edição do passeio virtual na plataforma Orbix 360



Fonte: elaborado pelos autores a partir de captura de tela na plataforma Orbix 360. 2023.

⁶ Cada passeio virtual criado na versão PRO da plataforma tem o custo de US\$3,99 (dólares americanos). Valor de dezembro de 2024.

Após concluídas todas as edições, o passeio virtual está pronto para ser disponibilizado ao público e pode ser visualizado tanto em computadores quanto em dispositivos móveis. E mesmo após ter sido compartilhado, pode ser editado novamente, para corrigir problemas identificados ou para substituir ou incluir novas cenas, novas imagens ou outras informações.

No computador, a navegação é feita clicando e arrastando a tela, além de dar zoom usando o *scroll* do *mouse*. Nos dispositivos móveis, é possível interagir arrastando a tela, de uma maneira semelhante ao computador, ou movimentando o dispositivo em qualquer direção para explorar o ambiente de forma mais dinâmica. Para mudar de cena, basta clicar nos ícones com bolinhas azuis, e para acessar informações sobre as cenas, é só tocar no ícone com a letra “i”.

Conforme afirmamos no início, a ideia de criar os passeios virtuais surgiu devido ao desejo de democratizar o acesso aos bens patrimoniais que são objetos deste estudo. Entretanto, ao longo do desenvolvimento do trabalho, quando passamos à etapa de sistematização dos dados coletados em campo, percebemos que os passeios tinham uma outra potencialidade: amparar os pesquisadores na descrição de elementos construtivos. Os croquis, anotações e fotografias tradicionais feitos em campo, em algumas situações, não foram suficientes para abranger a compreensão completa dos sistemas edificados e, nesses momentos, as imagens panorâmicas dos passeios cumpriram a função de sanar dúvidas.

Ao longo da apresentação de cada uma das casas, eventualmente, utilizamos capturas de tela dos passeios virtuais para ilustrar nossas descrições. Ao final de cada descrição, disponibilizamos um *QR Code* e um link, oferecendo aos leitores a possibilidade de acessar os passeios virtuais conforme sua preferência: clicando no link para visualização no computador ou escaneando o *QR Code* para realizar o passeio em um dispositivo móvel. Optamos por disponibilizar o passeio virtual ao final porque acreditamos que, após ler a descrição da propriedade, o leitor terá uma experiência mais completa, buscando no passeio virtual os aspectos anteriormente descritos.

1.4 História Oral temática

No âmbito da arquitetura, é comum que os edifícios sejam estudados de forma isolada, com foco em aspectos formais, estruturais e estilísticos, o que desconsidera as pessoas que os habitam ou utilizam. Com essa abordagem, os prédios acabam sendo tratados como *artefatos autônomos*, desvinculados de suas relações com a vida cotidiana e das experiências de seus ocupantes. Neste trabalho, no entanto, buscamos romper com essa visão descontextualizada ao incorporar a História Oral como metodologia essencial. Ao ouvir e registrar as memórias e narrativas dos moradores, passamos a ver esses espaços como *lugares vivos*, onde a arquitetura é profundamente entrelaçada às identidades e experiências das pessoas. Assim, a História Oral permite recuperar camadas de significados que revelam como os ambientes construídos e os indivíduos se transformam mutuamente, trazendo à tona o papel da memória e da vivência na valorização desses espaços.

Neste trabalho, a abordagem metodológica baseada na História Oral permite acessar camadas de memória que vão além dos aspectos físicos dos edifícios. A memória, como propõe Joël Candau, não apenas nos molda, mas também é moldada por nós, em uma relação dialética com a identidade. Essas duas dimensões se retroalimentam, dando forma a trajetórias de vida, histórias, mitos e narrativas. Assim, a memória é fundamental para a construção da identidade, ao passo que a identidade influencia quais aspectos da memória cada indivíduo decide preservar e destacar (Candau, 2011).

Em seus estudos, Candau (2020) distingue três tipos de memória: a protomemória, que envolve o *habitus* e processos procedimentais de baixo nível; a memória propriamente dita, de natureza enciclopédica e ligada a lembranças de alto nível; e a metamemória, que se refere ao que o sujeito conhece e relata sobre sua própria memória. Dentro dessa perspectiva, o uso de fontes orais tem como foco a metamemória, pois é o discurso sobre a memória que pode ser compartilhado e analisado, e não o conteúdo exato das lembranças.

Reconhecendo que cada indivíduo constrói e representa sua memória de maneira única, entendemos a narrativa, como aponta Alberti (2003), como um conjunto de indícios para acessar o passado. Esse passado, embora tenha

existido independentemente dessas pistas, só pode ser revivido por meio delas e de outros registros que nos permitam acessá-lo.

A História Oral temática é uma linha dentro da metodologia da História Oral que utiliza entrevistas para explorar aspectos específicos da experiência humana, concentrando-se em tópicos ou eventos de interesse particular, ao invés de uma cronologia detalhada da vida do entrevistado. Esse método visa explorar temas específicos por meio de entrevistas, em uma abordagem que se aproxima das práticas tradicionais de documentação acadêmica, ao alinhar a fonte oral a registros escritos (Meihy, 2005). No caso desta pesquisa, alinhamos fontes orais com registros escritos e levantamentos métrico-arquitetônicos.

Autores que escrevem sobre a metodologia, ao conceituarem a História Oral Temática, frequentemente usam o conceito de história de vida como contraponto para construírem suas definições. Por exemplo, Alberti diz “as entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo” (2004, p.48). Meihy (2005) afirma que, devido ao seu caráter específico, a História Oral temática apresenta características bastante distintas da História Oral de vida. Segundo ele, detalhes da trajetória pessoal do narrador são relevantes apenas na medida em que contribuam para revelar aspectos úteis à informação temática central.

Neste trabalho, nosso foco principal são as casas de pedra enquanto um conjunto edificado. No entanto, também nos interessam as vivências pessoais das pessoas que mantêm relações estreitas com esses bens. Por isso, adotamos as técnicas da História Oral Temática, elaborando roteiros com perguntas direcionadas ao objetivo da pesquisa. Contudo, em determinados momentos, optamos por deixar as entrevistas mais abertas, permitindo que os entrevistados compartilhassem histórias que considerassem relevantes. Essa mescla de correntes metodológicas (História Oral Temática com uma pitada de História Oral de vida), conforme afirma Meihy (2005), enriquece as informações, conferindo vivacidade ao relato ao refletir as características dos narradores.

A rede de entrevistados foi definida de forma pragmática: selecionamos os atuais proprietários das casas estudadas. As entrevistas não foram agendadas previamente. No dia em que realizamos os levantamentos métrico-

arquitetônicos, abordamos os indivíduos que desejávamos entrevistar e perguntamos se estavam disponíveis para uma breve conversa. Todas pessoas abordadas aceitaram participar e assinaram um termo de cessão de direitos sobre o depoimento oral.

Levamos um roteiro prévio que incluía questões acerca das pessoas que moram e moraram na propriedade, os construtores, de onde vinha os materiais de construção, a época das construções do sítio, os produtos do sítio ao longo dos anos e as memórias associadas ao sítio e à casa de pedra. Ao final da entrevista, buscamos instigar os entrevistados com perguntas que mobilizassem seus sentimentos em relação à casa de pedra. Eventualmente fizemos perguntas “catastróficas”, como por exemplo: “o que o senhor/a senhora sentiriam caso acontecesse um desastre ambiental que derrubasse essa casa” ou, no caso das casas em processo de arruinamento, perguntas acerca dos sentimentos e pensamentos que tiveram quando aconteceram os desmoronamentos. Nesse momento da entrevista, em todos os casos, obtivemos relatos emocionados que serão oportunamente apresentados.

Todas as entrevistas foram gravadas utilizando dois aparelhos do tipo *smartphones* (para ter uma gravação e um *backup*), no início da gravação reforçamos os objetivos da pesquisa e fizemos os acordos que julgamos necessários. Transcrevemos cada uma das entrevistas com o auxílio da inteligência artificial disponível na plataforma gratuita *Riverside®*⁷. Foi a inteligência artificial que fez o que Meihy (2005) chama de a "tradução de uma língua para outra" (referindo-se às línguas falada e escrita, gravação do áudio e transcrição em texto), porém foi necessário fazer uma correção manual (humana) posteriormente.

Meihy (2005) divide o processo de transcrição em três fases: transcrição, textualização e transcrição. De acordo com o autor, a primeira etapa é a transcrição absoluta, na qual as palavras ditas são registradas em estado bruto, mantendo perguntas, respostas e outros sons ambientes. A segunda fase é a textualização, na qual se eliminam as perguntas, sons, ruídos e erros

⁷ Disponível em <https://riverside.fm/transcription> Acesso em 05 de nov. de 2024

gramaticais. A terceira etapa é a transcrição, um texto trabalhado que se baseia na narrativa original, mas passa por um processo de correções e revisões. Optamos por corrigir algumas palavras e eliminar vícios de linguagem, porém não reescrevemos as frases na intenção de mantê-las com o aspecto característico da linguagem falada, que se difere da linguagem escrita.

Além das entrevistas feitas para este trabalho, utilizamos o acervo de História Oral do Mecom e o acervo de entrevistas realizadas por Fabrício Bassi (2008), já apresentados anteriormente. Não diferenciaremos a apresentação das entrevistas feitas para este trabalho e aquelas que acessamos em pesquisas às fontes orais. Porém, sempre que citamos um entrevistado pela primeira vez, informamos o seu nome completo, a sua idade na data da entrevista, quando e por quem a entrevista foi realizada. Os créditos à informação serão fornecidos no formato “sobrenome, ano da entrevista” tal qual as citações de outras fontes.

1.5 Cartografia

Durante a banca de qualificação desta pesquisa, surgiu uma crítica unânime por parte dos professores: a necessidade de realizar mais visitas a campo e dialogar com as pessoas do presente⁸. Atentos a essa recomendação, buscamos um método que atendesse a essa demanda, sem comprometer o tempo para o desenvolvimento deste trabalho, que é um recurso limitado. A História Oral, em especial, exige planejamento e um considerável investimento de tempo, o que, em uma pesquisa como esta, limita o número de entrevistas viáveis. Desejávamos captar uma visão ampla do que a comunidade pensa e sente em relação aos objetos estudados, o que demanda conversas com muitas e variadas pessoas. Assim, nesse movimento que se impôs como necessário, optamos por utilizar a cartografia como método para observar subjetividades, tal como descrito por Barros e Kastrup:

O caráter inventivo coloca a ciência em constante movimento de transformação, não apenas refazendo seus enunciados, mas criando novos problemas e exigindo práticas originais de investigação. É nesse contexto que surge a proposta do método da cartografia, que tem como desafio desenvolver práticas de acompanhamento de processos

⁸ Uma crítica ao uso extensivo das entrevistas do acervo de fontes orais do Mecom, registros de “pessoas do passado” em detrimento das falas das pessoas que se relacionam com as casas de pedra atualmente.

inventivos e de produção de subjetividades (Barros e Kastrup, 2009, p.55).

A cartografia social se diferencia da cartografia tradicional ao priorizar uma visão voltada para as Ciências Sociais e Humanas. Em vez de se concentrar em mapas físicos que delimitam territórios, regiões e características geográficas, a cartografia social busca mapear questões que emergem da sociedade. Essa abordagem não se limita a regras e procedimentos rígidos de pesquisa; ao contrário, ela é uma estratégia de análise crítica. Segundo Filho e Teti (2013), mais do que representar um simples mapeamento físico, trata-se de captar os fluxos e interações sociais, os embates de poder, as disputas simbólicas, os processos de produção de verdades, as formas de enunciação e os modos como os sujeitos são objetivados, subjetivados e constroem a si mesmos esteticamente, em meio a práticas que expressam resistência e busca por liberdade.

Rocha (2008), ao traçar um paralelo entre o conceito de cartografia para os cartógrafos e para as Ciências Sociais e Humanas, afirma que, para os primeiros, ela é mapa – um meio de comunicação e análise que envolve distorções. Ele observa que, para os cientistas humanos e sociais, a cartografia não é muito diferente, pois, ainda que não exista necessariamente o elemento gráfico do "mapa", há comunicação e análise de outros aspectos apreendidos no território estudado. Assim como ocorre no mapa, a descrição do observado durante a experimentação do método também apresenta distorções. O autor reforça que toda mensagem é, inevitavelmente, uma representação distorcida da realidade.

Neste trabalho, buscamos cartografar as memórias e os afetos que as pessoas manifestam em relação aos objetos estudados, mantendo no horizonte a discussão proposta por Passos et al. (2009) quando afirma que o sentido da metodologia é expresso desde a etimologia da palavra *metá-hódos*: “a pesquisa é definida como um caminho (*hódos*) predeterminado pelas metas dadas de partida” (Passos et al., 2009, pp. 10) e os autores seguem, nos próximos parágrafos, afirmando que a cartografia propõe uma reversão metodológica, onde o caminho antecede as metas, sendo este um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado, acompanhando os movimentos da vida.

Propusemos então, conversar com pessoas, sem uma definição prévia de quem seriam esses sujeitos ou de como essas conversas seriam conduzidas, seguindo unicamente pistas, tal qual sugerem Passos *et.al.*:

sabendo que para acompanhar processos não podemos ter predeterminada de antemão a totalidade dos procedimentos metodológicos. As pistas que guiam o cartógrafo são como referências que concorrem para a manutenção de uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e de calibragem do caminhar no próprio percurso da pesquisa - o *hódos-metá* da pesquisa (Passos et al., 2009 p.13).

Qualquer forma de expressão que permita avançar no exercício do pensamento pode ser utilizada quando experimentamos a cartografia, seja por meio de desenhos, fotografias, filmes, cadernos de campo ou sons (Rocha, 2008). Neste trabalho, optamos por construir um caderno de campo, onde registramos trechos das falas das pessoas e nossas percepções subjetivas ao observar os objetos estudados e a relação das pessoas com eles.

Passamos a frequentar o mercado local (com a periodicidade das incursões em campo) e a conversar com quem encontrávamos ali, assim como com as pessoas nas propriedades durante os levantamentos métrico-arquitetônicos. Visitamos a escola, onde conversamos com a diretora e com aqueles que se dispuseram a dialogar com o "pessoal da universidade". Além dessas incursões esporádicas, participamos da reinauguração do Museu Grupelli, no mês de novembro de 2024. Além disso, houve também "gente da cidade", mas com relações com a zona do estudo, que, ao saber sobre o trabalho em desenvolvimento, demonstrou interesse em conversar.

Estas experimentações em campo serão descritas e discutidas no capítulo cujo título anuncia o uso da metodologia.

1.6 Uso de inteligência artificial

Neste trabalho, utilizamos diferentes ferramentas de inteligência artificial (IA) para otimizar processos e garantir maior eficiência na transcrição de áudios, leitura de manuscritos, geração de imagem e revisão textual. A seguir, detalhamos todas as aplicações da IA ao longo da pesquisa:

Na transcrição de entrevistas: para converter o áudio das entrevistas em texto, utilizamos a plataforma gratuita Riverside®

(<https://riverside.fm/transcription>). Essa ferramenta permite o *upload* de arquivos de áudio e, em poucos minutos, gera uma versão escrita da conversa. No entanto, devido a erros de compreensão, grafia e pontuação, foi necessária uma revisão manual posterior para assegurar a precisão das transcrições.

No processo de revisão da escrita: utilizamos a ferramenta ChatGPT® (<https://chatgpt.com/>) para auxiliar na correção gramatical de alguns trechos do texto. Para que essas revisões fossem feitas, precisamos orientar a ferramenta utilizando “*prompts*”, ou seja, ordens que direcionam a atuação da IA. Para revisar os parágrafos que não atingiam os nossos critérios de qualidade utilizamos o *prompt* “Analise o parágrafo abaixo e corrija pontuação e ortografia. Caso identifique problemas de coesão e coerência, sugira alterações”. A partir das sugestões fornecidas pela ferramenta, realizamos uma análise criteriosa, incorporando algumas ao texto e descartando outras.

Além disso, utilizamos a ferramenta Dall-e® (<https://chatgpt.com/g/g-2fkFE8rbu-dall-e>) para gerar a imagem de um focolaro no segundo capítulo e deixamos o *prompt* em nota de rodapé próxima à imagem. E para auxiliar na leitura de documentos antigos (passaporte de Cesare Schiavon e algumas páginas do Livro Tombo da Paróquia Sant’Anna), utilizamos a ferramenta Claude® (<https://claude.ai/>). A IA nos ajudou a compreender partes manuscritas que não temos treinamento para compreender.

O uso dessas ferramentas demonstrou ser um recurso interessante para otimizar o tempo e aprimorar a qualidade do trabalho. Ressaltamos, no entanto, que todos os textos foram integralmente escritos por nós, e as revisões realizadas por inteligências artificiais foram pontuais e focadas em aspectos gramaticais. Mantivemos a revisão humana como etapa essencial para garantir a precisão e a autenticidade das informações, evitando alterações indesejadas geradas pelas referidas ferramentas.

2. DOCUMENTAÇÃO DA ARQUITETURA

As casas de pedra, seus proprietários e os sítios onde estão implantadas

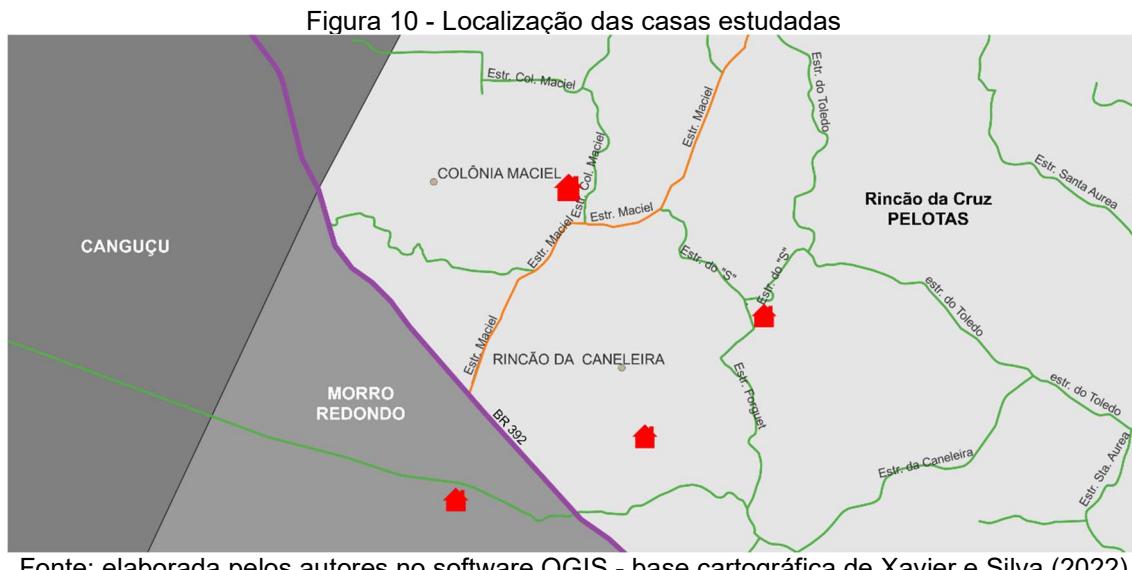
Este capítulo tem um caráter descriptivo e apresenta um volume de material maior que os demais. Iniciamos com a apresentação do território onde estão localizados os sítios estudados e, em seguida, descrevemos cada um desses sítios. Estruturamos a apresentação de cada uma das quatro propriedades em uma matriz comum: introdução de algumas das pessoas que construíram e habitaram a propriedade; algumas das atividades realizadas nesses espaços; descrição do sítio atual, incluindo sua organização, os prédios que compõem o conjunto edificado e os espaços de circulação; detalhamento da casa de pedra e análise das múltiplas camadas temporais presentes no sítio. Para finalizar, disponibilizamos um link e um *QR Code*, permitindo ao leitor um passeio virtual pelo sítio, oferecendo uma experiência interativa e dinâmica.

2.1 Território

2.1.1 Descrição do território do presente

As casas de pedra estudadas localizam-se no entorno da Vila Maciel, no Rincão da Cruz, Oitavo Distrito do Município de Pelotas. A distância média das casas à zona urbana de Pelotas é de 40 quilômetros e o acesso é feito a partir da BR 392 que liga a cidade ao Município de Canguçu.

Considerando o tamanho dos lotes rurais e as distâncias relativamente longas entre as casas nas colônias pelotenses, podemos afirmar que as casas estudadas estão próximas umas das outras, embora estejam em localidades diferentes, como é possível observar na Figura 10. A casa Casarin – Vinhos João Bento está situada em um sítio próximo ao núcleo urbanizado da localidade hoje conhecida como Vila Maciel, na Colônia Maciel. A casa Formentin 2, localizada na Estrada do “S”, e a casa Portantiolo, localizada na Estrada da Caneleira, estão no lado pelotense da Colônia Rincão da Caneleira. A casa Formentin 1-Rodrigues Kowalski está situada na mesma estrada em que se situa a casa Portantiolo, porém no lado morro-redondense (município vizinho, representado em cinza médio na Figura 10) na Colônia São Domingos.



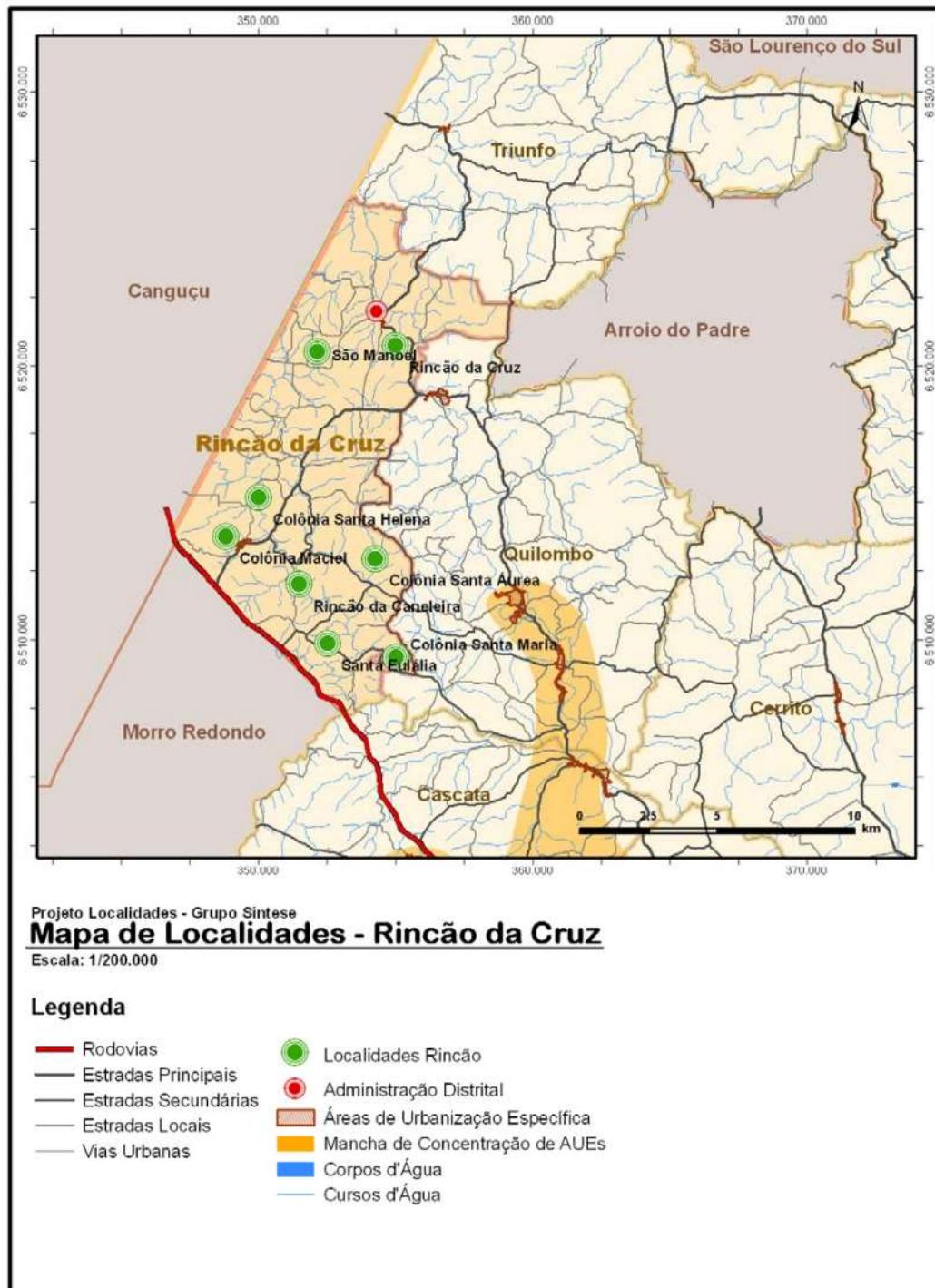
Fonte: elaborada pelos autores no software QGIS - base cartográfica de Xavier e Silva (2022)

O acesso atual às Colônias Maciel, Rincão da Caneleira e São Domingos se dá pela rodovia federal BR-392. Para chegar à Casa Casarin – Vinhos João Bento, toma-se uma via principal de saibro, a Estrada Maciel, e posteriormente a via vicinal Estrada Colônia Maciel. Para acessar a Casa Formentin 2, toma-se a Estrada Maciel e, posteriormente, a via secundária Estrada do “S”. Para acessar a Casa Formentin 1 - Rodrigues Kowalski, a partir da BR-392, segue-se pela via vicinal Estrada da Caneleira em direção ao município de Morro Redondo. Para acessar a Casa Portantiolo, a partir da BR-392, segue-se pela via vicinal Estrada da Caneleira em direção a Pelotas⁹.

As casas Formentin 2, Formentin 1 – Rodrigues Kowalski e Portantiolo estão em regiões relativamente afastadas de serviços públicos e de comércios, sendo os seus vizinhos propriedades rurais tradicionais (residências e produção agrícola). A casa Casarin – Vinhos João Bento, ao contrário, localiza-se próxima à Vila Maciel. Essa localidade foi definida como uma Área de Urbanização Específica no relatório que subsidiou a elaboração do III Plano Diretor do Município de Pelotas, conforme pode ser observado na Figura 11.

⁹ A classificação de cada uma das vias foi feita pela Prefeitura Municipal de Pelotas (XAVIER e SILVA, 2022). Por definição, vias principais contam com infraestrutura, alta capacidade de tráfego e conectam regiões; vias secundárias tem infraestrutura intermediária, capacidade de tráfego moderada e conectam vias principais a áreas menores e vias vicinais tem infraestrutura básica, baixa capacidade de tráfego e conectam propriedades ou pequenas comunidades rurais à vias secundárias

Figura 11 - Mapeamento das Localidades do 8º Distrito – Rincão da Cruz

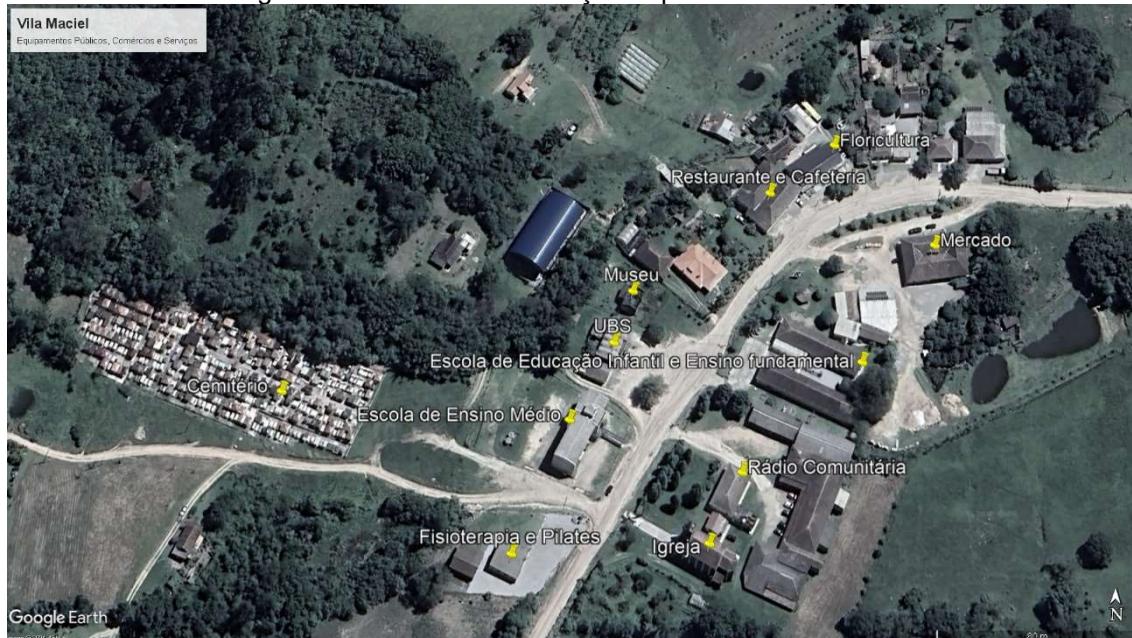


Fonte: Silva, 2009, p.237

Área de urbanização específica (AUE) é definida como “uma área que apresenta notadamente transformações, em relação aos usos e ocupação territorial, observáveis particularmente nos últimos trinta anos” (Silva e Cruz, 2007, p.13) e, ainda de acordo com Silva e Cruz (2007), áreas que tendem a ser mais antropizadas. No caso da Vila Maciel, estão localizados, além de alguns prédios de comércio e de serviços, a Igreja Matriz da Paróquia Sant’Anna (de

religião católica), o cemitério, as ruínas do Museu Etnográfico da Colônia Maciel (antiga Escola Garibaldi), uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e duas escolas: a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino fundamental Garibaldi e a Escola Estadual de Ensino Médio Professora Elizabeth Blaas Romano (Figura 12).

Figura 12 - Área de Urbanização Específica – Vila Maciel



Fonte: Elaborada pelos autores na plataforma Google Earth (imagem de 12 de janeiro de 2024)

Essa diferença dos locais onde cada uma das casas está situada (três delas em áreas de característica agrícola e uma delas em uma área de urbanização específica), ocasiona diferenças na maneira de apropriação, manutenção e exploração das casas, como abordaremos de maneira aprofundada nas seções a seguir.

2.1.2 Constituição histórica do território

Serra dos Tapes

O título “Serra dos Tapes” muito raramente é encontrado em algum mapa contemporâneo da região, porém corriqueiramente tal designação é utilizada em pesquisas que se dedicam a analisar questões culturais desse território, sobretudo pesquisas das áreas de Humanas e das Ciências Sociais, e isso se explica uma vez que o conceito de território é polissêmico, dotado de

múltiplas concepções, que variam de acordo com a realidade que se deseja explicar.

Haesbaert (2007), ao fazer uma retomada das diferentes concepções de território que elaborou em obras anteriores, apresentou quatro vertentes básicas: **política** – onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado e está relacionado ao poder político do Estado; **cultural** (culturalista) ou simbólico-cultural – onde o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; **econômica** (economicista) – onde o território é visto como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho e; **natural** (naturalista) – onde a noção de território tem base nas relações entre sociedade e natureza.

A Serra dos Tapes pode ser compreendida, acima de qualquer outra perspectiva analítica, como um território cultural (Haesbaert, 2007). Este território foi originalmente habitado pelo povo indígena Tapes, cujo nome passou a designar a região. Ao longo do tempo, também se tornou abrigo para pessoas escravizadas que fugiram dessa condição, bem como para aquelas que buscavam refúgio após a abolição da escravatura. Além disso, a partir de 1849, a Serra dos Tapes recebeu fluxos significativos de imigrantes europeus não-ibéricos (Cerdeira, 2010).

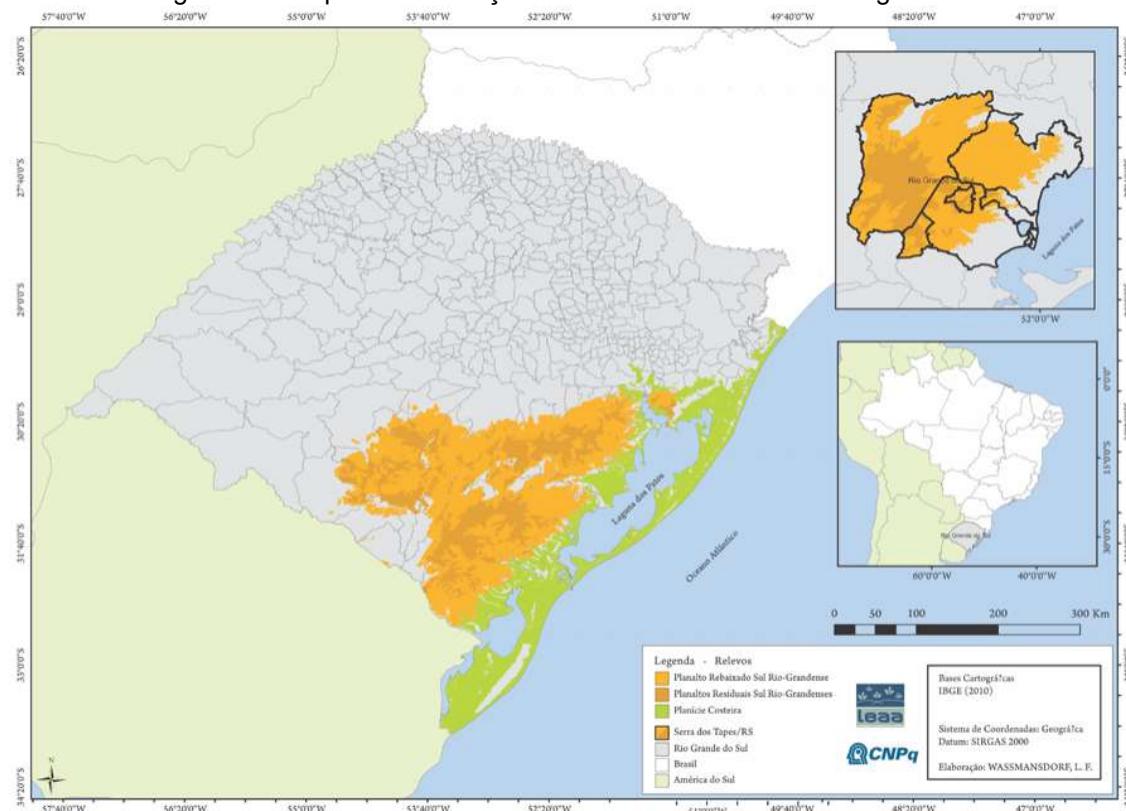
Bonnemaison e Cambrézy (1996) discutem o conceito de território como um espaço que aglutina pessoas (ou grupos de pessoas) que compartilham vínculos culturais. Eles citam especificamente as “culturas exiladas” ao discorrer sobre o tema, exatamente o tipo de cultura que encontramos na Serra dos Tapes, território que recebeu milhares de imigrantes. Dizem os autores: “Em todas essas culturas pré-modernas ou exiladas, o território é um coração antes de ser uma fronteira. É uma categoria de relação emocional que une aqueles que compartilham a mesma representação do espaço.” (1996, p.14)¹⁰.

¹⁰ “Dans toutes ces cultures prémodernes ou d'exil, le territoire est un cœur avant d'être une frontière. C'est une qualité de relation émotive qui réunit ceux qui partagent la même représentation de l'espace.” Conforme tradução nossa.

Ler e compreender um texto em um idioma estrangeiro é algo sempre desafiador. Quando Bonnemaison e Cambrézy dizem que “o território é um coração antes de ser uma fronteira”, não é simples traduzir esse “*cœur*” para coração, assim, de maneira simplificada. Acreditamos que, ao utilizar essa palavra, eles se referem à alma desse território, a esse espaço vivo e pulsante onde as vidas acontecem e a cultura pode ser manifestada. Espaço que, simultaneamente, serve de palco para as manifestações e que determina como essas manifestações acontecerão.

A Serra dos Tapes, analisada com as lentes da geomorfologia, é uma parcela territorial da unidade geomorfológica denominada de Escudo Cristalino Sul-rio-grandense (Figura 13). Tal parcela territorial compreende as regiões serranas dos municípios de Pelotas, Arroio do Padre, Morro Redondo, Canguçu, São Lourenço do Sul e Turuçu (Salamoni et al., 2021). Além da topografia, os municípios da região compartilham semelhanças no que tange à maneira como foram ocupados a partir do segundo quartel do século XIX: mediante colonização por europeus não-ibéricos, o que determinou que haja diversas manifestações culturais compartilhadas pelos habitantes da região.

Figura 13 - Mapa de localização do Escudo Cristalino Sul-rio-grandense



Fonte: Salamoni et al., 2021, p.11

Partindo dessas concepções, comprehende-se porque o nome “Serra dos Tapes” não é referenciado nos mapas oficiais. Primeiramente porque esses mapas normalmente designam territórios políticos, áreas que são gerenciadas por um ou por outro grupo e, em segundo lugar, porque a Serra dos Tapes é uma parcela do Escudo Cristalino Sul-rio-grandense, assim, enquanto parte de um todo, não possuindo grande relevância para as questões tangentes aos estudos geomorfológicos.

A Serra dos Tapes, especialmente a porção pertencente ao município de Pelotas, foi habitada por diferentes grupos ao longo do tempo. Povos indígenas, afrodescendentes e imigrantes europeus conviveram nessa região, cada qual com suas próprias experiências, desafios e contribuições para o desenvolvimento local. Enquanto os indígenas e afrodescendentes já ocupavam e moldavam o território antes e durante os processos de colonização, os imigrantes europeus buscavam reconstruir suas vidas, muitas vezes fugindo das adversidades de seus países de origem. Para compreender a diversidade de etnias e culturas que compõem essa história, é relevante analisar documentos como o relatório do Inventário Nacional de Referências Culturais – Produção de Doces Tradicionais Pelotenses.

Para a compreensão da distribuição das etnias nos distritos de Pelotas, pode-se mencionar a predominância de luso-brasileiros, africanos, franceses, pomeranos e italianos na Sede da cidade (1º distrito); no 2º distrito, a Colônia Z-3, a presença de luso-brasileiros é predominante; em Cerrito Alegre (3º distrito), a predominância é de alemães, mas com a presença de luso-brasileiros; no Triunfo (4º distrito), a predominância é da etnia pomerana; na Cascata (5º distrito) a presença de alemães prevalece; na Santa Silvana (6º distrito), os pomeranos colocam-se em evidência; no Quilombo (7º distrito), distribuem-se franceses, italianos e alemães; no Rincão da Cruz (8º distrito), observa-se uma intensa presença de italianos, mas com uma pequena presença de alemães; em Monte Bonito (9º distrito), alemães ocupam um maior espaço em relação aos luso-brasileiros (Rieth et al., 2008, p.7).

Colônia Maciel – Rincão da Cruz, Oitavo Distrito de Pelotas

Os primeiros italianos chegaram à Colônia Maciel em 1883 ou 1884 (há divergências nos registros). Na época, a região já contava com uma rede de comércio estruturada pelos imigrantes alemães, o que facilitava o escoamento da produção dos italianos. No entanto, essa estrutura também gerava uma relação de dependência em relação ao capital dos alemães e de seus descendentes (Peixoto, 2003). Os grupos que se estabeleceram na Serra dos

Tapes, incluindo os da Maciel, enfrentaram um forte isolamento geográfico, provocado pelas grandes distâncias até os centros urbanos e pela precariedade das vias de circulação. Gehrke (2018) destaca que esse isolamento resultou em uma sensação de tempo mais lento para essas sociedades. As mudanças sociais e avanços tecnológicos levavam mais tempo para chegar a essas áreas.

Quando os imigrantes chegavam à Colônia Maciel, eram recebidos em um prédio construído pelo governo, conhecido como "*barracón*", onde permaneciam temporariamente. Essa informação está registrada no *Livro Tombo da Paróquia Sant'Anna* e é corroborada pelos relatos da maioria dos entrevistados, incluindo Irene Casarin Scaglioni¹¹. Segundo Irene, todas as famílias italianas recém-chegadas, especialmente aquelas com crianças pequenas, eram acolhidas nesse grande edifício. Após algum tempo no "*barracón*", as famílias finalmente podiam adquirir lotes de terra do governo, onde construíram as suas casas e iniciaram as suas plantações.

Os lotes adquiridos do governo localizavam-se nos arredores do "*barracón*", uma edificação que, segundo registros, situava-se na área onde hoje se encontra a Vila Maciel. João Bento Schiavon da Silva¹² descreveu o local aproximado do "*barracón*", conforme lhe foi contado¹³:

Nós estamos bem próximos, a poucos metros de onde era o "*barracón*". Ele ficava um pouco abaixo da igreja, entre a igreja e a nossa saída aqui. Em frente ao comércio que tem ali, onde há uma tela. Ainda um pouco para cá da escola. Era ali." (Silva, 2023).

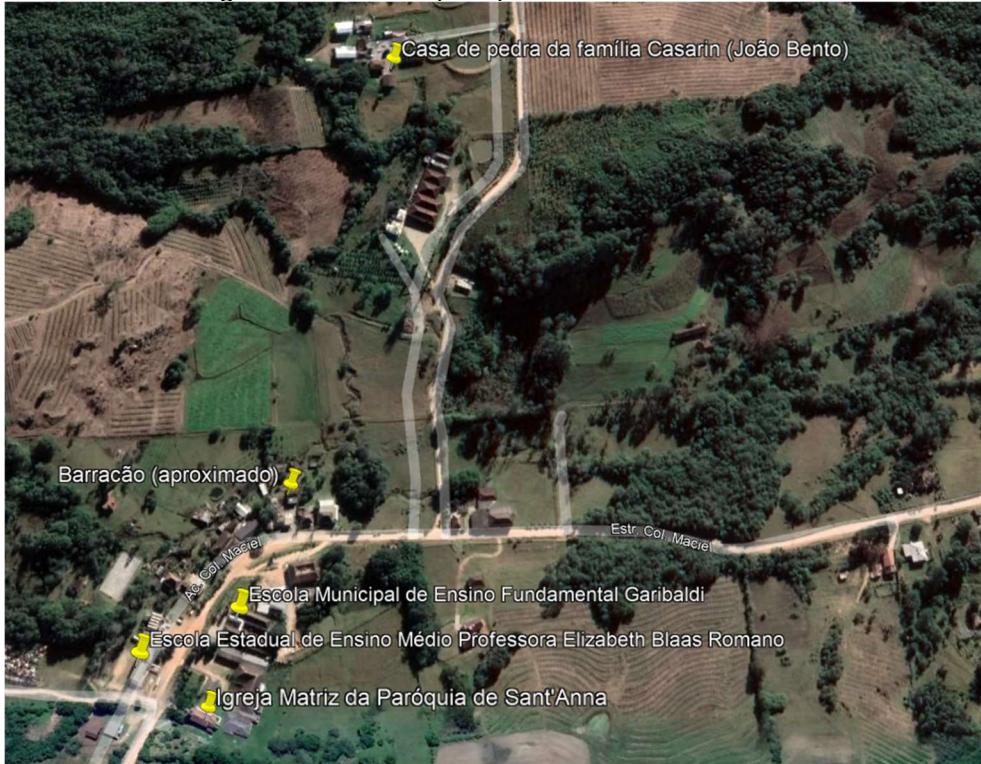
Para facilitar a compreensão dessa localização, incluímos a Figura 14, que apresenta uma imagem aérea atual da área descrita.

¹¹ Entrevistada pelo Mecom em maio de 2000, aos 89 anos.

¹² Entrevistado para este trabalho em 2023, aos 60 anos.

¹³ Uma curiosidade relatada pelo mesmo entrevistado destaca como sua avó, descendente de imigrantes, costumava referir-se à Vila Maciel. Ela chamava de "Vila do *Barracón*". Essa denominação evidencia a força simbólica dessa edificação na memória coletiva das pessoas que mantiveram vínculos com o local.

Figura 14 - Localização aproximada do "barracón"



Fonte: Elaborado pelos autores (2023) sobre base do Google Earth®

Peixoto (2003) afirma que o governo pagava pela hospedagem, alimentação e socorros médicos dos imigrantes, até que estes estivessem estabelecidos, e pelo transporte destes até o núcleo colonial. Porém, ainda que com algum apoio do Governo Imperial, conforme Gehrke (2018), os imigrantes depararam-se com uma realidade muito distinta da idealizada, distante tanto das promessas feitas pelas companhias de navegação quanto do paraíso que muitos haviam imaginado. O mesmo autor traz relatos que dizem que “a região era um local desprovido de qualquer tipo de infraestrutura, com matas a serem derrubadas e as estradas, quando estas existiam, eram péssimas” (Gehrke, 2018, p.121).

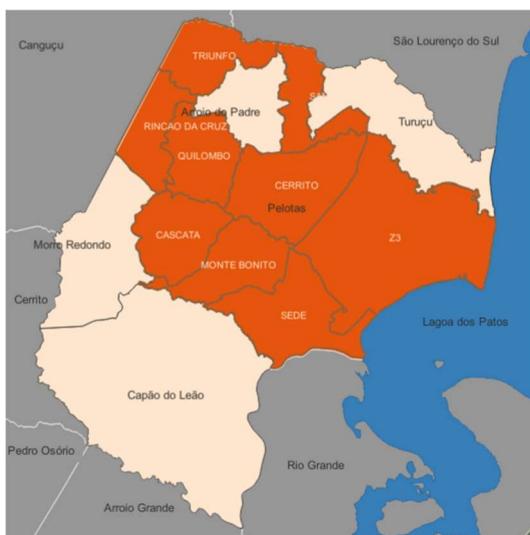
A Vila Maciel atual difere significativamente daquela do período da imigração. Para compreender o recorte territorial de nossa pesquisa, bem como a localização das casas e suas relações no espaço, torna-se essencial analisar os diversos reordenamentos territoriais que a região atravessou.

Os limites territoriais da região da Antiga Pelotas foram revistos e alterados ao longo da sua história. No ano de 1832, Pelotas desmembrou-se do município do Rio Grande e, posteriormente, foi perdendo área territorial em

virtude de emancipações, a saber: São Lourenço do Sul em 1884; Capão do Leão em 1982; Morro Redondo em 1988; Turuçu em 1995 e; Arroio do Padre em 1996 (Loner et al., 2017).

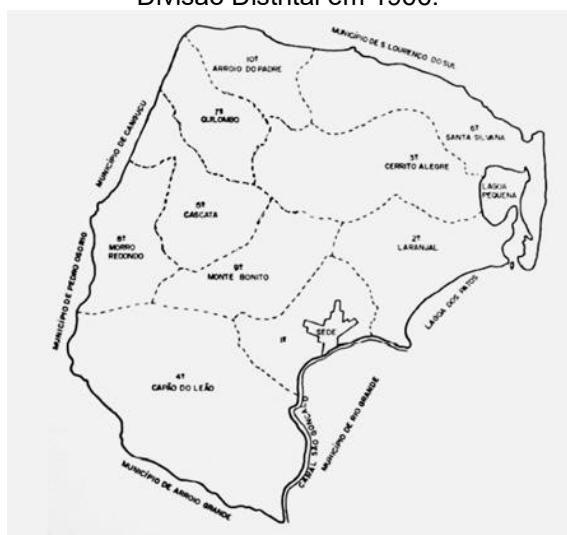
Todos esses municípios emancipados eram, anteriormente, distritos rurais de Pelotas e mantêm vocações rurais até os dias atuais. Essa semelhança, juntamente com questões ambientais e culturais, faz com que os moradores não identifiquem esses limites territoriais com clareza. A Figura 15 apresenta, em laranja escuro, o território atual do município de Pelotas, e em laranja claro, os municípios que se emanciparam dele nos últimos 50 anos. Já a Figura 16 mostra como era o território de Pelotas antes dessas emancipações.

Figura 15 - Mapa da Antiga Pelotas



Fonte: Elaborado pelos autores a partir das bases cartográficas do IBGE (2021) e da Prefeitura Municipal de Pelotas (2022)

Figura 16: Mapa do Município de Pelotas. RS. Divisão Distrital em 1966.



Fonte: Acervo Secretaria da Agricultura, 13^a Delegacia Regional – Pelotas. RS apud BACH, 2017, p.38.

Ao afirmarmos que nosso estudo está centrado no entorno da Vila Maciel, mesmo que apenas uma das quatro casas analisadas esteja localizada dentro de seus limites formais, reforçamos o vínculo dessas edificações com a colônia de imigrantes italianos, destacando sua relevância simbólica e histórica para a região.

Além dos rearranjos administrativos, é importante destacar que a configuração atual do território é fortemente estruturada pelas vias de circulação, refletindo a dependência contemporânea de veículos automotores para o deslocamento. No entanto, essa realidade contrasta com o período histórico da

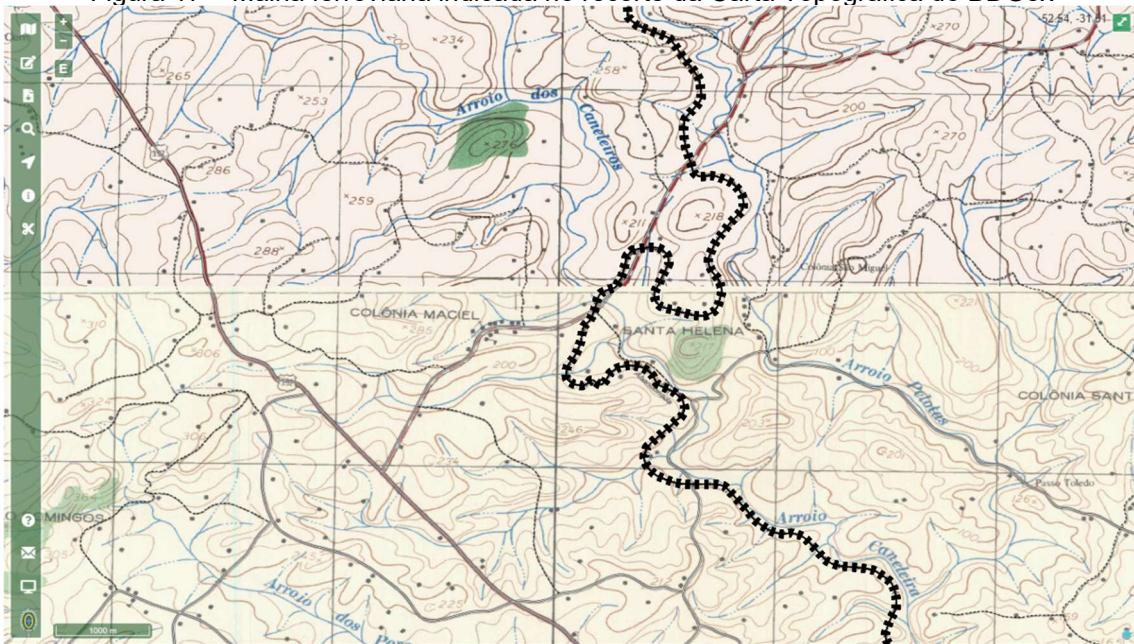
imigração, quando o transporte de mercadorias e o deslocamento de passageiros eram realizados predominantemente por veículos de tração animal, como charretes, carretas de boi e carroças, que não exigiam a construção de estradas nos moldes atuais.

Na configuração original, o território organizava-se majoritariamente em função dos afluentes do Arroio Pelotas, especialmente nas margens do Arroio da Caneleira, de onde as famílias captavam água para o consumo e, em alguns casos, utilizavam a força da água para auxiliar em suas atividades produtivas, como nos moinhos e nas serrarias. Esse sistema de organização territorial, que tinha na paisagem natural seu principal elemento estruturante, passou a ser impactado pelas transformações trazidas pelas obras de infraestrutura realizadas ao longo do século XX, como, por exemplo, a implementação da malha ferroviária.

De acordo com Cerqueira e Gehrke (2023), após uma série de mudanças no projeto original, datado do início do século XX, a construção de uma linha férrea partindo de Pelotas em direção a Dilermundo de Aguiar, cidade localizada a cerca de 50 km de Santa Maria, foi finalmente iniciada em 1940, sob a responsabilidade do 1º Batalhão Ferroviário¹⁴. De acordo com os mesmos autores, o ramal ferroviário Pelotas-Canguçu, da Linha Rio Grande-Bagé-Cacequi, foi inaugurado em 16 de outubro de 1948. Na carta topográfica disponível no Banco de Dados Geográficos do Exército Brasileiro é possível visualizar o traçado da linha ferroviária que passava pela Colônia Maciel, indicada na Figura 17.

¹⁴ O período da construção da estrada de ferro é amplamente mencionado pelas pessoas entrevistadas pelo Mecom, evidenciando sua relevância como um marco histórico profundamente enraizado nas memórias da comunidade.

Figura 17 – Malha ferroviária indicada no recorte da Carta Topográfica do BDGex



Fonte: Elaborado sobre Carta Topográfica do Banco de dados geográficos do Exército Brasileiro (BDGex), disponível em <https://bdgex.eb.mil.br/bdgexapp/mobile/?l=962,953,963,961&c=-52.578790,-31.503675&z=12> (acesso em 19 dez 2024)

Conforme Cerqueira e Gehrke (2023), o trem de passageiros funcionou por menos de 15 anos, sendo desativado devido ao endividamento causado pela entrada de capitais estrangeiros e à federalização da malha ferroviária gaúcha no final da década de 1950, que marcou a substituição do transporte ferroviário pelo rodoviário, apesar das vantagens logísticas das ferrovias.

Alcir Ney Bach (2009) dedicou-se a descrever as estradas e pontes da região colonial no período entre os anos de 1950 e 1970, classificando as vias de comunicação em dois tipos: *estradas tronco*, consideradas principais, e *estradas secundárias*. Entre as estradas tronco, o autor destaca duas devido a sua importância na ligação entre as áreas de produção de pêssego e a sede do município, onde se concentrava a maior parte das fábricas, já que este era o foco da sua pesquisa.

De acordo com o autor, a primeira estrada tronco, com aproximadamente 40 quilômetros de extensão, conectava o atual município do Capão do Leão à Santo Amor (colônia do atual município do Morro Redondo), passando pelo bairro Fragata em Pelotas e chegando à divisa com Canguçu. Essa estrada é popularmente conhecida como a Estrada Velha do Morro Redondo e se caracteriza por ter algumas edificações com características da arquitetura luso-

brasileira de um período anterior ao período da imigração de europeus não-ibéricos.

Já a segunda estrada tronco mencionada por Bach (2009), possuía 78 quilômetros, que ele afirma serem divididos em dois trechos: o primeiro, de cerca de 60 quilômetros, partia da estrada do Retiro, passando por Monte Bonito, Ponte de Pelotas e Colônia Municipal até a divisa com Canguçu. O segundo trecho, com 18 quilômetros, seguia do cruzamento do Pilke até a divisa com Canguçu, passando por Santa Helena e Passo do Toledo (Bach, 2009). Essa estrada atualmente é conhecida por Estrada do Quilombo.

A importância da atual Estrada do Quilombo pode ser evidenciada pelo investimento em infraestrutura viária realizado ao longo de sua história. Entre os exemplos marcantes estão a ponte Cordeiro de Farias, construída em 1940 sobre o Arroio Pelotas, que deu nome à localidade onde se encontra, e as pontes do Ouro e do Quilombo, projetadas pelo engenheiro Benjamin Gastal e inauguradas em agosto de 1924. Essas três pontes, feitas de concreto armado, destacam-se não apenas pela técnica construtiva, mas também pela atenção dada ao aspecto visual, um diferencial pouco comum nas obras da zona rural daquele período histórico.

Tanto a estrada de ferro quanto a Estrada do Quilombo e a Estrada Velha do Morro Redondo desempenharam papéis essenciais na conexão das localidades situadas na porção oeste da zona rural da antiga Pelotas. Essas vias estabeleceram um eixo norte-sul, integrando as colônias à zona urbana de Pelotas e conectando a região sul ao centro do estado. Contudo, com a desativação da malha ferroviária e o incentivo ao transporte rodoviário, iniciou-se, no entorno da década de 1960, o projeto de construção da Estrada da Produção, hoje denominada BR-392. Essa via tornou-se um importante eixo de transporte, ligando Pelotas a Canguçu, Santa Maria e demais cidades vizinhas.

A construção dessa estrada marcou profundamente a região, com inúmeros relatos de moradores sobre os impactos no cotidiano. Diversas explosões foram necessárias para abrir caminho, ignorando a topografia natural e as configurações políticas das localidades. Elizete Neitzke Mendes, nascida em 1963 e residente da área na época, recorda-se de ouvir, na infância, o apito

que precedia as explosões, seguido por um estrondo intenso e a vibração do solo.

Há poucos registros oficiais a respeito da construção da via. Sabemos que a configuração atual da via, pavimentada e com intenso fluxo de veículos, foi consolidada entre 1970 e 1973. Conforme o *Anuário Estatístico dos Transportes* de 1970 (Brasil, 1970), o trecho entre Porto Lucena, Santa Maria e Pelotas, com 559,6 km de extensão, apresentava apenas 65 km trafegáveis em estrada de terra, enquanto os demais 494,6 km ainda estavam em fase de planejamento para construção. Já no *Anuário Estatístico dos Transportes* de 1973 (Brasil, 1973), constata-se um avanço significativo, evidenciado na Figura 18, que reproduz um recorte da planilha do referido anuário. Nesse período, o trecho entre Pelotas e Canguçu, com 55,4 km de extensão total, encontrava-se praticamente concluído, restando pavimentar apenas 7,4 km.

Figura 18 - Recorte da Planilha sobre a situação das vias em 31/12/1972

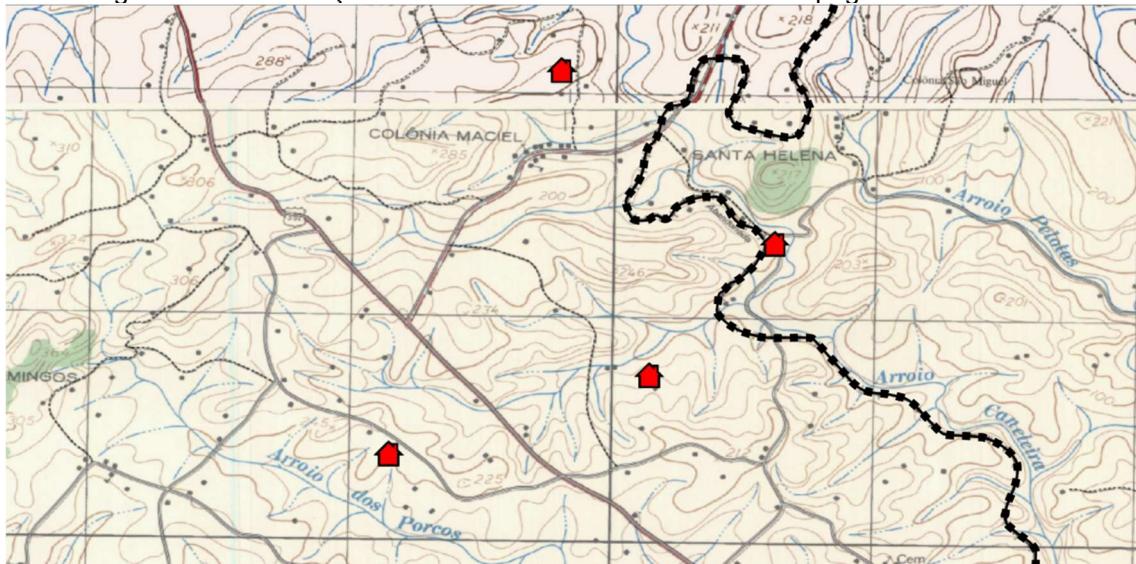
2.1. – EXTENSÃO DA REDE RODOVIÁRIA							
2.1.5. – RODOVIAS FEDERAIS							
2.1.5.2. – SITUAÇÃO FÍSICA GLOBAL, POR TRECHOS, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO EM 31/12/1972							
REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO		TRECHO DA RODOVIA		EXTENSÃO (Km)			
BR	Discriminação	Extensão Total	Extensão A Construir	Total	Não Pavimentada	Pavimentada	
R.G.do Sul.....	—	6.850,6	2.883,1	3.967,5	1.035,7	2.931,8	
	392 Porto Lucena–Santa Maria	262,0	262,0	—	—	—	
	392 Santa Maria–São Sepé	56,0	—	56,0	—	56,0	
	392 São Sepé–Canguçu	180,6	45,0	135,6	135,6	—	
	392 Canguçu–Pelotas (e)	55,4	—	55,4	7,4	48,0	

Fonte: Anuário Estatístico dos Transportes (Anuário de Transporte, 1973)

Dessa forma, o território da Serra dos Tapes, especialmente no entorno da Colônia Maciel, revela como as transformações territoriais e as mudanças nos sistemas viários moldaram não apenas a ocupação espacial, mas também a percepção dos moradores sobre o lugar.

Observando a Figura 19, em que identificamos a localização de cada uma das casas sobre a carta topográfica do Exército Brasileiro, onde estão sobrepostos as estradas, a malha ferroviária e os cursos d'água, é possível analisar a relação das casas com elementos que outrora foram os responsáveis pela estruturação do território, como, por exemplo, os cursos d'água e a linha férrea.

Figura 19 – Localização das casas sobre recorte da Carta Topográfica do BDGex



Fonte: Elaborado sobre Carta Topográfica do Banco de dados geográficos do Exército Brasileiro (BDGex), disponível em <https://bdgex.eb.mil.br/bdgexapp/mobile/?l=962,953,963,961&c=-52.578790,-31.503675&z=12> (acesso em 19 dez 2024)

As reconfigurações administrativas e a evolução das vias de circulação modificaram o território, fazendo com que antigas relações espaciais sejam difíceis de ser compreendidas por quem não faz uma leitura mais ampla, considerando também fatores históricos, culturais e ambientais, pois eles continuam a moldar a vivência do espaço pelos habitantes. Embora as mudanças no território tenham sido impulsionadas por demandas econômicas e políticas, elas nem sempre respeitaram as relações simbólicas e afetivas dos moradores com o lugar.

2.2 Casas de Pedra

2.2.1 Casa Giusto Casarin – Vinhos João Bento

Família Casarin

Com base nas entrevistas do Banco de História Oral do Museu Etnográfico da Colônia Maciel (Mecom), sabemos que a família Casarin chegou à Colônia Maciel junto com a primeira leva de imigrantes italianos que veio ao

Brasil com destino a Pelotas. De acordo com João Casarin¹⁵, bisneta de Giusto Casarin, este grupo era composto por 12 famílias: Bettin, Schiavon, Pegoraro, Bortollo, Zoglia, Formentin, Zartrus, Doro, Aldrighi, Franconi, Cavallin e Casarin.

Giusto Casarin deixou a região de Veneza acompanhado de sua esposa e de, pelo menos, um de seus filhos, Luigi (ou Luiz) Casarin¹⁶. Giusto teve quatro filhos: Luigi, já mencionado, Adelaide, Antônio e Pedro. Após a morte de Giusto, a propriedade onde se encontra a casa de pedra, objeto desta pesquisa, foi herdada por Pedro, que era casado com Virgínia Schiavon Casarin. Após a morte de Pedro, no início da década de 1970, Virgínia vendeu a propriedade para Carlos (Carlito) Germano Osvaldo Blaas (Figura 20A), que era casado com Jovelina Casarin Blaas, neta de Giusto Casarin. Carlito dividiu a propriedade, em vida, entre seus três filhos e a porção de terra onde está localizada a propriedade em estudo foi herdada por sua filha Mari Terezinha Blaas da Silva e seu genro, João Bento Schiavon da Silva (Figura 20B).

Figura 20 - A) Carlito Blaas em frente à casa; B) João Bento e Mari Terezinha em frente à casa.



Fonte: A) Acervo do Mecom (2005); B) Captura de tela do vídeo "História da Vinhos João Bento", YouTube (2021)

Atualmente, moram no sítio onde a casa de pedra está localizada: o casal, Mari Terezinha e João Bento; a filha, Juliana Blaas da Silva, o genro, Clayton Rosa e os netos do casal. Ou seja, a propriedade está na mesma família há mais de 135 anos, desde o seu princípio. E, considerando que os futuros

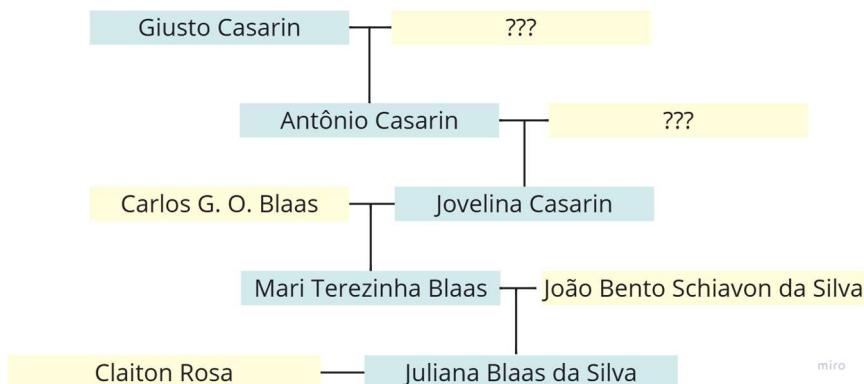
¹⁵ Entrevistado nos anos de 2000 e de 2005, pelo Mecom

¹⁶ Na entrevista da senhora Irene Casarin Scaglioni ela afirma que seu pai, Luigi, imigrou juntamente com o seu avô, Giusto, quando tinha 18 anos, porém nenhum outro entrevistado menciona a idade dos demais filhos de Giusto e se eles imigraram ou nasceram no Brasil.

herdeiros residem no local, é possível inferir que essa continuidade familiar se manterá por mais algumas décadas.

Na intenção de auxiliar na compreensão da estrutura da família, considerando apenas a ramificação que liga os atuais moradores aos imigrantes, compartilhamos a árvore genealógica resumida na Figura 21.

Figura 21 - Árvore genealógica da família de Mari Terezinha (resumida)



Fonte: autores (2024)

Atividades desenvolvidas no sítio

João Casarin, contou que seu pai dizia que Giusto trouxe consigo algumas mudas de parreira quando imigrou da Itália, e, com o tempo, a plantação foi sendo expandida. Na década de 1930, a família chegou a ter cerca de 6 mil pés de parreira, vendendo vinho na zona urbana de Pelotas¹⁷. João Casarin relembrou: “Meu pai muitas vezes descarregou aonde é o Guanabara agora. Ali tinha muitas casinhas com as portas redondas¹⁸, e eles enchiam a carroça com barris de vinho e iam vender lá” (Casarin, 2005).

¹⁷ Não temos informações suficientes para afirmar se esses 6 mil pés de parreira ficavam na propriedade estudada, sabemos apenas que pertenciam aos descendentes de Giusto Casarin.

¹⁸ Pela descrição, João Casarin fala da região do Largo Portugal, em frente à Estação Férrea de Pelotas. Podemos inferir que o pai de João, vendia a sua produção na Praça da Constituição, também conhecida como Praça das Carretas (atual região da Praça Vinte de Setembro). De acordo o Dicionário de História de Pelotas, “Essa praça, localizada na entrada do bairro Fragata, era utilizada como ‘paradouro’ de cavalos e carretas dos tropeiros e colonos que, cotidianamente, vinham da Campanha e da Serra dos Tapes para a cidade, com o objetivo de vender seus produtos” (Müller, 2017, p.155). É possível observar em fotografias antigas que a Praça das

Carlito, assim como João Casarin, também falou sobre a produção de vinho. De acordo com ele, quando comprou a propriedade, já havia parreiras plantadas, que ele cuidou por alguns anos. Após dividir a herança entre os filhos, transferiu a parte das terras com parreiras para um deles. Carlito aprendeu a fazer vinho com Pedro Cândido Casarin, o "Pedrinho", filho de Pedro Casarin e neto de Giusto. Em 2005, Carlito mencionou que seu genro, João Bento, havia assumido a produção de vinho. Apesar de não haver mais parreiras na propriedade, João Bento continuava a tradição vinícola, comprando uvas de outros produtores para fabricar o vinho.

João Bento, em 2023, relatou que seu sogro reduziu a produção de vinho para focar na produção de pêssegos, mas que ele, quando assumiu a propriedade, decidiu retomar e expandir a vinicultura. Cabe destacar que a partir da década de 1940, a tradição doceira da cidade de Pelotas ganhou força e o pêssego tornou-se um produto que trouxe muita prosperidade à zona rural de Pelotas e “é justamente nesse período doceiro que a identidade, construída através da vitivinicultura, que serviu de catalisador da cultura italiana, vai arrefecer” (Victoria, 2010, p.899). Porém, na década de 1980, uma crise provocou o fechamento da maioria das fábricas de compotas, o que coincide com a chegada de João Bento à propriedade (Mari Terezinha e João Bento se casaram no ano de 1986).

Pesquisadores como Tiaraju Duarte e Daniel Victoria afirmam que a identidade de muitos dos descendentes de italianos da Colônia Maciel está diretamente vinculada à vitivinicultura. Duarte opera com o conceito de identidade territorial e afirma que o vinho, além de produto, tornou-se um símbolo cultural poderoso, evocando memórias de outros lugares e tempos (Duarte, 2014). Victoria, por sua vez, cita diversos produtos agrícolas que garantiam a renda das famílias de imigrantes e de descendentes de imigrantes e destaca que de todos eles, o único que exigia certo nível de especialização era a produção do vinho. Nesse contexto, a ancestralidade se manifestava, e o grupo passava a se reconhecer como italiano. O saber relacionado à construção das pipas, ao

Carretas se estendia, aproximadamente, desde a Estação Férrea até a Santa Casa de Misericórdia, corroborando a memória compartilhada pelo pai de João Casarin.

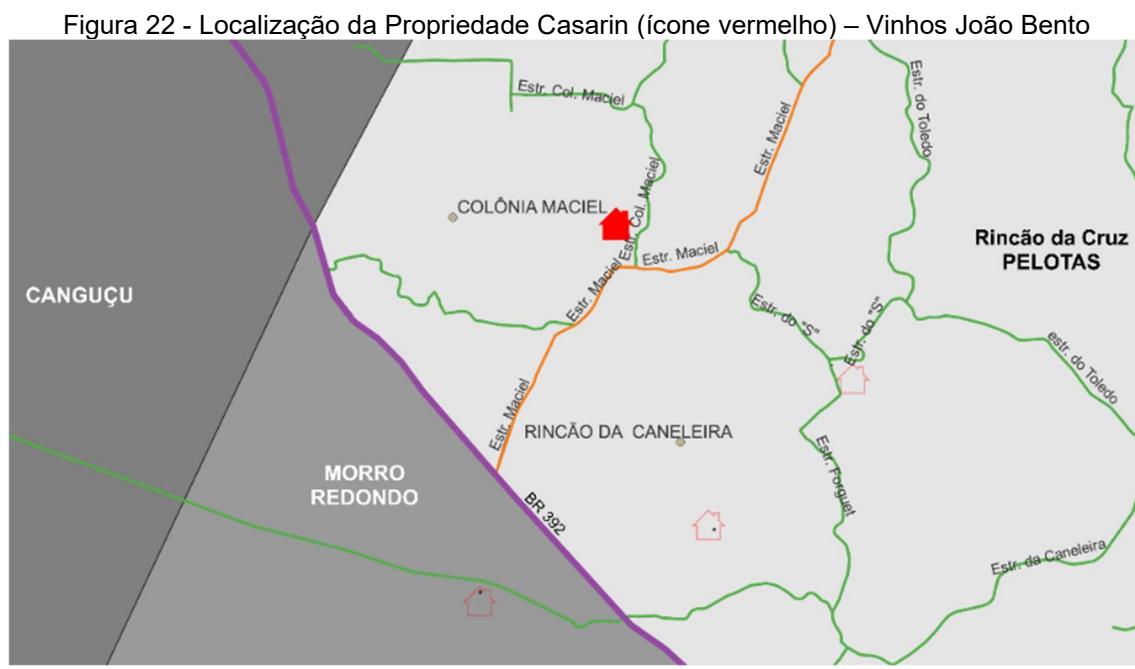
momento ideal para cortar os cachos e ao tempo de maturação do vinho desempenhou um papel importante na formação dessa identidade (Victoria, 2010).

Atualmente, o vinho é o principal produto do sítio, com marca registrada e controle de qualidade mais rigoroso, diferente dos vinhos coloniais do passado. João Bento também afirmou que a casa de pedra foi construída pensando na produção de vinho e que essa atividade nunca cessou na propriedade, nas palavras de João Bento:

Ela [a casa de pedra] já foi construída com a intenção de fazer vinho. Sempre teve vinho aqui. Nunca ficou sem ter vinho na propriedade. Só o primeiro ano, quando construíram, que tiveram que plantar o parreiral. Aí eu acho que o primeiro ano talvez não tenha tido vinho, mas no segundo, terceiro ano já começou a ter vinho e nunca ficou sem ter vinho aqui. (Silva, 2023).

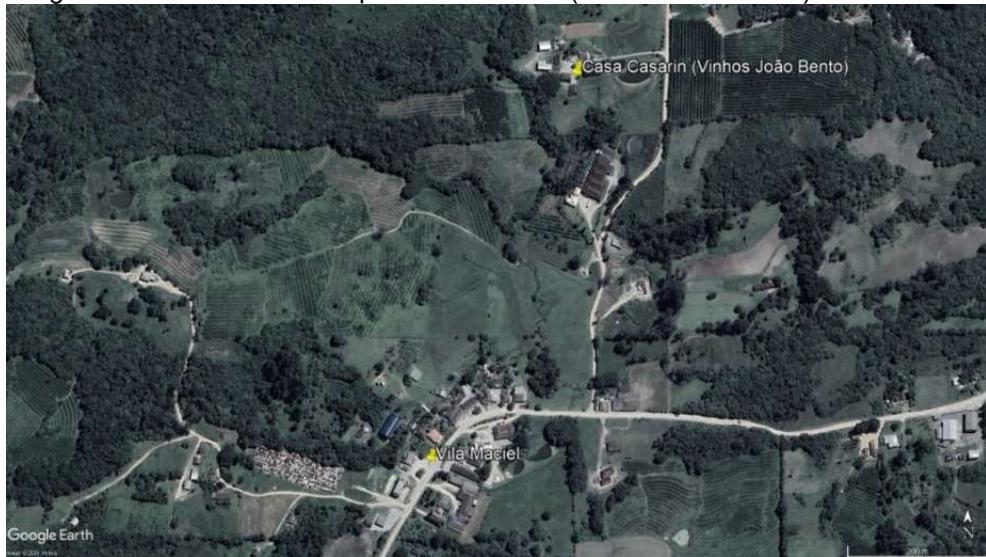
Estabelecimento e localização da propriedade

A propriedade adquirida por Giusto localizava-se próxima ao “*barracón*” e, atualmente, situa-se estratégicamente na Vila Maciel, com acesso pela Estrada Colônia Maciel - uma via secundária que conecta a Estrada Maciel (via principal) à região rural do município de Canguçu (Figura 22).



A distância entre a propriedade e a Vila Maciel é de aproximadamente 650 metros (Figura 23), sendo, inclusive, possível visualizar a vila a partir de alguns pontos da propriedade, como podemos observar na Figura 24. Ou como é possível mensurar observando a Figura 25, onde no canto superior esquerdo vemos a igreja Sant'Anna (indicada por uma seta vermelha) localizada na Vila e mais à direita, quase no centro da imagem, temos um retrato da propriedade Giusto Casarin/Vinhos João Bento.

Figura 23 - Distância da Propriedade Casarin (Vinhos João Bento) à Vila Maciel



Fonte: Elaborada pelos autores na plataforma Google Earth (imagem de 12 de janeiro de 2024)

Figura 24 - Vila Maciel vista a partir do acesso à Propriedade Casarin (Vinhos João Bento)



Fonte: autores (2022)

Figura 25 - Proximidade da propriedade Giusto Casarin/Vinhos João Bento da Vila Maciel.



Fonte: Flycamerapel. Disponível em <https://shre.ink/bQOC> (Facebook), 2021.

Portanto, embora o acesso à propriedade se dê por uma via vicinal estreita e com pouca infraestrutura, esta é a propriedade de mais fácil acesso entre as estudadas. Isso se deve à sua proximidade com a área de urbanização específica, facilitando a localização e o deslocamento dos visitantes. Além disso, a maior parte do percurso, vindo de qualquer uma das cidades da região, é feita por estradas de grande infraestrutura (Rodovia BR 392 e Estrada Maciel).

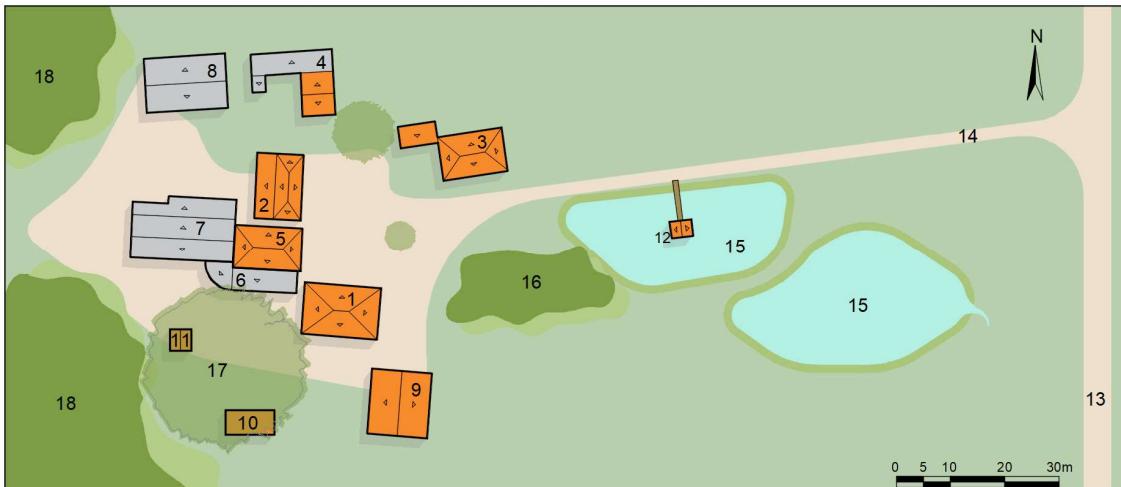
Essa proximidade, primeiro ao “*barracón*” e, mais recentemente, à Área de Urbanização Específica (AUE), facilitou o desenvolvimento da propriedade, que sempre esteve mais próxima da centralidade da colônia, onde havia alguma infraestrutura pública. Foi essa proximidade à AUE que facilitou o estabelecimento de uma atividade com caráter turístico e comercial. A propriedade destaca-se por abrigar uma vinícola que leva o nome de um de seus proprietários: Vinhos João Bento. Aberta ao público, a vinícola possibilita que a população em geral possa visitá-la. E a atividade, estimula os proprietários na conservação e manutenção da casa de pedra da propriedade.

Organização atual do sítio

Além de quatro construções que foram edificadas originalmente com a função de serem residências, o sítio conta com diversas outras edificações de apoio às atividades agrícolas e comerciais da propriedade. Na Figura 26 temos uma planta de implantação onde os prédios existentes no ano de 2023 foram

documentados. Esse conjunto foi construído ao longo de mais de 135 anos, refletindo diferentes épocas, condições econômicas e necessidades das famílias que viveram ou vivem nesse espaço.

Figura 26 – Implantação da Propriedade Vinhos João Bento



LEGENDA

- | | |
|--|---|
| 1. Casa de Pedra | 10. Garagem 2 (Carroças) |
| 2. Cervejaria 1 | 11. Brinquedos Infantis |
| 3. Residência dos Proprietários | 12. Casa sob Palafita para Contemplação |
| 4. Residência da Filha dos Proprietários | 13. Via Pública |
| 5. Vinícola 1 | 14. Acesso à Propriedade |
| 6. Garagem/Oficina | 15. Açudes |
| 7. Vinícola 2 | 16. Árvores Frutíferas |
| 8. Cervejaria 2 | 17. Figueira Centenária |
| 9. Garagem 1 (Automóveis/Trator) | 18. Mata Nativa |

Fonte: elaborada pelos autores (2024)

O conjunto edificado é composto por dez prédios, incluindo duas residências, três garagens, quatro fábricas e um prédio comercial: a casa de pedra. Bem em frente ao acesso, estão duas das fábricas: uma dedicada à fabricação de vinhos e a outra à produção de cervejas. Em frente à vinícola, há um letreiro com o nome do empreendimento da família. Em frente à cervejaria, há um espaço elevado do solo, onde mesas com bancos estão dispostas, permitindo que os visitantes se sentem para consumir as cervejas, chopes, vinhos e sucos comercializados no local (Figura 27)

Figura 27 - Vinícola e Cervejaria – Vinhos João Bento



Fonte: autores (2022)

Atrás dessas duas edificações há dois prédios de maior proporção: um dedicado à fabricação de cerveja e outro, de vinhos. Na lateral esquerda do acesso, numa área um pouco mais elevada do terreno, está a residência da filha, do genro e da neta do casal de proprietários. Na Figura 28 é possível visualizar a mencionada casa e a cervejaria, localizada logo atrás dela. Todas as edificações mencionadas são de alvenaria de tijolos cerâmicos.

Figura 28 - Casa da filha dos proprietários (à direita). Cervejaria ao fundo da casa (à esquerda)



Fonte: autores (2022)

Casa de pedra hoje

Ao lado esquerdo do acesso, está implantada a casa de pedra, que é o edifício mais imponente do conjunto edificado no sítio, destacando-se tanto por sua volumetria quanto pela textura marcante de suas paredes. No entanto, seu valor vai além do aspecto físico: ela carrega em si as memórias ancestrais da família que habita a propriedade. Construída por Giusto Casarin em 1888, como

registrado na pedra da fachada (Figura 29), a casa testemunhou a passagem de quatro gerações de proprietários, como já foi relatado anteriormente.

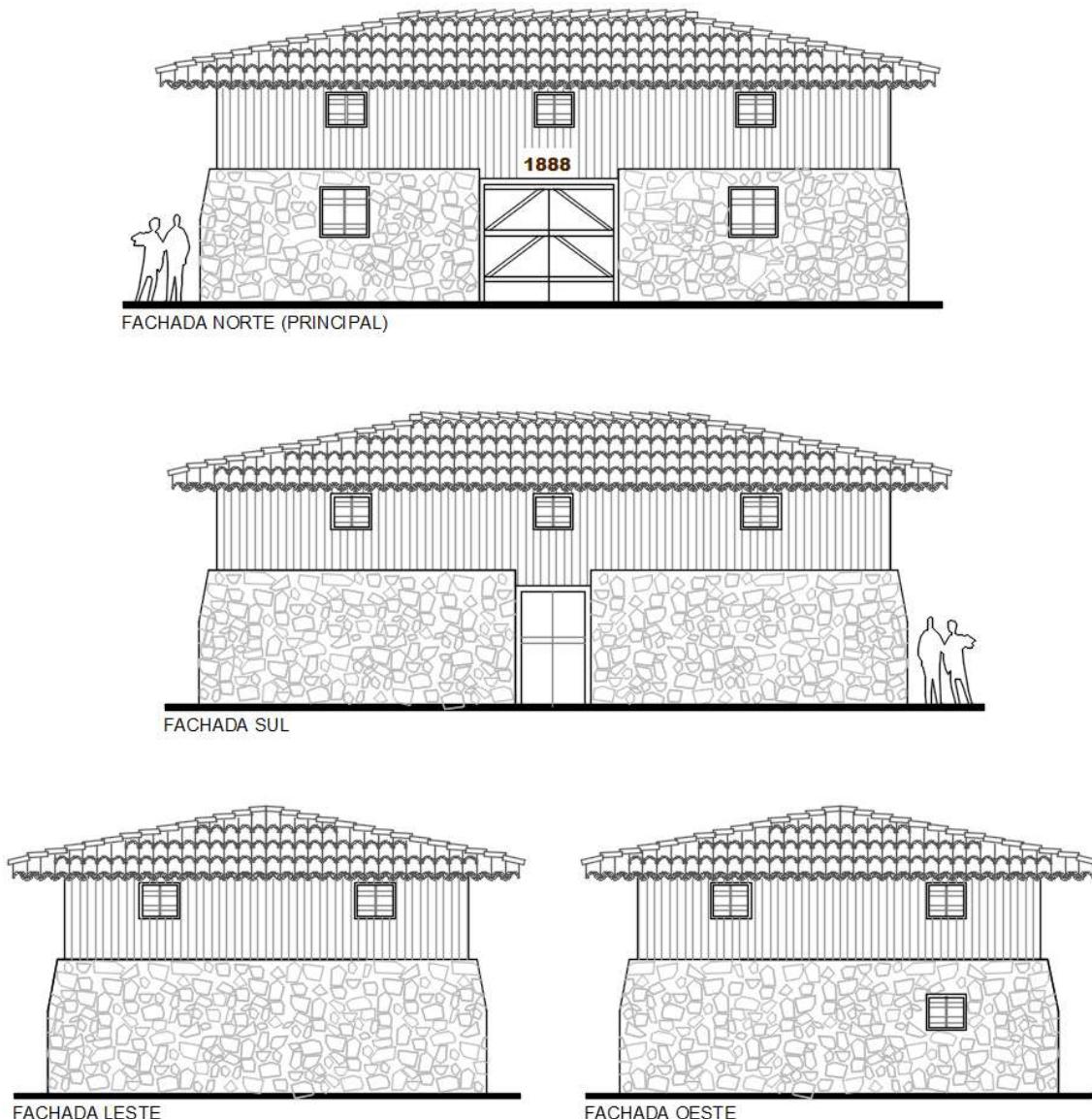
Figura 29 - Assinatura do construtor e ano da construção talhada em pedra na fachada da casa.



Fonte: Acervo dos autores (2022)

A casa foi edificada em uma área plana do terreno, dessa maneira ela fica totalmente acima do solo, uma característica que não é muito comum nas casas de imigrantes italianos de outras regiões, que comumente aproveitam-se de uma inclinação do terreno para construir o porão. A construção empregou uma técnica mista: no térreo, originalmente utilizado como cantina, as paredes são de pedra arenito ferruginoso bruto; no segundo pavimento, destinado aos dormitórios da família, as paredes são feitas de madeira. Na Figura 30 apresentamos uma representação gráfica das quatro fachadas da casa de pedra, onde podemos observar as texturas dos materiais de construção, a simetria da edificação e a maneira como ela é implantada no terreno: totalmente acima do solo.

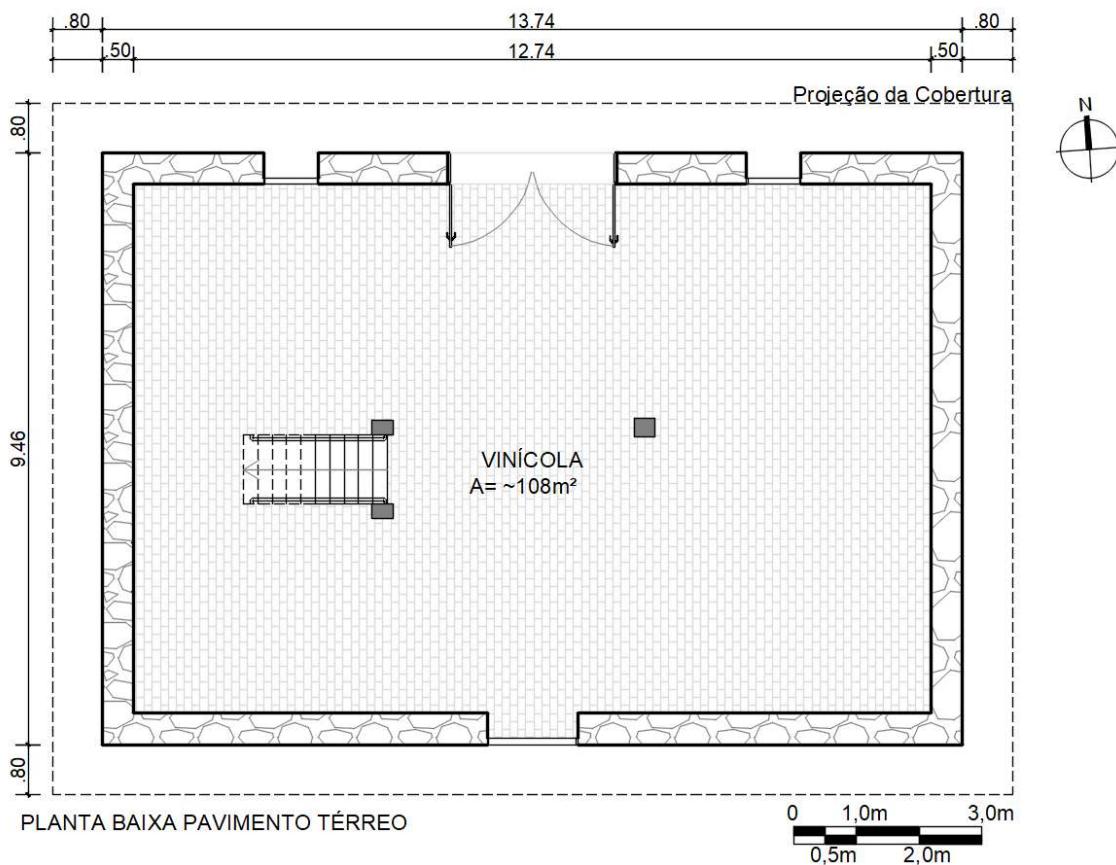
Figura 30 – Fachadas da Casa de Pedra Giusto Casarin - Vinhos João Bento



Fonte: autores (2024)

As plantas baixas são bastante simples. No térreo (Figura 31), a área útil é de aproximadamente 108m² e as paredes têm uma espessura média de 50cm. As medidas do grande salão onde são realizadas as atividades comerciais da vinícola e da cervejaria são de aproximadamente 12,7m longitudinais por 8,5m transversais. Todas essas medidas são aproximadas porque a espessura das paredes varia em alguns pontos. Há três pilares de sustentação do assoalho posicionados com medidas não equidistantes. À direita de quem acessa o prédio, está localizada a escada que leva ao segundo pavimento. O piso é de tijolos cerâmicos.

Figura 31 - Planta Baixa Pavimento Térreo



Fonte: autores (2024)

No pavimento térreo, são realizadas as transações comerciais, como pode-se observar na Figura 32, que se trata de uma captura de tela do passeio virtual que apresentaremos na sequência. Além disso, é nesse pavimento que a família armazena e expõe alguns dos produtos que comercializa e mantém algumas pipas de madeira antigas. Na Figura 33 é possível observar algumas dessas pipas¹⁹, diversos engradados de garrafas, o presépio que estava exposto no dia da captura dessas imagens (novembro de 2023) e um móvel de madeira onde estão expostos, nas prateleiras, garrafas de suco de uva.

¹⁹ Cristiano Gehrke e Fábio Vergara Cerqueira publicaram um ensaio visual intitulado “A confecção de pipas de madeira e a produção artesanal do vinho na Colônia Maciel – Pelotas/RS”, publicado na Revista Memória em Rede, no ano de 2010. Neste ensaio, os autores exploraram a produção artesanal de pipas de madeira e a produção de vinho na Colônia Maciel, em Pelotas/RS, concentrando-se nas práticas tradicionais que eram mantidas pelo Sr. João Casarin, que utilizava técnicas e métodos antigos para fabricar pipas de madeira e produzir vinho (Gehrke e Cerqueira, 2010).

Figura 32 - Fotografia panorâmica do pavimento térreo – balcão de atendimento



Fonte: Captura de tela do passeio virtual elaborado pelos autores (2024).

Figura 33 - Fotografia panorâmica do pavimento térreo – Pipas e produtos



Fonte: Captura de tela do passeio virtual elaborado pelos autores (2024).

Sobre o balcão do móvel de madeira, estavam o passaporte de Cesare Schiavon²⁰ (bisavô de João Bento) e uma fotografia onde alguns dos imigrantes foram fotografados, dentre eles, Cesare Schiavon. Esses dois registros estão

²⁰ Curiosidade: o passaporte foi emitido pelo Reino da Itália, durante o reinado de Umberto I (1878-1900). O passaporte contém informações pessoais, como idade (31 anos), altura (1,57 metros), cor dos cabelos (castanhos), olhos (castanhos) e outros detalhes físicos. Nele, consta o nome da esposa de Cesare, Franchiesca (cujo sobrenome é difícil de compreender), que tinha 33 anos. Também constam os nomes e idades dos filhos do casal: Luigi, 10; Giuseppe, 8; Eugenia, 6; Federico, 4; Ferdinando, 2 e; Erminio, 1. Emitido pelo Ministério dos Assuntos Estrangeiros, o passaporte autorizava Cesare Schiavon a viajar para a América e a circular livremente em países com os quais a Itália mantinha relações diplomáticas pacíficas. (observação: fizemos a leitura do passaporte com auxílio de inteligências artificiais. É possível que alguns dados não sejam precisos).

emoldurados, ficam sempre à disposição dos visitantes e podem ser observados na Figura 34.

Figura 34 - Passaporte de Cesare Schiavon e fotografia de imigrantes italianos

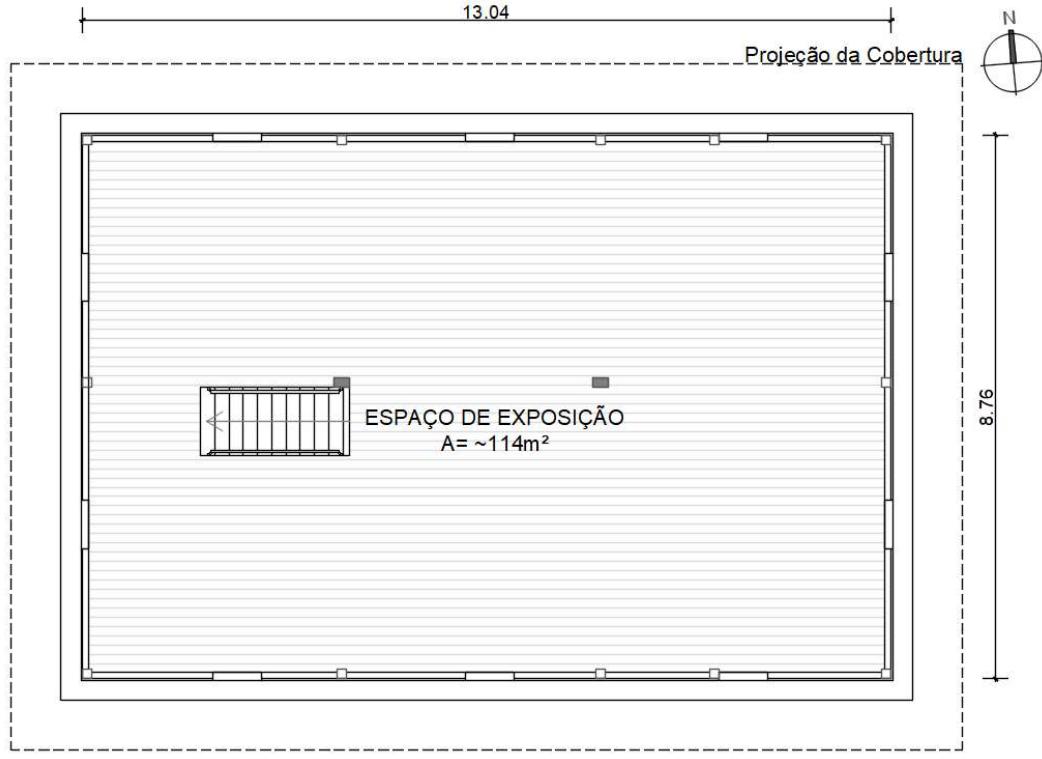


Fonte: Flycamerapel (Facebook), 2021.

As paredes internas do pavimento térreo são todas em pedras aparentes e é possível visualizar a estrutura de madeira que fica entre as pedras. As juntas entre as pedras são secas, mas em alguns pontos foi inserida argamassa, tanto ao longo das paredes como para dar um acabamento ortogonal nas esquadrias.

O pavimento superior, assim como o térreo, não conta com divisórias. O fechamento das paredes deste pavimento é de madeira, com espessura menor que no térreo, o que ocasiona um aumento na área útil do espaço que é de aproximadamente 114m², sendo a medida longitudinal de 13,04m e a transversal de 8,76m, como podemos observar na Figura 35.

Figura 35 - Planta Baixa Pavimento Superior

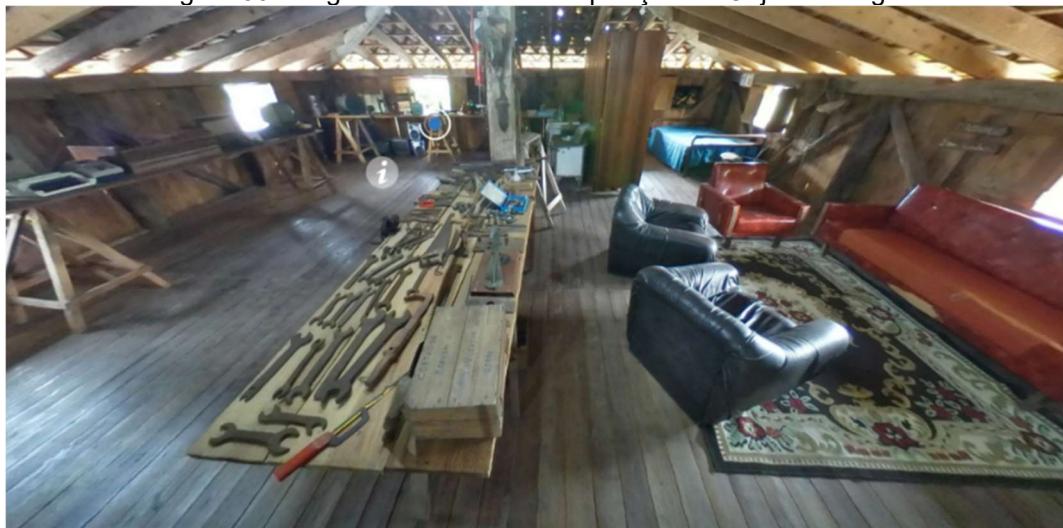


PLANTA BAIXA PAVIMENTO SUPERIOR

Fonte: autores (2024)

Neste salão, localizado no segundo pavimento, que originalmente era o espaço dos quartos da família Casarin, os atuais proprietários do sítio organizaram um espaço de exposição de objetos antigos variados, como por exemplo: cédulas de dinheiro, ferramentas diversas, equipamentos agrícolas, objetos domésticos, móveis etc. Na Figura 36, uma captura de tela do passeio virtual, é possível visualizar alguns dos objetos expostos.

Figura 36 - Segundo Pavimento - Exposição de Objetos Antigos



Fonte: Captura de tela do passeio virtual elaborado pelos autores (2024).

Resumidamente, a casa foi edificada com três matérias primas: pedras nas paredes do térreo, cerâmica nas telhas e nos tijolos assentados como piso no pavimento térreo e madeira na estrutura do assoalho, no assoalho, no fechamento das paredes do pavimento superior, na estrutura do telhado e nas esquadrias. Além disso, há poucas ferragens nas esquadrias e um pouco de argamassa nas paredes de pedra, conforme descrito anteriormente.

Passeio virtual pela propriedade

Durante a descrição da propriedade, feita nas seções anteriores, citamos o passeio virtual, uma etapa da documentação que fizemos com a intenção de democratizar o acesso ao sítio e à casa. Optamos por disponibilizar o acesso ao final da descrição, pois assim o leitor pode “visitar” a propriedade após ter tido acesso a algumas informações que ajudarão a guiar o olhar durante o passeio.

O passeio pode ser acessado tanto por computador quanto por dispositivos móveis, como celulares ou tablets. Para visitar a Propriedade Vinhos João Bento, basta clicar no link <https://orbix360.com/wCfla5yY2> ou escanear o QR Code da Figura 37.

Figura 37 - QR Code: Passeio virtual à Propriedade Vinhos João Bento



Nos dispositivos móveis, é necessário permitir o acesso aos sensores de movimento do aparelho²¹, clicando em “Allow” (cuja tradução literal para português é “permitir”). Acessando pelo computador, é necessário clicar na tela e arrastar enquanto segura o botão do *mouse* pressionado para movimentar a visualização. Acessando por dispositivos móveis, é possível clicar e arrastar ou movimentar o aparelho para observar outros ângulos de visão.

Existem ícones com a letra “i” que fornecem informações sobre a propriedade ou o passeio virtual, e ícones com um ponto azul, que, ao serem clicados, permitem a navegação pelo ambiente. Na parte inferior da tela, miniaturas das imagens facilitam o acesso a outros pontos do passeio. Na Figura 38-A podemos observar esses ícones e miniaturas na captura de tela do celular e na Figura 38-B, na captura de tela do computador.

Figura 38 - Capturas de tela do passeio virtual à Casa Giusto Casarin - Vinhos João Bento



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Reforçamos o convite para que o leitor faça o passeio virtual antes de prosseguir a leitura, quando passaremos a uma análise das mudanças pelas quais a propriedade passou e, posteriormente, a uma análise da arquitetura da propriedade.

²¹ Ao acessar a plataforma, aparece a seguinte mensagem, em inglês: “*This immersive website requires access to your device motion sensors*”, cuja tradução literal é algo como “Este site imersivo requer acesso aos sensores de movimento do seu dispositivo”

Múltiplas camadas temporais

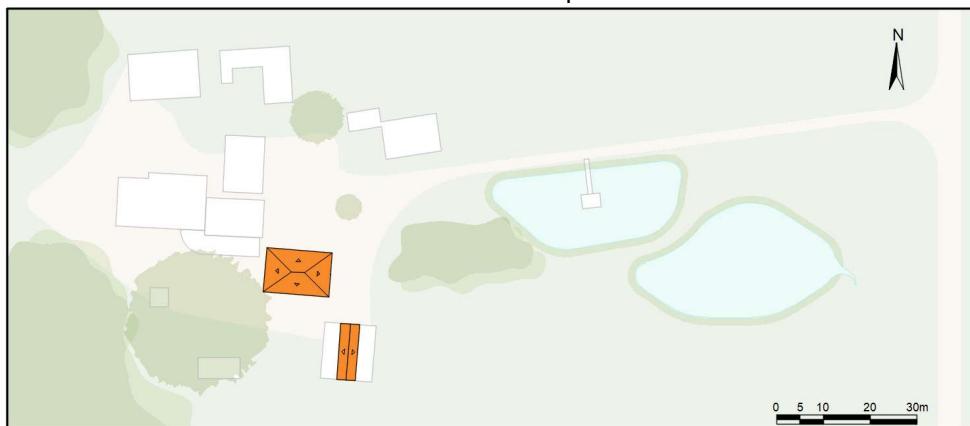
O sítio e a casa de pedra edificada por Giusto Casarin passaram por diversas outras conformações desde 1888 até os dias atuais. Não temos como reconstituir todas elas. Porém, utilizando o acervo de História Oral do Mecom e as entrevistas realizadas durante esta pesquisa, buscaremos descrever algumas fases dessa propriedade. Também faremos uso dos trabalhos mencionados no subcapítulo "Estado da Arte" na introdução e do levantamento arquitetônico realizado por Fernanda Tomiello e Rachel Lazzarotto em 2008, no âmbito da disciplina de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo III, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel.

Ao receberem o lote, Giusto e sua família construíram uma casa de pedra que sobreviveu ao tempo, além de um prédio adjacente que servia como cozinha e sala de jantar. Carlos (Carlito) Germano Osvaldo Blaas²² descreveu esse edifício, que a família chamava de "caseta". Segundo Carlito, a construção era feita de alvenaria de tijolos, media aproximadamente quatro metros de largura por 12 metros de comprimento e se localizava onde hoje fica a garagem do caminhão. Ele mencionou que a "caseta" havia sido demolida alguns anos antes da entrevista.

Na Figura 39 mantivemos a planta de implantação da propriedade Vinhos João Bento, conforme ela se encontra no ano de 2024, em tons suaves e destacamos a casa de pedra, primeira edificação do sítio, acompanhada da caseta, de acordo com a descrição feita por Carlito. Mantivemos o mesmo alinhamento da atual garagem do caminhão, que, por coincidência ou não, tem 12 metros de comprimento, a mesma medida que Carlito afirmou ter a caseta. Não temos informações suficientes para analisar as mudanças ocorridas nos elementos naturais do sítio.

²² Entrevistado pelo Mecom em junho de 2005, aos 78 anos.

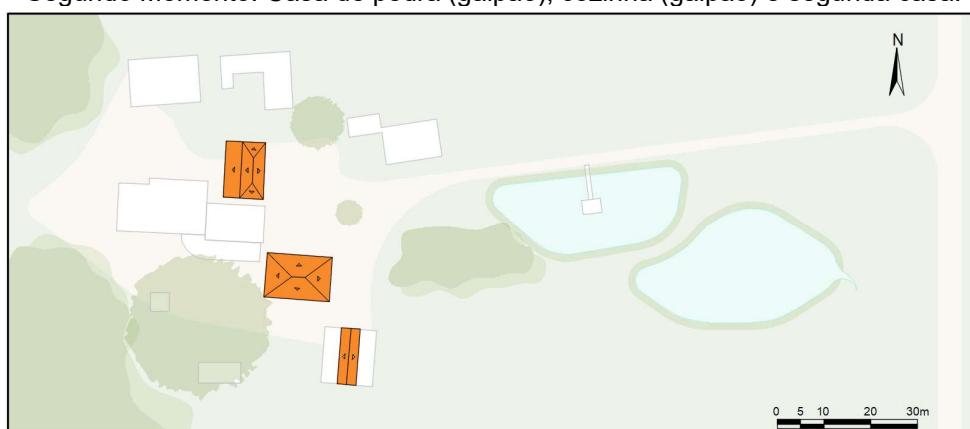
Figura 39 – Simulação da implantação da propriedade Casarin
Primeiro Momento: casa de pedra e cozinha



Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Após a família de Giusto ter se estabelecido na propriedade, com suas lavouras prosperando e uma situação financeira mais estável, uma nova casa foi construída próxima à casa de pedra (Figura 40).

Figura 40 - Simulação da implantação da propriedade Casarin
Segundo Momento: Casa de pedra (galpão), cozinha (galpão) e segunda casa.



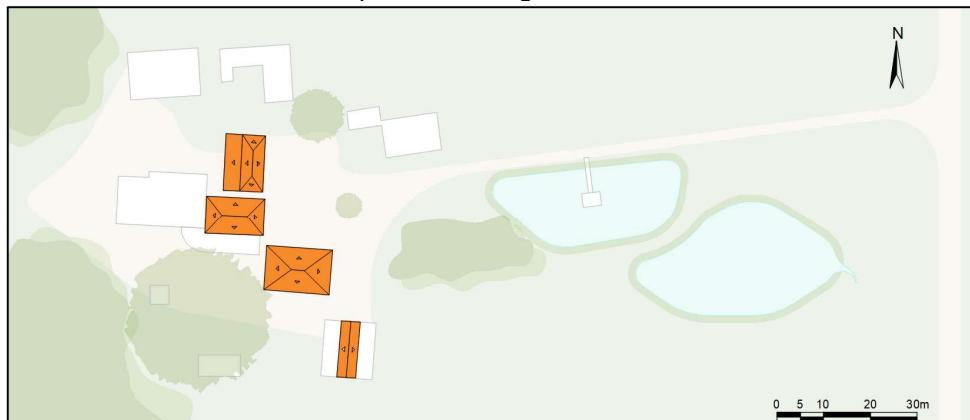
Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Essa segunda casa, construída em alvenaria de tijolos cerâmicos, rebocada e pintada, com telhas de cerâmica e esquadrias de madeira, destaca-se por técnicas construtivas, acabamentos e detalhes bastante diferentes da casa de pedra, que apresenta um aspecto mais rústico. A edificação inclui ornamentos como guarnições nas esquadrias e esculturas cerâmicas nos cantos

das cumeeiras²³. João Bento não soube precisar a data exata de construção, mas afirmou que a casa tem mais de 100 anos. Atualmente, ela é utilizada como suporte para as atividades comerciais do sítio, onde é vendido chope aos visitantes, que podem se acomodar em mesas e bancos dispostos em frente ao prédio.

Ao lado dessa segunda casa, há uma edificação situada bem próxima (Figura 41). Embora os entrevistados não tenham mencionado o período de sua construção, pelas características das esquadrias e a coloração do telhado, deduzimos que ela foi construída após a segunda casa, mas antes da terceira.

Figura 41 - Simulação da implantação da propriedade Casarin Segundo Momento (expandido): Casa de pedra (galpão), cozinha (galpão), segunda casa e expansão da segunda casa



Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Carlito relatou que, ao adquirir a propriedade em 1973, morou inicialmente com sua família na segunda casa do sítio e posteriormente, construiu a terceira residência. Essa terceira casa, atualmente, é a principal residência da propriedade. A primeira, logo depois do acesso (Figura 42), voltada para a estrada, com um bem cuidado jardim em frente. Nela residem os proprietários do sítio.

²³ “**Cumeeira:** parte mais alta do telhado onde se encontram as superfícies inclinadas que constituem as águas e, também, a grande peça de madeira, situada na extremidade superior dos telhados, que une os vértices das tesouras e onde se apoiam os caibros do madeirame da cobertura. [...]” (Corona e Lemos, 1989, p.156)

Figura 42 - Simulação da implantação da propriedade Casarin
Terceiro Momento: Casa de pedra (galpão), cozinha (galpão), segunda casa e expansão,
terceira casa.



Fonte: elaborado pelos autores (2024)

João Bento e Mari Terezinha construíram uma quarta casa na propriedade, de acordo com João, há cerca de 35 anos, quando casaram e onde eles moraram por alguns anos. Atualmente o casal mora na casa edificada por Carlito, enquanto a filha do casal, juntamente com a sua família, mora nessa quarta casa (Figura 43).

Figura 43 - Simulação da implantação da propriedade Casarin
Quarto Momento: Casa de pedra (galpão), cozinha (galpão), segunda casa e expansão,
terceira casa e quarta casa.



Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Atualmente, como vimos anteriormente, existe uma série de prédios de apoio às atividades produtivas na propriedade. Em tempos pretéritos, embora

não existam relatos sobre outras estruturas, além das residências, é possível inferir que também havia uma série de galpões de apoio. Na Figura 44 podemos observar a configuração da propriedade atualmente, onde vemos a casa de pedra à esquerda, a segunda casa pintada de branco e com telhado de telhas cerâmicas escurecidas pelo tempo na parte superior central, a terceira casa no canto inferior direito, pintada de amarelo e com um telhado cerâmico e no canto superior direito, parcialmente oculta por uma árvore e pintada de amarelo, a quarta residência da propriedade.

Figura 44 - Conjunto edificado da propriedade Giusto Casarin/Vinhos João Bento da Vila Maciel



Fonte: Flycamerapel (Facebook), 2021.

A casa de pedra encontra-se em bom estado de conservação, com as pedras do pavimento térreo, em sua maioria, originais. É possível notar que algumas pedras foram substituídas ou inseridas posteriormente, mas sem comprometer a estrutura e o aspecto originais da casa. Perguntamos a João Bento a que ele atribuía a decisão pelo uso de pedras, em vez de outras técnicas construtivas também comuns entre os imigrantes da região. Ele atribuiu essa escolha a dois fatores principais: o primeiro é a abundância de pedras na propriedade, mencionando que há tantas pedras disponíveis que seria possível construir várias casas como essa. O segundo fator, de acordo com ele, que se alinha aos pesquisadores da temática, está relacionado à cultura italiana de

construir em pedra, especialmente devido à produção de vinho. João Bento fala sobre o isolamento térmico oferecido pelas paredes de pedra, uma característica importante para a fabricação e armazenamento de vinho e ele supõe que esse fator tenha sido importante na decisão.

A estrutura da casa é toda em madeira. Há grandes pilares, rudimentarmente talhados fincados no solo e nele se apoiam vigas que sustentam o segundo pavimento em madeira. Originalmente, havia uma viga que avançava para fora do prédio e era sustentada por um pilar externo à casa. Após a reforma, esse pilar e a parte saliente da viga foram suprimidos, conforme pode ser observado na Figura 45.

Figura 45 - Fachadas da casa de pedra com e sem pilar e viga aparentes



Fonte: Acervo de Fabrício Bassi (2007) e Acervo dos autores (2023)

Devido ao porte da casa, o construtor adicionou dois pilares equidistantes e aproximadamente no centro da casa, criando assim, seis quadrantes para distribuir a carga do segundo pavimento. Originalmente, esses pilares suportavam a carga da viga mestra²⁴, que sustenta os barrotes²⁵ e, além disso, eles continham escorras²⁶ diagonais que eram afixadas aproximadamente no seu centro e apoiavam em mais um ponto da viga e nos barrotes. Na reforma

²⁴ “**Viga**: elemento estrutural, de madeira, ferro ou concreto armado, geralmente em posição horizontal, que trabalha a flexão e que transmite os esforços às colunas que, por sua vez, trabalham a compressão. Travé ou madeiro grosso que sustenta os barrotes dos sobradinhos. VIGA MESTRA é a principal.” (Corona e Lemos, 1989, p.441)

²⁵ “**Barrote**: qualquer uma dentre uma série de pequenas vigas paralelas destinadas a suportar pisos, tetos ou telhados planos. Também chamado vigota e vigote.” (Ching, 2010, p.219)

²⁶ “**Escora**: elemento estrutural usado para se posicionar, apoiar, enrijecer ou imobilizar as peças de um sistema estrutural.” (Ching, 2010, p.272)

de 2014, essas escorras foram eliminadas com a intenção de facilitar a circulação no pavimento térreo. Isso foi possível devido à substituição, também, dos barrotes que passaram a ser mais robustos e, devido a essa robustez, passaram a ser utilizados em menor número. Podemos observar o descrito na Figura 46.

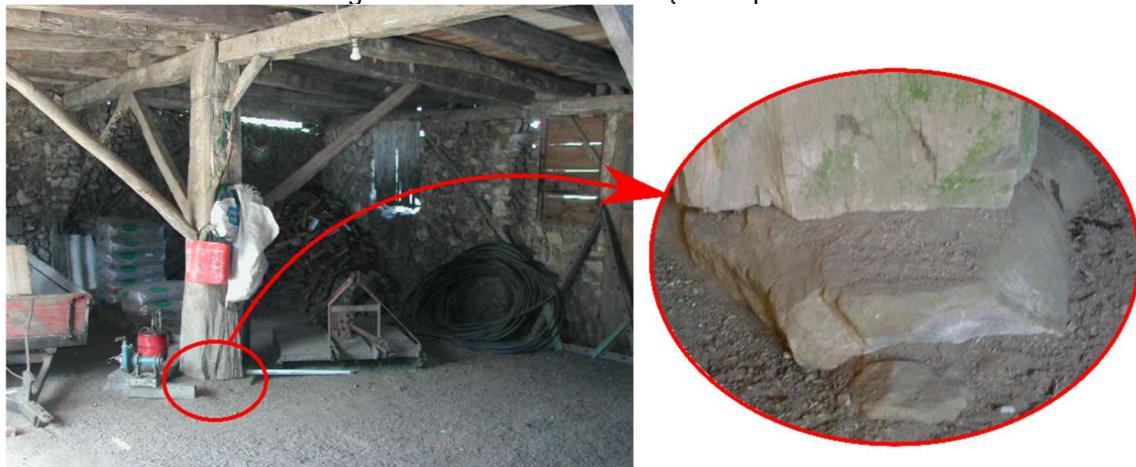
Figura 46 - Pavimento térreo antes e depois da reforma



Fonte: Acervo de Fabrício Bassi (2007) e Acervo dos autores (2023)

Também é possível observar na Figura 46 que originalmente o pavimento térreo tinha chão de saibro e que após a reforma a família optou por assentar tijolos cerâmicos como piso. Atualmente, com o piso, não é possível enxergar a fundação da casa, porém Tomiello e Lazarotto (2008) registraram a fundação de pedra, como podemos observar na Figura 47.

Figura 47 - Detalhe da fundação de pedra



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de fotografias dos acervo de Fabrício Bassi (2007) e de Fernanda Tomiello e Raquel Lazarotto (2008)

As peças de madeira da estrutura são encaixadas entre si. Atualmente, nota-se o uso de muitos pregos na fixação dessas madeiras, porém, antes da

reforma de 2014, a utilização de pregos era bem menos frequente, como pode ser observado na Figura 48.

Figura 48 - Encaixe das madeiras na estrutura



Fonte: Acervo de Fernanda Tomiello e Raquel Lazarotto (2008)

As pedras das paredes do pavimento térreo foram assentadas em duas camadas, conforme Posenato descreve: “praticamente erguiam-se dois muros: um interno e outro externo, com os lados mais irregulares das pedras amarrando-se ao meio” (1983, p.134). A maioria das pedras foi utilizada em seu formato natural, havendo algumas lascadas utilizadas entre as maiores para oferecer estabilidade ao conjunto e a junta entre elas, originalmente, era seca. Parte da estrutura de madeira fica encrustada nas paredes e só pode ser observada internamente.

O acesso ao segundo pavimento se dá por uma escada de madeira, cujos degraus mantêm as madeiras originais, de acordo com os entrevistados. Porém, comparando a foto atual com as anteriores à reforma de 2014, na Figura 49, observamos que ela era enclausurada e havia uma porta.

Figura 49 - Escada antes e depois da reforma



Fonte: Acervo de Fabrício Bassi (2007); acervo de Fernanda Tomiello e Raquel Lazarotto (2008) e Acervo dos autores (2023)

O segundo pavimento possuía assoalho e paredes de madeira, essas madeiras foram totalmente substituídas. Em entrevista de 2005, Carlito Blaas relatou ter trocado algumas madeiras do assoalho que haviam sido danificadas por infiltrações no telhado. Já em 2023, João Bento explicou que precisou substituir todas as madeiras do assoalho e das paredes, além de todas as esquadrias e grande parte da estrutura de madeira do piso e do telhado, pois estavam comprometidos.

Originalmente, a construção era rústica, com tábuas largas, brutas, não aparelhadas. Essa característica das tábuas usadas tanto no assoalho quanto nas paredes resultava em frestas no encontro das pranchas de madeira. Após a reforma de 2014, as únicas peças de madeira que foram mantidas foram as da estrutura: pilares e viga. Essa substituição, das vergas, dos caibros e das tábuas para o assoalho e para o fechamento das paredes por madeiras aparelhadas mudou consideravelmente o aspecto do espaço. Essas mudanças são perceptíveis comparando as fotografias da Figura 50.

Figura 50 - Segundo pavimento antes e depois da reforma



Fonte: Acervo de Fabrício Bassi (2007) e Acervo dos autores (2023)

Atualmente, o telhado é composto por telhas cerâmicas do tipo capa e canal, com um beiral²⁷ ao redor de toda a casa. Entre as mudanças pelas quais a casa passou, a reforma do telhado foi a mais significativa. Carlito, o terceiro proprietário, explicou que precisou reformá-lo porque as ripas²⁸ originais, feitas de tiras de coqueiro, se abriam e desalinhavam, causando goteiras que danificaram as madeiras do telhado e do assoalho. Ele manteve as telhas que chamou de originais e, durante os 32 anos que viveu na propriedade, contou que precisou reformar o telhado duas vezes, substituindo apenas as madeiras mais deterioradas para preservar parte da estrutura original.

Quando Carlito mencionou que manteve as telhas originais, ele se referia às que já estavam na casa quando se mudou para a propriedade. No entanto, conforme relatado por Irene Casarin Scaglioni, a casa originalmente era coberta por telhas de madeira. Irene explicou:

Ela [a casa] era tapada com tabuinhas, aquelas que os italianos faziam. Eles atoravam o pau: botavam a tora de pé e rachavam para fazer as tabuinhas para tapar as casas, porque não tinha com o que fazer, não tinham telhas, não tinha nada. Eu lembro porque eu ajudei o pai, quando eu era pequena (Scaglione, 2000).

Na literatura, essas telhas de madeira frequentemente são citadas como *scàndole* (Posenato, 1983; Bertussi, 1987; Gutierrez e Gutierrez, 2000),

²⁷ “**Beiral**: parte do telhado formada por uma ou mais fiadas de telhas, que faz saliência sobre o prumo da parede externa da construção [...]” (Corona e Lemos, 1989, p.75)

²⁸ “**Ripa**: fasquia de madeira. Sarrafo. Qualquer peça de madeira fina, estreita e comprida. Muito usada em gradeamentos para estuques, taipas de mão e para apoiar telhas dos telhados.” (Corona e Lemos, 1989, p.413)

entretanto, entre os entrevistados da Serra dos Tapes, essa palavra não foi mencionada. De acordo com Julio Posenato:

As coberturas de tabuinhas, que chamavam *scándole*, quase sempre rachadas, mas algumas vezes serradas, significaram por excelência o telhado característico da imigração italiana nos primeiros períodos. Colocadas com imbricação, a sobreposição constituía dois terços do comprimento, de forma que, nas coberturas, havia uma superposição de três camadas de tabuinhas. (Posenato, 1983, p.445)

Posenato (1983) também afirma que as tabuinhas precisavam ser renovadas periodicamente, a cada 20 ou 25 anos e que, por isso, cederam lugar a materiais mais duráveis. Na Casa Giusto Casarin, o telhado de tabuinhas foi substituído por telhas cerâmicas em algum momento que não sabemos precisar. Os atuais proprietários, assim como Carlito Blaas, dizem que mantêm as telhas do tipo capa e canal, a que eles se referem como “originais”. Entretanto, não temos como afirmar se essas foram as primeiras telhas que substituíram as tabuinhas.

Na reforma de 2014, os atuais proprietários fizeram um investimento considerável para renovar a estrutura da casa e João Bento relatou que, durante a obra, todas as telhas foram removidas, a estrutura de madeira do telhado foi substituída por novas madeiras e as mesmas telhas foram recolocadas. Na ocasião, a família decidiu rebaixar a cumeeira, o que Mari Terezinha, em conversa informal, explicou ter sido necessário devido às telhas “escorregarem” da estrutura. Essa situação provavelmente ocorreu porque as telhas originais de madeira haviam sido trocadas por telhas do tipo capa e canal, que exigem diferentes inclinações mínimas e máximas. Telhas planas normalmente toleram inclinações maiores, enquanto as curvas, como é o caso das telhas do tipo capa e canal, exigem ângulos de inclinação um pouco menores. Comparando as fotografias da Figura 50, observamos a diferença da altura da cumeeira antes e depois da mencionada reforma.

Esse rebaixamento da cumeeira foi uma das alterações que mais modificou a casa. Na Figura 51 podemos comparar as fotografias da parte externa da casa antes e depois dessa alteração. Na Figura 52 temos duas fotografias internas, de antes e de depois da reforma, com cotas mostrando a diferença interna de cerca de 70 centímetros.

Figura 51 - Altura da cumeeira antes e depois da reforma – vista externa



Fonte: acervo dos autores (2010) e acervo dos autores (2023)

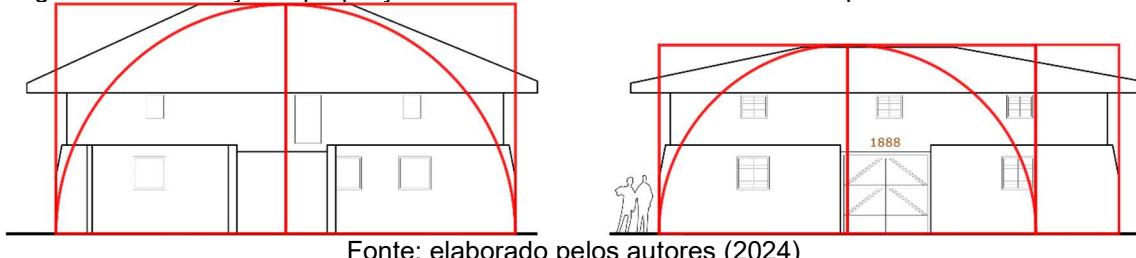
Figura 52 - Diferença nas alturas do segundo pavimento, antes e depois da reforma



Fonte: acervo de Fernanda Tomiello e Raquel Lazarotto (2008) e Captura de tela do passeio virtual (2023)

Por fim, na Figura 53, fizemos uma análise da alteração da proporção da casa. É possível perceber, observando os desenhos, que originalmente a casa tinha uma proporção de um para dois (1x2), sendo a largura aproximadamente o dobro da altura. Com a reforma, essa relação foi perdida. Aqueles que conheceram a casa antes da alteração, frequentemente comentam que tem a sensação de que a casa foi “achatada” verticalmente ou “alongada” horizontalmente.

Figura 53 - Mudança de proporção da Casa Giusto Casarin antes e depois da reforma de 2014



Fonte: elaborado pelos autores (2024)

2.2.2 Casa Portantiolo – Família Portantiolo Schmidt

Figura 54 - Aquarela da Casa Portantiolo



Fonte: Desenho de Fernanda Tomiello (2023)

Família Portantiolo

De acordo com o Livro Tombo da Paróquia Sant’Anna, o agricultor Antônio Portantiolo chegou à Colônia Maciel em 1887. Embora o registro contenha apenas os nomes dos patriarcas das famílias, os primos Antônio Luís Portantiolo e José Luís Portantiolo²⁹ relataram que seu bisavô imigrou acompanhado da esposa, Judita Carniatto – a quem Antônio Luís chamava de “noneta” –, e de pelo menos um dos filhos, Luís Portantiolo, o avô dos entrevistados. Luís Portantiolo casou-se com Emília Artuzo³⁰ (Figura 55).

²⁹ Entrevistados pelo Mecom no ano de 2005, quando Antônio tinha 72 anos e Luís 61 anos.

³⁰ Nos registros do acervo fotográfico do Mecom, Emília consta como sendo natural de Córdoba na Argentina. Porém, Antônio Luís disse que provavelmente ela era filha de Ângelo Artuzo, outro imigrante que chegou à Colônia Maciel no mesmo ano que Antônio e Judita, provavelmente vindo no mesmo navio, de acordo com os registros do Livro Tombo da Paróquia Sant’Anna. Nas palavras de Antônio Luís: “A minha avó era Artuzo, devia ser filha do Ângelo Artuzo, ela tinha um irmão que morava lá na Argentina e quando nós morávamos ali em baixo, ele apareceu com a filha junto, ela tinha de 12 a 15 anos, aí passaram a semana, um pouco com nós, com o tio Ito e também com a irmã dele.” (Antônio Luís Portantiolo, 2007). Talvez dessa visita tenha surgido a confusão sobre a origem de Emília.

Figura 55 - Retrato de Luís Portantiolo e Emilia Artuzo Portantiolo



Fonte: acervo fotográfico do Mecom

Em um outro momento, Antônio Luís Portantiolo³¹ relatou que, ao chegar na Colônia Maciel, a família ficou abrigada no “barracón” e, após algum tempo, estabeleceu-se em uma casa bastante rústica, com telhado de meia-água³² localizada nas margens do Arroio Forqueta. Usando as palavras do Antônio Luís: “depois de um tempo, os filhos se espalharam por aí” e, nesse contexto, Luís e sua família se estabeleceram no sítio deste estudo.

Antônio Luís, que era neto de Luís e Emilia³³, contou que morou na casa de pedra até completar seis anos de idade. Disse que quando seus pais casaram moraram ali e só se mudaram para uma casa própria depois de terem dois filhos: Antônio Luís e sua única irmã. Não temos relatos sobre os demais irmãos terem morado na propriedade após adultos, sabemos apenas que a propriedade onde a casa está implantada ficou, como herança, para Agostinho Portantiolo, que se casou com Erna Catarina Kurtz, com quem teve cinco filhos, dentre eles José Luís³⁴ e Nádia³⁵, a filha mais jovem do casal. Nádia herdou a propriedade e atualmente reside nela, juntamente com seu marido Clenderci Kohls Schmidt, sua filha Geruza e seu genro. Na intenção de auxiliar na compreensão da estrutura da família, considerando apenas a ramificação que liga os atuais

³¹ Entrevistado por Fabrício Bassi em 2007, quando tinha 74 anos.

³² **Meia-água:** nome dado ao telhado constituído de um só plano inclinado.

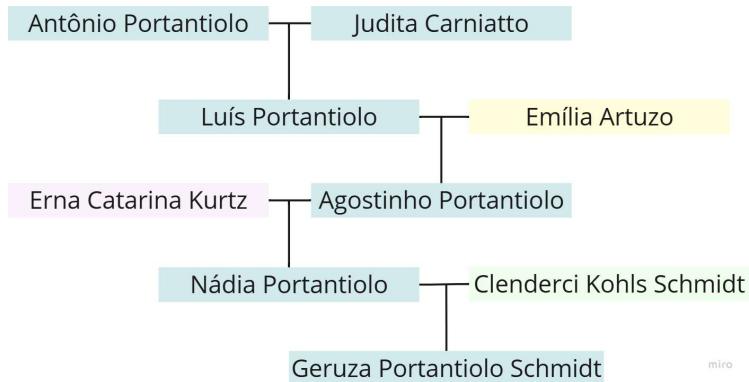
³³ Não há menção ao nome do pai de Antônio Luiz em nenhuma das entrevistas.

³⁴ Entrevistado pelo Mecom em 2005 e por Fabrício Bassi em 2007.

³⁵ Entrevistada em 2024 para esta pesquisa

moradores aos imigrantes, compartilhamos a árvore genealógica resumida na Figura 56.

Figura 56 - Árvore genealógica da família de Nádia (resumida)



Fonte: autores (2024)

Estabelecimento e localização da propriedade

De acordo com os relatos de Antônio Luís, José Luís e Nádia, a casa de pedra foi a primeira edificação do sítio, construída por seu avô Luís com o auxílio de seus dois filhos mais velhos, Agostinho e Antônio. Embora não haja registro exato do ano da construção, é possível estimar que a casa tenha sido erguida nas primeiras décadas do século XX. Luís, que imigrou da Itália com cinco anos em 1887, provavelmente construiu a casa por volta dos seus 30 anos, entre 1910 e 1920. Nessa época, é possível que seus filhos já fossem grandes o suficiente para ajudá-lo na obra, sendo crianças mais velhas ou adolescentes.

A propriedade está localizada em um cenário de natureza privilegiada, incrustada em um resquício de Mata Atlântica nativa, como podemos visualizar na Figura 57. No entanto, o acesso ao sítio pode ser difícil para quem não conhece a região. Partindo de Pelotas em direção a Canguçu pela BR-392, cerca de 1,5 km após a rotatória de acesso ao município de Morro Redondo, é necessário virar à direita na Estrada da Caneleira, uma via vicinal estreita e com pouca circulação de veículos.

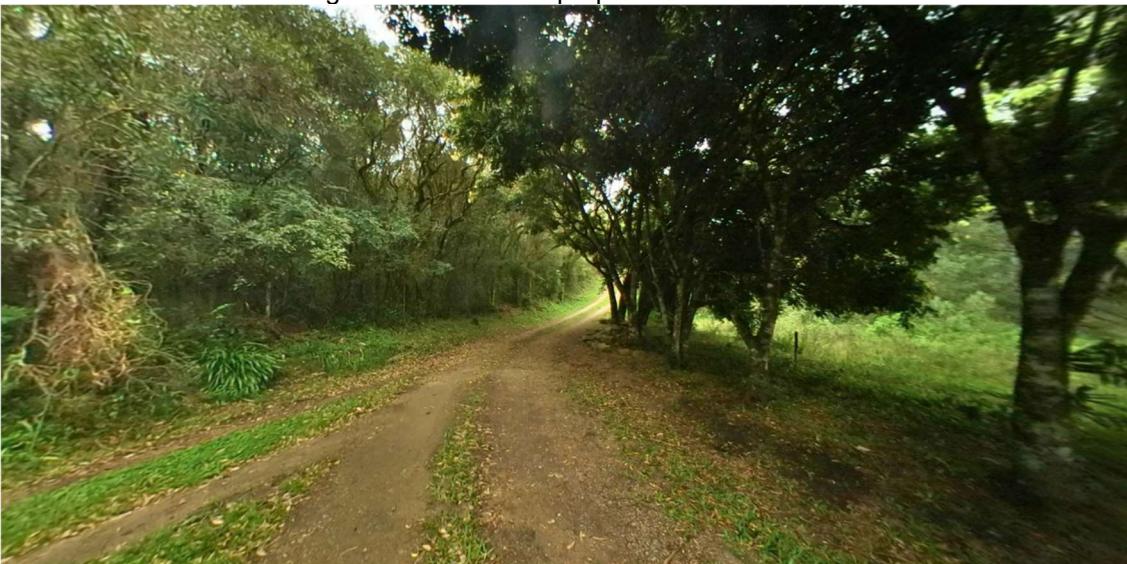
Figura 57 - Imagem aérea da propriedade Portantiolo, cercada pela mata nativa



Fonte: Elaborada pelos autores sobre imagem do Google Earth

Após percorrer pouco mais de 1 km nessa estrada, em meio a uma densa vegetação, encontra-se uma placa de madeira desgastada pelo tempo, com a palavra "Flores" e uma seta, indicando a entrada para o destino. Virando à esquerda, segue-se por um caminho local arborizado de cerca de 800 metros (Figura 58), até que as edificações da propriedade Portantiolo aparecem ao fundo.

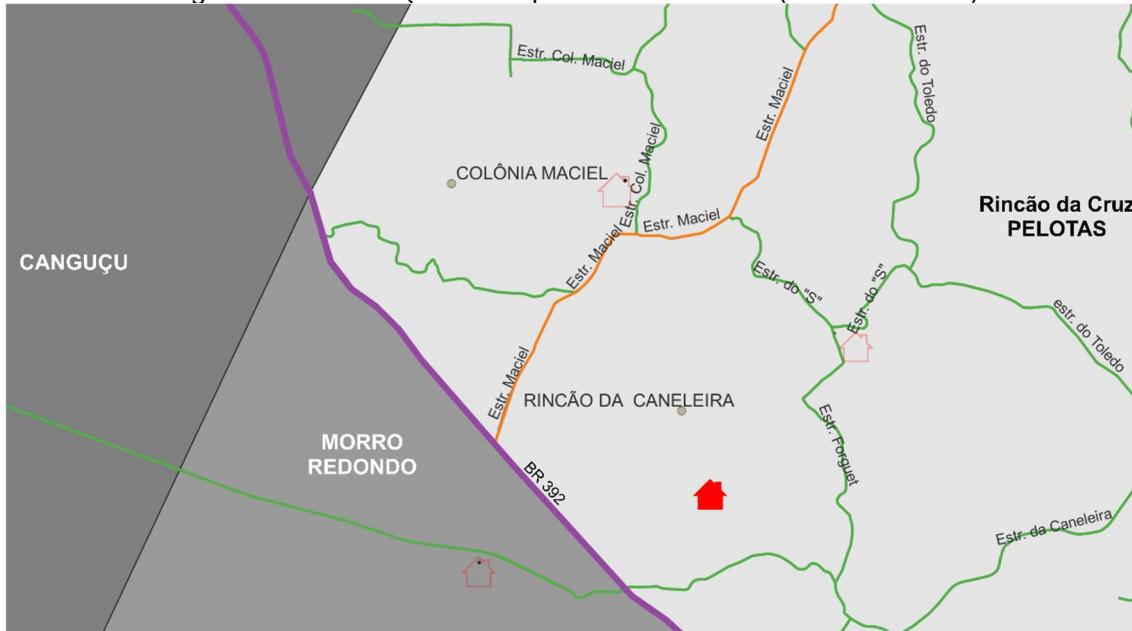
Figura 58 - Acesso à propriedade Portantiolo



Fonte: Captura de tela do passeio virtual elaborado pelos autores (2024).

A propriedade está localizada na Colônia Rincão da Caneleira, sendo vizinha de duas das outras propriedades estudadas, uma localizada na mesma estrada, porém no lado oposto da BR e, portanto, no município do Morro Redondo e a outra na Estrada do S, um pouco mais adiante, conforme podemos observar na Figura 59. A Área de Urbanização Específica mais próxima é a Vila Maciel, onde se concentra a maior parte dos comércios e serviços da região. No entanto, a família relatou que, com frequência, utiliza a estrutura do município de Morro Redondo em vez daquela de seu próprio município

Figura 59 - Localização da Propriedade Portantiolo (ícone vermelho)



Fonte: elaborada pelos autores no software QGIS - base cartográfica de Xavier e Silva (2022)

Atividades desenvolvidas no sítio

Atualmente, os proprietários do sítio Nádia Portantiolo Schmidt e Clenderci Kohls Schmidt plantam rosas, que vendem na zona urbana de Pelotas, além de manterem uma farta horta para produção de alimentos para a família. Esta horta é protegida por uma cobertura de tela de sombreamento (sombrite), porque devido à localização da propriedade, no meio da mata nativa, há uma infinidade de animais, sobretudo de pássaros, que atacam os alimentos da horta.

Schmidt, como o senhor Clenderci³⁶ é conhecido, relatou que, por cerca de 17 anos, sua família trabalhou em feiras, o que os levou a plantar uma grande diversidade de hortaliças e culturas típicas da região, como cebola, batata, feijão, abóbora, alho, pêssego e melancia. No entanto, ele observou que, atualmente, a região perdeu essa diversidade agrícola, com a maioria das propriedades dedicando-se ao cultivo de soja ou pêssego. Schmidt destacou que, de todas as culturas que já trabalhou, a única que nunca plantou e jamais plantaria é o fumo, devido aos danos que essa plantação causa às pessoas. Em nossa interpretação, uma família que cultiva flores, um símbolo de beleza e afeto, naturalmente rejeitaria plantar algo que não oferece nenhum benefício ao consumidor.

José Luís³⁷, conhecido na comunidade como “Maneco”, quando questionado sobre as culturas do passado, disse que seus pais plantavam batata, pêssego, cebola, feijão, milho e trigo na propriedade onde fica a casa de pedra. Cabe ressaltar que havia alguns moinhos na região e que era comum os colonos plantarem os seus cereais e levarem para moer nesses moinhos. Antônio Luís contou que eles só compravam sal e açúcar, pois cultivavam tudo o que precisavam na propriedade. Nas palavras dele:

Levavam três dias para ir a Pelotas de carreta de boi, mas eu nunca fui de carreta, só de carroça que era mais rápida. O pai saía dali e chegava ao Monte Bonito ao meio-dia, ali ele dava alfafa para os cavalos e água, depois saía e chegava lá na *noneta* (na bisavó Judita) de noite, daí a gente dormia lá, nós levávamos pelego e cobertor, ali a gente dormia na sala e ele soltava os cavalos no campo. No outro dia ele prendia de novo, aí passávamos ali no Pacheco e vendíamos a alfafa, pegávamos sal e açúcar. Porque o arroz e o trigo plantavam em casa, era só sal e açúcar, nem óleo, porque tinha os porcos. (Antônio Luís Portantiolo, 2007)

Na lista de culturas da propriedade, nenhum dos quatro entrevistados menciona que uvas e vinho faziam parte dos produtos do sítio, porém em um trecho de uma das suas entrevistas, Antônio Luís mencionou uma história que nos leva a entender que, sim, havia produção de uvas na propriedade e, provavelmente, de vinho também:

O Cezario Zanetti falava que naquele tempo não se ganhava nada, mas também não se gastava nada, porque se plantava tudo. O Alexandre

³⁶ Entrevistado para este trabalho em outubro de 2024, aos 67 anos

³⁷ Entrevistado pelo Mecom no ano de 2005, quando tinha 61 anos.

Aldrighi era primo da mãe, ele vinha aqui podar parreira, e não cobrava um tostão, mas tinha que tomar café à tarde, e a merenda tinha de ser linguiça com pão e vinho, se não se negava a trabalhar. (Antônio Luís Portantiolo, 2007)

José Luís lembrou de dois momentos de fartura e um de escassez. Ele relatou uma safra em que colheram cerca de duas toneladas de cebola, enchendo toda a varanda dos fundos da casa com réstias. Essa produção foi comprada por José Rodrigueiro, que tinha um depósito e um caminhão para levar a colheita até Pelotas. José Luís recordou que Rodrigueiro e seus funcionários chegavam à propriedade com madeira e pregos e montavam as caixas na hora, embalando as cebolas para o transporte.

O período de produção de pêssegos também foi marcado por fartura. Em determinado ano, a colheita foi tão boa que renderam cerca de 100 arrobas (aproximadamente 1.500 kg) da fruta. Com os lucros, a família pôde comprar um carro da marca Ford e fazer algumas viagens, como ao Taim³⁸, sobre a qual José Luís compartilhou vários detalhes³⁹.

Contudo, também houve tempos difíceis. José Luís mencionou um período em que seu pai, Agostinho, estava endividado e precisou cortar bambus da propriedade para vender a uma fábrica de papel, que funcionava na zona urbana de Pelotas, nos fundos da antiga Escola Técnica (ETFPel), atual Instituto Federal Sul-Rio Grandense (IFoSul).

Na fala de José Luís, registrada 19 anos antes do depoimento de Schmidt, também se destacou a valorização da saúde e da produção ecologicamente sustentável. Em 2005, José Luís mencionou que já trabalhava com agricultura agroecológica havia cerca de 15 anos. Embora residisse em outra propriedade, é interessante notar que sua visão sobre a agricultura estava alinhada à de outros membros da família. Ao ser questionado sobre a transição

³⁸ A Estação Ecológica do Taim (ESEC Taim) é uma unidade de conservação de proteção da natureza localizada no sul do estado do Rio Grande do Sul, com aproximadamente 30% de seu território estando no município de Rio Grande e 70% no de Santa Vitória do Palmar.

³⁹ Na entrevista realizada com Soila Rodrigues Kowalski, proprietária da próxima casa a ser apresentada e prima de Nádia Portantiolo Schmidt, ela destacou que a família de sua prima era considerada “muito bem de vida” na comunidade. Segundo seu relato, eles foram os primeiros moradores da região a adquirir um automóvel, o que, na época, representava um símbolo de status e prosperidade econômica.

da agricultura convencional para a agroecológica, ele explicou como foi esse processo.

Eu fazia tudo o que a Embrapa e a Emater me recomendavam, e, mesmo assim, perdia grande parte da minha produção de pêssego. Era monocultura, tinha monitoramento de pragas, uso de inseticida, e, ainda assim, perdia boa parte da produção. Um dia, depois da safra, o agrônomo que me dava assistência veio conversar, analisando como tinha sido o período. Eu disse: ‘Pois, doutor, fiz tudo o que vocês recomendaram, e ainda perdi, olha, metade do pêssego.’ Ele foi sincero: ‘Pois é, a praga... O veneno mata 65% a 70%, e o restante sobrevive porque são muito resistentes, é muito difícil de controlar. Enquanto o inimigo natural mata 100%, ele demora mais para reaparecer nas áreas onde o senhor aplicou veneno, porque são muito sensíveis. O veneno é assim: quanto mais se usa, mais terá que usar, porque mata os inimigos naturais.’

Aí eu pensei: ‘O que é que eu quero? Estou me envenenando.’ Ele trouxe o produto, eu não estava em casa, entregou para a minha esposa e disse: ‘Tem que aplicar isso aqui agora.’ Havia uma caveira na embalagem, e ele avisou: ‘Cuidem muito com esse produto, porque se houver intoxicação, não dá tempo de chegar ao hospital, morrem no caminho.’ Eu pensei: ‘Não quero.’ Decidi: ‘Vou parar com isso, estou me envenenando, envenenando a terra, o ar, e, do outro lado, o consumidor. Mesmo respeitando o período de carência, não sei se ainda sobra resíduo.’ Parei com tudo.

Meu pomar também foi à lona; se com defensivo já não dava, sem defensivo, muito menos. Mas, veja, eu cresci com isso, desde pequeno, meu pai tinha pomar de pêssego, meus tios também, e não se usava nada, nenhum agrotóxico, e se colhia. Não havia pêssegos bichados, não havia podridão. O que aconteceu foi que mexeram na genética e tiraram toda a resistência do pêssego mais antigo. Melhoraram o formato e o tamanho, mas tiraram toda a resistência, por isso ficou tão difícil de controlar (José Luís Portantiolo, 2005).

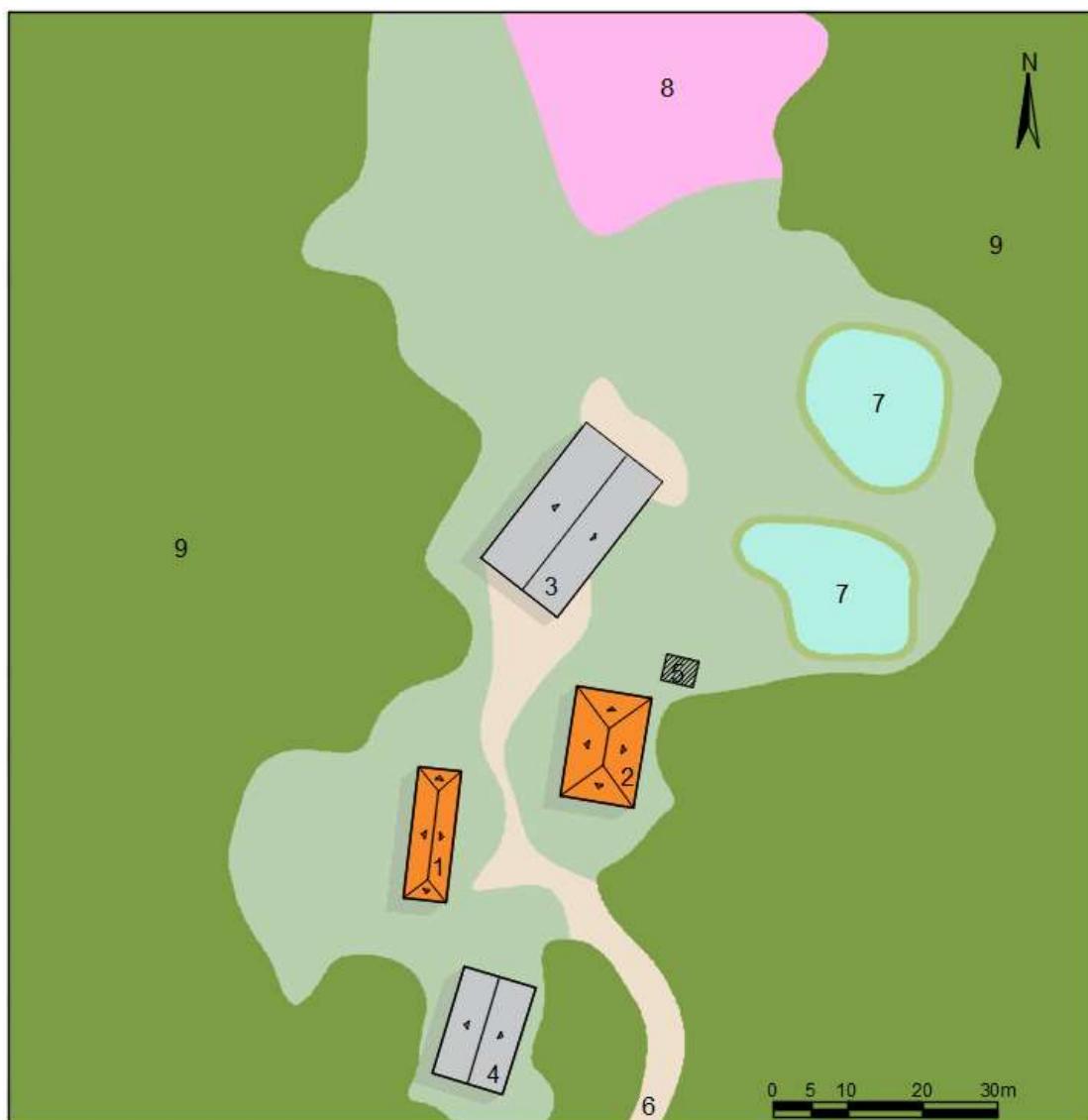
As memórias compartilhadas pelos entrevistados mostram uma história que mescla períodos de fartura e de desafios no trabalho agrícola, eles relembram colheitas generosas e também momentos difíceis. Os relatos de José Luís e de Schmidt refletem uma preocupação com a saúde e o meio ambiente, algo que se percebe nas práticas atuais da família. Apesar da diminuição da diversidade agrícola na região, a família continua comprometida com uma produção sustentável, preservando suas tradições e cuidando da terra.

Organização atual do sítio

O sítio possui duas edificações originalmente construídas como residências: uma é a casa onde atualmente residem os proprietários, e a outra é a casa de pedra. Além dessas, há dois prédios adicionais que servem como garagem e apoio às atividades realizadas na propriedade. A Figura 60 apresenta

uma planta de implantação, na qual foram documentadas as edificações existentes no local em 2024.

Figura 60 - Implantação da Propriedade Portantiolo



LEGENDA

- | | |
|--|-------------------------|
| 1. Casa de Pedra | 6. Acesso à Propriedade |
| 2. Residência dos Proprietários | 7. Açudes |
| 3. Garagem/Galpão multiuso | 8. Roseiral |
| 4. Garagem/espaço de preparação das flores | 9. Mata Nativa |
| 5. Horta | |

Fonte: elaborada pelos autores (2024)

A família mora em uma casa edificada pelo pai e pelo tio de Nádia, que herdou a propriedade (Figura 61). Ela, nascida no ano de 1960 não soube informar a data da construção da casa, pois é anterior ao seu nascimento. Ela

tentou fazer algumas contas, considerando que o pai nasceu no ano de 1909 e quando construiu a casa já era adulto, porém não chegou a uma conclusão.

Figura 61 - Residência atual da família Portantiolo



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Treichel (2018), em seu estudo sobre as casas do Quarto Distrito de São Lourenço do Sul, classificou os tipos arquitetônicos em quatro categorias, detalhando as características formais e construtivas de cada uma. A casa da família Portantiolo apresenta semelhanças com aquelas que Treichel (2018) classificou como sendo do Tipo IV, definido como tendo telhado de quatro águas, cobertura com telhas cerâmicas e a presença de um alpendre. Segundo a mencionada autora, essas casas foram construídas entre as décadas de 1940 e 1970. Com base na fala da senhora Soila e nas descrições de Treichel, estimamos que a residência da família tenha sido edificada entre as décadas de 1940 e 1950.

Na parte mais ao fundo do sítio, encontra-se um amplo edifício de tijolos aparentes, construído para atender a diversas funções (Figura 62). Segundo Schmidt, essa estrutura foi erguida após o colapso do galpão anterior. O novo galpão atualmente serve como garagem para o caminhão de seu genro, o trator

e o automóvel da família, além de abrigar uma cocheira, um galinheiro e um espaço destinado ao armazenamento de ferramentas.

Além do galpão multiuso, há outro edifício dedicado ao suporte das atividades comerciais realizadas pelo casal (Figura 63). Nesse espaço, são armazenados o caminhão utilizado para o transporte das flores, os resfriadores onde elas são acondicionadas, e há ainda uma área destinada à preparação das flores para o transporte e a venda.

Figura 62 - Galpão propriedade Portantiolo



Fonte: Captura de tela do passeio virtual elaborado pelos autores (2024).

Figura 63 - Galpão das Flores



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Casa de Pedra hoje

À esquerda do acesso, encontra-se a casa de pedra (Figura 64), que está parcialmente em ruínas. A parte da edificação que resistiu à passagem do tempo é utilizada pela família como depósito. Apesar de sua condição, o que resta da casa funciona como um suporte material para as memórias familiares, evocando tanto as histórias vividas pelas pessoas que atualmente residem no sítio quanto as memórias transmitidas sobre seus antepassados.

Figura 64 – Dois ângulos da Casa de Pedra Portantiolo atualmente



Fonte: Acervo dos autores (2024 e 2022)

A casa foi construída em uma área inclinada do terreno. Assim, na parte da frente, bastavam alguns degraus para acessar seu interior. Já na parte dos fundos, que desabou há alguns anos, havia um número maior de degraus e, sob uma parte da casa, existia um porão que era utilizado para armazenar grãos.

As paredes da casa foram edificadas totalmente em pedras de arenito lascadas, com inserção eventual de pedras brutas para preencher os espaços e o assentamento foi feito com barro. Essa forma de trabalhar as pedras conferiu às paredes um aspecto regular, como podemos observar no detalhe da Figura 65.

Figura 65 – Pedras arenito lascadas e brutas assentadas de maneira regular

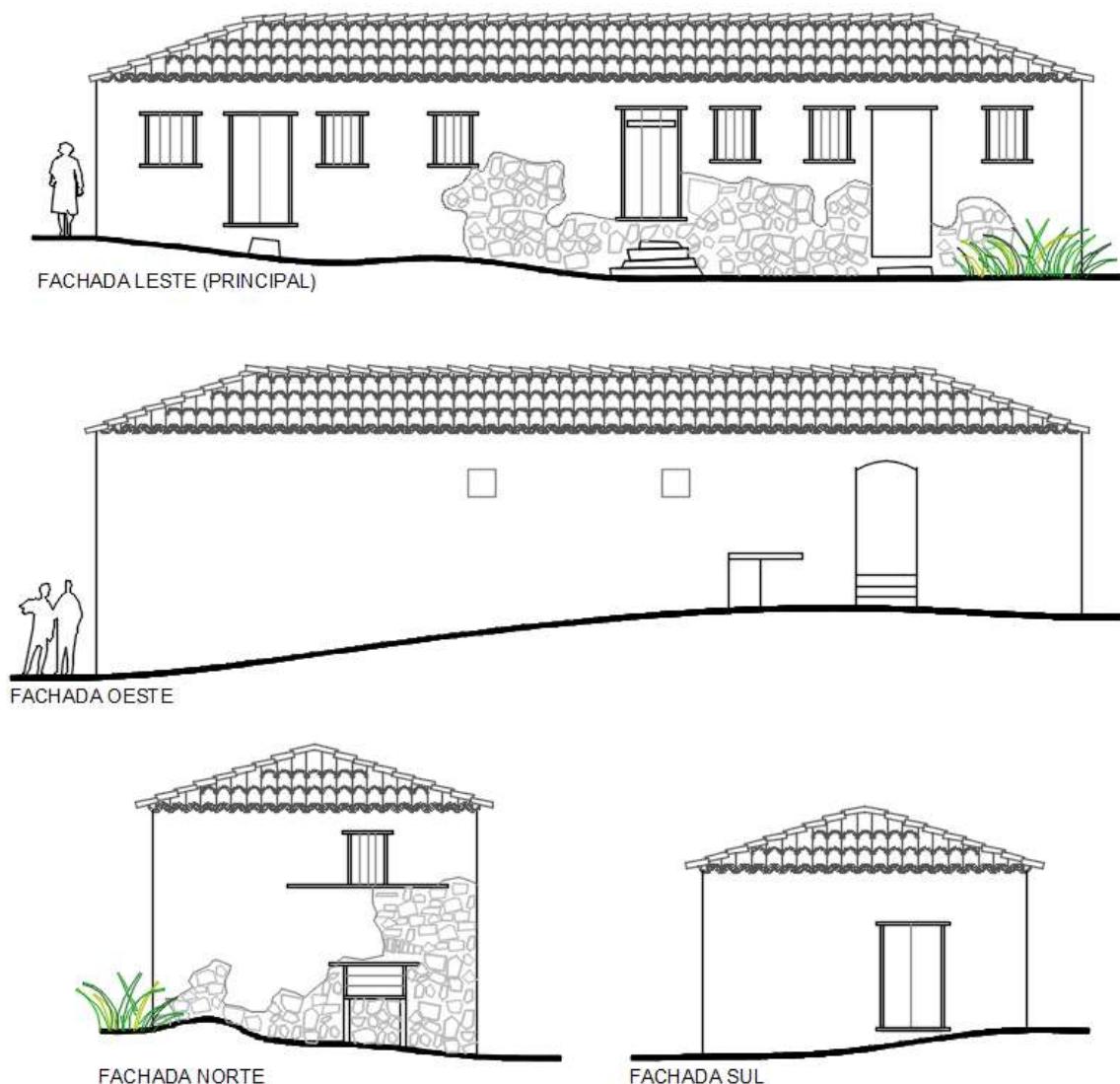


Fonte: Acervo dos autores (2024)

Diferentemente das demais casas estudadas, esta casa foi rebocada. Schmidt acredita que a casa sempre teve reboco, pois, de acordo com ele, os vãos entre as paredes e a estrutura do telhado/telhas do beiral foram preenchidos com a mesma argamassa do reboco.

Na Figura 66 apresentamos uma representação gráfica das quatro fachadas da casa de pedra, onde podemos observar as diferenças de relação de cheios e vazios, de ritmo das esquadrias, as diferenças de proporção entre cada uma das fachadas e os desníveis do terreno, onde a casa foi implantada. As fachadas foram desenhadas a partir dos levantamentos métrico-arquitetônicos e de fotografias tiradas em diferentes datas. Algumas dessas fotografias, tiradas antes dos desabamentos.

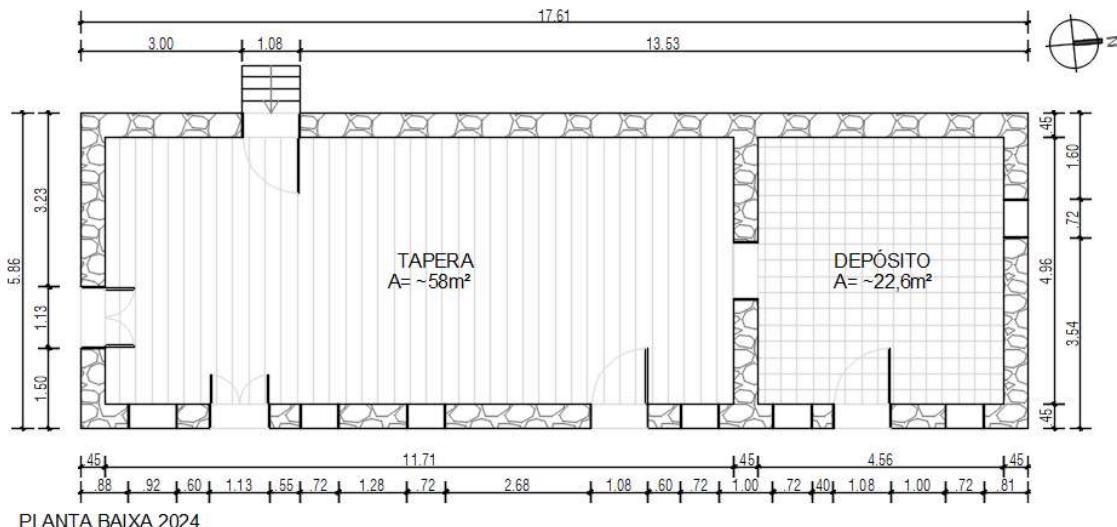
Figura 66 - Fachadas da Casa de Pedra Portantiolo



Fonte: autores (2024)

Devido ao avançado estado de deterioração da casa, elaboramos a planta baixa apresentada na Figura 67 com base em levantamentos métrico-arquitetônicos realizados no ano de 2024 e, para complementar as informações, recorremos a fotografias do acervo dos autores, registradas em 2022 e em 2024, e às imagens produzidas por Fabrício Bassi em 2007.

Figura 67 – Planta baixa da Casa de Pedra Portantiolo



Fonte: autores (2024)

O depósito é o único cômodo que resistiu à passagem do tempo. Nele, há uma porta de acesso à área externa e outra que levava aos dormitórios. Conta com duas janelas para a frente da casa e uma para a lateral. O piso cerâmico tem cota de nível de 22cm em relação ao pátio. O madeiramento do telhado é aparente, sendo possível observar as madeiras brutas utilizadas.

A estrutura do telhado do depósito apresenta a seguinte organização: seis toras rústicas de madeira funcionam como pilares de sustentação, estando uma posicionada em cada canto da peça e duas adicionais localizadas ao centro das paredes frontal e posterior. Esses pilares suportam a carga do telhado e a transferem diretamente ao solo. Sobre eles, são colocadas vigas igualmente rústicas e robustas, dispostas de maneira estratégica: uma sobre cada parede e outra atravessando o ambiente no sentido transversal.

Sobre a viga central da sala, apoia-se uma viga menor⁴⁰ que sustenta os caibros de espigão⁴¹ e a viga da cumeeira⁴². Os caibros, confeccionados a partir de troncos de árvores sem qualquer tipo de aparelhamento, sustentam as

⁴⁰ Uma viga isolada semelhante a um pendural ou pontalete de uma tesoura. Pendural ou pontalete, em uma tesoura, é a peça vertical que vai da cumeeira ao tensor (Ching, 2010, p. 252). Sendo cumeeira o ponto mais alto do telhado e tensor a viga horizontal que vai de uma parede à outra.

⁴¹ Caibro de espigão: caibro que forma a junção das faces em declive de um telhado em vertente (Ching, 2010, p. 252).

⁴² Viga da cumeeira: viga cuja finalidade é apoiar as extremidades superiores dos caibros na cumeeira de um telhado (Ching, 2010, p. 252).

ripas⁴³, que servem de suporte para a fixação das telhas cerâmicas. No passeio virtual disponibilizado na próxima sessão, é possível visualizar em detalhes essa configuração, permitindo uma compreensão mais clara dos elementos descritos, conforme é possível ter ideia observando a Figura 68, uma captura do passeio.

Figura 68 – Imagem interna do telhado da Casa de Pedra Portantiolo



Fonte: Captura de tela do passeio virtual elaborado pelos autores (2024).

Ao lado esquerdo da parede com uma porta que observamos acima, ficavam localizados os dormitórios que desabaram recentemente. Observando fotografias antigas, percebemos que o telhado seguia a mesma lógica estrutural do telhado desta parte que descrevemos.

Na área onde originalmente se localizavam os dormitórios, o piso era um assoalho de madeira e, acompanhando a inclinação natural do terreno, situava-se em uma cota de nível de 80 cm, ou seja, 58 cm acima da cota do depósito. Dessa forma, havia degraus (pedras empilhadas) em frente à porta do depósito para possibilitar o acesso ao ambiente onde ficavam os dormitórios. Cada um dos ambientes (depósito e dormitórios) tinha uma porta que conectava ao exterior, como é possível observar na Figura 69

⁴³ Ripas: [...] qualquer peça de madeira fina, estreita e comprida. Muito usada [...] para apoiar telhas dos telhados (Corona e Lemos, 1989, p.413)

Figura 69 - Fotografia da Casa Portantiolo



Fonte: Acervo de Fabrício Bassi (2007)

As portas e janelas da casa foram todas construídas com tábuas de madeira e nenhuma delas tinha vidros. As vergas⁴⁴, os peitoris⁴⁵ e as ombreiras⁴⁶ também foram feitos em madeira (Figura 70). A folha da porta da cantina não existe mais, porém é possível observar que ela era afixada com uma técnica não muito comum: havia um pedaço de madeira engastado na parede de pedra e, nele, era afixada uma grande dobradiça metálica que sustentava a porta, como podemos observar no detalhe da Figura 71.

⁴⁴ Verga: nome da peça que fecha superior e horizontalmente um vão de porta ou de janela. (Corona e Lemos, 1989, p.470)

⁴⁵ Peitoril: Nome da superfície horizontal de fecho inferior de uma janela (Corona e Lemos, 1989, p.366)

⁴⁶ Ombreiras: Nos aros, ou vãos de portas ou janelas, nome de cada um dos elementos verticais que sustentam as vergas superiormente e que engasgam as soleiras ou os peitoris. (Corona e Lemos, 1989, p.346)

Figura 70 – Verga e peitoril



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Figura 71 – Dobradiça da porta da cantina



Fonte: Acervo dos autores (2024)

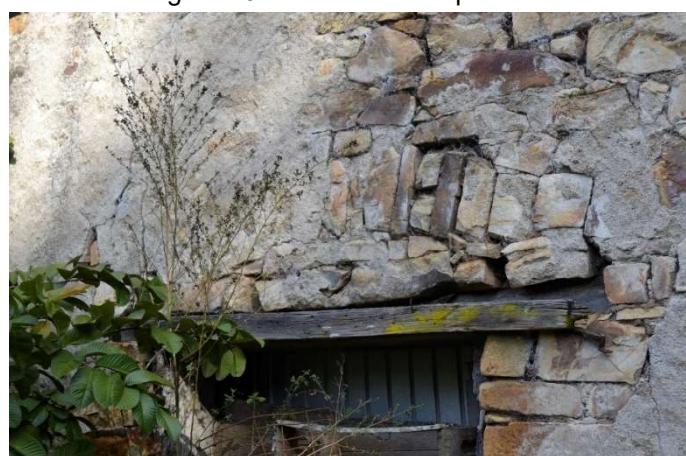
Na porta dos fundos, diferentemente das demais, não há uma verga aparente. O vão apresenta uma conformação arqueada (Figura 72), sugerindo que a estrutura seja autoportante. Essa hipótese pode ser observada na estrutura sobre a janela do porão, onde, devido ao descascamento do reboco, é possível identificar a técnica construtiva empregada (Figura 73).

Figura 72 – Porta arqueada



Fonte: Acervo de Fabrício Bassi (2007)

Figura 73 – Estrutura autoportante



Fonte: Acervo dos autores (2022)

Passeio Virtual pela Propriedade

As orientações para a navegação na plataforma são as mesmas apresentadas em seções anteriores. Para visitar a Propriedade Portantiolo, basta clicar no link https://orbix360.com/7a_N5LpHq ou escanear o QR Code da Figura 74.

Figura 74 - QR Code: Passeio virtual à Propriedade Portantiolo



Fonte: Autores (2024)

Múltiplas Camadas Temporais

Os entrevistados relataram que havia alguns galpões na propriedade, mas não informaram onde eles se localizavam. De todas as histórias contadas, algumas se destacam, como por exemplo a história do galpão que incendiou, modificando a dinâmica de uso da propriedade.

Dona Nádia compartilhou uma história transmitida por seus pais, que ilustra um momento de decisão importante para a família. Segundo o relato, um galpão que estava sendo utilizado para defumação de linguiças acabou consumido por um incêndio, o que demandou a construção de um novo espaço para dar suporte às atividades do sítio. Na ocasião, a família se reuniu para discutir a situação e decidiu que, em vez de reconstruir o galpão no mesmo local, aproveitariam a oportunidade para resolver outro problema: a casa de pedra onde viviam apresentava sinais avançados de deterioração e necessitava de manutenção. Diante disso, optaram por construir uma nova residência, que se tornou a casa da família até os dias atuais, e transformar a antiga casa de pedra em um galpão para atender às necessidades do trabalho na propriedade.

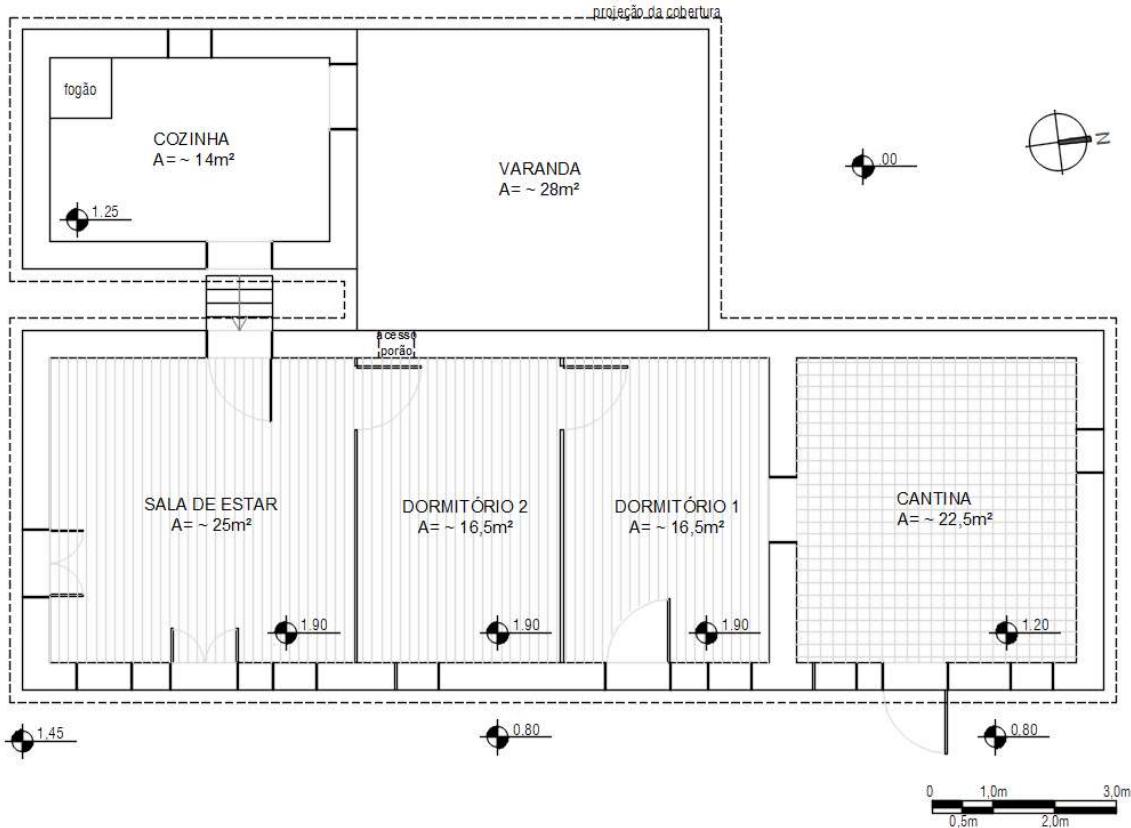
Mais recentemente, com a aquisição de um caminhão pelo genro de Nádia e Schmidt, surgiu a necessidade de construir um espaço adequado para abrigá-lo. Novamente, a família decidiu otimizar o uso das edificações existentes, optando por eliminar os antigos galpões e erguer um novo prédio mais amplo e multifuncional. Essa nova construção passou a servir como garagem para o

caminhão, cocheira, galinheiro e depósito para ferramentas, além de acomodar outros itens típicos de um sítio rural, atendendo de forma integrada às diversas demandas da propriedade.

Em relação à casa de pedra, devido ao avançado estado de deterioração do prédio, recorremos a múltiplas fontes para reconstituir sua configuração original, como era durante seu período de plena utilização. Para isso, realizamos um levantamento arquitetônico em 2024, nos atentando aos escombros das partes desabadas e utilizamos diversos materiais: fotografias do acervo dos autores, capturadas em 2022 e 2024; imagens registradas por Fabrício Bassi em 2007; descrições da casa provenientes de relatos orais coletados nesta pesquisa; além de informações dos acervos do Mecom e de Fabrício Bassi. Complementarmente, utilizamos o trabalho de Bassi (2008) como referência para a análise.

De acordo com os relatos, originalmente, a casa era composta por dois blocos edificados e uma varanda. Um dos blocos era utilizado pela família como sala de estar, dormitórios e cantina, esse foi o bloco mais longevo. O outro bloco, composto por cozinha e varanda já havia desabado no ano de 2007 – ano em que Fabrício Bassi fez fotografias e colheu relatos a respeito da propriedade. Dessa maneira, na Figura 75 apresentamos uma planta-baixa desenhada a partir do observado nos escombros da tapera e dos relatos encontrados nos já mencionados acervos.

Figura 75 - Planta baixa simulando casa Portantiolo originalmente



Fonte: Autores (2024)

Havia uma grande peça subdividida com paredes de madeira para conformar uma sala de estar e dois quartos. Um desses quartos era utilizado pelo casal e o outro, pelos filhos. Nos fundos, havia uma cozinha separada da casa, porém com uma comunicação com a sala de estar. Junto à cozinha, havia uma varanda, de onde era possível acessar o porão.

Na varanda havia uma grande mesa com dois bancos, um de cada lado, com o mesmo comprimento que ela. Ali todas as pessoas da família faziam suas refeições e, eventualmente recebiam visitas. No porão, de pé direito baixo e sem piso (Figura 76), eram armazenados grãos e alguns produtos perecíveis. Sob o solo havia a costumeira cantina, única parte da casa que segue funcional até os dias atuais. Nela a família armazenava alimentos e vinho.

Figura 76 - Porão



Fonte: Acervo dos Autores (2022) e Acervo de Fabrício Bassi (2007)

Conforme a descrição de Bassi (2008), a cozinha era construída separada da casa principal, uma decisão influenciada principalmente pela presença do fogão. Esse afastamento tinha como principal objetivo a prevenção de incêndios, mas também contribuía para manter a cozinha isolada, evitando que a fumaça produzida durante o preparo dos alimentos se espalhasse pela sala de jantar e pelos dormitórios. Dessa forma, buscava-se garantir maior conforto e segurança aos moradores, já que o fogão, ainda bastante rudimentar, não dispunha de chaminé.

Este fogão à lenha era construído com tijolos, sobre o qual existia uma chapa metálica, ainda encontrada sob os escombros. Pelas descrições, esse fogão, tratava-se de um *focolaro*. Conforme observado atualmente no Museu Ambiência Casa de Pedra, em Caxias do Sul, onde há um exemplar de *focolaro* (Figura 77), e anteriormente no Mecom, onde uma panela com corrente fazia parte do acervo (Figura 78), o *focolaro* consistia em uma plataforma elevada do chão, construída com materiais isolantes, como tijolos ou pedras. Sobre ele pendia uma *trempe*⁴⁷, ou seja uma corrente com um gancho na extremidade, utilizada para sustentar o caldeirão no qual as refeições eram preparadas. Nem sempre havia coifas ou chaminés; a fumaça geralmente se dissipava por alguma abertura no telhado ou nas paredes.

⁴⁷ Maneira como os entrevistados se referem a essa estrutura.

Com o auxílio de ferramentas de inteligência artificial⁴⁸, elaboramos a Figura 79 que retrata como imaginamos que era o fogão da casa Portantiolo. Os comandos para a geração da imagem foram baseados nos escombros do fogão, nos relatos aos quais tivemos acesso e no nosso conhecimento acerca dos fogões das casas dos imigrantes italianos.

Figura 77 - Focolaro (Caxias do Sul)



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Figura 78 - Panela com corrente no Mecom



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Figura 79 – Focolaro gerado por inteligência artificial



Fonte: Elaborado pelos autores com o uso de inteligência artificial (2024)

Tecnologias presentes na casa

Durante um período específico, foram implementadas na casa algumas tecnologias incomuns para residências rurais da região na época: água encanada e energia elétrica. Embora Schmidt, ao descrever o que havia no sítio, tenha tratado essas inovações como aspectos banais, afirmando que eram frequentes em diversas casas, tal perspectiva minimiza a singularidade dessas instalações. Na realidade, essas tecnologias representavam um diferencial

⁴⁸ Para elaborar imagens com a inteligência artificial, é necessário fornecer informações para a ferramenta, conhecidas como “prompts”. A imagem do *focolaro* foi criada utilizando a inteligência artificial *Gemini*, da *Google* e o prompt inserido foi: “A traditional focolaro, a rustic cooking structure made of bricks. The base is rectangular with an arched opening at the front to accommodate the fire. On top of the rectangular base is a flat metal plate. From the ceiling, a chain hangs down, holding a small cauldron. The setting is simple and rustic, with a focus on the brickwork and the functional elements of the focolaro. The background is neutral to emphasize the focolaro as the main subject.”

significativo, presente em poucas habitações rurais, evidenciando um contraste com a infraestrutura típica da região naquele contexto histórico. A água encanada provinha do arroio próximo à casa, circulava por declividade e era conduzida em tubos de material cimentício, ilustrados na Figura 80.

Figura 80 - Tubos de água



Fonte: Acervo de Fabrício Bassi (2007)

Nos relatos dos descendentes, também há registros de que havia uma pequena turbina eólica que permitia carregar baterias que serviam para utilizar alguns equipamentos elétricos e acender algumas lâmpadas para iluminar a casa.

O tio Antônio, filho de Luís Portantiolo, surge com destaque em muitas das narrativas dos sobrinhos entrevistados, sendo descrito como um homem inteligente, inventivo e responsável pela gestão dos negócios familiares. As inovações tecnológicas presentes na propriedade são frequentemente atribuídas a ele. Como mencionado anteriormente, a família atravessou períodos econômicos favoráveis, que parecem ter contribuído para essas realizações.

Conversas com membros da comunidade reforçam essa percepção, incluindo relatos de que os Portantiolo foram os primeiros na região a possuir um automóvel — um fato narrado com surpresa, dada a raridade de algo tão inusitado para a época e o local. Assim, acreditamos que a adoção dessas tecnologias reflete a conjunção de duas forças: a bonança financeira vivida pela família e a criatividade do tio Antônio (embora provavelmente não tenha sido o único membro da família com essa característica, ele é o mais mencionado nos

relatos), cuja visão inovadora possibilitou a implementação de soluções tecnológicas na propriedade.

2.2.3 Casa Formentin 1 – Família Rodrigues Kowalski

Família de Sebastião Formentin

Sebastião Formentin imigrou da Itália e chegou à Colônia Maciel em 1887 ou em algum momento posterior, conforme consta no Livro Tombo da Paróquia Sant'Anna. O registro apresenta duas listas distintas: uma com os nomes de pessoas que chegaram ao Brasil entre 1884 e 1886, e outra que menciona os imigrantes chegados “de 1887 em diante”, sem especificar datas precisas. Pedro Grupelli⁴⁹, em seu relato, contou que Sebastião teve quatro filhos: Pedro, José, Maria e uma quarta filha cujo nome não foi mencionado, sendo referida apenas como “a mãe do presidente do sindicato de Canguçu, Geraldo Formentin Pegoraro”.

José Formentin casou-se com Idalina Getten, mencionada pelos entrevistados do Mecom como sendo de origem americana ou inglesa, devido ao fato de falar a língua inglesa. Contudo, nenhum dos entrevistados forneceu informações mais detalhadas sobre sua história ou sua real origem, deixando essa parte de sua trajetória envolta em incertezas.

Soila Rodrigues Kowalski⁵⁰, atual proprietária e moradora da casa de pedra, relatou que sua família adquiriu a propriedade antes de 1960, já que ela, nascida no início dessa década, nasceu e cresceu no local. Esse dado converge com o depoimento de Romeu Camelatto⁵¹, que afirmou que sua avó Idelina (ou Adelina) residiu na casa de pedra até a década de 1950. Após o falecimento de seu marido, José Formentin, ela deixou a propriedade e foi viver com sua filha

⁴⁹ Entrevistado em 2008 por Fabrício Bassi.

⁵⁰ Entrevistada para este trabalho, em 2024, quando tinha 63 anos.

⁵¹ Entrevistado pelo Mecom em 2005, quando tinha 60 anos.

Emília, mãe de Romeu. Essas informações ajudam a traçar uma linha cronológica sobre a ocupação da casa ao longo do tempo.

Romeu relatou que sua avó foi responsável por cuidar do "nonno Bastião" até o fim de sua vida. Segundo ele, seus avós e o bisavô viviam em uma casa de pedra que, posteriormente, foi vendida ao "falecido Joãozinho espanhol, casado com uma Portantiolo".

Esse relato está diretamente relacionado às informações fornecidas por Soila Rodrigues Kowalski, que identificou os pais como João Rodrigues e Adelci Portantiolo Rodrigues. Soila também mencionou que a propriedade foi adquirida de Nadir Paiva, descrito por ela como "o genro de Luís Casarin, pai de José Américo". No entanto, não foram obtidas informações adicionais sobre Nadir. Segundo Soila, ela acredita que Nadir nunca tenha residido na propriedade, limitando-se a adquiri-la e posteriormente revendê-la à sua família. Assim, a correspondência entre os dados sugere que a residência mencionada por Romeu é a mesma abordada nesta seção.

Família Rodrigues Kowalski

Atualmente, a propriedade é habitada pelo casal Soila Rodrigues Kowalski e Adão Kowalski. Soila, como mencionado anteriormente, é filha de João Rodrigues e Adelci Portantiolo Rodrigues. Adelci, por sua vez, é prima de Nádia, proprietária da Casa Portantiolo, apresentada anteriormente. Essa relação de parentesco se dá pelo fato de o pai de Nádia, Agostinho, ser irmão de Fernando, pai de Adelci.

Adelci e João adquiriram a propriedade após seu casamento. Inicialmente, o casal viveu com os pais de Adelci enquanto organizavam a mudança e estruturavam a propriedade. Depois de algum tempo, estabeleceram-se definitivamente no local. Segundo Soila, ela nasceu e foi criada na propriedade, onde ainda reside.

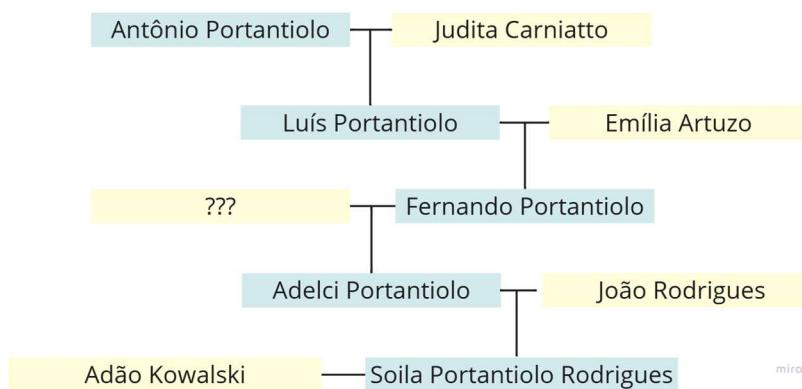
Adão Kowalski⁵² tem raízes diferentes: seu pai veio de Palmeira das Missões, RS, durante o período em que servia ao Exército Brasileiro, trabalhando

⁵² Entrevistado para este trabalho em outubro de 2024.

na construção da estrada de ferro (que mencionamos na seção 2.1 deste trabalho). Após concluir essa obra, ele decidiu permanecer na região devido ao relacionamento com Amélia Aldrichi, mãe de Adão, descendente de imigrantes italianos, com quem casou e se estabeleceu na região.

Na intenção de auxiliar na compreensão da estrutura da família, considerando apenas a ramificação que liga os atuais moradores aos imigrantes, compartilhamos a árvore genealógica resumida na Figura 81.

Figura 81 - Árvore genealógica da família de Soila (resumida)



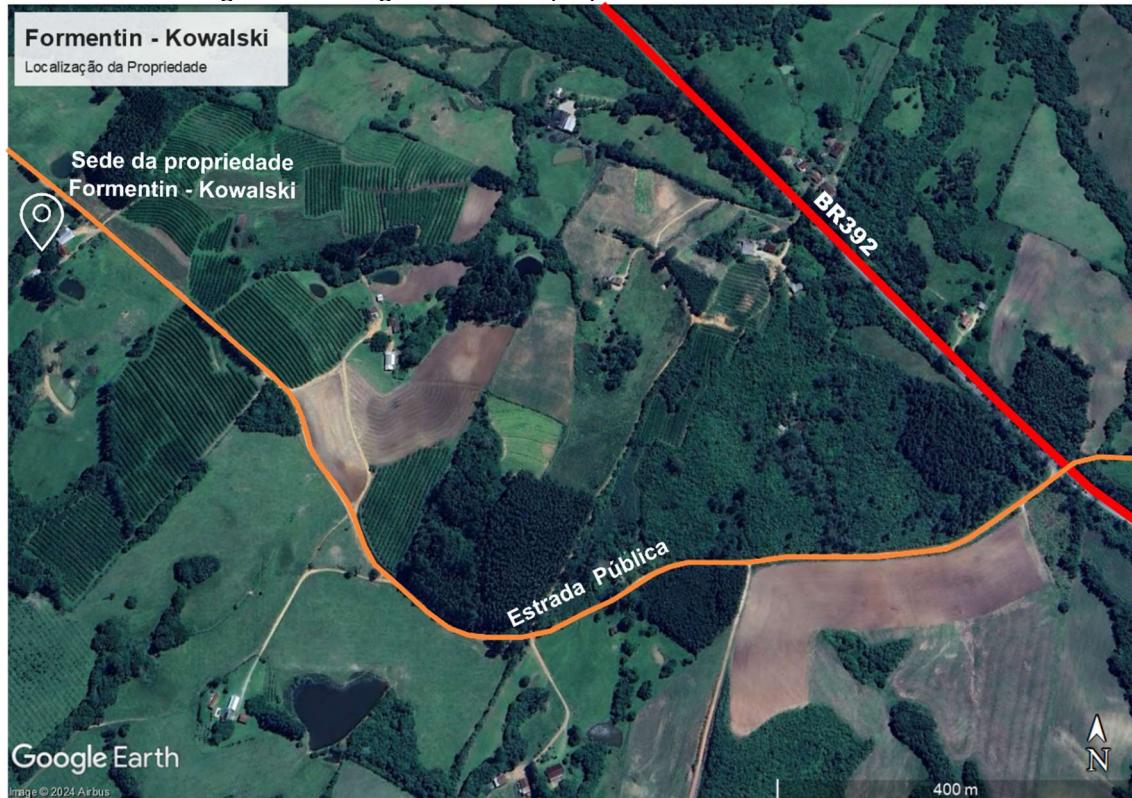
Fonte: autores (2024)

Estabelecimento e localização da propriedade

De acordo com os relatos de Soila, a casa foi construída pela família Formentin. Ao cruzar esse depoimento com as demais fontes orais consultadas, inferimos que a edificação tenha sido construída pelo imigrante Sebastião Formentin, provavelmente no final do século XIX.

Partindo de Pelotas em direção a Canguçu pela BR-392, cerca de 1,5 km após a rotatória de acesso à zona urbana de Morro Redondo, é necessário virar à esquerda em uma via vicinal sem nome, na Colônia São Domingos, no Município do Morro Redondo (Figura 82). Percorrendo essa via por cerca de mais 1,5km, à esquerda, avistamos a propriedade, que fica próxima à estrada.

Figura 82 - Imagem aérea da propriedade Formentin - Kowalski



Fonte: Elaborada pelos autores sobre imagem do Google Earth

Conforme pode ser observado na Figura 83, a casa de pedra não é visível a partir da via pública, estando situada em uma área mais recuada do terreno. Sua localização é encoberta pelas demais edificações existentes, de modo que apenas aqueles que possuem conhecimento prévio sobre sua existência e localização conseguem identificá-la.

Figura 83 – vista da propriedade Formentin – Kowalski a partir da estrada



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Atividades desenvolvidas no sítio

Atualmente, a família dedica-se ao cultivo de pêssegos, complementando sua renda com a venda de lenha obtida das barreiras quebra-vento formadas por árvores de acácia ao redor do pomar. A madeira utilizada para consumo e comercialização provém tanto das podas regulares quanto das árvores derrubadas por intempéries.

No passado, a produção era mais diversificada, incluindo parreiras de uva para a fabricação de vinho e, em determinado período, o cultivo de tabaco destinado às empresas fumageiras. Apesar de o cultivo de pêssegos não ser tão lucrativo quanto em décadas anteriores, a família optou por manter apenas essa produção atualmente, priorizando o manejo dos pessegueiros.

Não há registros detalhados sobre os cultivos realizados pela família Formentin no sítio antes de sua venda. No entanto, duas narrativas significativas emergem das fontes orais consultadas. A primeira, compartilhada pelo casal Kowalski, relata os bailes que teriam sido organizados na casa de pedra, destacando o papel social da construção como ponto de encontro e celebração na comunidade. A segunda história refere-se à "Camilinha", uma ex-escravizada que, após a abolição, trabalhou como empregada sazonal nas safras da família Formentin, evidenciando as dinâmicas de trabalho e relações sociais no contexto rural da época.

O casal Kowalski compartilhou histórias que ouviram sobre as festas realizadas na casa de pedra. Segundo eles, a avó de dona Soila, do lado paterno da família Rodrigues, relatava com entusiasmo os bailes que reuniam a comunidade local na propriedade. Antes da consolidação da estrada em frente ao sítio, existia uma via pública que atravessava o terreno, passando ao lado da casa de pedra, facilitando o acesso da comunidade à casa.

Naquele período, a casa de pedra era um ponto de encontro para eventos festivos, dada a ausência de outros espaços adequados para tais ocasiões. As memórias indicam que os bailes só deixaram de ocorrer ali após a inauguração de um prédio específico para essas celebrações, cuja história foi se perdendo ao longo do tempo, e que hoje encontra-se em ruínas. Essa narrativa

reforça o papel social da casa de pedra como um marco na vida comunitária da região em um determinado período.

Um fato que pode ter conexão com as memórias dos bailes na casa de pedra é a lembrança compartilhada por Romeu Camelato sobre seu pai, casado com Emília, filha de José Formentin. Romeu contou que seu pai era músico autodidata, habilidoso no bandolim, violino e gaita, e frequentemente tocava em bailes da região. Embora Romeu não tenha mencionado especificamente os bailes na casa de pedra, ele relatou que, aos sábados à tarde, seu pai colocava a gaita em um saco, montava a cavalo e saía para tocar, retornando apenas no dia seguinte. Essa lembrança demonstra que havia um envolvimento da família com atividades festivas e com a música.

Outra memória que julgamos relevante registrar e compartilhar refere-se à figura de Camilinha, uma ex-escravizada que marcou a infância dos irmãos Romeu e Jordão. Ambos relataram lembranças de suas interações com Camilinha, que visitava a casa da família com frequência. Apesar de serem muito pequenos à época, recordam-se de que ela era uma senhora bastante idosa, mas extremamente ativa. Jordão acredita que Camilinha teria cerca de 100 anos, porém, destacamos que a percepção infantil sobre a idade deve ser interpretada com cautela.

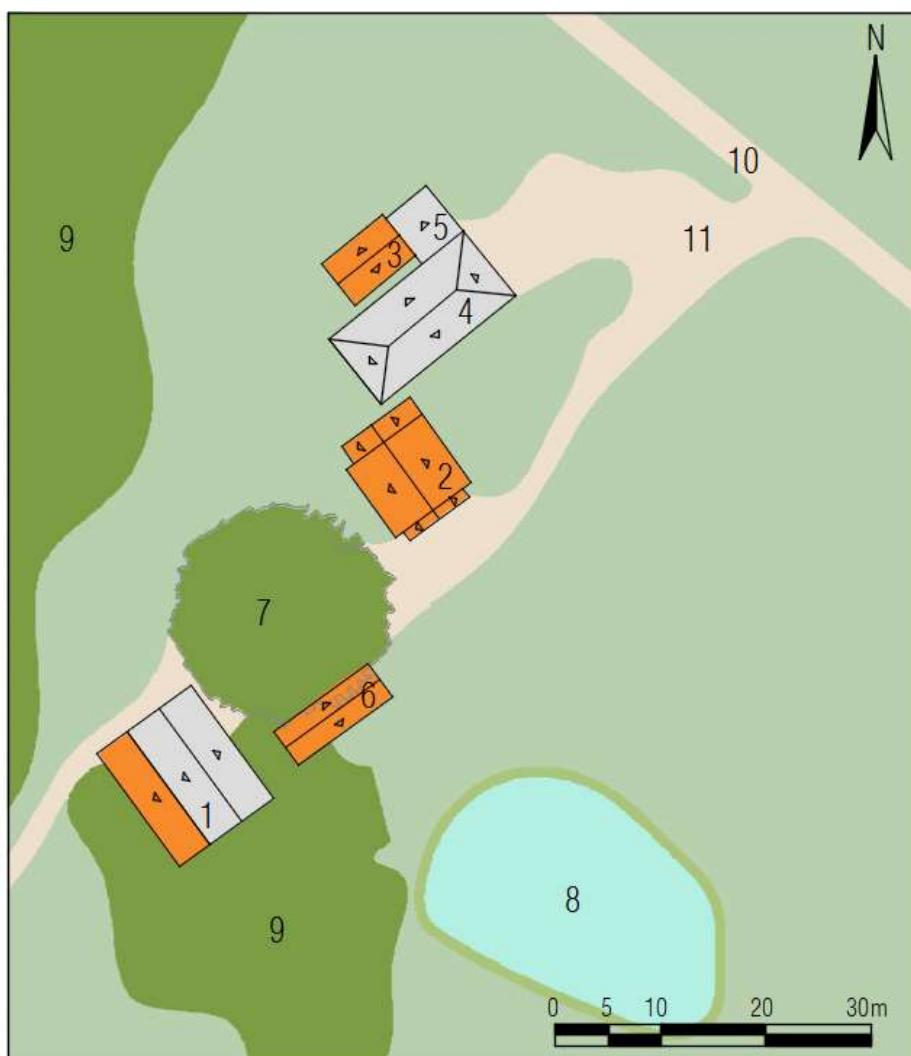
Um detalhe que permanece vívido nas memórias dos irmãos é o “furinho” no lábio de Camilinha, que dificultava a compreensão de sua fala e a fazia carregar constantemente um lenço para enxugar a saliva. Embora desconhecessem a origem exata da marca, ambos supunham que poderia ser resultado de um castigo sofrido durante o período da escravidão.

Os irmãos a descreveram como uma mulher “baixinha, firmezinha, gente boa e muito trabalhadora”. Durante a vindima, Camilinha colaborava na colheita de uvas com a família, sendo remunerada por seus serviços, além de prestar auxílio em propriedades vizinhas. Romeu destacou, em particular, a amizade que existia entre sua avó e Camilinha, que frequentemente se reuniam para conversar, tomar chimarrão e fumar cachimbo. Esse vínculo demonstra uma relação de companheirismo e proximidade, que se estabeleceu mesmo diante das complexas dinâmicas sociais herdadas de um passado marcado pela escravidão.

Organização atual do sítio

O sítio possui duas edificações originalmente construídas como residências: uma é a casa onde atualmente residem os proprietários, e a outra é a casa de pedra, que serve de galpão à família. Além dessas, há quatro outros prédios que servem como garagens e galpões de apoio às atividades realizadas na propriedade. A Figura 84 apresenta uma planta de implantação, na qual foram documentadas as edificações existentes no local no ano de 2024.

Figura 84 - Implantação da Propriedade Formentin - Kowalski



LEGENDA

- | | |
|-----------------------------------|--------------------------|
| 1. Casa de Pedra | 7. Figueira centenária |
| 2. Residência dos Proprietários | 8. Açude |
| 3. Estufa de fumo/Galpão multiuso | 9. Mata Nativa |
| 4. Garagem/galpão | 10. Via pública |
| 5. Garagem/galpão | 11. Acesso à propriedade |
| 6. Galinheiro/chiqueiro | |

Fonte: elaborada pelos autores (2024)

A casa onde a família reside atualmente (Figura 85), segundo Soila, já existia quando seus pais adquiriram a propriedade, embora fosse menor na época. Posteriormente, Soila e seu marido, Adão, foram os responsáveis por reformá-la e ampliá-la. A figueira, que se localiza atrás da residência dos proprietários e à frente da casa de pedra, conforma um espaço de lazer agradável, porém é responsável por diversos inconvenientes. Trata-se de uma figueira de proporções monumentais, com copa que ultrapassa os 20 metros de diâmetro e raízes que se espalham pelo terreno, chegando a invadir a casa, segundo relatam Soila e Adão. Com o tempo, essas raízes têm causado problemas como o entupimento das tubulações de água e esgoto. O casal acredita que a árvore seja tão antiga quanto a própria casa de pedra. Na Figura 86, apresentamos um dos ângulos dessa figueira, cuja imponência impede que seja registrada integralmente em uma única fotografia. Na figura 85, atrás da casa, é possível observar a copa da figueira.



Fonte: Acervo dos autores (2024)



Fonte: Acervo dos autores (2022)

Um pouco à frente da residência, encontra-se uma antiga estufa de fumo, construída na época em que a família Kowalski se dedicava ao cultivo de tabaco, uma atividade abandonada há alguns anos. Atualmente, essa estrutura é utilizada como um galpão multiuso, servindo para armazenar ferramentas, insumos e também para a criação de porcos. Ao lado da antiga estufa, foi erguido um prédio de dimensões amplas, que funciona como garagem e galpão. Ambos os prédios podem ser observados na Figura 87A. Mais ao fundo, à frente da casa de pedra, foi construído um galpão que serve de galinheiro e chiqueiro construído com técnica mista: tijolos e madeira (Figura 87B).

Figura 87 - Galpões da propriedade Kowalski



Fonte: Acervo dos autores (2022)

Casa de Pedra hoje

Ao fundo do sítio, atrás de todas as demais edificações, encontra-se a casa construída em pedra. Do acesso, não é possível visualizar a casa e somente quem sabe que existe um exemplar desse tipo arquitetônico na propriedade tem acesso a ela. A casa foi edificada em uma área inclinada no terreno. Assim, na parte da frente ela está no mesmo nível do terreno, porém o desnível permitiu a construção de um porão com um pé-direito com cerca de 1,7m de altura. A Figura 88A ilustra a primeira visão da casa ao se adentrar o local e a Figura 88B a lateral da casa, onde se encontra o acesso ao porão.

Figura 88 – Casa de pedra

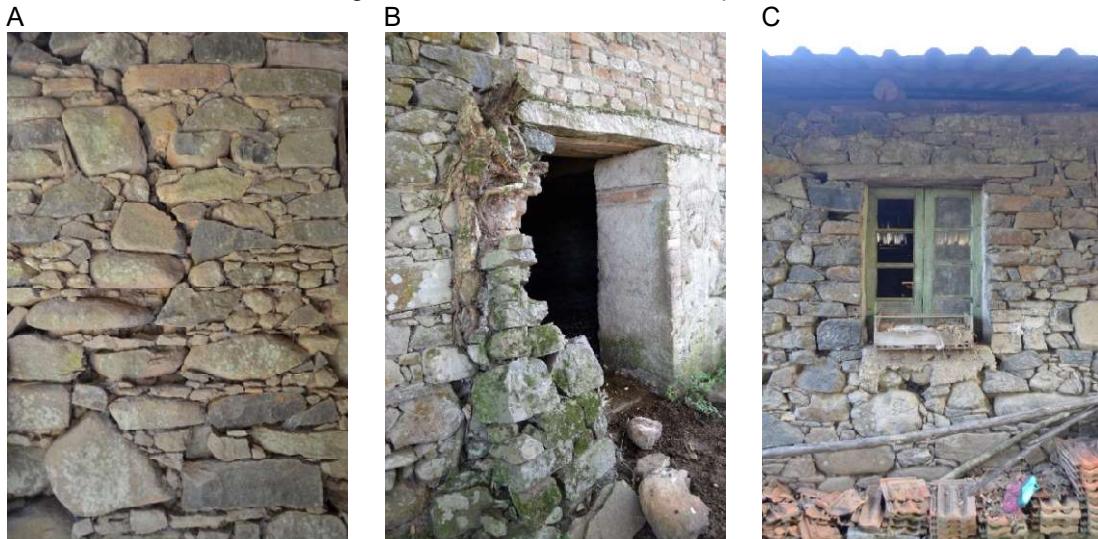


Fonte: Acervo dos autores (2022)

As paredes da casa foram construídas integralmente com pedras de arenito brutas (Figura 89A), sendo que inclusive as soleiras e a verga da porta do porão são em pedra (Figura 89 B). Entretanto, as demais vergas da casa, de todas as portas e janelas, são em madeira (Figura 89C). Foram feitos alguns

consertos na casa, que atualmente conta com trechos das paredes em tijolos e argamassa.

Figura 89 – Detalhes da casa de pedra



Fonte: Acervo dos autores (2022)

As janelas e portas são todas de madeira, sendo que algumas das janelas contam com vidro. A porta do acesso principal da casa foi substituída por um vão maior, haja vista o uso atual da casa, como garagem do trator da família. A casa tem um telhado de duas águas, o que gera duas empenas triangulares nas laterais da edificação. Essas empenas são fechadas com tábuas de madeira bruta (Figura 90A). A estrutura do telhado é integralmente em madeiras brutas, troncos ou galhos não-aparelhados e, atualmente, as telhas são parcialmente cerâmicas do tipo francesas e parcialmente metálicas (Figura 90B).

Figura 90 – Detalhes do madeiramento do telhado



Fonte: Acervo dos autores (2022)

Na parte posterior da casa de pedra, foi construído um prolongamento do telhado (o popularmente conhecido “puxadinho), com o fechamento das paredes em madeira, utilizando tábuas rústicas. As fundações dessa extensão também são de pedra. Na Figura 91 temos dois ângulos dessa construção ao fundo da casa.

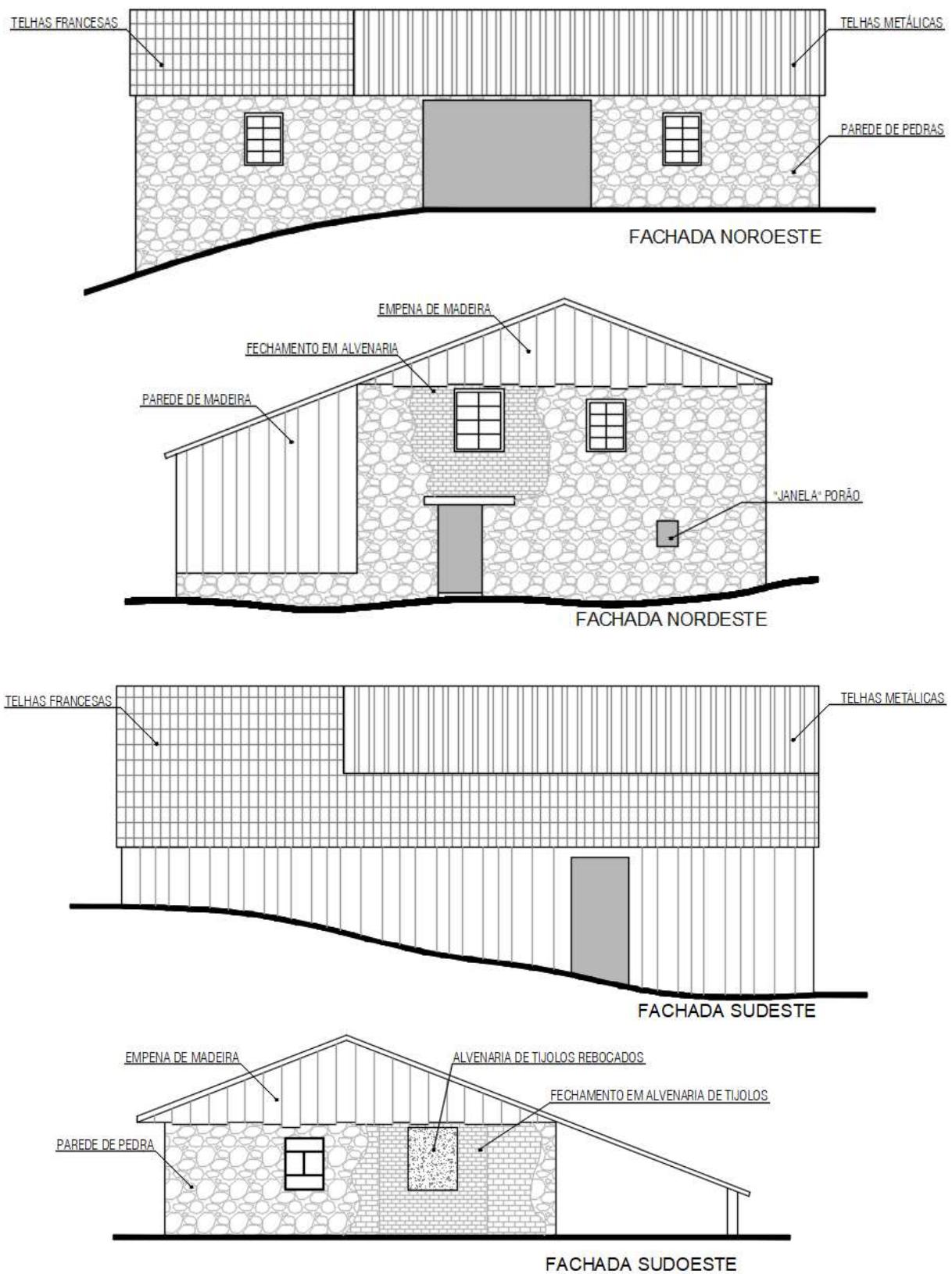
Figura 91 – Prolongamento da casa de pedra



Fonte: Acervo dos autores (2022)

Na Figura 92 apresentamos uma representação gráfica das quatro fachadas da casa de pedra, onde podemos observar as diferenças de relação de cheios e vazios, de ritmo das esquadrias, as diferenças de proporção entre cada uma das fachadas e os desníveis do terreno, onde a casa foi implantada.

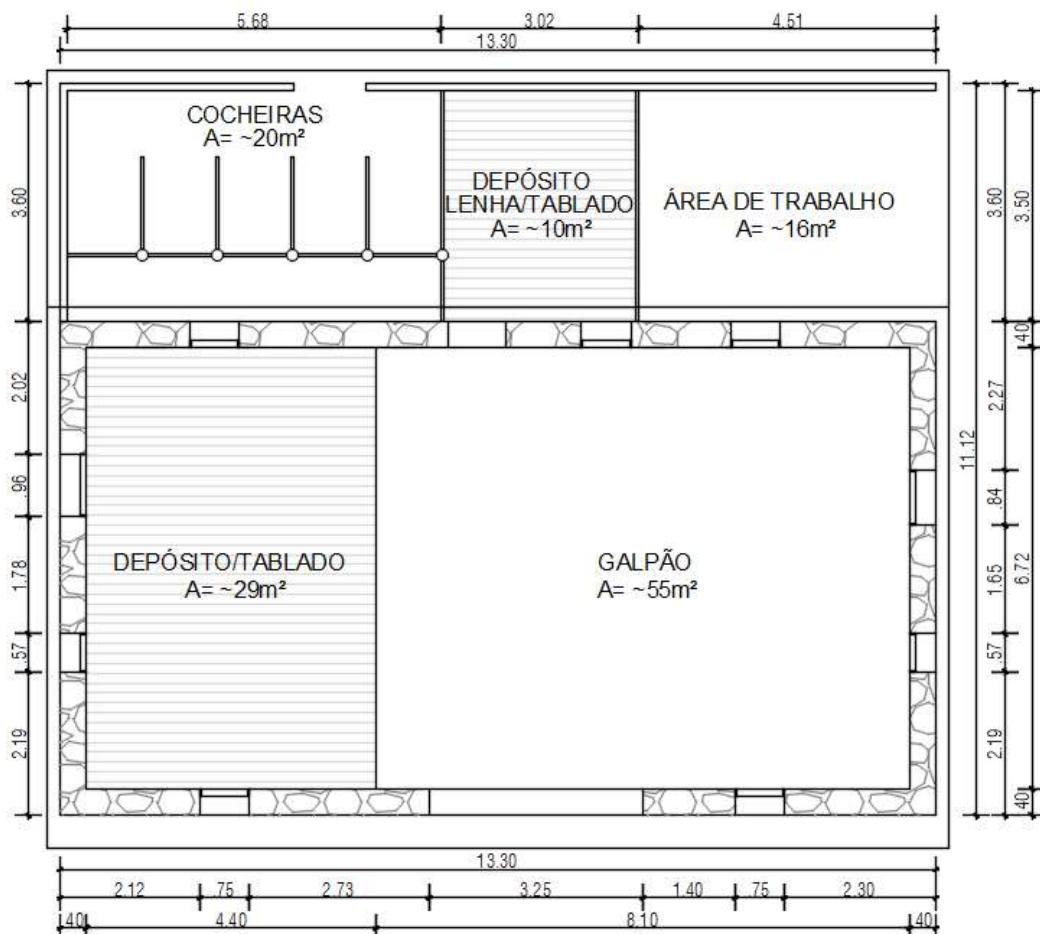
Figura 92 – Fachadas da casa de pedra Formentin-Kowalski



Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Atualmente, a edificação está dividida em três grandes áreas: a casa de pedra propriamente dita, que funciona como depósito da produção, garagem para o trator e galinheiro; a ampliação em madeira na parte traseira, utilizada como cocheira para as vacas e espaço para armazenamento de lenha; e o porão, que também serve como cocheira para as vacas. Na Figura 93 apresentamos a planta-baixa da casa.

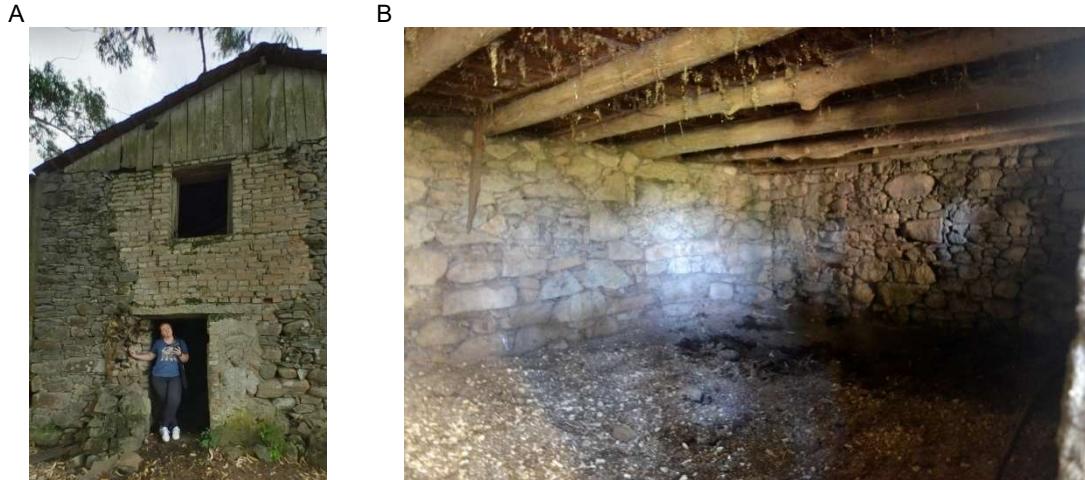
Figura 93 – Planta baixa da casa de pedra Formentin-Kowalski



Fonte: elaborado pelos autores (2024)

A maior parte da casa o piso é de terra batida e a única parte com assoalho de madeira é o trecho da casa sob o qual existe um porão. O piso do porão também é todo de terra batida, com um pé direito baixo, de cerca de 1,65m (Figura 94A) com barrotes rústicos que sustentam o assoalho da casa (Figura 94B).

Figura 94 – Porão



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Passeio Virtual pela Propriedade

As orientações para a navegação na plataforma são as mesmas apresentadas em seções anteriores. Para visitar a Propriedade Formentin-Kowalski, basta clicar no link https://orbix360.com/Ezk_L0F6J ou escanear o QR Code da Figura 95.

Figura 95 - QR Code: Passeio virtual à Propriedade Formentin-Kowalski



Fonte: Autores (2024)

Múltiplas Camadas Temporais

Conforme os relatos de Soila Rodrigues Kowalski, desde que seus pais adquiriram a propriedade onde ela reside atualmente com seu marido, Adão Kowalski, a casa de pedra já era utilizada como galpão, enquanto a casa principal servia como residência. Ao longo das décadas o casal construiu novos galpões para atender às demandas atuais, bem como, outros galpões já existiram no passado, servindo às famílias que habitaram e trabalharam no local. Esses galpões, construídos e demolidos conforme as necessidades familiares e produtivas, contrastam com a permanência das duas edificações centrais: a casa de pedra e a casa residencial, que se adaptaram às transformações e exigências ao longo do tempo.

A casa onde a família reside atualmente já estava presente quando os pais de Soila adquiriram a propriedade. Foi nela que o casal Adelci e João criou seus filhos. Posteriormente, com Soila e Adão assumindo a posse da propriedade, a residência foi ampliada para atender às novas demandas da família. Paralelamente, os galpões passaram por reestruturações e adaptações, refletindo as mudanças nas atividades produtivas e nas dinâmicas familiares ao longo dos anos.

Em frente à casa, podem ser observados vestígios do que aparenta ser a fundação de outra edificação. Trata-se de uma estrutura retangular composta por pedras semienterradas no terreno. Com base nas características típicas das casas rurais da época, supomos que essas fundações pertenciam à cozinha, que frequentemente era construída separada da residência principal. Contudo, nenhuma das fontes orais consultadas forneceu informações concretas sobre a existência ou localização dessa cozinha, limitando nossa análise a meras suposições.

A permanência da casa de pedra ao longo do tempo foi possível graças a diversas intervenções e adaptações. Soila relatou que a primeira modificação significativa foi realizada por seu pai, que removeu uma das janelas laterais e abriu um grande vão na parede para permitir o acesso de seu trator ao interior da edificação. Posteriormente, a família decidiu fechar esse vão utilizando alvenaria de tijolos cerâmicos e recolocar a janela que havia sido guardada. Em

um momento subsequente, essa janela foi novamente retirada, e o vão foi fechado definitivamente com tijolos.

Observa-se, nas imagens comparativas (Figuras 96 e 97), uma técnica construtiva recorrente nas casas de pedra da região: o uso de pedras maiores na base das paredes e nas amarrações de canto. Esse arranjo pode estar relacionado à necessidade de conferir maior estabilidade estrutural, uma vez que as pedras maiores resistem melhor aos esforços de compressão e contribuem para a solidez do conjunto. Já as pedras menores são utilizadas nas partes superiores, onde os esforços estruturais são menores. Embora esse padrão possa variar conforme o construtor e os materiais disponíveis, ele parece se repetir em diversas edificações semelhantes

Figura 96 - Lateral da casa em 2006



Fonte: Acervo de Fabrício Bassi (2006)

Figura 97 - Lateral da casa em 2022



Fonte: Acervo dos autores (2022)

Após o fechamento do vão lateral, a família implementou uma nova solução: removeram a porta de acesso original e abriram um novo vão na fachada principal da casa. Essa intervenção teve como objetivo facilitar tanto a entrada do trator quanto o armazenamento e a movimentação da produção, que continua sendo guardada no interior da casa de pedra. No entanto, a abertura do novo vão comprometeu parcialmente a estabilidade das pedras na área cortada, deixando o acabamento irregular. Para resolver o problema, a família decidiu revestir o local com alvenaria de tijolos.

Com o passar do tempo, esse acabamento, feito como um “remendo”, começou a se desprender, resultando em novas irregularidades. Essa deterioração pode ser observada ao comparar as Figuras 98 e 99.

Figura 98 - Fachada da casa em 2006



Fonte: Acervo de Fabrício Bassi (2006)

Figura 99 - Fachada da casa em 2022



Fonte: Acervo dos autores (2022)

Além dos preenchimentos realizados com tijolos nos vãos intencionalmente abertos e posteriormente fechados, outra área da casa, localizada na lateral oposta, sofreu danos provocados pelo desgaste natural do tempo. Essa seção avariada também foi reparada com alvenaria de tijolos, seguindo o mesmo tipo de solução aplicada em intervenções anteriores (Figura 100). Além dessa área maior, é comum que algumas pedras se desprendam individualmente ao longo dos anos. Os pequenos vãos resultantes dessas perdas são preenchidos com uma variedade de materiais, como pedras, tijolos, argamassa, pedaços de telha, entre outros, como é possível observar na Figura 101.

Figura 100 - Lateral da casa



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Figura 101 – Detalhe dos preenchimentos



Fonte: Acervo dos autores (2022)

Recentemente, a família realizou uma renovação no telhado da casa, substituindo algumas peças de madeira avariadas e instalando telhas metálicas em parte da cobertura (Figura 102). Apesar da mudança, as telhas cerâmicas do tipo francesas que foram removidas ainda podem ser encontradas armazenadas no terreno. Antes dessas telhas francesas, a casa possuía outro tipo de telha cerâmica: telhas planas e menores, conforme registrado na Figura 103, uma fotografia datada de 2006. Atualmente, essas telhas planas só podem ser vistas nos preenchimentos das paredes, como ilustrado anteriormente na Figura 101.

Figura 102 – Telhas metálicas e renovação parcial do madeiramento do telhado



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Figura 103 – Telhas cerâmicas antigas, do tipo planas



Fonte: Acervo de Fabrício Bassi (2006)

Essa substituição das telhas modificou também a volumetria da casa. Antes, ela tinha um telhado composto por quatro águas. Na reforma, a família optou por fazer o telhado com duas águas, gerando empenas nas laterais da casa. Na Figura 104, apresentamos a fachada principal, fotografada no ano de 2007.

Figura 104 – Fachada da casa antes da reforma do telhado



Fonte: Acervo de Fabricio Bassi (2007)

Na época em que essas fotografias foram capturadas, a casa conservava as telhas que os atuais proprietários se referem como sendo as originais da casa: telhas cerâmicas planas, conforme podemos observar no detalhe da Figura 105.

Figura 105 - Telhas cerâmicas planas



Fonte: Acervo de Fabricio Bassi (2007)

Atualmente, partes dessas telhas são encontradas, em pedaços, nos consertos feitos na casa, usadas como preenchimento para as partes das paredes que eventualmente desabaram. Essas alterações, necessárias para a preservação da estrutura, evidenciam o processo contínuo de adaptação e manutenção da casa de pedra frente aos desafios impostos pelo tempo e pelo uso.

2.2.4 Casa Formentin 2 – Casa de Pedro Gruppelli - Família Santos Aires

Dentre todas as casas analisadas neste estudo, a Propriedade Formentin 2 é a que possui menos informações disponíveis. Durante as tentativas de contato, não foi possível entrevistar os atuais proprietários, Joceni Aires e Marta Blaas Santos⁵³, devido às suas atividades profissionais no momento da visita. A recepção ficou a cargo da filha do casal, Raiana Santos Aires, que gentilmente abriu a porteira da propriedade e permitiu a realização do levantamento da casa de pedra. No entanto, por não possuir um conhecimento aprofundado sobre o passado da edificação, sua contribuição para a pesquisa foi limitada, apesar de sua evidente boa vontade em colaborar.

⁵³ Marta que, por sua vez, é prima de Mari Terezinha Blaas da Silva, mais uma vez evidenciando os fortes vínculos familiares que permeiam as relações entre os moradores da região.

Anteriormente, a casa era de propriedade do senhor Pedro Gruppeli, que chegou a ser entrevistado pelo Mecom, conforme evidenciado por um registro fotográfico da ocasião. Contudo, ao buscar o registro em áudio ou a transcrição dessa entrevista no acervo do museu, constatamos sua ausência. Em consulta aos integrantes do Mecom, fomos informados de que a gravação foi danificada antes de ser transcrita, configurando uma perda significativa, tanto para o acervo do museu quanto, especialmente, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Dessa forma, fundamentamos nossos relatos com base no já citado trabalho de Fabrício Bassi (2008), recorrendo, em especial, à entrevista realizada por ele com Pedro Gruppeli durante o desenvolvimento de sua pesquisa.

Famílias Proprietárias

O imigrante Sebastião Formentin, construtor da Propriedade Formentin 1, anteriormente apresentada, teve quatro filhos: duas mulheres e dois homens, Pedro e José. De acordo com Bassi (2008), Pedro e José Formentin construíram duas casas semelhantes nas margens do Arroio Caneleira, sendo que uma das casas, descrita por Bassi (2008) como sendo construída na “encosta de uma barranca” e sustentada por um muro de arrimo⁵⁴ já não existe mais.

A propriedade onde estavam localizadas as duas casas, de Pedro e de José, foi vendida para Virgílio Gruppeli, que de acordo com o seu filho João Gruppeli⁵⁵, chegou da Itália acompanhado de seus pais quando tinha 6 anos de idade. Seus pais chamavam-se Acádio Gruppeli e Ana Beletti. Virgílio Gruppeli teve seis filhos, sendo um deles o entrevistado João e outro Pedro, o pai do seu homônimo que herdou a casa de pedra que originalmente era de José Formentin.

Pedro Gruppeli (o pai)⁵⁶ afirmou que não sabia a qual dos irmãos pertencia a casa que naquele momento era propriedade de seu filho Pedrinho. Não temos a informação precisa de quando a casa passou das mãos de

⁵⁴ “Muro de arrimo: (...) muro utilizado para reter no lugar uma massa de terra. (...) Também chamado de muro de sustentação.(Ching, 2010, p. 204)

⁵⁵ Entrevistado pelo Mecom no ano de 2005, quando tinha 79 anos.

⁵⁶ Entrevistado por Fabrício Bassi no ano de 2007, quando tinha 84 anos.

Pedrinho Gruppeli para a família Santos Aires. Considerando que Raiana Aires é uma jovem no entorno dos seus 15 anos, que o relato mais recente onde Pedrinho é citado como proprietário da casa data de 17 anos atrás e que Raiana se lembra de ter residido naquela propriedade durante toda a sua vida, acreditamos que a casa mudou de proprietário logo após o ano da entrevista de Bassi, ou seja, logo após 2007.

Localização da propriedade

Atualmente, a propriedade está situada em uma via vicinal, estreita e com pouca infraestrutura. O acesso à casa é limitado àqueles que conhecem a sua localização, pois ela está situada a cerca de 1,5km de distância da Estrada da Maciel em uma estrada conhecida como Estrada do S, devido à sua sinuosidade, como é possível observar na Figura 106.

Figura 106 - Imagem aérea da propriedade Formentin 2, localizada na Estrada do S



Fonte: Elaborada pelos autores sobre imagem do Google Earth

Percorrendo a Estrada da Maciel por cerca de 3km, é necessário dobrar à direita na Estrada do S. Tendo percorrido cerca de 1,5km nos deparamos com um cruzamento, no qual devemos seguir pela via da direita e continuar por poucos metros, quando nos deparamos com dois portões, o da direita é um dos portões que dá acesso à propriedade do estudo (Figura 107).

Figura 107 – vista da propriedade Formentin 2 a partir da estrada



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Entretanto, essa localização pouco privilegiada na década de 2020, em outros tempos, ao contrário, era muito interessante, haja vista que a propriedade se encontra na encosta do Arroio Caneleira e muito próxima à antiga linha férrea, como é possível observar na Figura 108.

Figura 108 – Casa Formentin 2 indicada no recorte da Carta Topográfica do BDGex



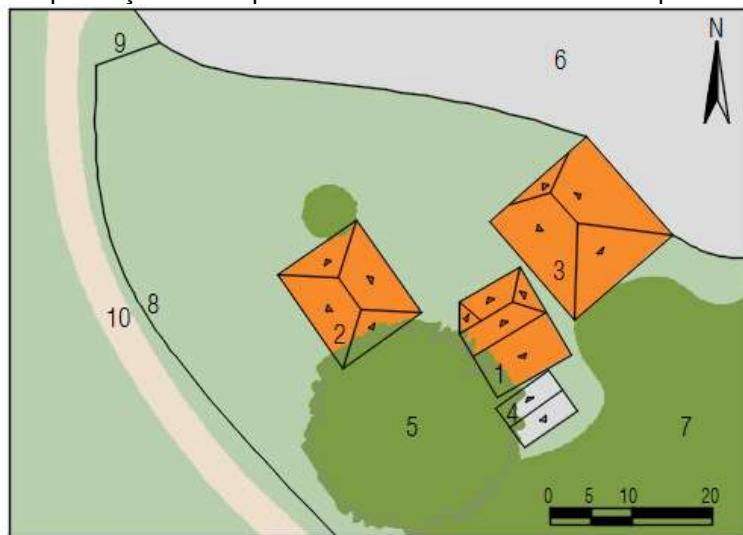
Fonte: Elaborado sobre Carta Topográfica do Banco de dados geográficos do Exército Brasileiro (BDGex), disponível em
<https://bdgex.eb.mil.br/bdgexapp/mobile/?l=962,953,963,961&c=-52.578790,-31.503675&z=12> (acesso em 19 dez 2024)

Organização atual do sítio

O sítio abriga quatro edificações, sendo três destinadas originalmente à moradia. A primeira é a casa de pedra, que foi transformada em depósito pela

atual família proprietária, mas encontra-se em processo de arruinamento. A segunda é uma casa de alvenaria, que serve como residência principal dos proprietários. A terceira é uma pequena construção de madeira, identificada pela proprietária como "a casa do vizinho", onde vive um senhor com quem não tivemos contato. Além dessas edificações residenciais, há um quarto prédio: um amplo galpão multiuso. A Figura 109 apresenta uma planta de implantação, na qual foram documentadas as edificações existentes no local no ano de 2024.

Figura 109 - Implantação da Propriedade Formentin 2 – Pedro Grupelli – Santos Aires



LEGENDA

- | | |
|---------------------------------|-----------------|
| 1. Casa de Pedra | 6. Vizinho |
| 2. Residência dos Proprietários | 7. Mata nativa |
| 3. Garagem/Galpão multiuso | 8. Cerca |
| 4. Casa anexa | 9. Porteira |
| 5. Árvore de grande porte | 10. Via Pública |

Fonte: elaborada pelos autores (2024)

De todas as propriedades estudadas, esta é a menor, mas, devido à impossibilidade de conversarmos com os proprietários, as informações disponíveis se baseiam em observações e suposições sobre a configuração do espaço. Notamos a presença de um vizinho muito próximo, em uma relação espacial atípica em áreas rurais. Supomos que essa situação seja resultado de um desmembramento do lote.

Durante a visita ao sítio, os proprietários, Marta Blaas Santos e Joceni Aires, não estavam presentes, pois ambos realizavam atividades laborais fora da propriedade. Marta, por exemplo, encontrava-se na propriedade vizinha (indicada pelo número “6” na Figura 108), onde trabalhava “embalando picolés”, conforme relatado rapidamente por ela mesma, durante um breve encontro. A necessidade de retornar ao serviço era urgente, uma vez que, segundo suas palavras, os picolés aguardavam para ser embalados, sob o risco de se perderem.

Joceni também estava ausente, dedicado a outro trabalho assalariado. Diferentemente das demais famílias analisadas, que têm no sítio a principal fonte de sustento, este núcleo familiar depende majoritariamente de rendas externas, evidenciando um afastamento econômico da terra. Diferentemente das outras três famílias previamente analisadas, cuja subsistência está fortemente vinculada à produção agrícola local, o sustento deste núcleo familiar provém, majoritariamente, de trabalhos assalariados fora da propriedade, indicando uma relação distinta com o espaço rural.

Raiana, a jovem que nos recebeu, cuidava de um filhote de ovelha doente, a única atividade agrícola identificada no local. Observamos algumas ovelhas criadas soltas ao redor das edificações, com um estábulo construído no interior do galpão multiuso. Este galpão, além de abrigar os animais, também é utilizado para estacionar o carro da família.

Casa de Pedra hoje

A propriedade se localiza em um ponto alto em relação à estrada de acesso, sendo possível enxergar, parcialmente, a casa de pedra a partir da via pública. Os quatro prédios ficam próximos uns aos outros, sendo a casa de pedra o prédio central, circundado pelos demais.

No ano de 2024, a casa se encontrava em processo de arruinamento. A maior parte do telhado desabou e identificamos a presença de muitos cupins em todo o madeiramento, o que nos leva à constatação de que o que resta do telhado não permanecerá por muitos meses. Entretanto, o desabamento do

telhado é recente. Visitamos a casa no ano de 2022 e ela ainda estava conservada. A jovem que nos recebeu contou que o telhado começou a desabar no ciclone ocorrido havia alguns meses. Na Figura 110 apresentamos uma imagem da casa em dezembro de 2024.

Figura 110 - Casa formentin 2 em 2024



Fonte: Acervo dos autores (2024)

A casa foi construída com pedras brutas em diferentes tamanhos e formatos. Apenas a parede chanfrada onde está localizada a porta de acesso à casa é diferente das demais, de tijolos. Apesar de não se tratar de uma alteração recente, observamos que essa parede não faz parte da estrutura original, tendo sido substituída em algum momento no passado.

No interior da casa, ainda é possível identificar vestígios do que aparenta ser o reboco original, feito de barro (Figura 111). No entanto, externamente não há quaisquer indícios desse material (Figura 112), o que sugere que o reboco era aplicado exclusivamente nas paredes internas, possivelmente para melhorar o conforto térmico e proteger os habitantes das irregularidades das pedras brutas.

Figura 111 – Parede interna



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Figura 112 – Parede externa



Fonte: Acervo dos autores (2024)

A estrutura da casa é integralmente de madeira, com vigas de madeira afixadas ao solo que, por sua vez, sustentam o madeiramento do telhado, conforme é possível observar nas Figuras 113 e 114

Figura 113 – Pilar afixado ao solo



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Figura 114 – Madeiramento do telhado



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Todas as vergas e esquadrias são de madeira (Figuras 115 e 116) e em imagens de anos anteriores é possível observar que havia uma espécie de gradil de madeira na parte externa das janelas (Figura 117).

Figura 115 - Porta



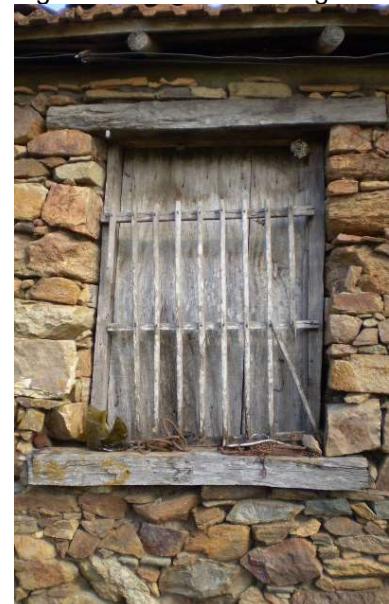
Fonte: Acervo dos autores (2024)

Figura 116 – Janela e verga



Fonte: Acervo dos autores (2024)

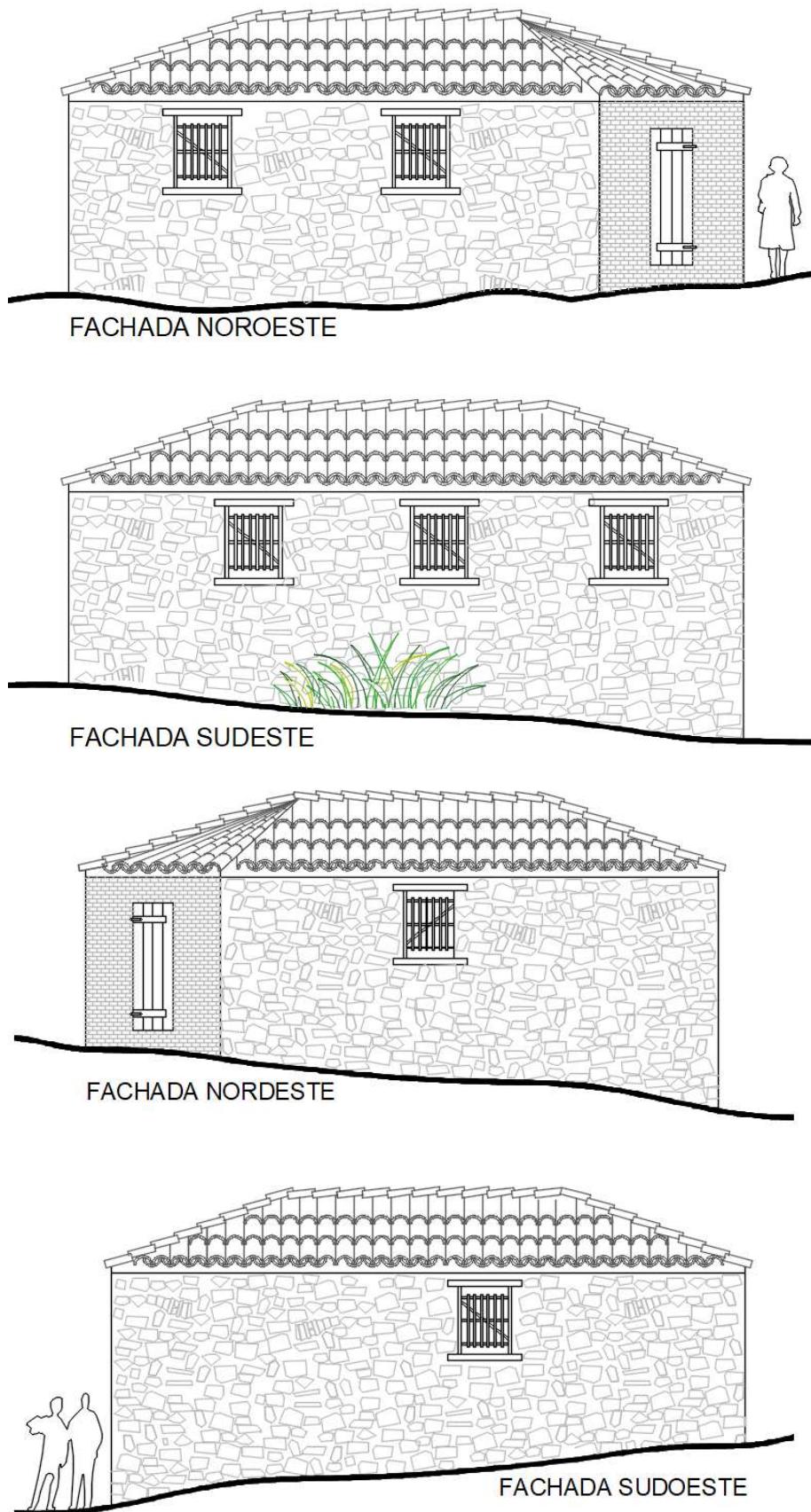
Figura 117 – Janela com gradil



Fonte: Acervo de Fabrício Bassi (2007)

Nas fachadas representadas na Figura 118, podemos observar as texturas da casa, a relação entre cheios e vazios, onde prevalecem os cheios sobre os vazios e o desnível do terreno sobre o qual a casa foi implantada.

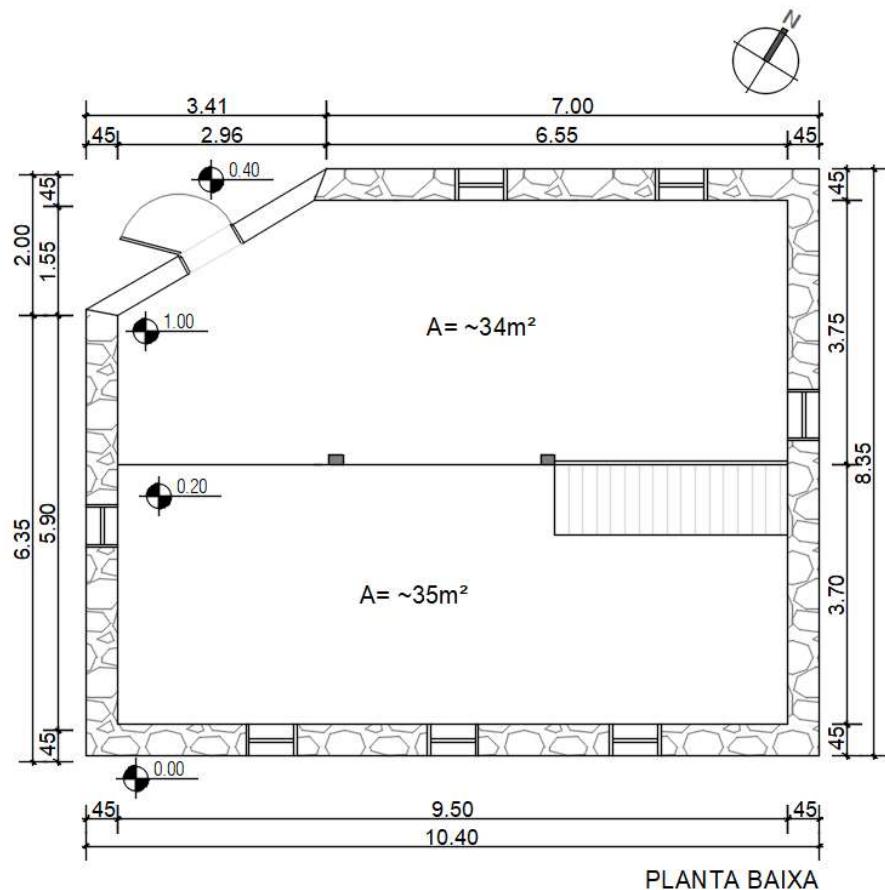
Figura 118 – Fachadas da casa de pedra Formentin 2



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Atualmente, a edificação encontra-se em ruínas e vem sendo utilizada como depósito de objetos que se deterioraram junto com a estrutura. Na Figura 119 apresentamos a planta-baixa da casa, elaborada a partir do estado atual da construção, com base nos vestígios remanescentes das alvenarias e na leitura das marcas construtivas. A planta indica que originalmente havia, ao menos, uma separação em dois grandes ambientes.

Figura 119 – Planta baixa da casa de pedra Formentin 2



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

O piso atual da casa é de terra batida, apresentando um desnível significativo no interior. Com o passar dos anos, a erosão expôs as pedras originalmente utilizadas como contenção para o solo na parte mais alta da construção, como ilustrado nas Figura 120 e 121.

Figura 120 – Desnível no interior da casa



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Figura 121 – Contenção do desnível



Fonte: Acervo dos autores (2024)

No ponto em que ocorre essa mudança de nível, há vestígios de uma antiga parede divisória (Figura 122) e de uma estrutura que parece ter sido parte de um assoalho de madeira. Supomos que o assoalho não se estendia por toda a área da parte mais baixa da casa, já que o pé-direito nesse ponto é bastante reduzido, o que tornaria inviável para um adulto caminhar ereto sobre essa superfície caso houvesse um piso elevado. Chama a atenção a espessura das tábuas dessa construção, que é irregular, mas varia entre cinco e oito centímetros, conforme pode-se observar na Figura 123.

Figura 122 – Resquício de divisória



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Figura 123 – Espessura da tábuas



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Passeio Virtual pela Propriedade

As orientações para a navegação na plataforma são as mesmas apresentadas em seções anteriores. Para visitar a Propriedade Formentin 2, basta clicar no link <https://orbix360.com/02L712c6k> ou escanear o QR Code da Figura 124.

Figura 124 - QR Code: Passeio virtual à Propriedade Formentin 2



Fonte: Autores (2024)

2.2.5 Casa Zóia (Zoglia)

Além das quatro casas apresentadas anteriormente, há também a casa da família Zoglia, cujo nome, por vezes, aparece grafado como “Zóia”. Essa casa foi mencionada por alguns entrevistados do Mecom no início dos anos 2000, mas acabou sendo excluída do nosso processo de documentação devido à impossibilidade de acesso.

Segundo relatos de membros da comunidade, a propriedade foi herdada por sobrinhos dos antigos proprietários, que, por não terem uma ligação direta com o local, optaram por arrendar as terras para produtores de soja. Esses arrendatários, que não residem na propriedade, aproveitam ao máximo a área cultivável, plantando soja até a beira das ruínas da antiga casa de pedra. Sem acesso aos proprietários ou aos arrendatários, não foi possível documentar a casa nem entrevistar pessoas que tivessem alguma relação com ela.

Segundo Panis e Oliveira (2008), a residência Zoglia destacava-se como uma das edificações mais antigas da Colônia Maciel, além de figurar entre as maiores em termos de dimensão. Era uma estrutura térrea, caracterizada por divisórias internas de pedra. No período em que Panis e Oliveira (2008) realizaram sua pesquisa, a casa já passava por um avançado processo de degradação, encontrando-se à beira da ruína. Restavam apenas algumas

paredes, tanto internas quanto externas, enquanto a vegetação selvagem avançava sobre a construção.

A casa era conhecida na região como Zoggia (ou Zóia), nome associado à família que a manteve sob sua posse por muitos anos. No entanto, segundo Bassi (2008), sua construção é atribuída ao Barão Grigoletti. Todas as informações disponíveis sobre a Casa Zoggia provêm das publicações de Bassi (2008) e de Panis e Oliveira (2008), além de descrições pontuais registradas nas entrevistas do acervo do Mecom e das fotografias apresentadas na Figura 125.

Figura 125 - Fotografias da Casa Zoggia (Zóia)



Fonte: Acervo de Fabrício Bassi (2007)

A partir da análise dessas fotografias e das descrições fornecidas pelos autores mencionados, é possível captar apenas algumas características da casa. No entanto, fica evidente que seu processo de deterioração já estava avançado em 2007, quase duas décadas antes da realização deste trabalho. Diante disso, acreditamos que, atualmente, restem poucos vestígios materiais da construção.

3. ANÁLISE COMPARATIVA

Singularidades e recorrências das casas de pedra da Serra dos Tapes

Entre os diversos fatores que conformam a arquitetura vernacular da imigração italiana no Rio Grande do Sul — como as heranças culturais, as condições ambientais e a disponibilidade de materiais —, é importante destacar também o papel do indivíduo como agente ativo nos processos de construção e modificação das casas. As edificações não resultam apenas da repetição de modelos coletivos, mas também da engenhosidade dos sujeitos envolvidos, que criam soluções próprias conforme suas competências, preferências e experiências.

Na Casa Portantiollo, por exemplo, se destaca a atuação do “tio Antônio”, cuja habilidade técnica e capacidade de improvisação foram frequentemente mencionadas nos relatos familiares. Seu conhecimento prático, somado a uma disposição para experimentar e adaptar, fez com que a casa incorporasse elementos únicos, que a distinguem das demais construções da região. Trata-se, portanto, de um exemplo em que a engenhosidade individual atua como força modeladora da paisagem construída. A casa, nesse caso, além de um reflexo de tradições ou recursos disponíveis, é também expressão da criatividade e da ação concreta de um sujeito específico, cuja marca permanece impressa na materialidade da edificação.

Neste capítulo, compararemos as casas de pedra da Serra dos Tapes com outras edificações da imigração italiana localizadas na Serra do Nordeste — a popular “Serra Gaúcha” —, buscando identificar padrões construtivos recorrentes e compreender as adaptações realizadas em função do território e do contexto sociocultural.

Para isso, analisamos a implantação dos sítios, os materiais empregados, as técnicas construtivas e a organização dos espaços, elencando tanto os pontos de convergência quanto as particularidades que distinguem a arquitetura de cada região. Essa comparação é embasada nos estudos de Posenato (1983), Bertussi (1987), Gutierrez e Gutierrez (2000) e Weimer (2004), que investigaram a arquitetura da imigração italiana em cidades da Serra do Nordeste.

Para enriquecer essa análise, selecionamos imagens de acervos do *Projeto Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*, do Instituto de Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul (ECIRS/IMHC/UCS), além do acervo do projeto *Laços Patrimoniais: construindo um inventário colaborativo para Bento Gonçalves*, desenvolvido pelo Museu do Imigrante e pela Prefeitura de Bento Gonçalves. Essas imagens fornecem uma visão abrangente das casas rurais na Serra do Nordeste, permitindo fazer uma comparação com as construções da Serra dos Tapes que são objetos deste estudo.

A abordagem comparativa adotada permite identificar padrões arquitetônicos e compreender como diferentes contextos influenciaram nas características das edificações. A Serra dos Tapes, ao contrário da Serra do Nordeste, apresenta um contexto de ocupação marcado por uma maior diversidade étnica e por um fluxo migratório de italianos menos intenso, o que influenciou diretamente as características das construções e a dinâmica de transformação das propriedades ao longo do tempo.

3.1 Ocupação do lote e a importância do “Barracón”

O barracão (ou *barracón*, conforme a pronúncia local) foi descrito pela Senhora Irene Casarin Scaglione⁵⁷ como uma estrutura que não oferecia privacidade nem conforto às famílias. Segundo ela, todos os italianos recém-chegados à Colônia Maciel ficavam juntos nesse grande prédio, construído pelo governo para abrigar os imigrantes. Não havia separação por gênero ou idade, e as famílias se acomodavam “num montinho que faziam para dormir”. Segundo seu relato, a alimentação se resumia à polenta, possivelmente devido à distribuição de farinha de milho pelo governo.

Apesar das condições precárias às quais essas famílias eram submetidas nesse edifício coletivo, não há relatos de que fossem pressionadas, de maneira direta ou indireta, a deixar o barracão antes de terem acesso às suas terras e a uma estrutura mínima para o estabelecimento em seus próprios lotes.

⁵⁷ Entrevistada pelo Mecom em maio de 2000, aos 89 anos

Essa realidade contrasta com o que trazem Posenato (1983) e Gutierrez e Gutierrez (2000) a respeito da acolhida aos imigrantes italianos em área de imigração na Serra do Nordeste. Posenato destaca a necessidade de agilidade dos imigrantes, que trabalhavam arduamente para limpar o sítio e iniciar as plantações, priorizando as lavouras. Segundo ele, o primeiro abrigo era inicialmente improvisado — muitas vezes em troncos de árvores ocos, ou em choupanas, palhoças ou cabanas — e apenas nas entressafras iniciavam a construção da primeira casa.

De forma complementar, Gutierrez e Gutierrez (2000, p. 43) descrevem os barracões do nordeste do estado como estruturas provisórias, onde as famílias recém-chegadas se instalavam por um período inicial:

ao chegarem na colônia, durante um ou poucos anos, as famílias ficavam instaladas na sede, em um grande barracão de mais ou menos 20 ou 30 metros quadrados [...] A permanência nesse local deveria ser curta para dar lugar a outros imigrantes. Entretanto, as dificuldades, que iam do acesso à necessidade de demarcação dos lotes, levaram os colonos a permanecerem meses mal acomodados, mal alimentados e mal assistidos nesses barracões.

Na Colônia Maciel, o senhor Antônio Aldrighi⁵⁸ descreveu o *barracón* com riqueza de detalhes. De acordo com ele, após todos os outros imigrantes receberem suas terras, seu avô ficou com o prédio, onde criou os filhos e estabeleceu uma “casa de negócios”, um comércio. Por essa razão, Antônio frequentava o edifício. Conforme ele relatou, era uma casa ampla, com cerca de 30 a 40 metros de comprimento, construída principalmente com pau-a-pique⁵⁹. Na frente, havia um espaço coberto tão espaçoso e alto que, em algumas ocasiões, podiam levar um caminhão para descarregar ou carregar produtos, protegendo-se da chuva⁶⁰.

⁵⁸ Entrevistado pelo Mecom no ano de 2005, quando tinha 82 anos.

⁵⁹ "Método de construção de paredes que consiste em uma caniçada coberta com barro ou argila" (Ching, 2010, p.111). Na seção 3.3.1 explicaremos a técnica com mais detalhes.

⁶⁰ Na fala do senhor Aldrighi, não fica claro em que momento ocorria esse acesso de caminhão. Contudo, considerando a natureza não linear da narrativa na História Oral e da memória, inferimos que sua referência não se direciona aos primeiros tempos logo após a imigração, quando é improvável que caminhões tivessem acesso a esse espaço. Ao invés disso, parece aludir a um período mais recente, quando a Colônia Maciel e o comércio estabelecido no prédio do antigo barracão já estavam consolidados na região.

Essa possibilidade de permanência prolongada dos imigrantes no *barracón* da Colônia Maciel pode ser explicada não apenas por melhores condições estruturais, mas também pelo menor fluxo migratório na região⁶¹. Enquanto na Serra do Nordeste a alta rotatividade de imigrantes exigia a liberação constante dos barracões, forçando os recém-chegados a buscar rapidamente alternativas de moradia, na Serra dos Tapes a situação era distinta. A presença do *barracón*, conforme descrito por diversas pessoas entrevistadas pelo Mecom e registrado no livro tombo da paróquia Sant'Anna, proporcionou um abrigo coletivo mais estável, reduzindo a necessidade de soluções temporárias como as observadas no nordeste do estado.

3.2 Períodos da arquitetura das Serras do Nordeste e dos Tapes

A classificação dos períodos da arquitetura da imigração italiana na Serra do Nordeste, proposta por Posenato (1983), permite compreender a evolução das edificações naquela região, conforme a disponibilidade de materiais e as transformações socioculturais ao longo do tempo. A tipologia estabelecida pelo autor divide as construções em três períodos distintos: primitivo, apogeu e tardio.

Posenato (1983) afirma que, antes do período primitivo, entretanto, houve ainda as construções provisórias, edificadas pelos imigrantes recém-chegados que precisavam erguer abrigos temporários para garantir sua sobrevivência. No entanto, conforme já mencionado, essa realidade não se aplicou à Serra dos Tapes, onde as condições permitiram que os colonos iniciassem suas vidas em solo brasileiro diretamente com as edificações características do período primitivo.

De acordo com Posenato (1983), o período primitivo caracterizou-se por edificações modestas, construídas a partir dos recursos disponíveis no local, refletindo as dificuldades enfrentadas pelos primeiros imigrantes italianos na

⁶¹ No Livro Tombo da Paróquia Sant'Anna consta que entre os anos de 1884 e 1886 chegaram à localidade 18 famílias e após o ano de 1887 são listadas mais 34 famílias e a frase “e outros mais cujos nomes não pude conhecê-los”. Gutierrez e Gutierrez (2000, p.19) afirmam que “entre 1875 e 1914, entraram no Rio Grande do Sul entre 80 e 100 mil italianos”. Dessa totalidade, a quantidade de imigrantes que se estabeleceu na Colônia Maciel foi, portanto, significativamente menor.

região. As casas eram erguidas com madeira rachada ou serrada manualmente, e sua estrutura dispensava frequentemente o uso de pregos, recorrendo a fixações de madeira, como cavilhas⁶² e chavetas⁶³. Nas edificações em pedra, utilizavam-se blocos irregulares, assentados com barro ou em junta-seca, garantindo resistência e isolamento térmico. Os tijolos, quando empregados, eram produzidos artesanalmente em domicílio, assados em fornos caseiros. Essa fase inicial foi marcada pelo predomínio de soluções construtivas rudimentares, voltadas para a funcionalidade e adaptação às condições adversas da nova terra (Posenato, 1983).

No período de apogeu, segundo Posenato (1983), a arquitetura na Serra do Nordeste atingiu um estágio de maior sofisticação técnica e compositiva. O beneficiamento mecânico de materiais tornou-se mais comum, e as construções passaram a apresentar maior porte e complexidade. As edificações em madeira incorporaram elementos decorativos, como lambrequins⁶⁴ e entalhes, enquanto as casas em pedra alcançaram até quatro pavimentos, evidenciando um domínio mais refinado das técnicas construtivas. Os tijolos, tanto artesanais quanto industrializados, passaram a ser empregados nos pavimentos superiores, enquanto os porões continuaram a ser construídos em pedra (casas mistas). A cobertura das edificações, anteriormente predominante em tabuinhas, foi progressivamente substituída por telhas cerâmicas, devido à sua durabilidade e eficiência na vedação. Nesse período, as construções conciliavam funcionalidade e ornamentação, tornando-se marcos da arquitetura da imigração italiana na região (Posenato, 1983).

⁶² Cavilha: peça de madeira, pedra ou metal, que assume as mais variadas formas e que serve para manter solidários dois elementos da construção. Usa-se cavilhas para manter unidas peças de madeira, em certos tipos de sambladuras de mecha e encaixe. (Corona e Lemos, 1989, p.120)

⁶³ Chaveta: nos tirantes metálicos empregados como reforço nos arcos ou abóbafas, onde os empuxos são exagerados, recebem o nome de chaveta as peças que, normais aos esforços arreatam, embebidas na alvenaria, aqueles tensores. (Corona e Lemos, 1989, p.126)

⁶⁴ Lambrequim: antigamente, na heráldica, nome que se dava a certos ornatos dos elmos ou escudos. Depois, o nome passou a designar enfeites recortados de pano, metal ou madeira, colocadas nas beiradas de pavilhões, dósseis, etc. Daí o fato de se dar o nome de lambrequim ao rendilhado de madeira recortada usado na decoração das extremidades dos beirais de certo tipo de construção européia da zona alpina, o conhecido chalé, que entrou em voga no Brasil a partir do fim do século XIX, principalmente na arquitetura particular.

O período tardio, conforme identificado por Posenato (1983), caracterizou-se pela crescente influência da industrialização e pela adaptação das construções às novas demandas da sociedade. A madeira utilizada passou a ser proveniente de serrarias, os tijolos tornaram-se predominantemente industrializados, e a pedra foi gradativamente restrita aos porões, sendo substituída pelos tijolos nos pavimentos superiores. As residências desse período também apresentavam modificações na organização espacial, como a inclusão de corredores cobertos ligando os volumes principais da casa (sobretudo a casa de dormir à cozinha). A ornamentação, presente no período de apogeu, foi reduzida, e a construção passou a priorizar eficiência e economia. Essas transformações refletiam a transição da arquitetura tradicional dos imigrantes para um modelo mais pragmático, influenciado pelo meio urbano e pela modernização das técnicas construtivas (Posenato, 1983).

A diferença na dinâmica de ocupação dos lotes, influenciada pela maneira como os imigrantes podiam usufruir do barracão, que apresentamos na seção anterior, se reflete também nas fases de desenvolvimento das propriedades. Enquanto na Serra do Nordeste os imigrantes optavam por ficar menos tempo no barracão, uma vez que a falta de estrutura os conduzia a construir rapidamente abrigos temporários, na Serra dos Tapes, a permanência no barracão podia ser mais prolongada e funcionou como uma alternativa coletiva de transição, permitindo que as construções definitivas fossem erguidas sem a mesma pressão do tempo.

Além disso, diferentemente dos italianos da Serra do Nordeste, que chegaram a uma região inhabitada por colonos europeus e permaneceram como a principal etnia formadora do local, os italianos que se estabeleceram na Serra dos Tapes encontraram um cenário distinto. Na Serra dos Tapes, já havia um grande grupo de imigrantes alemães, além da Colônia Santo Antônio — conhecida popularmente como Colônia Francesa, por ter sido fundada por imigrantes dessa etnia. Segundo Betemps (2003), essa colônia começou a receber imigrantes em 1880 e, em 1898, já estava completamente ocupada. Ou seja, italianos e franceses chegaram praticamente ao mesmo tempo à região.

Ainda, tanto na Serra dos Tapes quanto na Serra do Nordeste, já existiam comunidades afrodescendentes, indígenas, além de alguns cidadãos

identificados como “brasileiros”, geralmente de ascendência portuguesa ou açoriana. Entretanto, enquanto na Serra do Nordeste os italianos tornaram-se o grupo dominante na composição populacional das colônias, na Serra dos Tapes a diversidade étnica impediu a formação de colônias estritamente italianas. O contato interétnico na Serra dos Tapes levou ao desenvolvimento de tradições singulares, refletidas tanto nos costumes quanto na arquitetura. Dessa forma, ainda que seja possível traçar paralelos entre os períodos arquitetônicos das duas regiões – Serras do Nordeste e dos Tapes –, as construções na Serra dos Tapes apresentam elementos distintos, resultantes dessa interação cultural mais intensa.

Essa interetnicidade pode ser observada no território de maneira ampla, analisando onde cada grupo se estabeleceu — os alemães, os franceses, os italianos, entre outros. No entanto, ela se torna ainda mais evidente quando voltamos ao capítulo anterior e examinamos os sobrenomes das famílias proprietárias das casas estudadas. Essas famílias representam apenas um recorte da população da região, mas evidenciam, por meio dos casamentos, como houve uma intensa mistura entre os diferentes grupos étnicos, reforçando a interconexão cultural que moldou a identidade da Serra dos Tapes.

3.3 Técnicas construtivas adotadas pelos imigrantes

Embora este estudo tenha como foco as casas cujas paredes foram executadas em pedra, os relatos presentes no acervo de História Oral do Mecom indicam que outras técnicas construtivas também foram utilizadas nas construções da região da Colônia Maciel, evidenciando a diversidade de soluções adotadas pelos imigrantes e seus descendentes ao longo do tempo. Essas construções, embora não sejam o objeto central desta pesquisa, ajudam a ampliar a compreensão sobre as diferentes formas de edificação empregadas no período primitivo e suas variações locais.

3.3.1 Casas de Taipa

Há relatos no acervo de História Oral do Mecom de casas que foram construídas em taipa, uma técnica que Posenato (1983) cita brevemente em sua

classificação, sem citar exemplos de construções presentes na Serra do Nordeste e atribuindo o uso da técnica apenas ao período primitivo.

A taipa de barro foi a técnica utilizada na construção do *barracón* da Colônia Maciel, edifício que foi de grande importância para as famílias que chegaram à Serra dos Tapes nos primeiros anos de imigração italiana e, como mencionamos anteriormente, influenciou a forma como essas famílias assumiram os seus lotes e implantaram as suas construções e lavouras.

Nas entrevistas realizadas pelo Mecom na primeira década dos anos 2000, há relatos, também, de casas construídas com a técnica mencionada⁶⁵, como por exemplo, o senhor Jordão Camelato⁶⁶ relatou. Jordão disse que chamavam casas com essa técnica de “ranchão”. Já Antônio Aldrighi⁶⁷ relatou:

A nossa [casa], quando meu pai veio pra cá, quando ele casou, comprou um pedaço de terra e fez, também, de pau-a-pique e barro, que a única coisa era fazer aquilo, porque aquilo não custava nada, não precisa comprar muita coisa, nada, só prego (Antônio Aldrighi, 2005).

A taipa, conforme definido por Corona e Lemos (1989, p. 436), é o “nome genérico que se costuma dar a todo sistema construtivo em que se emprega, na confecção das paredes e muros de fecho, a terra umedecida ou molhada.” Os autores explicam que há dois tipos principais dessa técnica: a taipa de pilão e a taipa de mão, também conhecida como taipa de sebe ou de sopapo.

A taipa de pilão é construída pela compactação da terra em formas de madeira. Já a taipa de mão, presente em algumas construções da Serra dos Tapes, consiste em uma estrutura de madeira com esteios — peças verticais cravadas no chão — interligados por vigas horizontais: os baldrames, na base, e os frechais, no topo. Essa estrutura sustenta o telhado, enquanto os vãos entre os esteios são preenchidos por sarrafos dispostos de maneira equidistante, formando a caniçada ou *pau-a-pique*, conforme denomina Ching (2010). Por fim, esses painéis são revestidos com barro. Na Figura 126, há uma representação esquemática da técnica.

⁶⁵ A Figura 1 deste trabalho trata-se de uma fotografia do imigrante Mateus Casarin e sua família em frente a uma casa de taipa.

⁶⁶ Entrevistado pelo Mecom no ano de 2005, quando tinha 64 anos

⁶⁷ Entrevistado pelo Mecom no ano de 2005, quando tinha 82 anos

Figura 126 - Croqui do sistema pau-a-pique/taipa de mão



Fonte: CHING, 2010, p.111

A efemeridade das construções em pau-a-pique e taipa de mão, que exigem reparos constantes devido à ação da chuva e do tempo, explica a ausência de exemplares remanescentes dessa técnica na área estudada.

3.3.2 Casas de madeira

Embora os relatos analisados confirmem o uso da madeira na construção de algumas das primeiras moradias dos imigrantes italianos na região da Serra dos Tapes, não há menção a casas inteiramente de madeira de grande porte, como ocorre na Serra do Nordeste, conforme descrito por Posenato (1983), sobretudo no período de apogeu. Segundo Gutierrez e Gutierrez (2000, p. 55):

A quantidade e a qualidade das árvores nas colônias fizeram com que a madeira fosse o material mais empregado nas construções. Possivelmente, o uso das madeiras nas construções tenha sido a característica mais forte da contribuição italiana à arquitetura da fronteira meridional do Brasil.

Esse contexto favoreceu a construção de grandes edificações de madeira na região nordeste do estado, algo que não se verifica nos relatos sobre a Serra dos Tapes. Dona Angelina Casarin Zanetti⁶⁸, por exemplo, relatou que a primeira casa de seu avô imigrante na Colônia Maciel foi construída com paredes de vedação em madeira:

a primeira casa que eles fizeram era de tábua bruta. Mas eu não sei dizer se eram eles que serravam, como era. Devia ser com serrote, naquela época. Só sei dizer que eles fizeram, taparam a casa, a primeira casa que vieram morar, faziam as tabuinhas de machadinho assim, e pregavam, botavam tudo madeira.

⁶⁸ Entrevistada pelo Mecom em 2000, aos 78 anos

Esse depoimento confirma o uso da madeira, mas não indica a construção de grandes edificações. Ao contrário da Serra no Nordeste, na Serra dos Tapes não há registros de casas de grande porte feitas inteiramente de madeira por imigrantes italianos. O material era amplamente utilizado, mas em edificações menores ou associado a outras técnicas construtivas. Essas edificações da Serra dos Tapes relacionam-se ao período primitivo descrito por Posenato (1983).

As Figuras 127 e 128 ilustram duas casas de madeira de grande porte, caracterizadas pela presença de elementos decorativos, representando o período de apogeu conforme a classificação de Posenato (1983). Já as Figuras 129 e 130 apresentam edificações de madeira que correspondem ao período primitivo, segundo o mesmo autor.

Figura 127 - Casa de madeira, Nova Roma do Sul, RS



Fonte: Acervo do ECIRS/IMHC/UCS (1980)

Figura 128 - Casa de madeira, com alpendre e balaustrada, Antônio Prado, RS



Fonte: Acervo do ECIRS/IMHC/UCS (1980)

Figura 129 - Casa de madeira, Local não identificado



Fonte: Acervo do ECIRS/IMHC/UCS (1980)

Figura 130 - Paiol de madeira, Local não identificado



Fonte: Acervo do ECIRS/IMHC/UCS (1980)

Essa diferenciação entre as edificações da Serra do Nordeste e da Serra dos Tapes evidencia as particularidades regionais na maneira de construir dos

imigrantes italianos. Enquanto no Nordeste do estado a abundância de madeira favoreceu a construção de grandes casas inteiramente nesse material, na Serra dos Tapes a madeira foi utilizada principalmente em edificações menores ou em combinação com outros materiais, como a pedra.

3.3.3 Casas de tijolos artesanais

Além das construções em madeira, há registros e reminiscências de casas feitas com tijolos produzidos no próprio local. Esses tijolos eram confeccionados de forma artesanal, moldados e queimados em fornos rudimentares, conforme também descrito por Posenato para a Serra do Nordeste. Esse processo de produção caseira revela a busca por materiais mais duráveis e resistentes, demonstrando uma evolução nas técnicas construtivas à medida que os colonos se estabeleciam de forma mais definitiva no território (Posenato, 1983).

Na Serra dos Tapes, esses tijolos caseiros foram muito populares entre pessoas de diversas etnias, inclusive entre os italianos. Os irmãos Cesário Zanetti e Maria Zanetti Formentin⁶⁹ contaram que a casa onde moravam com os pais e os outros onze irmãos era toda feita com tijolos que eles mesmos faziam em casa. Cesário disse que atribuía essa escolha à abundância de lenha disponível para a queima, permitindo que eles produzissem tijolos de barro e os assassem no forno de suas casas.

Posenato (1983, p.143) transcreve o relato de um entrevistado identificado apenas como "Bavaresco" sobre o processo de fabricação artesanal de tijolos. Ele descreve a produção manual dos tijolos, desde a moldagem até a queima:

[...] pisava-se o barro com os pés e, depois, fazia-se tijolo por tijolo, com o molde. Enchia-se o molde, tirava-se o tijolo e voltava-se a encher de novo. Secávamos os tijolos num barracão, depois os colocávamos num forno, para cozinhá-los. Fizeram um buraco-forno e os cozinhavam cobertos de terra. Deixavam espaço no meio e faziam o fogo que fosse necessário. Colocavam ralos os tijolos para que o fogo chegasse até em cima.

⁶⁹ Entrevistados pelo Mecom em 2000, quando tinham 79 e 69 anos, respectivamente.

Esse método, que envolvia a moldagem manual e a queima dos tijolos em fornos rudimentares cobertos de terra, é semelhante ao descrito por José Luís Portantiolo (Maneco) ao relembrar a produção de tijolos na Colônia Maciel. Ele menciona a presença de um profissional a quem se referiu como um "tijoleiro ambulante", contratado para auxiliar na fabricação, uma vez que não havia olarias próximas, nem caminhões ou estradas em boas condições para o transporte dos tijolos.

Relatos de outros entrevistados indicam que, na maioria dos casos, as próprias famílias produziam seus tijolos em casa, com a colaboração dos familiares ou em esquema de mutirão, envolvendo os vizinhos. No entanto, a descrição detalhada oferecida por José Luís Portantiolo demonstra que o processo seguido na Colônia Maciel era bastante semelhante ao registrado por Posenato (1983) na Serra do Nordeste. Segundo José Luís Portantiolo:

O tijoleiro que fazia os tijolos tinha uma parelha de cavalos para sovar o barro. Sovava o barro e ia tirando. Quando ele saía numa abertura que tinha embaixo, ele tinha uma caixinha de madeira, passava um pozinho de terra seca, pegava uma porção de barro, levantava e atirava dentro daquela caixinha, passava um arame por cima, embocava, saltava da caixinha e levava num carrinho lá para a pilha.
Era manual todo o trabalho. A secagem era ao ar livre. Quando chovia, tinha umas folhas de zinco, uma tábua para tapar para não molhar. Se molhasse, era um fracasso, não podia deixar molhar. Havia pilhas assim no pátio. O tijoleiro ambulante que fazia o tijolo a céu aberto, e, quando os tijolos estavam prontos e secos, ele armava o forno na propriedade e queimava. Depois, era só retirar os tijolos do forno e daí para a casa.

Assim, tanto os relatos de Bavaresco quanto os de José Luís Portantiolo descrevem um método artesanal e rudimentar de fabricação de tijolos, caracterizado pelo uso de moldes manuais, secagem ao ar livre e queima em fornos improvisados. A produção era realizada, em grande parte, de forma autossuficiente, com as próprias famílias ou com o auxílio de tijoleiros ambulantes, garantindo a construção de moradias em regiões onde o acesso a materiais industrializados era limitado.

3.3.4 Casas de tijolos industrializados

Posenato (1983) afirma que, durante o período de apogeu, tanto tijolos artesanais quanto industrializados eram utilizados, enquanto no período tardio, os tijolos passaram a ser sempre provenientes de olarias. Na Colônia Maciel,

porém, essa transição ocorreu com a implantação de uma olaria na região, o que transformou a dinâmica da construção civil local.

João Grupelli⁷⁰ contou que seu pai, Virgílio Grupelli – que migrou da Itália quando tinha aproximadamente seis anos de idade –, fornecia tijolos e telhas para as famílias interessadas em adquirir esses materiais⁷¹. João Grupelli descreveu minuciosamente o processo manual e artesanal de fabricação dos tijolos e telhas. Ele explicou que apenas quando ficou mais velho, a família adquiriu uma máquina para auxiliar na produção das telhas.

Vieira (2009) estudou a localidade Grupelli, que hoje é um ponto de comércio e turismo na região, e fez diversas referências à olaria pertencente à família. Segundo a autora, os Grupelli eram proprietários de uma olaria na zona urbana de Pelotas desde 1876 e, posteriormente, transferiram-se para a zona rural, onde alguns dos descendentes da família permanecem até os dias atuais. Ainda de acordo com Vieira, a família adquiriu terras na Colônia Municipal em 1905, o que indica que, a partir dessa data, os moradores da região passaram a ter acesso mais facilitado a tijolos e telhas industrializados.

Bertussi (1987) afirma que com a introdução dos tijolos feitos em olarias, as casas da Serra do Nordeste conservaram características específicas da imigração, como por exemplo a permanência da cantina de pedra, a cozinha junto à casa, mas em um corpo mais baixo, sala e dormitório no térreo e, frequentemente, mais dormitórios no segundo piso. Além disso, o autor afirma que as casas apresentavam vãos perfeitamente enquadrados, telhado de quatro águas e balcão de proteção na porta principal.

Na Serra dos Tapes, com base em nosso estudo, não é possível determinar com precisão as características das construções pertencentes a esse período construtivo. Nas quatro propriedades analisadas, foram identificados outros edifícios com função residencial, porém, a partir da observação externa,

⁷⁰ Entrevistado pelo Mecom em 2005 aos 79 anos

⁷¹ Além disso, ele foi responsável por fornecer todos os tijolos usados na construção da igreja local, a Paróquia Sant'Anna, inaugurada em 1930.

não há elementos suficientes para definir a qual período descrito por Posenato (1983) essas construções pertencem—se ao apogeu ou ao tardio.

Além disso, essas casas apresentam aspectos formais que se assemelham às habitações de pessoas de diversas outras etnias presentes na região, sugerindo uma possível influência interétnica na conformação das construções.

Na Figura 131, estão registradas as casas que sucederam às edificações de pedra em cada um dos sítios estudados. Embora a análise detalhada dessas construções não faça parte do escopo deste trabalho, é possível afirmar que, de modo geral, suas características são similares a outras edificações do local. Exemplares semelhantes podem ser encontrados em residências construídas por pessoas de diferentes origens étnicas e estão disseminados por todo o território da Serra dos Tapes.

Figura 131 - Casas posteriores à casa de pedra



3.3.5 Casas de pedra

Na Serra do Nordeste, Posenato (1983) afirma que a pedra foi amplamente utilizada nos três períodos construtivos. No período primitivo, os construtores empregavam pedras irregulares, seja em seu formato natural ou apenas lascadas, para erguer casas de um ou, no máximo, dois pavimentos, além de utilizá-las nos porões das casas de madeira, conhecidas como casas mistas. No período de apogeu, as edificações passaram a ter até quatro pavimentos, e o uso da pedra se tornou mais refinado, incorporando técnicas de lascamento, laminação e talhamento para conferir maior regularidade às paredes. Já no período tardio, a construção de casas com paredes de pedra foi gradativamente abandonada em favor do tijolo e da madeira. No entanto, a pedra permaneceu sendo utilizada nos porões, agora trabalhada com maior esmero: as pedras eram cuidadosamente talhadas ou apicoadas para garantir superfícies mais regulares, refletindo um aprimoramento técnico na lapidação e no assentamento das alvenarias.

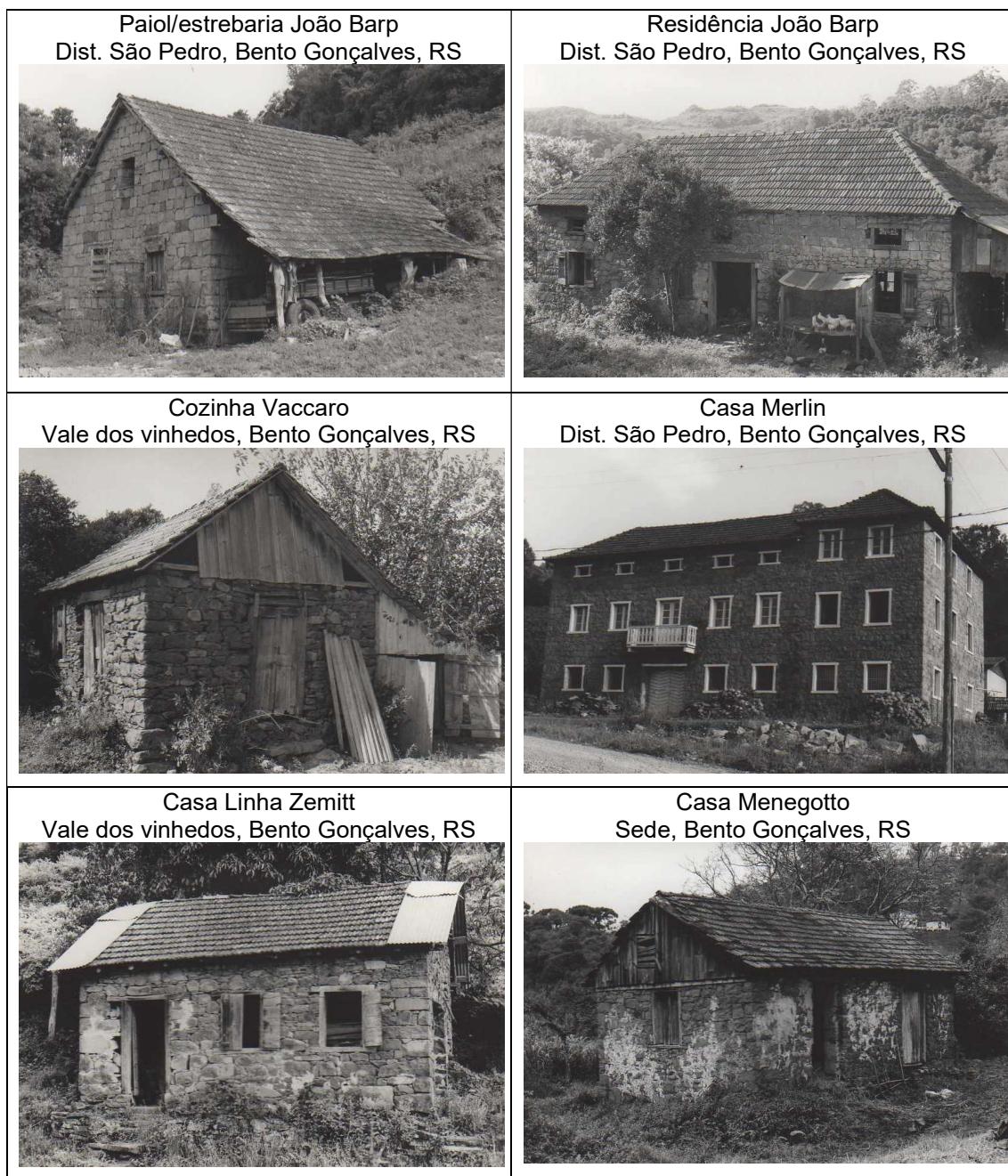
Bertussi (1987) atribui a habilidade dos imigrantes italianos na construção em pedra à sua região de origem. Segundo o autor, a maioria dos imigrantes que se estabeleceu no Rio Grande do Sul veio do Vêneto, cuja orografia é bastante semelhante à das áreas onde se instalaram no estado. Essa semelhança favoreceu a adaptação dos colonos, que já dominavam as técnicas de construção em basalto, material amplamente disponível nas novas terras.

As casas construídas com paredes de pedra, especialmente aquelas sem reboco, que deixam a materialidade exposta, são as que mais se destacam nos territórios como representações da arquitetura da imigração italiana. Na Serra dos Tapes, as edificações em pedra, de modo geral, apresentam características que se aproximam do período primitivo, conforme a definição de Posenato (1983), pois possuem apenas um pavimento ou um porão seguido de um pavimento superior. Além disso, diferentemente das construções do período de apogeu, essas casas não apresentam elementos ornamentais, mantendo um aspecto mais austero e funcional.

As Figuras 132 e 133 apresentam exemplos dessas construções. A primeira reúne imagens de edificações em pedra na cidade de Bento Gonçalves,

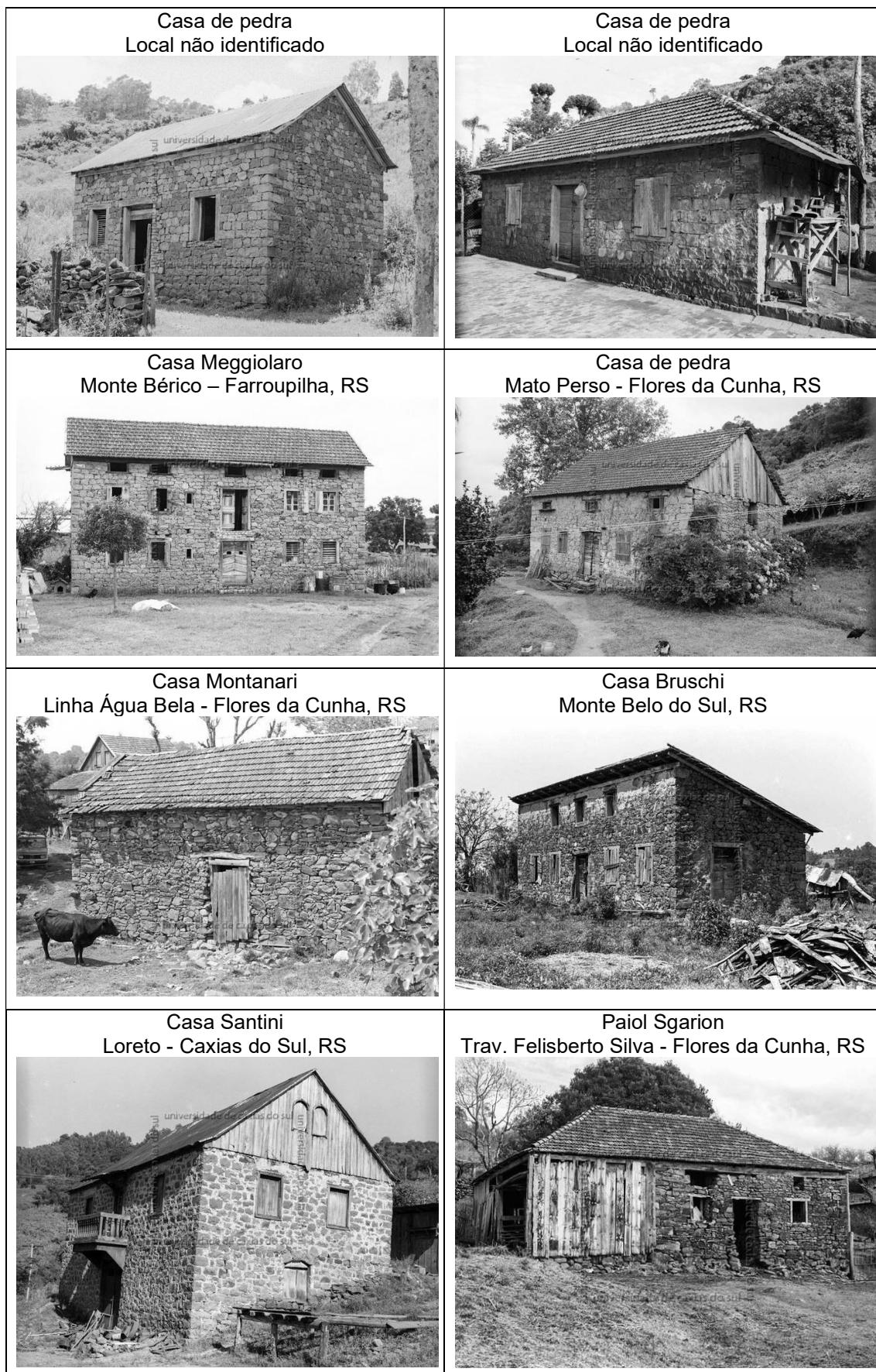
extraídas de fichas de inventário, selecionadas aleatoriamente para oferecer uma visão ampla dos tipos arquitetônicos registrados. Já a segunda destaca edificações em diversas outras cidades da Serra do Nordeste do Rio Grande do Sul, pertencentes ao acervo do projeto ECIRS, da UCS, também escolhidas aleatoriamente para ilustrar a diversidade da arquitetura em pedra da região.

Figura 132 – Exemplares de edifícios de pedra de Bento Gonçalves, RS



Fonte: Acervo Museu do Imigrante (1994)

Figura 133 – Exemplares de edifícios de pedra da Serra do Nordeste



Fonte: Acervo do ECIRS/IMHC/UCS (1980)

A comparação entre as construções da Serra do Nordeste e da Serra dos Tapes nos mostra algumas diferenças. As edificações da Serra do Nordeste demonstram maior diversidade tipológica e técnica, refletindo a evolução dos períodos construtivos descritos por Posenato (1983). Algumas dessas construções foram construídas com vários pavimentos e evidenciam um refinamento técnico na alvenaria. Em contraste, as casas de pedra da Serra dos Tapes mantêm características do período primitivo, com estruturas mais simples, predominantemente térreas ou com porões, e uso de pedras em estado bruto.

Nas casas de pedra da Serra dos Tapes, observa-se variação dentro do padrão construtivo primitivo. A Casa Portantiolo apresenta um refinamento técnico, com alvenaria em pedra lascada e faces mais regulares, o que permitiu a aplicação de reboco — característica próxima da alvenaria de pedra regular, conforme definida pelo Iphan (2000, p. 9). As casas Formentin 1 e Formentin 2, inteiramente construídas em pedra, seguem o padrão da alvenaria canjicada, composta por pedras irregulares de diferentes tamanhos, intercaladas com pedras menores (Iphan, 2000, p. 9). A primeira possui porão semienterrado e um pavimento; a segunda, um único pavimento. Ambas são marcadas pelo uso de pedras brutas e acabamento austero. Já a Casa Casarin se enquadra no grupo das casas mistas — com térreo em pedra e pavimento superior em madeira —, também classificadas por Posenato (1983) dentro do período primitivo. No térreo, observa-se igualmente o uso da alvenaria canjicada, com técnica construtiva semelhante à das casas Formentin.

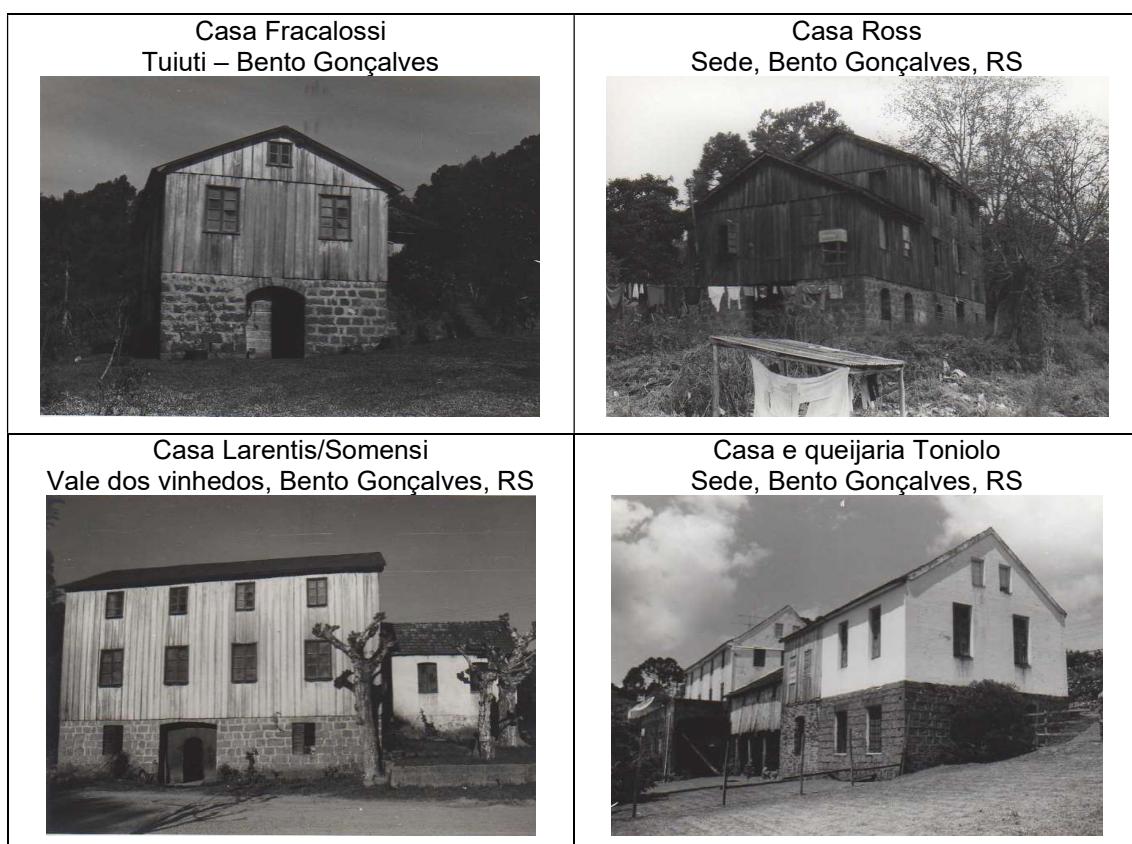
3.3.6 Casas mistas

Segundo Posenato (1983), mesmo em casas de madeira ou tijolos, era comum a presença de porões de pedra, frequentemente semienterrados devido à implantação em encostas. Posenato (1983) e Bertussi (1987) destacam que, ao longo dos três períodos — primitivo, apogeu e tardio —, apesar das variações nos materiais e técnicas construtivas, a edificação de porões em pedra se manteve. Essa escolha se justificava tanto pelas qualidades físicas do material quanto pelas condições ambientais. A pedra, por sua alta resistência à compressão, é particularmente adequada para suportar cargas verticais, como ocorre nos muros de arrimo em terrenos inclinados. Além disso, suas

propriedades térmicas e a baixa permeabilidade favoreciam a conservação de alimentos e vinho, fazendo dos porões ambientes ideais para armazenamento. Por outro lado, sua limitada resistência à tração exige que os vãos sejam reduzidos — uma característica comum às edificações em pedra e em taipa —, o que também influenciava a modulação dos espaços e a posição das aberturas.

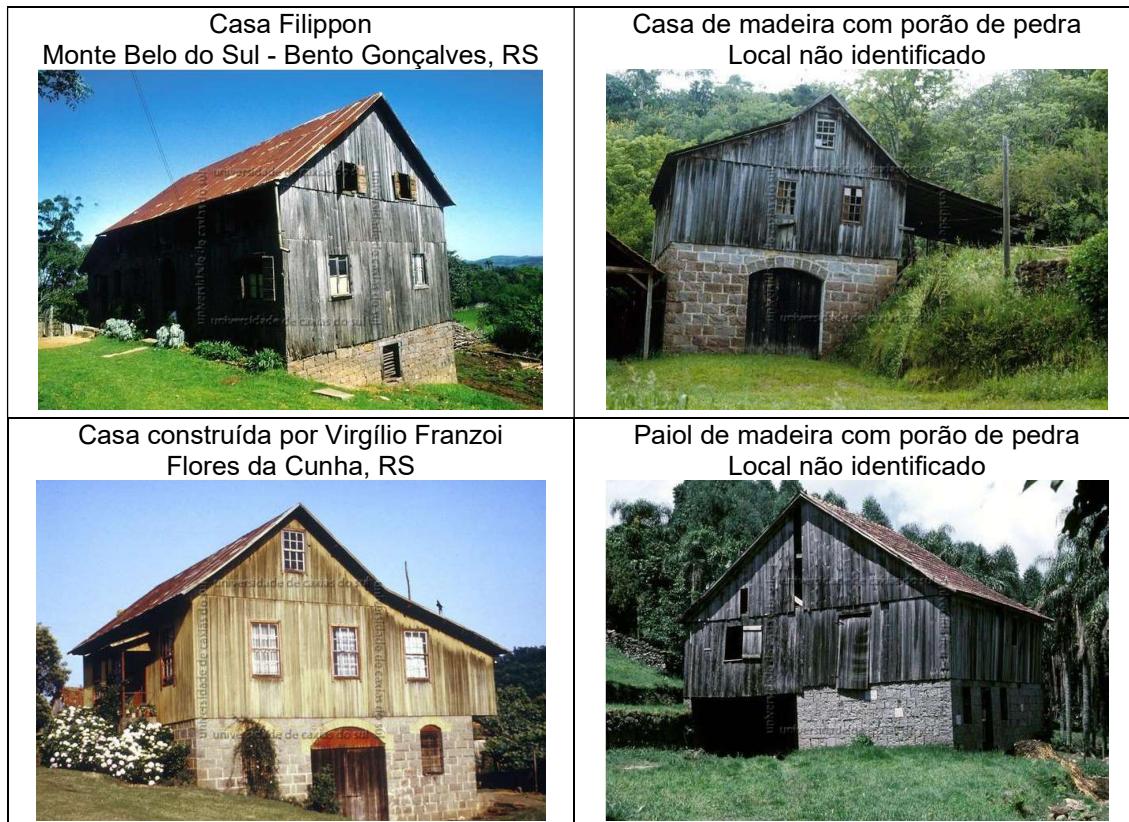
Essa característica construtiva pode ser observada em diferentes regiões da Serra do Nordeste, onde as casas mistas seguem um padrão semelhante. Na Figura 134, selecionamos alguns exemplares de casas mistas de Bento Gonçalves, enquanto na Figura 135 escolhemos exemplos de outras cidades da região.

Figura 134 – Exemplares de edifícios mistos (em pedra e madeira) de Bento Gonçalves, RS



Fonte: Acervo Museu do Imigrante (1994)

Figura 135 – Exemplares de edifícios mistos (em pedra e madeira) da Serra do Nordeste



Fonte: Acervo do ECIRS/IMHC/UCS (1980)

No entanto, a Casa Casarin (Figura 136) se diferencia dessas construções tradicionais na Serra do Nordeste. Embora apresente semelhanças com as casas mistas descritas por Posenato (1983) e Bertussi (1987), destaca-se por ter o primeiro pavimento elevado acima do solo, em contraste com os porões semi-enterrados observados nos demais exemplares.

Figura 136 – Casa Casarin



Fonte: Acervo dos autores (2024)

Ao comparar os exemplares das cidades da Serra do Nordeste com a Casa Casarin, na Serra dos Tapes, percebe-se, também, uma diferença na geometria dessas construções. A relação entre pedra e madeira varia significativamente entre as regiões: enquanto, na Serra do Nordeste, a madeira predomina sobre a pedra, na Casa Casarin essa lógica se inverte, com uma presença maior da pedra em sua composição.

3.4 Programa e organização das funções

3.4.1 Organização do lote

A organização dos sítios rurais nas áreas de colonização italiana no Rio Grande do Sul seguiu um padrão caracterizado pelo espaçamento entre as diversas edificações que compunham a propriedade. Posenato (1983) destaca que, embora muitos elementos da arquitetura original tenham sido preservados por algum tempo, os imigrantes italianos modificaram a disposição de suas habitações ao se adaptarem às condições locais. Essa mudança foi influenciada principalmente pelo clima mais ameno e pela abundância de terra no Brasil. Enquanto na Europa o rigoroso inverno exigia soluções de aquecimento e a escassez de terras forçava a concentração de diversas funções em um único edifício, no Brasil a disponibilidade de espaço permitiu a separação entre as áreas de moradia e as destinadas a outras atividades, como o abrigo de animais. Além disso, a grande oferta de lenha eliminou a necessidade de economizar combustível, e a vasta extensão de terras reduziu a preocupação com a compactação das construções.

A ocupação dos lotes rurais na Serra do Nordeste seguiu essa lógica, diferenciando-se das práticas tradicionais da Itália. Segundo Gutierrez e Gutierrez (2000), a topografia acidentada da região e o tamanho médio das propriedades, em torno de 25 hectares, influenciaram diretamente a disposição das edificações e das áreas produtivas. Ao contrário da configuração tradicional das propriedades italianas, onde todas as funções eram concentradas em um único prédio, no Rio Grande do Sul os colonos distribuíram suas atividades em diferentes estruturas. Dessa forma, ao menos três edificações principais eram

erguidas – a casa, a cozinha e o galpão –, organizadas estrategicamente no terreno, garantindo a proximidade da via de circulação e um distanciamento adequado dos vizinhos. Outras construções, como estábulos, chiqueiros, depósitos e áreas de armazenamento de grãos, eram adicionadas conforme a necessidade (Gutierrez e Gutierrez, 2000).

Bertussi (1987) reforça que essa organização espacial ocorreu de forma gradual, conforme as demandas da vida agrícola. Inicialmente, a prioridade dos imigrantes era o plantio de subsistência, com culturas como milho e trigo. Enquanto aguardavam a colheita, outras estruturas essenciais eram construídas para atender às atividades do cotidiano. Esse autor corrobora a análise de Gutierrez e Gutierrez (2000) ao destacar que, ao contrário da Itália, onde a casa, a cozinha, o estábulo e o pátio faziam parte de um único edifício, no Brasil a disponibilidade de espaço favoreceu a separação dessas funções. A cozinha, por exemplo, foi deslocada para fora da casa devido a questões de higiene e segurança, pois o uso intenso do fogo gerava fuligem e aumentava o risco de incêndio. Da mesma forma, os estábulos e chiqueiros foram posicionados distantes da moradia para minimizar odores e melhorar a organização do espaço rural (Bertussi, 1987).

Nas propriedades estudadas na Serra dos Tapes, a disposição dos lotes segue um padrão semelhante ao descrito para a Serra do Nordeste, com amplos espaços e edificações distribuídas conforme as necessidades das famílias. Essa organização reflete a adaptação dos imigrantes italianos ao novo contexto, mantendo características observadas em outras regiões de colonização no Rio Grande do Sul.

3.4.2 Organização da casa

De acordo com Gutierrez e Gutierrez (2000), a casa era a edificação principal da propriedade dos imigrantes italianos, construída com acabamento mais elaborado e de maior tamanho. Normalmente possuía três pavimentos: o porão, a ala residencial e o sótão. De acordo com os mencionados autores, o porão, utilizado para armazenamento e produção doméstica, era parcialmente embutido no terreno, aproveitando os desníveis das encostas. Em muitos casos,

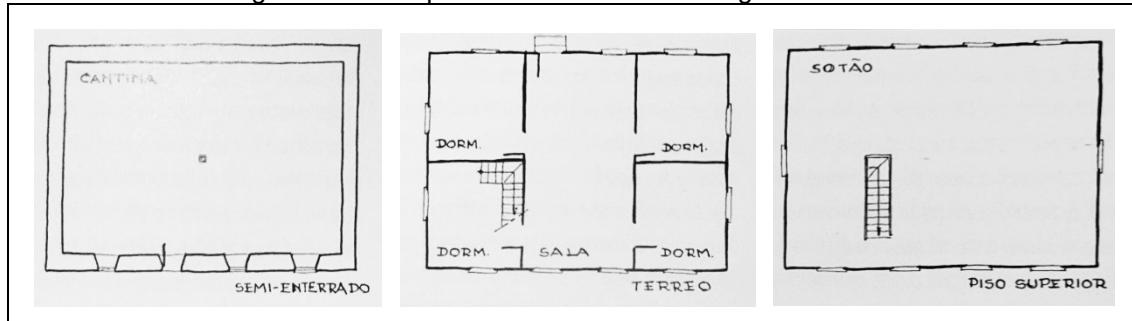
uma de suas paredes laterais ficava totalmente exposta, enquanto a outra se ocultava no solo.

O pavimento térreo, acessado por uma ampla porta de duas folhas, era o espaço principal da moradia. A sala de visitas, ou *saloto*, centralizava a organização interna, sendo ladeada simetricamente pelos dormitórios. Pouco utilizado no dia a dia, o *saloto* era reservado para ocasiões especiais, como refeições festivas e velórios. Acima dos quartos situava-se o sótão, com pé-direito baixo e pequenas aberturas que garantiam ventilação permanente, criando um ambiente quente e seco para a conservação de cereais. Dependendo do tamanho, o sótão podia abrigar dormitórios adicionais para filhos e hóspedes (Gutierrez e Gutierrez, 2000).

Bertussi (1987), ao sintetizar a arquitetura da imigração italiana na região de Caxias do Sul, faz uma relação entre a evolução da casa do imigrante e as mudanças na maneira de fazer o fogo e cozinhar. Segundo ele, inicialmente o fogo era feito diretamente no chão; depois, surgiu o *focolaro*, como descrito no capítulo anterior. Com o tempo, foram introduzidos fogões com coifa e chaminé, e, por fim, fogões industrializados à lenha ou a gás. À medida que a forma de fazer o fogo e de cozinhar evoluía, a cozinha se aproximava da casa, passando a integrar-se aos espaços de dormir. Primeiramente, a cozinha ficava distante da área de descanso, mas com a evolução da técnica de fazer fogo e de cozinhar, foi construída uma cobertura unindo a casa de dormir à cozinha. Mais tarde, a cozinha passou a fazer parte integrante da casa de dormir.

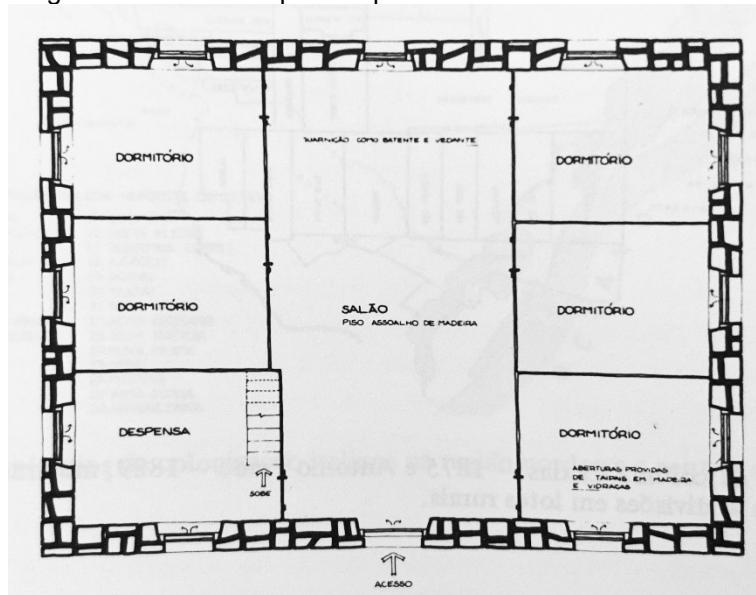
Essa descrição da casa foi sistematizada por Weimer (2004) e por Bertussi (1987), e sua representação gráfica está ilustrada nas Figuras 137 e 138.

Figura 137 – Esquema de uma casa de imigrantes italianos



Fonte: Weimer (2004, p.117)

Figura 138 – Planta típica do pavimento da casa de dormir

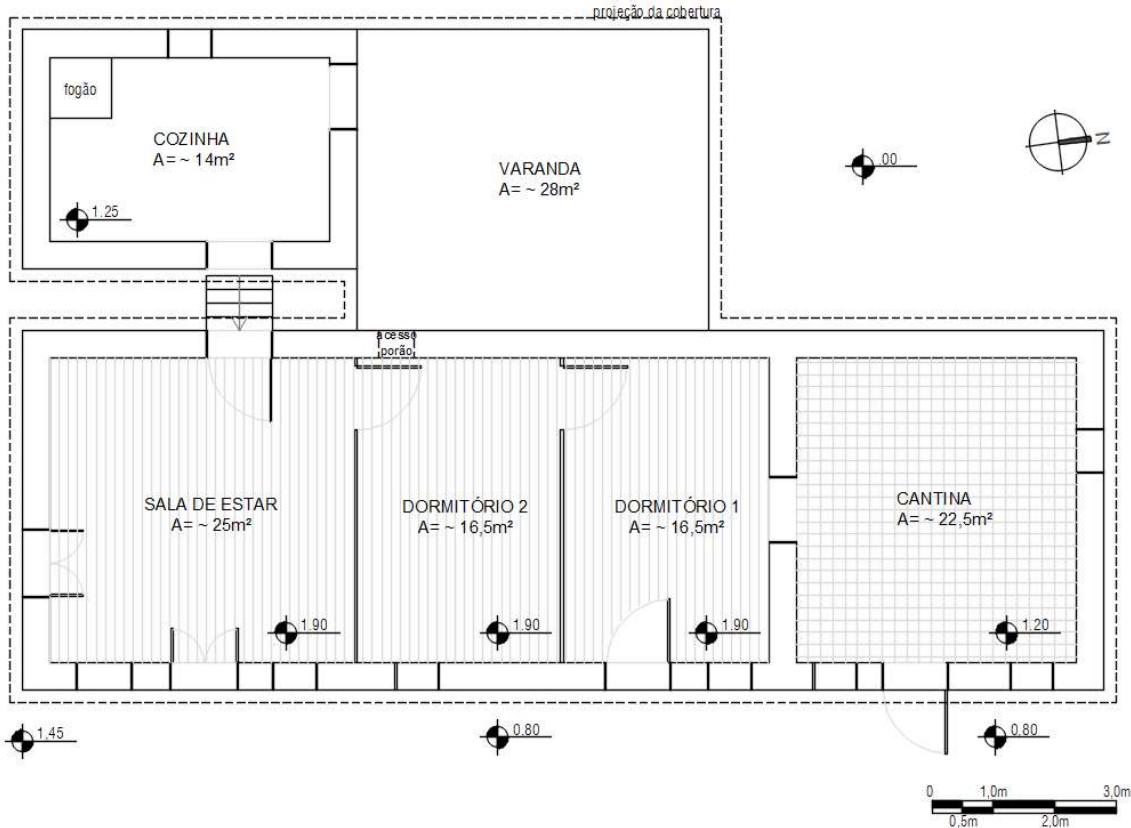


Fonte: Bertussi (1987, p.138)

Nas casas da Serra dos Tapes analisadas neste estudo, com exceção da casa Portantiolo, não há registros sobre a configuração original das divisórias internas. Atualmente, as casas Casarin, Formentin 1 e Formentin 2 apresentam-se como amplos salões, sem compartimentação interna. No entanto, a literatura sobre a arquitetura dos imigrantes italianos sugere que essas construções originalmente possuíam divisórias, que em algum momento foram removidas. A ausência dessas divisões limita a precisão da nossa análise. No caso da casa Portantiolo, registros orais permitiram a reconstituição da organização espacial original.

Ao analisar a Figura 139, é possível identificar tanto similaridades quanto diferenças em relação à organização tradicional observada na Serra do Nordeste. Nessa casa, a cantina não é semi-enterrada; embora exista um porão, seu pé-direito é bastante reduzido e servia para o armazenamento de cereais, enquanto a cantina foi construída totalmente acima do solo. Diferentemente do modelo mais comum, a sala de estar não se comunica diretamente com todos os dormitórios, e há mais de uma porta de acesso à residência. Além disso, apesar de a cozinha contar com um *focolaro*, ela estava situada próxima à casa e, conforme relatos, havia uma passagem coberta ligando-a à casa de dormir.

Figura 139 - Planta baixa simulando casa Portantiolo originalmente



Fonte: Autores (2024)

Nenhuma das quatro casas da Serra dos Tapes analisadas neste estudo apresenta sótão. No entanto, apenas a casa Portantiolo possuía forro de madeira, enquanto as demais – Casarin, Formentin 1 e Formentin 2 – possuem a estrutura do telhado aparente.

A casa Casarin apresenta outra peculiaridade em relação às construções da Serra do Nordeste, especialmente no que diz respeito ao acesso. Nas casas da Serra do Nordeste, o porão costuma ser semienterrado, permitindo o acesso direto à casa pelo nível da rua, sem a necessidade de escadarias, enquanto a entrada do porão geralmente se dá pelos fundos da edificação. Já na casa Casarin, o acesso principal ocorre pela cantina, e o espaço que Bertussi (1987) denomina "casa de dormir" é acessado por meio de uma escada interna localizada dentro dessa cantina. Em nossas pesquisas, não encontramos referência a outra casa com essa mesma configuração.

Essas características evidenciam que, embora compartilhem elementos construtivos e organizacionais com as casas da Serra do Nordeste, as casas de pedra da Serra dos Tapes apresentam particularidades que refletem tanto as

condições locais quanto as adaptações feitas pelos imigrantes e seus descendentes ao longo do tempo. A ausência de sótão, as variações no acesso e a organização interna das casas indicam processos de adaptação que divergem do modelo tradicional descrito na literatura.

4. ARQUITETURA VERNACULAR E TEMPO

Entre permanências e transformações

Neste capítulo, analisamos as casas de pedra da Colônia Maciel, investigando suas características construtivas, organização espacial e transformações ao longo do tempo. Para isso, mobilizamos referenciais teóricos que nos auxiliam a compreender essas construções não apenas como objetos arquitetônicos, mas como parte de um processo contínuo de habitação e adaptação.

Para orientar essa análise, utilizamos as categorias de análise arquitetônica apresentadas pelo arquiteto e urbanista Simon Unwin (2013) em diálogo com as reflexões do antropólogo Tim Ingold sobre a temporalidade da paisagem, lugar/movimento, tarefagem (*taskscape*) e espaço habitado (1993 e 2015), bem como com a noção de duração do filósofo Henri Bergson (1999). Enquanto Unwin oferece um arcabouço teórico para compreender os elementos arquitetônicos, suas funções e o papel da arquitetura na identificação de lugar, Ingold amplia essa perspectiva ao propor que a paisagem é um registro contínuo das práticas humanas, imbuída de temporalidade e memória coletiva. A essa compreensão soma-se à concepção bergsoniana de duração, que enfatiza o tempo como um fluxo contínuo e indissociável da experiência vivida.

Essa abordagem integrada permite explorar como as casas de pedra configuram o espaço habitado e testemunham as relações entre os habitantes e o seu entorno ao longo do tempo. Assim, articulamos essas perspectivas para revelar as dimensões materiais e simbólicas que tornam essas construções significativas no contexto da Serra dos Tapes.

4.1 Enquadramento teórico

Para analisar as casas de pedra da Colônia Maciel, adotamos o método proposto por Simon Unwin (2013), que se alinha com nossa compreensão de que a arquitetura *também* é feita por pessoas comuns e sem formação acadêmica. O autor argumenta que a arquitetura é, em suma, a identificação de lugares e que ações simples, como organizar um espaço ou erguer uma estrutura, também configuram práticas arquitetônicas.

Unwin (2013) não opera com o conceito de arquitetura vernacular em sua obra, porém fica claro que a sua compreensão de arquitetura também engloba as ideias presentes nessa categoria, uma vez que a valorização do saber-fazer permeia os textos do autor. Dentre diversas manifestações que ressaltam essa ideia, destacamos quando ele afirma que “são os arquitetos que, por definição (independente de terem ou não o direito legal de se denominarem assim), organizam o mundo em lugares para viver e trabalhar” (Unwin, 2013, p.213). Na sequência do parágrafo, ele destaca uma série de questões complexas, relacionadas a conhecimentos específicos, burocráticos e legais, que exigem a formação profissional, porém ele coloca os sujeitos comuns, sem formação na área da construção civil, como pessoas capazes de fazer arquitetura, o que, de fato, são.

Essa perspectiva se aproxima da definição de arquitetura vernacular proposta por Paul Oliver (2006), que descreve a arquitetura vernacular como sendo composta pelas habitações e por outras construções realizadas pelo próprio povo, utilizando tecnologias tradicionais e materiais disponíveis localmente. Essa arquitetura, de acordo com Oliver, atende a necessidades específicas e reflete os valores, economias e modos de vida das culturas que a criam. Segundo Oliver, a arquitetura vernacular não é imposta por especialistas externos, mas nasce da interação direta entre a comunidade e o ambiente em que está inserida.

Enquanto Oliver (2006) define a arquitetura vernacular como sendo feita *pelo e para o povo*, ou seja, como sendo composta por edificações concebidas e realizadas pelas próprias comunidades que a utilizam, atendendo a suas necessidades e tradições, Unwin se alinha a essa perspectiva ao afirmar que:

A arquitetura é realizada por e para pessoas, que têm necessidades e desejos, crenças e aspirações; que têm sensibilidades estéticas afetadas pela sensação de calor, tato, olfato, som, bem como por estímulos pessoais; que fazem coisas e cujas atividades têm exigências práticas; que veem sentido e significado no mundo ao seu redor (Unwin, 2013, pp. 24-25)

Assim como Unwin (2013) tem pontos de convergência com Oliver (2006), sua teoria encontra similaridades com a abordagem de Tim Ingold (1993 e 2015). Unwin (2013, p.25) afirma que “as pessoas e suas atividades são um componente indispensável da arquitetura” e Ingold (1993) complementa essa

perspectiva ao propor que a paisagem é mais do que um pano de fundo estático, que ela é um registro contínuo das práticas humanas.

Encontramos ressonância a essas ideias em Henri Bergson (1999), quando o autor amplia essa noção ao propor que a experiência humana não deve ser entendida de forma fragmentada, mas como um fluxo contínuo de duração. A paisagem e a arquitetura, nesse sentido, não são apenas elementos fixos, mas manifestações de um processo em constante transformação, onde passado e presente se interpenetram. A memória desempenha um papel fundamental nesse processo, pois a experiência dos habitantes das casas que estudamos – assim como de outras construções – não é apenas uma sucessão de eventos no espaço, mas uma continuidade temporal onde cada modificação nas construções carrega vestígios do que ali foi vivido.

Essa concepção dialoga com Ingold (2015), que propõe a inversão de duas perspectivas, sendo a primeira relacionada à forma como nos referimos às pessoas que frequentam determinados lugares. Para ele, é mais adequado chamá-las de *habitantes* em vez de *moradores* ou *ocupantes*, uma vez que não podemos supor que as pessoas estejam confinadas em um determinado lugar e que as suas experiências sejam circunscritas nos limites dos lugares. O autor afirma que a ocupação é de uma área, mas a habitação é linear.

Essa distinção entre ocupação e habitação reforça a concepção bergsoniana de movimento e duração. Para Bergson (1999), a percepção do espaço não é estática, mas é atravessada por uma temporalidade fluida, onde cada experiência de habitar se constrói continuamente. Assim, as casas de pedra que estudamos não são apenas estruturas fixas, mas elementos em devir, moldados pela vivência dos seus habitantes ao longo do tempo.

Ao levantar essa questão conceitual, Ingold reforça sua argumentação inicial: para ele, os lugares não são porções delimitadas do espaço, mas sim entidades moldadas pelo movimento. Ingold (2015) defende que os lugares emergem a partir da experiência corporificada do deslocamento, e é por meio da perambulação – ou "peregrinação", como ele denomina – que se traçam caminhos e se formam linhas. Como explica o autor:

Prosseguindo ao longo do caminho, cada habitante deixa uma trilha. Onde habitantes se encontram, trilhas são entrelaçadas, conforme a vida

de cada um vincula-se à de outro. Cada entrelaçamento é um nó e, quanto mais essas linhas vitais são entrelaçadas, maior a densidade do nó (Ingold, 2015, p.219)

Se as trilhas e entrelaçamentos descritos por Ingold evidenciam a dinâmica do espaço habitado, Bergson reforça que essa movimentação não pode ser reduzida a um simples deslocamento físico, mas deve ser entendida como um processo de continuidade temporal. O espaço da Colônia Maciel, portanto, não é apenas um conjunto de construções, de áreas de cultivo, lazer e de circulação, mas um campo de experiências em constante transformação, onde a arquitetura vernacular reflete a duração e a memória coletiva de seus habitantes.

Com base nas ideias de Ingold (1993 e 2015) e de Bergson (1999), bem como nas categorias de análise propostas por Unwin (2013), estruturaremos a investigação das casas de pedra. As categorias definidas por Unwin incluem: a arquitetura como identificação de lugar, os elementos básicos da arquitetura, os elementos modificadores, os elementos que desempenham múltiplas funções, o aproveitamento de preexistências, a arquitetura como arte de emoldurar ou estruturar, as geometrias real e ideal e as estratégias de organização do espaço. Integrando-as às reflexões de Ingold e de Bergson, essas categorias serão exploradas não apenas a partir dos aspectos formais e funcionais das construções, mas também considerando a relação dinâmica entre os habitantes e a paisagem ao longo do tempo.

4.1.1 Arquitetura como identificação de lugar e prática de habitar

Unwin (2013) define a arquitetura como a prática de identificar lugares, transformando um espaço vazio e sem significado em um contexto culturalmente rico e significativo. De acordo com o autor, essa prática não se limita apenas ao aspecto físico, mas também envolve a construção de uma relação entre os seres humanos e os ambientes que ocupam. Para Unwin (2013, p.24), “o lugar é a condição *sine qua non* da arquitetura. Nós nos relacionamos com o mundo por meio da mediação feita pelo lugar”. Através de formas, materiais e arranjos espaciais, a arquitetura cria lugares que têm importância cultural, emocional e social. Para o autor, o lugar é o marco zero da arquitetura.

Inspirados na narrativa de Unwin (2013), buscamos refletir sobre a experiência dos construtores pioneiros dos sítios documentados a partir de uma reconstrução hipotética do momento de sua chegada e assentamento. Unwin (2013) ilustra esse processo ao descrever um cenário utópico de ocupação de um espaço ainda intocado pela presença humana:

Imagine uma família pré-histórica chegando a uma paisagem intocada pela atividade humana. Decidem parar e, quando a noite se aproxima, acendem uma fogueira. Ao fazer isso, não importa se pretendem ficar ali permanentemente ou apenas uma noite, eles estabelecem um lugar. Naquele instante, a fogueira é o centro de suas vidas. À medida que desempenham as tarefas do dia a dia, criam mais lugares, os quais complementam a fogueira: um lugar para armazenar combustível; um lugar para sentar; um lugar para dormir. É possível que cerquem esses lugares ou que usem uma cobertura de folhas para proteger o lugar onde dormem. A partir da escolha do terreno, eles deram início à evolução da casa; começaram a organizar o mundo ao seu redor em lugares que usam para diferentes fins. Começaram a fazer arquitetura. (Unwin, 2013, p.22)

Embora as famílias imigrantes não fossem pré-históricas, como o exemplo utilizado por Unwin, sua chegada a uma paisagem intocada oferece um paralelo interessante. Ao se estabelecerem em uma área ampla e onde não havia nenhum *lugar* previamente identificado por seres humanos, tiveram a possibilidade de escolher livremente o local de implantação de suas residências.

A escolha do local de implantação das casas, conforme Unwin (2013), pode ser entendida como o "núcleo gerador" da arquitetura, pois a partir dessa decisão inicial foram estabelecidas as relações espaciais fundamentais do assentamento. No entanto, ao incorporar as reflexões de Ingold, percebe-se que esse "núcleo" não se restringe a um ponto fixo, mas se desdobra em trajetórias. O ato de habitar não termina na escolha de um local, mas se estende nos caminhos traçados entre as casas, nos percursos que conectam o espaço construído com a paisagem ao redor e nas interações cotidianas que continuamente reforçam e ressignificam esses lugares.

Dessa forma, a fixação das moradias pode ser interpretada como o início de um processo dinâmico de apropriação e de transformação da paisagem. As casas muito além de meras estruturas físicas, são condensações de temporalidades vividas, onde passado e presente se entrelaçam em uma continuidade indivisível. Esse aspecto temporal reforça a perspectiva de Ingold, pois os lugares, longe de serem pontos isolados, fazem parte de uma rede de

linhas traçadas pelas práticas dos habitantes, pela circulação de pessoas, animais e objetos, e pelas múltiplas camadas de uso que, ao longo do tempo, foram conferindo novos significados ao território. As edificações, nesse contexto, são os nós densos mencionados por Ingold.

4.1.2 A casa de pedra como primeiro lugar: nós, trilhas e transformações

A escolha do ponto no lote onde cada uma das primeiras casas, a casa de pedra, foi implantada foi determinante na configuração dos sítios. A casa de pedra foi o primeiro nó (Ingold, 2015), criando o primeiro lugar (Unwin, 2013) de cada propriedade e, a partir delas, se estabeleceram trilhas que, por sua vez, criaram novos nós/lugares. Esses lugares compreendem, além das construções, como as casas e os galpões, as áreas não construídas que dão suporte para o trabalho e para a vida dos habitantes desses sítios, como os pátios, os caminhos e as áreas de cultivo.

Cada um desses lugares, atualmente, é o reflexo da interação entre os habitantes e o sítio ao longo do tempo, moldando-se conforme as práticas e as necessidades das famílias. Segundo a concepção bergsoniana de duração (1999), essa adaptação não ocorre como uma sequência linear de eventos pontuais, mas como um fluxo contínuo, no qual o passado não desaparece, mas se inscreve na materialidade dos lugares, condicionando novas transformações. Os sítios, assim, não são apenas marcos espaciais, mas condensações de uma experiência temporal que se expande e se reformula constantemente. Essa dinâmica de transformação é visível na evolução e nas alterações ocorridas em cada uma das propriedades, que se adaptam às mudanças nas demandas produtivas e sociais das famílias ao longo do tempo e das gerações.

Apesar das múltiplas adaptações nos prédios e nos sítios, das antigas construções demolidas e das novas edificações erguidas em diferentes pontos do terreno, cada estrutura, bem como os caminhos e espaços que se formaram ao seu redor, refletem as vidas que ali se desenrolaram. Como destaca Ingold (1993 e 2015), esses sítios são registros contínuos das práticas humanas, incorporando as transformações das gerações que os habitaram. Ao aplicarmos

a noção de duração de Bergson (1999), entendemos que cada sítio é o resultado de um processo contínuo de transformação, onde os elementos construídos e os espaços de convivência se sobrepõem em camadas temporais interligadas, e o presente de cada local carrega de forma indissociável as marcas e memórias do seu passado, atualizando-se a cada nova vivência.

Essa perspectiva revela que os lugares nos sítios não são fixos ou estáticos, mas dinâmicos e constantemente ressignificados. A contínua transformação dessas paisagens evidencia sua natureza viva e sua capacidade de registrar a história e a memória das famílias que os ocuparam. Assim, os sítios se configuram como registros materiais da imigração italiana, preservando as marcas das vidas desses imigrantes e de seus descendentes na Serra dos Tapes.

4.1.3 Construção e habitação – perspectivas de análise complementares

Unwin (2013) discorre sobre os fatores que influenciam a prática arquitetônica, seja nos projetos desenvolvidos por arquitetos profissionais, seja nas construções realizadas por qualquer pessoa envolvida na criação de espaços. Entre esses fatores, o autor destaca as características do terreno, a gravidade, o clima, os materiais disponíveis, o tamanho e o comportamento dos usuários, suas necessidades e funções corporais, as pré-existências, as exigências pragmáticas, o passado (as tradições), o futuro (as utopias) e o processo do tempo.

Para Unwin, qualquer pessoa que se disponha a fazer arquitetura precisa lidar com esses fatores e pode abordá-los de duas maneiras: aceitando e se adaptando a eles ou buscando a mudança e desconsiderando certas condições. Essa dicotomia entre adaptação e transformação é sintetizada pelo autor nos arquétipos do *templo* e da *cabana*. Esses arquétipos não possuem uma relação direta com edificações reais; são ideias. O templo representa a postura de controle sobre o espaço, ignorando ou modificando a paisagem para se impor sobre ela. Em contrapartida, a cabana se adapta ao contexto, aproveitando os recursos disponíveis e respondendo diretamente às

necessidades imediatas de seus ocupantes. Esses arquétipos orientam a compreensão das escolhas projetuais e construtivas e servem como ferramentas para interpretar a relação entre arquitetura e meio.

Nesse contexto, a maneira como o arquiteto/construtor se posiciona frente a essas imposições do ambiente é fundamental. De acordo com Unwin (2013), essa postura pode variar entre a submissão (cabana) e a dominação (templo), passando pela simbiose. Essa postura pode ser assumida de maneira consciente ou inconsciente, manifestando não apenas posicionamentos individuais, mas também a influência da cultura do construtor.

Se essa ideia fosse aplicada isoladamente, a organização do sítio e a casa de pedra de cada propriedade estudada poderiam ser analisadas como entidades estáticas, mantendo a mesma forma, aparência e funções desde o século XIX, quando foram construídas, até os dias atuais. No entanto, o que encontramos são sítios cuja materialidade reflete a passagem do tempo e das pessoas que os habitaram ao longo de sua história. Para uma compreensão mais profunda desses lugares, é útil recorrer também à noção de duração de Bergson. A continuidade dos sítios não ocorre apenas como uma sucessão de eventos, mas como um entrelaçamento de tempos e vivências, no qual cada adaptação, modificação ou acréscimo construtivo carrega a memória do que veio antes, ao mesmo tempo em que projeta novas possibilidades para o futuro.

Somadas às perspectivas de Unwin e Bergson, retomamos a ideia de Ingold (2015), que propõe uma oposição entre construir e habitar. Para ele, essas duas ações representam formas distintas de produção: a construção corresponde a um sentido transitivo, enquanto a habitação assume um caráter intransitivo. Construir, segundo Ingold, é um ato baseado em um projeto prévio, enquanto habitar é um processo contínuo – "a maneira como os habitantes, isolados e em conjunto, constroem as suas próprias vidas, e como a vida prossegue" (Ingold, 2015, p. 34).

As perspectivas de Unwin (2013), Bergson (1999) e Ingold (2015) são complementares e estruturam a análise dos objetos de estudo deste trabalho. A abordagem de Unwin nos auxilia a compreender as decisões tomadas pelos

construtores no momento da edificação da primeira casa. Já as visões de Ingold e Bergson permitem analisar como as casas e os sítios se transformaram ao longo dos anos, resultando no sítio cujo registro fizemos recentemente. Com base nessas premissas, analisamos a seguir as casas de pedra, considerando como os aspectos arquitetônicos, as transformações físicas e os usos ao longo das gerações dialogam com essas concepções teóricas.

Inicialmente, examinamos a arquitetura enquanto construção, a partir da perspectiva de Unwin e suas múltiplas categorias. Na sequência, abordamos a arquitetura enquanto habitação, conforme a definição de Ingold (2015) e considerando as noções de percepção, reconhecimento e duração de Bergson (1999). A complementariedade dessas abordagens enriquece a análise, ao revelar momentos em que elas divergem, convergem e, por fim, se complementam.

4.2 Concepção e construção – perspectiva de Unwin

Os imigrantes construtores das casas de pedra estudadas encontraram um ambiente com pouca ou nenhuma ação antrópica anterior, mas com diversos determinantes ambientais e culturais. A escolha do local para a implantação da primeira casa, assim como suas características formais, construtivas e compostivas, foi pautada pelas limitações e possibilidades do território, além das influências de suas bagagens culturais. Assim, essas construções são exemplos representativos da arquitetura vernacular, pois resultam da interação entre os imigrantes e o meio, revelando soluções adaptadas às condições locais e às tradições herdadas.

Segundo Oliver (2006), a arquitetura vernacular é uma expressão autêntica da cultura local, profundamente conectada ao ambiente geográfico e social onde se insere. Caracteriza-se pelo uso de métodos tradicionais de construção e pela transmissão de conhecimentos entre gerações, refletindo as necessidades e valores das comunidades. Essa definição se alinha à Carta sobre o Patrimônio Construído Vernáculo (ICOMOS, 1999), que estabelece diretrizes para o reconhecimento e a preservação desse tipo de bem, destacando

sua relação com fatores ambientais, sociais e econômicos específicos de cada contexto.

O mencionado documento ressalta que a arquitetura vernacular pode ser identificada por critérios como uma maneira de construir partilhada pela comunidade; um caráter local ou regional reconhecível; coerência no estilo, na forma ou na aparência; e a transmissão informal da sabedoria tradicional do projeto e da construção. Além disso, destaca a relação entre essas construções e as condições ambientais, sociais e econômicas específicas de cada contexto (ICOMOS, 1999).

Além dessas definições, Unwin (2013) oferece perspectivas que ajudam a compreender a arquitetura vernacular a partir de algumas categorias. No contexto deste trabalho, destacamos os arquétipos templo e cabana e a correlação que o autor propõe entre arquitetura e linguagem. Dessa forma, considerando a definição de arquitetura vernacular e as ideias de Unwin (2013), a arquitetura feita pelos imigrantes italianos pode ser compreendida predominantemente a partir do arquétipo da cabana.

Essas construções emergiram de uma adaptação direta ao meio, utilizando materiais locais e técnicas transmitidas entre gerações para responder às condições ambientais e às necessidades práticas dos habitantes. As casas de pedra estudadas demonstram uma relação de simbiose com o território, aproveitando os recursos disponíveis – como a própria pedra abundante na região – e conformando-se à topografia e ao clima.

Por outro lado, não se pode descartar completamente a presença de aspectos relacionados ao arquétipo do templo. Ainda que a construção dessas casas tenha se baseado na adaptação ao meio, as escolhas formais e organizacionais também expressam valores culturais herdados da terra de origem dos imigrantes. Elementos como a disposição dos cômodos, a geometria de algumas fachadas ou o cuidado com determinados detalhes construtivos podem indicar uma intenção de transcender as imposições do ambiente, refletindo uma busca por ordem, permanência e referências simbólicas que conectam essas construções ao universo cultural dos imigrantes. Assim, embora

predomine a lógica da cabana, a presença sutil do templo demonstra que essas casas não são apenas respostas pragmáticas ao território, mas também manifestações de um imaginário coletivo que atravessa fronteiras e gerações.

Esse imaginário coletivo, que os imigrantes carregavam consigo, se relaciona à analogia feita por Unwin (2013) ao comparar arquitetura com linguagem e afirmar que ambas têm padrões e arranjos em combinações e composições diferentes de acordo com cada circunstância. O autor afirma que, na linguagem, cada pessoa tem um vocabulário mais ou menos amplo, que determina como será a sua comunicação. Na arquitetura, de maneira similar à linguagem, cada pessoa conhece alguns elementos arquitetônicos básicos (parede, porta, janela etc.) e os organiza de acordo com a sua intenção de criar as sentenças (espaços).

Para Unwin (2013) podemos ser pragmáticos tanto na linguagem quanto na arquitetura, mas em ambas também podemos aspirar à filosofia e à poesia. Sendo assim, ainda que o ambiente local tenha imposto algumas características à arquitetura produzida pelos imigrantes italianos da Serra dos Tapes, esses imigrantes, carregados de informações prévias acerca de como construir, também impuseram os seus imaginários sobre o território aonde estavam implantando suas casas, suas vidas.

A seguir, faremos uma análise comparativa das casas amparados nas categorias propostas por Unwin (2013), que propõe uma leitura da arquitetura baseada em seus elementos fundamentais e nas relações que estabelecem entre si.

4.2.1 Implantação da primeira casa

As evidências disponíveis indicam que a configuração atual dos sítios reflete um processo de transformação contínuo ao longo da história das propriedades. Portanto, a análise da organização funcional e da disposição das edificações nos lotes será realizada em um momento posterior. Neste primeiro momento, a investigação concentra-se na escolha do local de implantação da casa original em cada sítio.

A comparação entre as casas de pedra revela diferenças nesse aspecto, embora algumas similaridades também se destaquem. As casas Formentin 1, Formentin 2 e Portantiolo, situadas em terrenos com declividade (ainda que houvesse áreas mais planas próximas), aproveitam estrategicamente a topografia para otimizar sua construção. Essa adaptação permitiu a incorporação de porões, como nas casas Formentin 1 e Portantiolo, ou a criação de desníveis internos, como na casa Formentin 2, demonstrando soluções arquitetônicas que dialogam com as condições naturais do relevo.

Em contraste, a casa Casarin foi implantada em uma área plana, embora houvesse áreas acidentadas próximas, destacando-se por estar completamente acima do nível do solo, sem o aproveitamento de desníveis. Essa escolha conferiu à casa um caráter distinto em relação às demais, evidenciando as variações na interação entre as construções e o terreno disponível. Podemos observar essas diferenças ao comparar as fachadas representadas na Figura 140.

Figura 140 - Fachadas das Casas de Pedra estudadas



Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Ao analisarmos essas diferentes implantações a partir dos conceitos de *templo* e *cabana*, propostos por Unwin (2013), podemos perceber distintas abordagens na relação entre arquitetura e paisagem. As casas construídas em terrenos inclinados, que dialogam com o relevo ao incorporá-lo à estrutura, aproximam-se da ideia de *cabana*, pois evocam um sentido de adaptação ao ambiente natural e à topografia existente. Já a casa Casarin, ao se estabelecer

sobre um terreno plano, sem incorporar a geografia local como elemento estruturante, remete mais ao conceito de *templo*, pois assume uma postura de maior independência em relação ao entorno, impondo-se sobre o solo em vez de se integrar organicamente a ele.

Essas diferenças na implantação sugerem concepções diversas sobre a relação entre arquitetura e paisagem, refletindo estratégias pragmáticas de construção e, também, possíveis influências culturais na ocupação do espaço.

4.2.2 Definição dos elementos arquitetônicos

A forma como os construtores lidam com as determinantes ambientais envolve uma série de decisões que vão além da escolha do local de implantação da edificação. De acordo com Unwin (2013), essas decisões também incluem a definição dos elementos básicos da arquitetura e daqueles que desempenham múltiplas funções.

Os elementos básicos da arquitetura, conforme Simon Unwin (2013), referem-se aos componentes fundamentais que estruturam e organizam o espaço arquitetônico. Esses elementos são essenciais para a criação de qualquer edificação, pois definem a configuração física do ambiente, orientando tanto a funcionalidade quanto a experiência do usuário.

Os elementos que desempenham mais de uma função, para o autor, são componentes arquitetônicos que, além de sua função primária, assumem papéis adicionais dentro do espaço, contribuindo para a complexidade e a multifuncionalidade do ambiente. Esses elementos são projetados para atender a diferentes necessidades simultaneamente, o que torna o espaço mais eficiente e, muitas vezes, mais expressivo.

Ao analisar o uso dos materiais de construção em cada uma das casas estudadas, observa-se que a pedra, elemento construtivo que se destaca nessas edificações, foi empregada de maneira diferenciada na casa Portantiolo em relação às demais. Nessa construção, as paredes foram erguidas predominantemente com pedras lascadas, enquanto as pedras brutas foram utilizadas apenas para preencher alguns vãos entre as peças previamente trabalhadas. Esse tratamento conferiu maior regularidade às superfícies, o que

facilitou a aplicação de reboco de argamassa tanto no exterior quanto no interior da edificação. Com a adição de reboco e pintura, a casa Portantiolo adquiriu uma aparência mais próxima à de construções erguidas com outros materiais, como alvenaria de tijolos cerâmicos rebocados e pintados, por exemplo, frequentemente associadas a um aspecto formal mais refinado e erudito.

Por outro lado, as demais casas analisadas foram construídas com pedras em seu estado bruto, conferindo-lhes um aspecto rústico e uma maior integração com a paisagem natural. Nessas edificações, diferentemente da casa Portantiolo, a materialidade das paredes é imediatamente perceptível, e suas características mantém uma relação intrínseca com o entorno, evidenciando a presença e a textura da pedra enquanto elemento construtivo dominante.

Nas quatro casas estudadas (Figura 141), as paredes de pedra desempenham múltiplas funções. Além de servirem como fechamento para o exterior, elas contribuem para a estruturação das edificações, sustentando os assoalhos, quando presentes, e a estrutura do telhado (de maneira complementar à estrutura de madeira). Outro aspecto relevante é seu papel na regulação térmica, reduzindo as trocas de calor com o ambiente externo e garantindo maior conforto interno.

Mais do que um elemento construtivo, as paredes de pedra representam um forte vínculo com a identidade cultural da comunidade. Associadas à arquitetura da imigração italiana, elas são reconhecidas como um traço distintivo dessas casas, reforçando sua importância tanto histórica quanto patrimonial.

Figura 141 - Paredes externas das quatro casas estudadas



Fonte: Acervo dos autores.

Ao observar as esquadrias, percebemos que as casas Casarin, Portantiolo e Formentin 2 apresentam janelas e portas confeccionadas em madeira rusticamente trabalhada, evidenciando uma execução simples e funcional. Já a casa Formentin 1 se destaca por um acabamento mais refinado, com esquadrias envidraçadas e pintadas com tinta a óleo, indicando um cuidado maior com os acabamentos ou melhores condições econômicas à época da construção.

As esquadrias de três das quatro casas estudadas – Casarin, Portantiolo e Formentin 2 – foram confeccionadas em madeira, utilizando técnicas construtivas tradicionais e apresentando um caráter rústico. São compostas por tábuas simples, possivelmente produzidas no próprio sítio a partir de recursos locais. A fixação foi feita com pregos, sem grandes refinamentos no acabamento. A ausência de molduras sofisticadas e a simplicidade dos entalhes sugerem um processo artesanal, provavelmente executado pelos próprios moradores ou por carpinteiros locais, com o uso de ferramentas rudimentares. Em muitos casos, observa-se a sobreposição direta das tábuas ou a presença de frestas, o que levanta a hipótese de que esquadrias originalmente do tipo mata-junta possam

ter se degradado ou se perdido com o tempo. Não é possível afirmar com precisão o tipo de encaixe utilizado, mas os vestígios apontam para soluções simples, muitas vezes improvisadas, que priorizavam a funcionalidade em detrimento da vedação ou do acabamento formal.

A Casa Formentin 1, por outro lado, diferencia-se pelo acabamento mais elaborado de suas janelas, que incluem vidro – um elemento pouco comum em construções vernaculares rurais do período. O uso desse material pode indicar um maior poder aquisitivo dos proprietários ou acesso privilegiado a mercadorias de centros urbanos. É possível que essas esquadrias tenham sido fabricadas por um profissional especializado, com acesso a melhores ferramentas e materiais. Além disso, as janelas dessa casa foram pintadas com tinta, um tratamento que, além de conferir um acabamento mais refinado, contribui para a proteção da madeira contra umidade e deterioração. No entanto, não há elementos que permitam determinar se essas esquadrias são originais da construção ou se foram substituídas ao longo do tempo. Na Figura 142 apresentamos fotografias das janelas mencionadas.

Figura 142 – Janelas das casas de pedra



Fonte: Acervo dos autores.

As vergas das portas e das janelas são predominantemente de madeira, mantendo a coerência com as esquadrias. No entanto, a Casa Formentin 1 apresenta uma exceção: a verga da porta do porão foi construída em pedra (Figura 143), um recurso estrutural que reforça a estabilidade do vão e se distingue das demais edificações analisadas.

Figura 143 – Verga de pedra da porta do porão Formentin 1



Fonte: Acervo dos autores.

Os componentes metálicos das esquadrias, como dobradiças e fechaduras (Figura 144) são simples e funcionais. A análise preliminar sugere que se tratam de peças padronizadas, adquiridas em comércio local, sem indícios de ferragens forjadas artesanalmente. Na Casa Portantiolo, por exemplo, as dobradiças são fixadas de forma rústica na madeira embutida na parede, sem grandes preocupações com acabamento, reforçando o caráter funcional das construções.

Figura 144 – Exemplos de ferragens



Dobradiças Portantiolo

Fechadura Formentin 2

Fonte: Acervo dos autores.

Na Casa Casarin, as esquadrias foram substituídas durante a reforma de 2014 (Figura 145). Embora a reforma tenha sido drástica e as novas peças apresentem um nível de acabamento superior ao original, o caráter rústico da edificação foi preservado, garantindo a continuidade compositiva e material da

construção. A Figura 145 apresenta as esquadrias da casa em dois momentos distintos.

Figura 145 – Esquadrias das casas Casarin antes e depois



Fonte: Acervo dos autores (2007 e 2022).

Retomando os conceitos de *templo* e *cabana* de Unwin (2013), observamos que as casas de pedra, de uma maneira geral, se adaptaram aos recursos naturais, mantendo o seu aspecto natural original. As exceções foram a casa Portantiolo que cobriu as pedras com reboco e a casa Formentin 1 que implementou esquadrias com um aspecto mais refinado.

4.2.3 Estruturação dos espaços

Outra perspectiva proposta por Unwin (2013) que auxilia a análise das casas estudadas é a arquitetura como arte de emoldurar ou estruturar. O autor discorre sobre a capacidade da arquitetura de organizar e direcionar a percepção do espaço, criando quadros ou molduras que guiam e definem a experiência dos indivíduos dentro do ambiente. Essa concepção vai além da construção física, destacando como os elementos arquitetônicos não só delimitam espaços, mas também organizam a forma como os vemos, como nos movemos dentro deles e como interagimos com o entorno.

A arquitetura contribui na organização da paisagem e na construção do cotidiano ao "emoldurar" o mundo de forma a torná-lo comprehensível e acessível para as pessoas. Unwin (2013) destaca que as aberturas – como janelas e portas – e os fechamentos – como paredes e coberturas – são os principais exemplos de molduras da arquitetura. As aberturas emolduram o exterior, oferecendo uma visão controlada da paisagem, enquanto os fechamentos estruturam o espaço

interno, criando sensações de proteção e intimidade ou, por vezes, de monumentalidade, dependendo da intenção do projeto.

No caso das casas de pedra, localizadas na zona rural e cercadas por belas paisagens naturais, a maioria das aberturas cumpre o papel de emoldurar essas paisagens, independente do ângulo de visão do observador. Como exemplo, podemos observar a Figura 146, onde duas janelas da Casa Casarin emolduraram a mata e o açude.

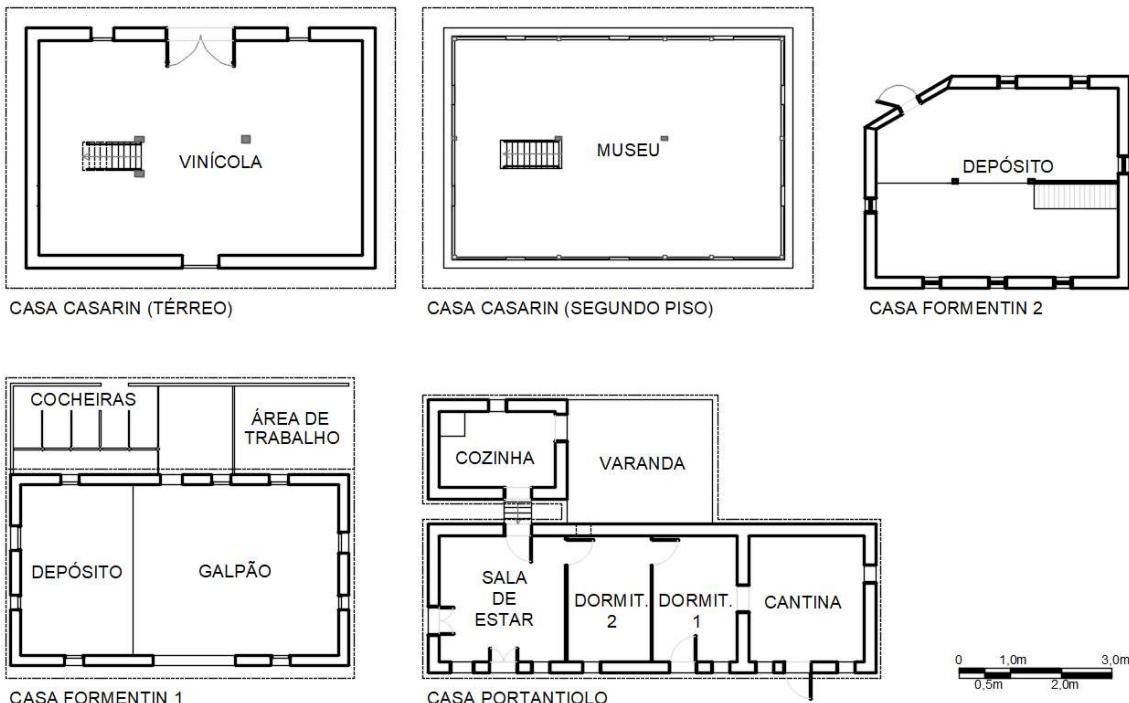
Figura 146 - Janelas da Casa Casarin emoldurando paisagens



Fonte: acervo de Katia Helena Rodrigues Dias (2025)

Em relação à estruturação do espaço interno, há diferenças na maneira como as plantas baixas de cada uma das casas foi organizada. Na Figura 147 é possível observar as plantas baixas das quatro casas estudadas. Nelas, percebemos que há diferenças na maneira como o espaço interno dessas casas foi estruturado.

Figura 147 – Plantas baixas das casas de pedra



Fonte: autores (2024)

Atualmente, a casa Casarin tem uma planta simples, sendo dois salões sobrepostos sem divisórias internas. Originalmente, o salão do térreo era utilizado como cantina e, provavelmente não contava com divisórias. O salão do piso superior, que era a área de dormir, não tem divisórias, porém, embora não tenhamos relatos que falem sobre a organização desse espaço, é possível inferir que, na época, algumas existissem, já que as mudanças ao longo do tempo podem ter alterado a estrutura interna da casa.

A Casa Portantiolo apresenta uma estrutura mais complexa, cuja configuração pode ser reconstituída por meio de levantamentos métrico-arquitetônicos das ruínas e relatos de pessoas que conheceram a casa antes de seu desabamento. A cozinha, seguindo a tradição arquitetônica rural de ser separada do volume principal da casa para evitar incêndios e maus odores nos outros cômodos, estava, no entanto, muito próxima ao acesso da sala de estar, o que proporcionava conforto à família, permitindo que não precisassem se deslocar para longe em dias de intempéries.

Diferentemente das demais casas, na Casa Portantiolo há relatos de uma sala de estar, um cômodo que indica uma certa distinção em relação às outras residências da região. A sala de estar, destinada à socialização, não aparece nas descrições das demais casas, cujos espaços eram predominantemente divididos entre dormitórios e áreas de armazenamento ou preparo de alimentos.

As casas Formentin 1 e Formentin 2 não têm relatos suficientes que permitam reconstituir com precisão os usos originais de cada área. No entanto, os ambientes atuais oferecem pistas importantes sobre a divisão dos cômodos e seus usos.

A Casa Formentin 1 possui dois volumes: o volume da frente em pedra e o dos fundos, fechado com paredes de madeira, que acreditamos ter sido destinado a atividades relacionadas ao trabalho rural. O volume da frente, que constitui a casa propriamente dita, apresenta uma parte com piso de chão batido e outra com assoalho de madeira (sobre o porão). Acreditamos que, nesse espaço, havia divisórias móveis, que permitiam compartimentar os espaços de dormir e os de convivência. Essa mobilidade das divisórias é sugerida pelos relatos de que a casa era palco de bailes, um evento que exigia flexibilidade nos espaços internos para acomodar os participantes.

A Casa Formentin 2 apresenta um desnível interno considerável, sendo que na parte da casa com a cota de nível mais baixa, o pé-direito também é reduzido. Ao contrário de outras casas, ela não possui porão ou cantina, o que nos leva a acreditar que o armazenamento de alimentos e bebidas ocorria próxima à área dos dormitórios, provavelmente nessa área de cota de nível mais baixa e pé-direito reduzido. Já a parte da casa mais próxima ao acesso, onde o pé-direito é mais alto, provavelmente abrigava os dormitórios e, eventualmente, a área social da residência.

Os relatos apontam que a Casa Portantiolo foi edificada já no século XX, o que justificaria tanto a planta baixa mais complexa quanto o relativo refinamento no acabamento das paredes. Essas características podem ser compreendidas à luz dos períodos construtivos dos imigrantes italianos, conforme tipologia proposta por Posenato (1983), apresentada anteriormente. Além disso, é importante ressaltar que essa família é descrita por outras pessoas

entrevistadas como tendo vivido um auge econômico que não era comum na região. Embora não possuamos convicção de que essa prosperidade tenha se refletido diretamente na casa, acreditamos nessa hipótese, uma vez que a maior complexidade da planta e o acabamento mais refinado podem ser indicativos de uma condição econômica mais favorecida.

4.2.4 Identificação das geometrias ideal e real

Na arquitetura vernacular, a ausência de um projeto arquitetônico formal não significa falta de intencionalidade por parte do construtor. O processo construtivo é guiado por ideias e imaginários pessoais e coletivos que, embora não sejam registrados em desenhos técnicos, orientam as escolhas e ações dos construtores. Simon Unwin (2013) apresenta os conceitos de *geometria ideal* e *geometria real*, que auxiliam na compreensão da dinâmica entre intenção do construtor e materialização da construção.

A *geometria ideal* refere-se às formas geométricas puras e abstratas, como linhas retas, círculos, quadrados, ângulos e proporções harmônicas, que existem no plano das ideias e orientam o pensamento espacial. É uma geometria que representa o desejo de ordem, simetria e racionalidade, muitas vezes associada aos processos projetuais formais. É a geometria dos cientistas, da matemática, que “manifesta a disciplina humana e a aspiração de atingir uma forma perfeita que não é encontrada na natureza” (Unwin, 2013, p.152)

Por outro lado, a *geometria real* está relacionada à forma como o construtor lida com o mundo ao seu redor, adaptando-se às condições naturais e materiais, em vez de se impor sobre elas. Podemos associar a geometria ideal ao arquétipo do templo e a geometria real ao da cabana. De acordo com Unwin (2013), na geometria real, alguns condicionantes se impõem no momento de construir o espaço em questão, e ele subdivide a geometria real em geometria social e geometria da construção.

A *geometria social* refere-se às condicionantes da interação das pessoas entre si e com os lugares. De acordo com Unwin (2013), cada indivíduo percebe o espaço a partir de um ponto central, irradiando-se em seis direções: frente, trás, lados esquerdo e direito, acima e abaixo. Essa percepção espacial influencia como as pessoas se posicionam e interagem nos ambientes,

moldando a organização dos espaços arquitetônicos para acomodar essas orientações naturais.

A *geometria da construção*, conforme proposta por Unwin (2013), refere-se à maneira como os construtores interagem com as condições materiais e técnicas disponíveis durante o processo de edificação. Essa geometria reflete uma relação estreita entre o homem e seu ambiente, onde as soluções arquitetônicas surgem da necessidade de se adaptar ao contexto físico, cultural e social, resultando em uma arquitetura funcional e profundamente enraizada no território.

Além disso, Unwin (2013) introduz a ideia de "círculo de presença", que se refere ao espaço imediato ao redor de uma pessoa ou objeto e contribui para a identificação do lugar, influenciando a disposição dos elementos arquitetônicos. Ele também aborda as *linhas de visão* e as *linhas de percurso*, que ampliam a compreensão de como os indivíduos percebem, se orientam e se movimentam no espaço.

As *linhas de visão* partem do centro perceptivo do indivíduo (seu campo visual) e determinam como ele interage visualmente com o espaço ao seu redor. Isso pode influenciar, por exemplo, a disposição de portas, janelas e elementos de destaque. Já as *linhas de percurso* referem-se aos caminhos que as pessoas percorrem ao se deslocarem em um ambiente. Elas são moldadas pela organização física do espaço e pelas interações sociais, refletindo a geometria social ao mostrar como as pessoas navegam e interagem nos lugares. Essas noções se relacionam com as ideias de Ingold (2015), que apresentamos anteriormente e discutiremos de maneira aplicada na próxima seção.

Nas casas de pedra estudadas, a geometria da construção (Unwin, 2013) se impõe de maneira clara. A principal condicionante nesse tipo de arquitetura vernacular é a própria natureza dos materiais, encontrados, em grande parte, no terreno. As pedras e a madeira, por exemplo, que são os principais materiais de construção das casas estudadas, definem não apenas o aspecto formal, mas também a estrutura das edificações, já que suas dimensões, formas e resistências orientam as escolhas construtivas. O tamanho de um vão livre, por exemplo, é determinado pelo comprimento dos troncos que servirão de vigas para sustentar o assoalho ou o telhado, diferentemente da arquitetura

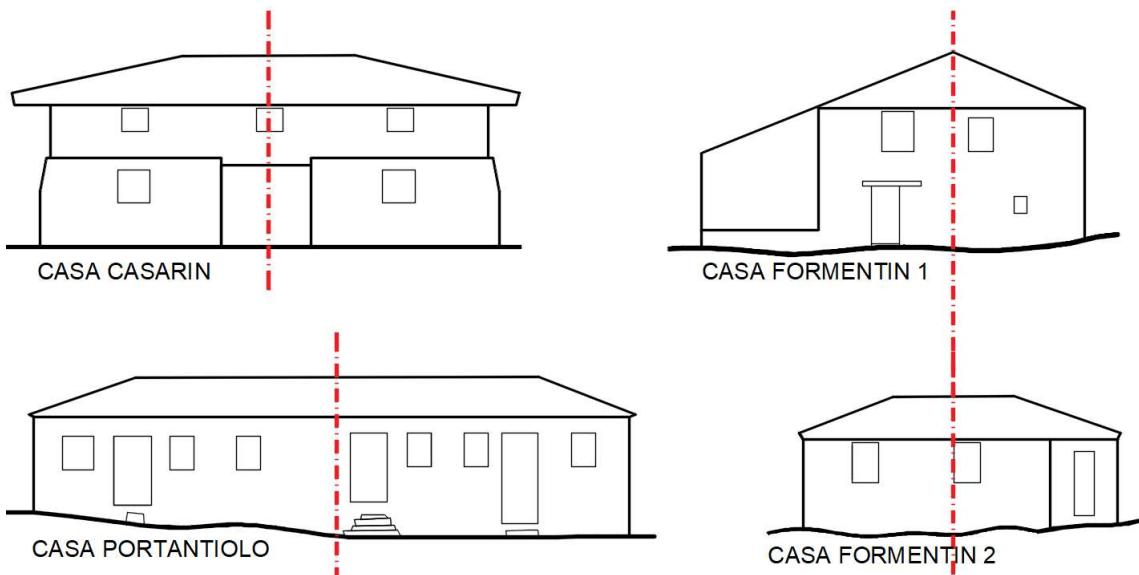
erudita, onde o projetista define o vâo desejado e busca materiais e técnicas que se adequem ao projeto, como no caso de vigas metálicas ou de concreto armado, por exemplo.

Nesse contexto, a arquitetura vernacular inverte a lógica da arquitetura erudita: não é o projetista que define os materiais a partir das suas escolhas projetuais, mas sim os materiais que determinam o projeto. Essa adaptação se estende além dos elementos estruturais, influenciando também os acabamentos, que refletem as possibilidades e limitações impostas pelo ambiente e pelos recursos disponíveis.

A análise das fachadas das casas de pedra da Colônia Maciel, a partir dos conceitos de Simon Unwin (2013), revela a coexistência da geometria ideal e da geometria real, especialmente no ritmo das aberturas, na relação entre cheios e vazios e na distribuição simétrica e assimétrica das esquadrias.

O ritmo das fachadas é determinado pela disposição das aberturas, oscilando entre simetria e assimetria (Figura 148), o que reflete a interação entre geometria ideal e real. A Casa Casarin, por exemplo, apresenta um arranjo simétrico, especialmente no segundo pavimento, evidenciando uma intenção formal associada à geometria ideal. Já a Casa Portantiolo, com aberturas distribuídas de forma assimétrica e funcional, aproxima-se da geometria real, adaptando-se às necessidades cotidianas e às condições materiais. Essa variação na composição pode ser analisada a partir dos conceitos de Unwin: enquanto a Casa Casarin sugere um ideal formal pela organização equilibrada, as Casas Formentin 1 e 2 e a Casa Portantiolo adotam uma estrutura menos rígida, evidenciando a influência da funcionalidade na definição dos espaços.

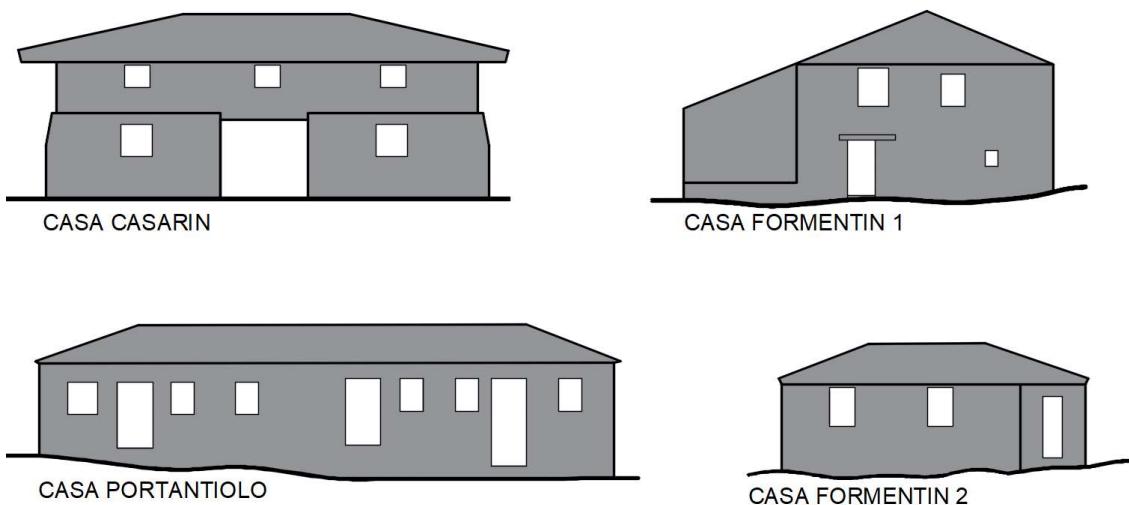
Figura 148 - Simetria e assimetria nas fachadas



Fonte: autores (2025)

A relação entre cheios e vazios é outro aspecto que reflete a geometria real. As paredes maciças de pedra, com aberturas de dimensões modestas, foram moldadas pelas limitações dos materiais e, eventualmente, também pela busca de isolamento térmico, sobretudo nas áreas destinadas às cantinas. Na figura 149 podemos observar essa relação.

Figura 149 - Relação entre cheios e vazios nas fachadas



Fonte: autores (2025)

As portas e janelas, além de elementos funcionais, carregam significados sociais, como sugere Unwin em sua discussão sobre geometria

social. O uso de vidro na Casa Formentin 1 não apenas permite a entrada de luz, mas também sinaliza um certo *status* socioeconômico. A verga de pedra, além de cumprir uma função estrutural, revela o conhecimento técnico dos construtores vernaculares, integrando a geometria real que surge da prática construtiva e das condições materiais disponíveis.

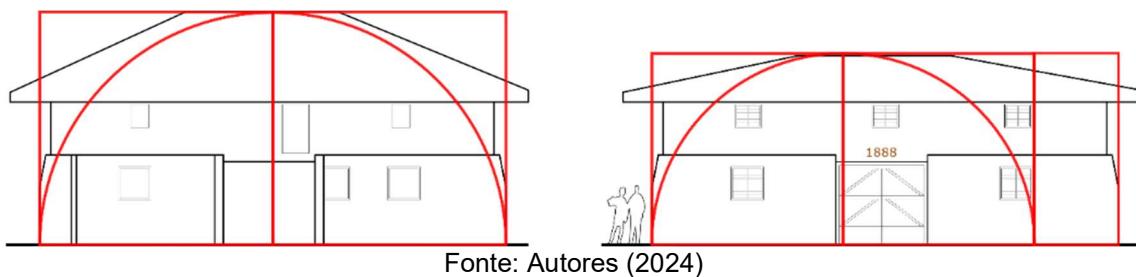
Na Casa Casarin, o rebaixamento da cumeeira ocorrido durante a reforma de 2014 pode exemplificar a interação entre a geometria ideal e a geometria real, conforme proposto por Simon Unwin (2013). A proporção original da casa, que parecia guardar uma relação próxima de 1:2 entre largura e altura da fachada principal, sugeria um senso de ordem e harmonia estética associado a princípios matemáticos e arquitetônicos. Isso poderia indicar, ainda que de forma não intencional ou consciente, uma referência a modelos construtivos observados no país de origem. Trata-se, no entanto, de uma suposição: é possível que, mesmo se tratando de uma construção vernacular, tenha havido alguma influência de repertórios visuais onde proporções ditas eruditas estavam presentes, assimiladas de forma empírica e traduzidas localmente.

Outro indício que pode apontar para esse cuidado com a composição está na conformação da fachada. Acima do portão de entrada principal, no piso superior, há uma abertura que atualmente se apresenta como uma janela e que em registro anteriores era uma janela que se prolongava até o chão, mas que talvez tenha sido, originalmente, uma porta. Essa possibilidade levanta a hipótese da existência, no passado, de uma sacada, ou até mesmo de uma entrada externa elevada — especialmente considerando a presença de uma viga que avança para fora da parede naquele ponto. Não há, contudo, registros fotográficos抗igos que confirmem essa configuração. Assim, todas essas observações permanecem no campo das hipóteses, mas ajudam a pensar a casa não apenas como abrigo funcional, e sim como forma construída em constante diálogo com os modos de vida, com a memória e com o olhar dos que a habitaram.

Essa suposição sobre uma intenção compositiva mais refinada, no entanto, contrasta com as transformações mais recentes motivadas por razões práticas. A reforma de 2014, impulsionada pela instabilidade das telhas capa e canal na inclinação anterior do telhado, trouxe à tona a geometria real — aquela

que se impõe sobre a ideal diante dos condicionantes materiais e funcionais. O rebaixamento da cumeeira, ao modificar a proporção da edificação, evidencia como a construção vernacular não se pauta por um ideal formal, mas responde às necessidades concretas dos habitantes e às limitações dos materiais disponíveis. Essa modificação na geometria pode ser observada na comparação das imagens da Figura 150.

Figura 150 - Mudança de proporção da Casa Casarin antes e depois da reforma de 2014



Fonte: Autores (2024)

Esse episódio reforça a ideia de que a arquitetura vernacular, conforme discutido por Unwin (2013), equilibra pragmatismo e intenção estética. A proporção original da casa, mesmo que possivelmente derivada de princípios renascentistas⁷², teve que ser adaptada diante das condições impostas pelo novo material de cobertura. A alteração impactou a percepção espacial da edificação, causando a sensação de "achatamento" ou "alongamento horizontal", o que evidencia a influência das mudanças geométricas na experiência do espaço construído.

A análise realizada até aqui, estruturada pelos conceitos de Unwin (2013), permitiu compreender as decisões construtivas e os elementos arquitetônicos das casas de pedra, destacando como esses aspectos refletem a interação dos imigrantes com o ambiente e suas referências culturais. No entanto, essas construções não permaneceram inalteradas ao longo do tempo. À medida que diferentes gerações habitaram esses espaços, novas

⁷² No Renascimento, especialmente na arquitetura italiana dos séculos XV e XVI, valorizava-se a harmonia das proporções, a simetria e a regularidade geométrica. Essas ideias, inspiradas na arquitetura clássica greco-romana e sistematizadas por teóricos como Alberti e Palladio, influenciaram profundamente a noção de "boa forma" arquitetônica, frequentemente baseada em módulos e relações matemáticas entre largura, altura e profundidade. (Argan, 1992)

necessidades e práticas foram moldando as casas e os sítios ao redor, conferindo a eles uma dinâmica própria. A seguir, a partir das perspectivas de Ingold (1993 e 2015) e de Bergson (1999), analisaremos essas transformações para compreender como as casas de pedra não são apenas estruturas fixas, mas registros contínuos das experiências e dos percursos de seus habitantes.

4.3 Habitação e alterações – perspectivas de Ingold e de Bergson

Na seção anterior, analisamos as casas, os elementos e técnicas construtivas, compreendendo que a construção de um edifício é um evento pontual, delimitado no tempo, que marca o início de sua existência material. No momento da concepção e da construção, são definidos formato, materiais e dimensões do edifício, além de se antecipar a organização e o uso de alguns espaços.

Contudo, essa é apenas uma pequena parcela do tempo cronológico, enquanto a habitação pertence ao tempo vivido: um processo dinâmico, contínuo e irreversível, no qual o espaço é constantemente ressignificado pelos gestos, rotinas e adaptações sucessivas de seus moradores. Como afirma Ingold (2015, p. 25), “todos os edifícios são previsões; todas as previsões estão erradas”. Afinal, por mais precisas que sejam as projeções de arquitetos ou de construtores, a vida que se desenrolará nos espaços por eles concebidos sempre ultrapassará suas expectativas e previsões.

Habitar, de acordo com Ingold (2015), é um *processo contínuo*, que envolve a vivência, a transformação e a adaptação do espaço às necessidades dos habitantes ao longo do tempo. As casas de pedra deste estudo ilustram esse processo, afinal, as sucessivas gerações que ali viveram moldaram os espaços, adaptando-os às necessidades emergentes, enquanto os espaços também moldaram suas rotinas e práticas, evidenciando a dinâmica do habitar como um fluxo vivo.

Tim Ingold (2015) argumenta que um lugar – no âmbito deste trabalho: uma casa ou um sítio – não é simplesmente um objeto fixo, mas um elemento que se insere em um fluxo constante de interações e mudanças. Dessa forma,

em vez de ser um produto acabado, a casa e o sítio onde ela está inserida devem ser compreendidos dentro da lógica da duração bergsoniana: não como entidades fixas no tempo, mas como realidades em constante devir, onde passado, presente e futuro se entrelaçam em um fluxo contínuo de transformações moldadas pelas práticas cotidianas, pelas condições ambientais e pelas memórias e expectativas de seus habitantes (Bergson, 1999).

Nessa mesma linha, Ingold (1993) propõe o conceito de *taskscape* (tarefagem) para descrever o conjunto de atividades interligadas no tempo e no espaço, que configuram as práticas cotidianas que fazem parte da conformação dos espaços e das paisagens. O autor define tarefa como qualquer operação prática, realizada por um indivíduo em um espaço, como parte de sua vida cotidiana normal e resume essas tarefas como “os atos constitutivos do habitar” e o conjunto desses atos, o autor chama de *taskscape* (tarefagem).

Dessa maneira, a arquitetura não é apenas uma resposta formal às necessidades humanas, mas também um reflexo das rotinas e tarefas diárias que dão forma ao mundo habitado. Assim, as transformações observadas nas casas e nos sítios estudados não resultam de intervenções arbitrárias, mas de um contínuo processo de adaptação dentro de um *taskscape* específico, onde cada modificação responde a exigências materiais, produtivas e sociais.

Ao considerar as casas de pedra e os sítios onde estão implantadas como elementos em constante transformação, podemos compreender que suas materialidades refletem, em parte, as condições iniciais de sua construção, mas principalmente as múltiplas adaptações realizadas ao longo dos anos. Essas modificações vêm sendo impulsionadas por diferentes fatores, como mudanças nas necessidades familiares, novas demandas funcionais e transformações nas relações sociais e produtivas dos habitantes do sítio.

Outra ideia apresentada por Tim Ingold (2015) é a de *círculo fechado*, em que os atos de produzir e consumir são interdependentes. Segundo o autor, ao consumirmos objetos, geramos ideias do que produzir e, ao produzir, transformamos essas ideias em novos objetos. No caso das famílias que edificaram as casas e os sítios, essa dinâmica se manifestou na construção de espaços que atendessem às necessidades familiares, a partir de imagens pré-existentes, adaptadas ao *repertório arquitetônico* (Unwin, 2013) da família, às

condições ambientais e aos recursos disponíveis no local onde construíram, princípios fundamentais da arquitetura vernacular (Oliver, 2006).

Após mais de um século de existência (caso de todas as propriedades estudadas), cada uma das casas e cada um dos sítios passou por inúmeras alterações. Essas mudanças não devem ser vistas como simples eventos pontuais, mas como expressões da duração (Bergson, 1999), na qual o passado não desaparece, mas se conserva e se atualiza nas novas formas que os espaços assumem. É nesse sentido que compreendemos as *múltiplas camadas temporais* como marcas visíveis da continuidade do tempo vivido na materialidade dessas construções.

Conforme as palavras de Tim Ingold, “pode-se começar a construir uma casa ou cultivar um campo, e, eventualmente, empenhar-se na satisfação de um trabalho bem-feito; no entanto, ao fazê-lo, a vida e a consciência avançaram, e outros objetivos já se encontram no horizonte” (2015, p.39). Os objetivos de um indivíduo mudam ao longo da vida e, em uma família composta por várias pessoas, essas mudanças são ainda mais dinâmicas. Nas propriedades estudadas, ao longo das décadas, diferentes gerações compartilharam o uso do sítio, ora de forma simultânea, ora sucessivamente. Com isso, os objetivos foram se multiplicando e se transformando ao longo do tempo, refletindo as necessidades, aspirações e circunstâncias de cada momento.

O entorno natural da Serra dos Tapes influencia diretamente o cotidiano dos moradores e as transformações das casas de pedra e dos sítios. A geografia acidentada, o clima e a abundância de pedra local moldaram tanto as técnicas construtivas quanto as atividades cotidianas, evidenciando uma relação de interdependência entre ambiente e habitantes. A extração e o uso da pedra do próprio terreno para erguer as casas, por exemplo, demonstram essa conexão. Além disso, a adaptação dos espaços à produção agrícola reforça o papel do ambiente como coautor do espaço habitado.

Dessa forma, ao observar as casas de pedra da Colônia Maciel, podemos perceber que suas transformações não ocorreram de maneira aleatória, mas como resultado da interação contínua entre os habitantes, suas necessidades e o ambiente. Cada propriedade estudada carrega marcas dessa

dinâmica, refletindo adaptações tanto às demandas familiares quanto às mudanças produtivas ao longo do tempo.

4.3.1 Casa Casarin

A propriedade Casarin se destaca pela forte relação entre sua configuração espacial e a produção vinícola, que, ao longo das gerações, permaneceu como um elemento estruturante do sítio. Ainda que a propriedade tenha passado por diversas modificações – desde alterações nos edifícios até mudanças nos cultivos –, a vinicultura seguiu como um eixo central, moldando tanto a arquitetura quanto a organização do espaço. Essas transformações evidenciam como a materialidade da casa e das edificações auxiliares dialoga com a permanência e a mudança das práticas agrícolas e sociais.

Ao observar a propriedade Casarin, percebemos que ela passou por inúmeras transformações ao longo dos anos: as pessoas que ali residem mudaram, os prédios foram modificados ou substituídos, os usos dos edifícios remanescentes se adaptaram, e até as culturas principais do sítio se alteraram. No entanto, a produção de vinho permaneceu como uma constante, moldando as características das construções no lote. Inicialmente, foi necessário conceber uma casa com características formais e construtivas que atendessem às demandas da produção do vinho colonial. Mais recentemente, a família precisou se adaptar às exigências dos órgãos fiscalizadores, com a expansão da produção e novas regulamentações, sempre orientados pelas necessidades impostas pela vinicultura.

Diante de toda a variabilidade e dinamismo da propriedade, uma coisa é constante desde a chegada de Giusto Casarin até os dias atuais: a produção de vinho. O vinho determinou a técnica construtiva da primeira casa da propriedade no ano de 1888 e o vinho trouxe essa casa da sua condição de coadjuvante para o protagonismo no ano de 2014, após a sua reforma. Também foi o vinho que determinou a construção de diversos edifícios de suporte à atividade no lote e é o vinho que dá sustento às duas famílias que residem no sítio atualmente e possibilita que essas famílias tenham condições financeiras de manter os prédios conservados. O vinho é a permanência que dá forma ao movimento (Ingold, 2015) da propriedade.

A propriedade Casarin exemplifica como a arquitetura é resultado de um contexto produtivo específico. A produção de vinho, que estrutura as edificações e os usos do espaço, pode ser compreendida como parte de um *taskscape* (Ingold, 1993), onde as atividades diárias – do cultivo das videiras à fermentação e comercialização do vinho – constroem não apenas o sítio, mas também a experiência dos habitantes no lugar. Dessa forma, as transformações da propriedade ao longo do tempo não são apenas respostas a necessidades econômicas, mas parte de um fluxo contínuo de tarefas que moldam tanto a paisagem quanto a vida social.

Quando Giusto Casarin chegou à Colônia Maciel, trazendo da Itália mudas de parreira em sua bagagem, ele carregava também uma visão de como sua casa e seu sítio deveriam ser organizados para atender, além das suas expectativas, às exigências da uva e do vinho. A casa tem uma ampla cantina construída em pedra, reflexo da exigência do vinho, uma vez que o controle de temperatura é essencial para a sua fermentação. E, embora não haja registros ou relatos sobre a organização inicial do sítio, é possível inferir que as trilhas e os nós (Ingold, 2015) que se formaram ao longo do tempo foram moldados pelas práticas da agricultura familiar, especialmente pela tradição da produção vinícola.

Com o passar dos anos, a produção de vinho na propriedade passou por uma breve interrupção. Quando Jovelina, neta de Giusto, e seu marido, Carlito, adquiriram o sítio, o vinho deixou de ser o foco principal. Consequentemente, a casa de pedra também perdeu seu protagonismo. No entanto, com a chegada de João Bento, após seu casamento com Mari Terezinha, filha de Jovelina e Carlito, a produção de vinho foi retomada. O sucesso do empreendimento do casal permitiu a ampliação da propriedade, com a construção de novos prédios para a produção e a reforma da casa de pedra.

Mais recentemente, com a chegada de Claiton, após seu casamento com Juliana, filha de Mari Terezinha e João Bento, o sítio passou por uma nova transformação com a implementação da produção de cervejas e chopes. Para atender a essa demanda, foi construído um novo prédio e uma das antigas residências foi convertida em um espaço para degustação e venda dos produtos.

Assim, a propriedade Casarin ilustra como a materialidade das edificações e a organização do espaço são moldadas por práticas produtivas que atravessam gerações. A vinicultura, que estruturou a concepção original do sítio, continua sendo um elemento central, mas não impede que novas atividades surjam e se integrem ao modo de vida da família. Entre permanências e transformações, as construções do sítio testemunham não apenas as mudanças nas técnicas e nos usos do espaço, mas também a capacidade de adaptação e renovação que mantém viva a história do lugar. Nesse constante diálogo entre passado e presente, a propriedade Casarin exemplifica o que Ingold (2015) descreve como um processo de habitar em movimento, onde caminhos, edificações e paisagens são continuamente recriados a partir das práticas e relações de seus habitantes.

Especificamente, a casa de pedra da propriedade Casarin exemplifica a interação entre permanência e transformação ao longo de gerações. Desde sua construção em 1888, a casa manteve-se como um marco material e simbólico da propriedade. Diferente das demais propriedades estudadas, a casa retomou o seu papel central na organização do sítio. Ainda que diversas novas funções tenham sido inseridas, a casa não perdeu sua relevância.

Ela se manteve conservada porque segue desempenhando um papel produtivo essencial. Ao longo das gerações, sua função foi adaptada para atender às necessidades da família: primeiro foi residência, depois um galpão/depósito e, recentemente, se tornou um espaço comercial e turístico. Hoje, o pavimento térreo abriga as transações comerciais da empresa, enquanto o pavimento superior foi transformado em um espaço de exposição, onde objetos antigos e documentos históricos reforçam a conexão entre memória e identidade.

A casa representa um espaço que se reinscreve no presente por meio de suas funções e usos. A sua materialidade permanece, mas seu significado se transforma conforme as relações dos habitantes com o território mudam, refletindo as teorias de Ingold e Bergson que discutimos anteriormente.

4.3.2 Casa Portantiolo

A propriedade Portantiolo reflete a relação entre a materialidade das estruturas do sítio e as práticas produtivas ao longo das gerações. Diferente da propriedade Casarin, estruturada pela vinicultura, o sítio Portantiolo teve sua organização espacial moldada por uma produção agrícola diversificada, que variou entre o cultivo de grãos, pêssegos, hortaliças diversas e, mais recentemente, flores.

A casa de pedra, construída em algum momento entre 1910 e 1920 por Luís Portantiolo e seus filhos, foi a primeira edificação do sítio, servindo inicialmente como residência e espaço de armazenamento. Sua organização espacial seguia lógicas construtivas da época, como a separação da cozinha para evitar incêndios, a presença de um porão para guardar grãos e de uma cantina para armazenar alimentos e, claro, vinho. Tecnologias inovadoras, como água encanada e eletricidade a partir de uma turbina eólica, diferenciavam a propriedade das demais na região.

Com o tempo, a dinâmica do sítio mudou. Um incêndio destruiu um dos galpões, levando a família a priorizar a construção de uma nova residência e transformar a antiga casa de pedra em um espaço de apoio às atividades agrícolas. Posteriormente, a necessidade de abrigar um caminhão resultou na substituição dos antigos galpões por uma estrutura multifuncional. Um prédio foi erguido para que houvesse espaço adequado para armazenar e trabalhar as flores. Essas transformações demonstram como as edificações foram continuamente ajustadas às demandas da família e do contexto produtivo.

Nesse sentido, a história do sítio Portantiolo exemplifica a perspectiva de Ingold (2015), para quem habitar não se restringe a ocupar um espaço preexistente, mas envolve uma construção ativa e contínua da relação com o ambiente. Ao mesmo tempo, ressoa com Bergson (1999), ao demonstrar que a identidade do lugar não se define por um estado fixo, mas por uma duração vivida, na qual o passado e o presente se entrelaçam em um processo de constante transformação. Assim, a casa de pedra da propriedade Portantiolo segue como um testemunho silencioso das permanências e mudanças que caracterizam a relação entre os habitantes e seu território.

4.3.3 Casa Formentin 1

A propriedade Formentin 1 reflete um processo contínuo de adaptação e transformação, onde materialidade e uso se ajustam às necessidades das gerações que a habitaram. Construída no final do século XIX por Sebastião Formentin, a casa serviu inicialmente como residência da família, desempenhando um papel central na organização do sítio. Posteriormente, com a venda da propriedade, a casa passou a ser utilizada como galpão, função que mantém até os dias atuais.

Ao longo do tempo, as atividades produtivas da propriedade se modificaram. As famílias que ali viveram, em outros momentos, cultivaram uvas e, também, tabaco para empresas fumageiras. Atualmente, os moradores da propriedade se dedicam ao cultivo de pêssego e à venda de lenha obtida das barreiras de acácia ao redor do pomar. Essas mudanças produtivas se refletiram nos prédios de suporte às atividades que precisaram ser construídos e adaptados e nas múltiplas adaptações pelas quais a casa de pedra da propriedade passou.

A casa também possuía um papel social, funcionando como ponto de encontro para bailes e celebrações comunitárias. As memórias de antigos moradores sugerem que a construção era um espaço importante para a vida coletiva da região, especialmente antes da consolidação de outras estruturas sociais. Além disso, a história da propriedade inclui registros sobre Camilinha, uma ex-escravizada que trabalhou nas safras da família, o que demonstra as dinâmicas sociais e econômicas do período pós-abolicionista.

A materialidade da casa carrega vestígios dessas camadas temporais. Inicialmente construída com paredes de pedra de arenito bruta e um telhado de quatro águas com telhas cerâmicas planas, a edificação foi alterada para atender a novas funções. O telhado foi reformado, passando a ter duas águas e incorporando telhas metálicas. Aberturas foram modificadas para permitir o acesso de um trator, enquanto pequenos desmoronamentos foram reparados com materiais diversos, como tijolos, argamassa e pedaços de telha. Cada intervenção revela a contínua negociação entre permanência e mudança, entre a solidez da pedra e a fluidez dos usos.

A casa de pedra resiste não como um objeto fixo no tempo, mas como um ponto nodal em um fluxo contínuo de relações entre pessoas, materiais e práticas. Sua permanência não se dá pela imobilidade, mas pela capacidade de adaptação às necessidades do sítio, um processo que ecoa a noção de habitar como envolvimento ativo no mundo (Ingold, 2015). Da mesma forma, sua existência não pode ser reduzida a um recorte estático do passado, pois, como sugere Bergson (1999), o tempo não se divide em instantes isolados, mas se expande como um tecido vivo, onde cada nova experiência reconfigura o que veio antes.

A Casa Formentin 1, portanto, não é apenas um vestígio da presença dos imigrantes italianos na Serra dos Tapes. Ela é um organismo em transformação, que se refaz a partir dos gestos cotidianos dos habitantes e das demandas da paisagem ao seu redor. Em sua materialidade marcada por acréscimos, adaptações e *remendos*, a casa incorpora a memória e a vida daqueles que a ocupam.

A permanência da casa de pedra no sítio ilustra o conceito de habitar (Ingold, 2015), onde o espaço construído não é fixo, mas um organismo vivo que se transforma conforme as relações dos habitantes com o ambiente e suas demandas produtivas. Mesmo deslocada de sua função original, a casa continua a estruturar a paisagem do sítio, testemunhando as múltiplas camadas temporais que compõem sua história.

4.3.4 Casa Formentin 2

A Casa Formentin 2 apresenta uma trajetória marcada por transformações no uso e no significado da edificação, resultado das relações entre seus habitantes e o meio rural ao longo das gerações. Construída por Pedro e José Formentin no final do século XIX, a casa foi parte de um conjunto de edificações situadas próximas ao Arroio Caneleira e à antiga linha férrea. No passado, sua localização era estratégica, mas, no presente, encontra-se afastada dos principais eixos de deslocamento, consequência das mudanças nas dinâmicas territoriais da região.

Inicialmente, a casa de pedra serviu como residência familiar. No entanto, ao longo das décadas, sua função foi sendo ressignificada, passando

de moradia a galpão/depósito, até entrar em um estado de arruinamento. Atualmente, grande parte do telhado desabou, e o que resta está comprometido pela ação de cupins.

A materialidade da Casa Formentin 2 preserva vestígios das transformações ocorridas ao longo do tempo, seja pelas intervenções humanas, seja pela ação natural do próprio tempo. Essas mudanças não se restringiram à edificação, mas também afetaram a organização espacial do sítio. Atualmente, além da antiga casa de pedra, o local abriga uma residência principal de alvenaria, um galpão multiuso e uma pequena casa de madeira, ocupada por um vizinho.

Diferentemente das outras propriedades analisadas, onde a produção agrícola ainda estrutura a vida familiar, os atuais proprietários do sítio Formentin 2 têm sua subsistência vinculada a trabalhos assalariados realizados fora da propriedade. Esse afastamento econômico da terra reflete uma transformação significativa no modo de vida, marcando uma ruptura em relação ao passado, quando a casa de pedra era o centro da propriedade, plenamente habitada e mantida como espaço de vida.

Além disso, essa ruptura parece se estender ao campo da memória. A ausência de uma narrativa familiar compartilhada em torno da casa — pelo menos do ponto de vista da adolescente com quem conversamos — reforça a desconexão simbólica com o passado. Nas demais propriedades analisadas, como Formentin 1 e Casarin, mesmo com a troca de famílias proprietárias em determinado momento, observa-se a preservação de memórias familiares cruzadas relacionadas à casa. Essa continuidade simbólica evidencia que a casa permanece como um elo entre diferentes gerações e famílias, reforçando a construção coletiva da identidade e da memória. Em Formentin 2, por sua vez, essa conexão parece interrompida, tanto no uso prático quanto na esfera simbólica.

Foi apenas com a última mudança de proprietários, associada à alteração nas formas de sustento, que a antiga casa de pedra começou a perder gradativamente sua relevância no cotidiano do sítio. De símbolo da vida familiar e produtiva, passou a ocupar uma posição secundária, sendo pouco utilizada e,

com o tempo, parcialmente abandonada, o que culminou em seu colapso estrutural. O que antes era o núcleo do sítio — palco de atividades e de relações sociais — agora se inscreve na paisagem como um testemunho silencioso das transformações sociais e econômicas que redefiniram a relação dos habitantes com a terra.

Entretanto, a degradação da casa não significa, contudo, seu desaparecimento simbólico. Segundo Bergson (1999), a memória não é um depósito de eventos passados, mas um fluxo que se projeta no presente. A casa de pedra permanece como um marco material da passagem das gerações, mesmo que sua função original tenha se perdido. Seu atual estado de ruína é reflexo das transformações da propriedade e revela a relação de seus habitantes com o passado: um vestígio físico que, embora deteriorado, continua evocando lembranças e narrativas, conforme aprofundaremos no capítulo seguinte.

Em sua condição atual, a Casa Formentin 2 se insere em um contexto em que ao mesmo tempo em que sua estrutura cede ao desgaste físico, ela permanece na paisagem como um registro das práticas e modos de vida que um dia a sustentaram. Esse contraste entre permanência e dissolução faz da casa não apenas um objeto em ruínas, mas uma materialização do próprio fluxo do tempo — um testemunho de que, mesmo na ausência de intervenção, as construções continuam a se modificar e a interagir com o mundo ao seu redor.

5. CARTOGRAFIA DE MEMÓRIAS

Patrimonialidades, memórias e afetos que orbitam as casas de pedra

As casas de pedra da Colônia Maciel são testemunhos materiais da imigração italiana para a Serra dos Tapes e da continuidade da presença dos descendentes desses imigrantes na região. O passado desses italianos pioneiros ainda ressoa em algumas famílias e na memória coletiva da comunidade, entretanto, algumas nuances dessas memórias vêm se atenuando com o passar dos anos. Neste capítulo propomos uma *cartografia de memórias*, mapeando os vínculos que diferentes indivíduos e grupos estabelecem com as casas de pedra, objetos deste estudo.

O conceito de ressonância patrimonial (Gonçalves, 2005) auxilia a compreender essa relação. O autor define a ressonância como a capacidade que um objeto tem de evocar histórias e significados que ultrapassam sua materialidade, mobilizando memórias e afetos. No caso das casas de pedra, essa ressonância varia: para algumas famílias, essas edificações continuam sendo símbolos identitários e afetivos, enquanto para outras elas se tornaram ruínas que remetem à perda e à passagem do tempo. Na comunidade mais ampla, por sua vez, a ressonância dessas casas parece ter se enfraquecido.

A proposta deste capítulo é investigar como as casas de pedra da Colônia Maciel mobilizam diferentes camadas de memória e pertencimento. Para isso, a análise se desdobra em três eixos principais. Primeiro, no subcapítulo "Afetos familiares e a preservação das casas", exploramos as narrativas das famílias que ainda possuem casas de pedra, buscando compreender como o vínculo afetivo, a utilidade prática e os desafios de conservação repercutem na permanência dessas construções. Em seguida, no subcapítulo "Memórias comunitárias e o esquecimento das casas", examinamos o lugar que essas casas ocupam (ou deixaram de ocupar) no imaginário coletivo da Colônia Maciel, comparando entrevistas realizadas no início dos anos 2000 com relatos mais recentes. Por fim, no subcapítulo "Patrimonialização e arquitetura vernacular", discutimos os desafios e limites da patrimonialização formal dessas edificações, questionando se os instrumentos tradicionais de preservação são adequados para a realidade da arquitetura vernacular.

Dessa forma, neste capítulo, buscamos responder algumas questões centrais: Que relações de pertencimento ainda se mantêm em torno das casas de pedra? Como as famílias e a comunidade enxergam esses espaços hoje? O que determina a preservação ou o esquecimento dessas construções? Seria possível valorizar essas casas, institucionalmente, sem submetê-las aos parâmetros rígidos de patrimonialização? A partir dessas reflexões, esperamos contribuir para um entendimento mais amplo sobre as múltiplas patrimonialidades que orbitam as casas de pedra da Colônia Maciel e sobre as dinâmicas de memória que sustentam (ou dissolvem) a presença desses bens no território e na identidade dos habitantes.

5.1 Afetos familiares e a preservação das casas

A memória social é dinâmica e se constrói nas interações entre indivíduos e grupos. Como aponta Joël Candau (2011), a memória individual está sempre em diálogo com uma memória coletiva, que orienta as percepções e significados atribuídos ao passado. Assim, as lembranças das famílias sobre as casas de pedra da Colônia Maciel são moldadas pelo contexto social em que estão inseridas, sendo transmitidas e ressignificadas ao longo das gerações.

A relação entre memória e identidade se manifesta nos afetos e valores atribuídos a essas construções pelas famílias que ainda as preservam. Em alguns casos, as casas permanecem vivas no imaginário familiar porque seguem em uso, garantindo sua materialidade e reforçando a ideia de que espaço e memória são indissociáveis. Como destaca Yi-Fu Tuan (1983), os lugares adquirem significado a partir das experiências humanas e das relações afetivas que neles se constroem, tornando-se depositários de sentimentos e histórias. Esse vínculo emocional se reflete nas decisões de preservação, manutenção ou abandono dessas edificações.

A materialidade do patrimônio desempenha um papel fundamental nesse processo. Como discute Gonçalves (2005), a materialidade atua como mediadora entre o passado e o presente, permitindo, assim, a ressignificação do espaço habitado. No contexto das casas de pedra, essa conexão pode ser vista tanto na manutenção física das construções quanto na forma como elas são ressignificadas no imaginário familiar. Mesmo quando deixadas à ruína, algumas dessas edificações continuam a evocar lembranças e sentimentos de pertencimento, demonstrando que sua importância transcende a funcionalidade cotidiana.

As memórias das famílias entrevistadas demonstram que a preservação dessas casas está diretamente ligada a dois fatores principais: o vínculo afetivo e a utilidade prática. Quando a casa representa uma continuidade da história familiar, seja por meio da transmissão geracional ou da manutenção das atividades produtivas, sua conservação tende a ser priorizada. No entanto, quando as condições socioeconômicas dificultam essa preservação ou quando

a casa perde sua função na dinâmica da propriedade, sua deterioração se torna um processo inevitável.

Dessa maneira, este subcapítulo busca compreender os diferentes sentidos atribuídos a essas casas e de que forma esses significados influenciam sua permanência ou o seu esquecimento na paisagem da Colônia Maciel.

5.1.1 A casa de pedra como centro: a Casa Casarin

A Casa Casarin se diferencia das demais casas de pedra estudadas por equilibrar funcionalidade e valor simbólico. Apesar das transformações ocorridas ao longo do tempo, a casa continua a ocupar um papel central na propriedade, funcionando simultaneamente como espaço de trabalho e como elo com a história familiar. Isso contrasta com outras casas analisadas, que se encontram em avançado estado de arruinamento ou que permanecem de pé exclusivamente por seu uso prático, desvinculadas de significados afetivos mais profundos.

Um dos atuais proprietários, o patriarca João Bento Schiavon da Silva, conta que a casa sempre esteve ligada à produção de vinho, função para a qual foi originalmente projetada. Desde sua construção, os Casarin utilizavam a parte inferior da edificação para armazenar a bebida, enquanto o andar superior era usado como moradia.

Ela já foi construída com a intenção de fazer vinho. [...] Depois de muitos, muitos anos, pelo que a gente sabe, ela sempre teve vinho aqui. Nunca ficou sem ter vinho na propriedade. (João Bento)

Ao questionarmos sobre acontecimentos marcantes na casa de pedra, João Bento recordou-se do casamento da filha. Para a família, a realização da festa na propriedade foi a concretização de um sonho, resultado de um ano inteiro de preparativos.

O casamento da minha filha, a gente fez aqui no pátio. Construímos uns toldos em volta desse prédio aqui (a casa de pedra) e deixamos o prédio no meio para ficar como um ponto principal da festa, **uma atração principal**. Esse foi o evento que eu me lembro mais. Porque a gente trabalhou muito. Trabalhou durante um ano inteiro, para poder fazer. Lutando e juntando as pessoas que iam trabalhar e contratando gente. Foi uma festa marcante. A gente sempre tinha esse sonho de fazer o casamento dela aqui, e ela também, aí a gente fez o casamento aqui.

A partir deste ponto da entrevista, foi possível perceber o afeto de João Bento pela propriedade onde reside há quase 40 anos. Buscando compreender a profundidade desse vínculo emocional, propusemos uma pergunta "apocalíptica": "*Imaginemos que acontecesse um desastre natural, como um dos ciclones que passaram pelo nosso estado, e essa casa desabasse. O senhor consegue imaginar qual seria o seu sentimento?*" A resposta veio carregada de emoção:

Ah! Deus o livre! Nem fala! Nem fala! Eu acho que qualquer propriedade da gente que derrube é uma coisa difícil de aceitar. Tem que aceitar, mas é difícil. Agora imagina uma construção dessa, com a idade que tem, que nunca foi atingida. Imagina. Seria o fim do mundo. O fim do mundo! Não tem como aceitar. Não tem nem como imaginar.

Por fim, abrimos espaço para que João Bento complementasse sua fala. Foi nesse momento que ele expressou, de forma espontânea, o profundo apego à casa de pedra e o processo de ressignificação que viveu em relação a ela.

Quando a gente se tocou que tinha que cuidar (da casa de pedra), porque assim, claro, logo quando eu vim pra cá, eu era novo, eu tinha 20 e poucos anos, eu cheguei a comentar com a minha sogra e meu sogro: vamos derrubar isso aqui. Vamos derrubar pra fazer um galpão novo. Claro, era feia, estava mal cuidada. Não era feia, mas não estava reformadinha que nem agora. Tu olhavas e dava um desânimo. Como é que eu vou mexer nisso daí? Eu vou mexer e isso vai cair tudo. Eu cheguei a pensar e hoje quando eu me lembro que eu pensei em derrubar... bah! Me dá até um remorso. Eu fico, assim, triste de ter pensado em derrubar. Cheguei a pensar em pegar uma máquina e empurrar tudo embora e fazer um galpão novo. Mas hoje eu vejo que eu estava errado, esse é o prédio mais caro da nossa propriedade. Mesmo com o que a gente gastou nele, mas quanto vale um prédio assim né? A história né? Não em dinheiro, mas a história. O que significa para nós também né. Tu levantar de manhã, abrir a porta e enxergar isso aqui todos os dias. Sei lá, é o primeiro prédio que a gente olha e ele conta história.

Conforme descrevemos no capítulo 2, João Bento, nosso interlocutor, é bisneto de um dos primeiros imigrantes a chegar à Colônia Maciel, o senhor Cesare Schiavon. Embora Cesare não tivesse relações familiares diretas com Giusto Casarin, o construtor da casa, os percursos de ambas as famílias se entrelaçam ao compartilharem uma origem e uma história de imigração comuns.

A Casa Casarin além de ser uma edificação antiga mantida em pé, é um elo entre gerações, reafirmando a identidade da família proprietária do sítio onde ela está implantada. Como aponta Candaú (2009), a memória não existe de

maneira isolada; ela está sempre ancorada em uma identidade prévia, que orienta a maneira como indivíduos e grupos atribuem significado ao passado.

Esse vínculo identitário se reflete nas chamadas "escolhas memoriais" (Candau, 2009, p.47), ou seja, na seleção de elementos do passado que se deseja manter vivos. Essas escolhas definem o que deve ser preservado e de que forma. Assim, a Casa Casarin não se mantém apenas por sua materialidade, mas também porque continua desempenhando um papel ativo na memória e no cotidiano da família, enquanto outras edificações da mesma época, destituídas desse sentido de pertencimento, acabaram desaparecendo.

João Bento chegou a considerar a demolição da casa, mas ao longo do tempo, sua percepção de valor mudou. Seu relato evidencia o peso simbólico dessa construção, que passou de um espaço aparentemente obsoleto para um patrimônio afetivo, cuja destruição seria impensável. O sentimento de remorso que ele expressa ao recordar a possibilidade de derrubar a casa revela um processo de ressignificação da edificação dentro da identidade familiar.

Entretanto, além de sua dimensão identitária para a família, a Casa Casarin se destaca pelo seu papel funcional na economia da propriedade. Desde sua construção, a edificação desempenhou diferentes usos: inicialmente foi residência, depois passou a servir como galpão e, atualmente, integraativamente as atividades comerciais da vinícola. Hoje, a casa funciona como um espaço de recepção de visitantes, que ali consomem os produtos da vinícola e exploram a exposição de objetos antigos no pavimento superior.

A presença da casa de pedra confere autenticidade e legitimidade à atividade vinícola, vinculando-a diretamente à herança da imigração italiana. A materialidade da construção serve como evidência concreta da imigração italiana e da trajetória dessas famílias imigrantes em solo brasileiro. A presença da casa, com as características que ela tem, fortalece as narrativas que associam a imigração italiana à vitivinicultura. Dessa forma, além de preservar memórias familiares, a casa se torna um elemento central na identidade do empreendimento e no fortalecimento de sua valorização cultural. Consequentemente, a casa é um atrativo de visitantes, clientes e lucro.

Essa relação entre a casa e o trabalho produtivo é explicada através do conceito de *taskscape* (1993), que discutimos no capítulo 4. Para o autor, os espaços são moldados pelo fazer cotidiano, ou seja, sua existência está ligada às atividades que neles ocorrem. No caso da Casa Casarin, sua preservação não se deu apenas por razões afetivas, mas porque continua sendo parte essencial da produção da vinícola. Dessa forma, a Casa Casarin exemplifica um caso em que funcionalidade e vínculo familiar convergem, garantindo a permanência da casa na paisagem da Colônia Maciel.

5.1.2 A casa de pedra como ausência: a Casa Portantiolo

A Casa Portantiolo se distingue das demais casas de pedra da Colônia Maciel pela noção de continuidade familiar que carrega. Construída por Luiz Portantiolo, a casa passou para seu filho Augustinho Portantiolo e, posteriormente, para a filha mais nova deste, Nádia Portantiolo Schmidt, que ainda hoje habita a propriedade com o marido, a filha e o genro.

No entanto, apesar dessa continuidade geracional, a casa também se configura como um espaço de ausência. Sua deterioração progressiva, a impossibilidade financeira de restaurá-la e os eventos trágicos da família transformam a casa em um espaço onde memórias fragmentadas disputam lugar com o silêncio e o esquecimento.

A casa, nesse sentido, pode ser compreendida a partir das reflexões de Paul Ricoeur (2007) sobre memória, história e esquecimento. Ricoeur argumenta que a memória não é apenas um repositório do passado, mas também um espaço onde se articulam lembranças e lacunas, recordações e silêncios. O esquecimento pode ser ativo, quando há um esforço deliberado para apagar certos eventos, ou passivo, quando memórias desaparecem por falta de transmissão. Na família Portantiolo, a morte trágica de um dos filhos de Luís (o patriarca construtor da casa) e o suicídio do próprio patriarca são eventos que geram silenciamentos intergeracionais, moldando a forma como a história da casa é contada (ou evitada).

O suicídio de Luís, mencionado por seus netos – Nádia, Antônio Luís (Maneco) e Antônio Luís –, foi um evento profundamente desestruturador para a família. Segundo Antônio Luís, seu avô convidou familiares e vizinhos para um

churrasco, mas, um dia antes da data marcada, abateu um animal de sua criação, preparou a carne e, em seguida, tomou uma dose de veneno. Esse gesto fez com que muitos acreditassesem que o convite para o churrasco era, na verdade, um chamado para seu próprio velório. Esse trágico acontecimento levou os filhos de Luís a evitar falar sobre o passado com seus descendentes, o que limita o acesso às memórias familiares desse período. Nádia, ao falar sobre seu pai, Augustinho, disse:

Meu pai passou muito trabalho e depois teve uma questão de herança também. Eles queriam acertar, e tinha um irmão que não concordava com certas coisas, então ele sofreu muito com isso. Até vendo o sofrimento da mãe, né, com a dificuldade que ela tinha naquela época. Porque naquela época não tinha auxílio nenhum do governo, tinha que se virar pra sobreviver. Eu acredito que ela passou muito trabalho, então acho que por isso, por uma das razões, meu pai foi tão fechado. Não gostava de tocar no assunto, pra não revirar o passado. (Nádia Portantiolo Schmidt, 2024)

Luís, que tinha 51 anos, deixou Emília viúva ainda jovem, por volta dos 40 anos, com nove filhos para criar sozinha, segundo Nádia. O filho mais velho do casal, Augustinho Portantiolo, pai de Nádia, assumiu as responsabilidades da casa e dos irmãos ao lado da mãe, contando também com o apoio de seu irmão Antônio, o segundo mais velho. De acordo com Antônio Luís (Maneco), "quem manobrava tudo era o tio Antônio."

Foi o "tio Antônio" quem gerou discórdias com a questão da divisão da herança, mencionada por Nádia. O tio Antônio aparece em muitas falas dos sobrinhos entrevistados e é descrito como um homem inteligente, inventivo e gerente dos negócios da família. Foi Antônio quem implantou as tecnologias na casa, que mencionamos no capítulo 2, como água encanada e geração de energia elétrica. Também era Antônio que estimulava e organizava os irmãos mais novos e, posteriormente, os sobrinhos na lida do campo. E foi Antônio quem impôs as regras da divisão da herança dos pais.

Segundo Antônio Luís, seu tio Antônio não concordava com a divisão das terras em glebas menores que 20 hectares. Assim, foi feita a divisão, e alguns dos herdeiros — o pai de Antônio Luís e seus tios Antônio, Augustinho e Ito — ficaram com cerca de 26 hectares. Como relatado por Antônio Luís, "para os outros três ou quatro, não ficou nada". Para resolver essa questão, os irmãos se reuniram e compraram novos lotes, garantindo que todos recebessem uma

propriedade com um tamanho considerado, por eles, razoável. Entretanto, embora os entrevistados para este trabalho não tenham descrito essa situação em detalhes, compreendemos que isso gerou um atrito familiar, cujas mágoas que se prolongam até os dias atuais e que gera alguns silenciamentos na família.

O suicídio do patriarca, deixando a esposa e os filhos sozinhos, já seria tragédia suficiente para que a família evitasse revisitar o passado. No entanto, ao analisar o acervo de História Oral do Mecom, encontramos relatos indicando que Luís e Emília, na verdade, haviam tido dez filhos no total. Os relatos dão conta que um dos filhos do casal faleceu tragicamente ao mergulhar em um arroio próximo à casa, batendo a cabeça em uma pedra.

Ao mesmo tempo, a casa de pedra também é um repositório de memórias afetivas que resistem ao tempo. José Luiz (Maneco), no ano de 2005 quando foi entrevistado, expressava preocupação com o estado da casa, que já apresentava sinais de deterioração. No entanto, suas palavras revelam mais do que um lamento pela degradação da estrutura; elas evidenciam o vínculo afetivo com a moradia:

Eu cheguei a morar na casa de pedra. Está com meu cunhado hoje, mas é muito difícil de se manter, porque a parede de pedra e barro é muito falsa, não tem amarração. A madeira começa a ficar velha, no momento que tem uma goteira em cima da parede amolece aquele barro e aquela armação e começa a cair. **Eu até queria uma parte de um pedaço da parede**, isso vai se terminar, são coisas que estão se terminando, aquela (casa) mesmo, está se terminando.

O depoimento de Maneco fala não apenas da fragilidade da construção diante do tempo e da falta de manutenção, mas também de um desejo de preservar, ainda que simbolicamente, um fragmento da casa. Seu relato demonstra um forte vínculo afetivo, pois não é comum que alguém expresse o desejo de guardar, nem que seja, um pedaço de uma parede. Essa constatação remete, novamente, às chamadas "escolhas memoriais" de Candau (2009, p. 47), uma vez que Maneco, ao relembrar a casa, enfatiza o desejo de preservar suas ruínas. Esse desejo de manter um fragmento da casa pode ser lido como um esforço de materializar a memória, impedindo seu apagamento completo.

As histórias vividas na casa são muitas e se entrelaçam entre momentos afetivos, curiosos e marcantes. Quando questionamos o casal Clenderci e Nádia sobre memórias relacionadas à casa de pedra, Clenderci respondeu: “Aí dá o

caderno cheio, né? (risos) Tanto coisas, vamos dizer assim, que foram momentos de festa, como coisas difíceis também." E emendou contando duas histórias. A primeira delas foi o que Clenderci chamou de "a história do porco":

quando eu vim morar aqui, o lado de baixo, do outro lado, ali tinha uma mangueira de arame e tinha os porcos, uma criação de porcos ali. E eles dormiam debaixo do assoalho (da casa de pedra), naquela abertura que tem por lá debaixo, eles entravam para baixo, lá era a cama dos porcos [...] Só que quando desabou aquela primeira parte (da casa de pedra), um porco foi machucado e entrou lá para dentro e morreu lá debaixo, entende? E eles não sabiam dizer... eu era novo, eu não estava nem morando aqui ainda, né? Eu era solteiro, naquela semana do nosso casamento, aconteceu daquele telhado de baixo lá, desabar, lá naquela parte de baixo lá, desabou. E eles não sabiam dizer exatamente quantos porcos tinha, se era oito ou se era sete. E ficou por aquilo. E aí começou a levantar o mau cheiro lá dentro do galpão. E eu entrei lá de baixo, lá por baixo, de lanterna, naquele porão lá, que tem o lado de cima ali de acordo com o terreno Ele morre a zero, né? E na parte de baixo ele tem uma certa altura, por causa do declínio do terreno E o porco morreu lá no fundo, onde tinha uma alturinha assim, ele se enfiou lá pra baixo e lá ele morreu E lá ele estava com mau cheiro, e lá dentro eu tive que entrar rastejando, deitado, rastejando lá por baixo, pra arrastar ele para fora. Quer dizer, foi um momento bastante difícil. Me marcou aquilo ali.

Os presentes na sala se divertiram com a lembrança, dizendo que foi uma prova de amor, uma prova de que o casamento, que aconteceria naquela semana, era mesmo desejado por Clenderci, visto que ele passou pela provação de tirar o animal morto debaixo do assoalho da casa de pedra dos sogros e da noiva.

Clenderci também contou que toda vez que chega em uma das portas da casa lembra de uma situação que viveu ali:

Outra ocasião também que me marcou foi ali naquela parte onde tem a primeira porta [...] Que nós guardávamos a palha, feno, pro gado no inverno. Nós guardávamos sem fardo, sem nada, era tudo solto, no galpão, nós montávamos lá. E as galinhas andavam pelo terreiro e entravam lá. E fizeram um ninho em cima de um monte de palha lá. Lá em cima no alto. E tinha um cachorro, na época, um cachorro que ia lá e comia os ovos. E eu disse: "eu vou te pegar!" Um dia eu vi ele entrando e peguei um relho e fui pra ele, mas ele ficou alto em cima do monte de palha e eu cheguei debaixo e eu ameacei a bater nele e ele se entornou comigo. E eu tive que recuar, eu pensei que eu ia correr o cachorro, e o cachorro me correu. (risos) Eu queria fazer ele ressabiar, pra ele não ir mais, mas eu tive que desistir porque ele estava alto e ele ia se botar em mim. Ele estava lá em cima. Isso aí, quando eu chego naquela porta ali, eu lembro, de mim subindo lá, tentando correr o cachorro e ele... e ele não me respeitou.

As histórias de Clenderci sobre os momentos vividos na casa de pedra, como a difícil tarefa de retirar o porco morto debaixo do assoalho ou sua tentativa frustrada de espantar o cachorro que roubava os ovos, mostram o quanto a casa

está entrelaçada nas memórias afetivas e nas experiências cotidianas da família. Essas lembranças de desafios, também carregam um forte vínculo com a casa, que se torna, para muitos membros da família, mais do que um simples abrigo, mas um símbolo de sua identidade e trajetória de vida.

Esse apego à casa de pedra é perceptível também, em outros membros da família Portantiolo, que manifestam um sentimento de pertencimento e carinho pela casa. Durante conversas com alguns dos pesquisadores do Mecom responsáveis pela criação do museu, um deles nos informou que durante as conversas com as famílias, eles percebiam que a família Portantiolo era, de todas as famílias proprietárias de casas de pedra, aquela que manifestava um discurso de maior apego afetivo à casa. Eles contaram que, na época da criação do museu, no início dos anos 2000, Geruza, filha de Nádia e Clenderci, dizia que tinha intenção de cursar faculdade de Arquitetura e Urbanismo, devido ao seu sentimento de afeto pela casa e desejo de ter conhecimentos para, quem sabe, restaurá-la.

Durante as incursões que fizemos à casa, não tivemos a oportunidade de reencontrar Geruza, pois, embora ainda resida na propriedade, em todas as ocasiões ela estava trabalhando em seu emprego na zona urbana de Pelotas. No entanto, ao perguntarmos a seus pais sobre a possibilidade de recuperar a casa, caso houvesse recursos disponíveis, Clenderci refletiu:

Olha, valer a pena aí já depende do lado, vamos dizer, porque no meu ponto de vista, valer a pena eu entendo, interpreto como que daria algum retorno, né? Que aí vale a pena, mas tranquilamente eu se tivesse, vamos dizer assim, a bala sobrando, se tivesse recursos sobrando, ah, eu não deixava aquilo ali do jeito que tá. Eu ia tentar pelo menos manter o que ainda resta ali.

E Nádia complementou a resposta do marido dizendo: “Ah, pela minha filha também, pela nossa filha também!”

Entretanto, a questão financeira é a grande limitadora desse desejo de recuperação da casa. A família nos relatou alguns problemas de saúde que enfrentaram nos últimos anos e o desejo de recuperar a casa, que era latente no início dos anos 2000, conforme nos relataram os pesquisadores do Mecom, foi sendo silenciado pelas contingências da vida. O casal afirmou várias vezes que havia uma grande vontade de manter a casa íntegra, porém isso só seria possível caso houvesse dinheiro sobrando, “saindo para os lados”, como disse

Clenderci: "Mas é tudo uma questão de recursos, né? Tem que ter sobrando pra sair dos lados, porque se não, não..."

Ao final da entrevista com o casal Nádia e Clenderci, perguntamos quais sentimentos eles tinham ao lembrar dos desabamentos que aconteceram na casa e se eles previam como se sentiriam se desabasse o que ainda resta. Clenderci não conteve as lágrimas e disse: "Olha, eu nesse lado me emociono, porque quando desabou as partes ali, eu não nego, eu chorei. E como vocês podem ver, eu me emociono até hoje." E Nádia demonstrou consternação. Ela disse:

É... A gente fica com pena, porque é uma coisa que está se terminando. Está caindo. Vai chegar um ponto, como eu te falei, tem que tirar aquele escombro dali e aí apaga tudo. **Termina tudo.** Mas faz parte da vida, a gente não teve recurso para restaurar ela, então foi se terminando.

E o casal concluiu repetindo que o limitador para a conservação da casa é a falta de recursos. Clenderci disse: "tendo recurso, sabe, tudo se torna fácil. Tendo o recurso financeiro, a vida é muito fácil de se tocar pra frente. Agora não tendo, você tem que gingar muito. E aí... Aí é difícil."

Esse sentimento de impotência diante da deterioração da casa, somado às memórias dolorosas e aos silenciamentos geracionais, reforça a ideia da Casa Portantiolo como um espaço de ausência. Por um lado, há um desejo de preservação, impulsionado pelo apego afetivo e pela identidade familiar associada à casa; por outro, há a impossibilidade concreta de reverter seu estado de degradação, tornando-a um símbolo do que se perde com o tempo.

Assim, a casa se inscreve em um paradoxo entre presença e ausência, memória e esquecimento, resistência e ruína. Ela segue existindo, materialmente e nas lembranças de seus moradores, mas sua continuidade como espaço habitado (Ingold, 2015) está ameaçada. Como aponta Ricoeur (2007), a memória é sempre uma construção, onde lacunas e silêncios são tão significativos quanto as lembranças preservadas. No caso da Casa Portantiolo, essa dialética se manifesta na tensão entre o desejo de lembrar e a impossibilidade de restaurar, entre o apego à casa e a sua inevitável deterioração.

5.1.3 A casa de pedra como funcionalidade: a Casa Formentin 1

Diferentemente das outras casas de pedra apresentadas – a Casa Casarin, preservada pelo valor simbólico associado à sua funcionalidade, e a Casa Portantiolo, que, apesar do estado de arruinamento, ainda desperta afeto e sentimentos de pertencimento na família –, a Casa Formentin 1 é percebida apenas como uma estrutura utilitária.

Para Soila e Adão Kowalski, atuais proprietários, a casa de pedra trata-se de um galpão funcional, usado para armazenar equipamentos agrícolas, abrigar animais e proteger a produção rural. Embora reconhecida como uma construção antiga e um registro material do período da imigração italiana, a casa não parece despertar nos moradores qualquer sentimento de pertencimento ou memória familiar. A ausência desse vínculo afetivo faz com que sua preservação não seja vista como uma necessidade cultural ou identitária, mas apenas como uma conveniência prática.

Na entrevista realizada para esta pesquisa, o casal Soila e Adão Kowalski expressou uma visão pragmática sobre a casa de pedra. Relataram que, desde que a família adquiriu a propriedade, a estrutura sempre foi utilizada como galpão, sem jamais representar um símbolo de sua história. Descrita pelos moradores como um espaço escuro, úmido e de difícil manutenção, a casa não é percebida como um bem patrimonial, mas como um resquício do passado que permanece de pé apenas por sua utilidade.

A trajetória da Casa Formentin 1 ilustra como a função prática pode assegurar a permanência de uma edificação, mesmo quando o vínculo afetivo com a construção se desfaz. Desde que a propriedade foi adquirida pela família, a casa passou por diversas modificações estruturais, todas voltadas para atender às necessidades da produção agrícola. Entre as mudanças realizadas, destacam-se a abertura de um grande vão na parede para permitir a entrada de um trator, a substituição parcial do telhado por telhas metálicas, a alteração na volumetria do telhado para facilitar a sua reforma e o fechamento de antigas janelas com alvenaria de tijolos. Essas intervenções revelam que as reformas realizadas na casa não têm como objetivo a preservação de seu valor

patrimonial, mas sim a adequação da edificação às exigências funcionais da propriedade.

Apesar de ainda cumprir uma função prática, a casa de pedra é vista pelos proprietários como um possível obstáculo à organização da propriedade. Durante a entrevista, Adão mencionou que já considerou a demolição da casa para dar lugar a uma estrutura mais adequada às suas necessidades. Um dos fatores que motivam essa possibilidade é a dificuldade de manutenção da edificação, agravada pelo problema da infestação de ratos, que os moradores associam às pedras da construção. O casal também mencionou suspeitar que a morte do pai de Soila tenha sido causada pelos ratos da casa, já que ele havia limpado a edificação pouco antes de contrair leptospirose, falecendo em consequência da doença. Como podemos perceber na fala dos dois:

Adão: "Eu já pensei em derrubar isso."
 Soila: "Se nós fôssemos novos, [...] ia desmanchar, botar isso abaixo.
 Isso tem muito rato."
 Adão: "Isso cria rato aí no meio dessas pedras, que é uma loucura."
 Soila: "É, isso tem muito rato."
 Adão: "Tem que tá sempre botando veneno."
 Soila: "Meu pai morreu da doença do rato."
 Entrevistadora: "Ah, é? Da leptospirose?"
 Soila: "É. Foi o primeiro que apareceu. O doutor não se deu de conta. Quando deu, quando a doutora viu, não adiantou mais. [...] Mas o pai não sabe se ele pegou aqui (na casa de pedra), que ele tinha feito a limpeza no galpão, ou se ele tinha ido pescar. Porque o pai pegou a bactéria e disse que só pode ter pisado em cima."
 Adão: "Mas lá (na pescaria) nós fomos pegar também. Estávamos entre, acho que, seis ou sete. Onde um passava, o outro passava também."

O diálogo revela um elemento emocional negativo ligado à experiência da doença e da morte. A casa, longe de ser um espaço de memória afetiva, passa a ser percebida como um risco para a família.

A situação da Casa Formentin 1 reflete um padrão recorrente na Colônia Maciel: quando a memória afetiva de uma edificação se desvanece, sua preservação torna-se cada vez mais difícil. Sem um significado simbólico compartilhado, essas casas tendem a desaparecer, sendo gradualmente substituídas por construções mais funcionais. Ingold (2015) sugere que o habitar é um processo vivo, e quando um espaço deixa de se integrar ao cotidiano das pessoas, ele se torna descartável. No caso da Casa Formentin 1, sua permanência depende exclusivamente de sua funcionalidade. Se algum dia a casa perder sua utilidade, a demolição será uma decisão natural para os

proprietários, pois ela não está ligada à memória afetiva da família. Esse caso levanta uma questão crucial para o estudo da arquitetura vernacular na Colônia Maciel: até que ponto a preservação dessas casas pode ser garantida sem um discurso patrimonial que lhes atribua um significado que vá além do uso prático?

5.1.4 A casa de pedra como vestígio: a Casa Formentin 2

A Casa Formentin 2, construída no final do século XIX por Pedro e José Formentin, passou por diversos proprietários desde a sua construção até os dias atuais e ela passou, também, por um processo de transformação do seu uso e do seu significado ao longo do tempo. No passado, a casa foi o centro da propriedade e desempenhou um papel fundamental na vida dos moradores, mas, com o passar do tempo, perdeu sua função original. Passou de moradia a galpão, até ser completamente abandonada.

Atualmente, a casa já não tem mais utilidade prática para os membros da família, que não a utilizam nas atividades agrícolas e não mantêm vínculos afetivos com ela. A falta de interesse na preservação ou no uso da casa reflete a mudança nas dinâmicas familiares e na função da propriedade, que deixou de ser voltada para a produção agrícola.

No momento em que realizamos este estudo, a Casa Formentin 2 se encontrava em um estado avançado de deterioração. O telhado desabou e a estrutura estava comprometida pela ação de cupins, tornando a casa um exemplo claro de abandono e de perda de utilidade. Mesmo sem a presença de vínculos afetivos ou de uso prático, a casa persiste como um vestígio do passado. Sua estrutura em ruínas ainda carrega os rastros da história da família Formentin e da imigração italiana para a Colônia Maciel, mas sem a mesma vitalidade e significado que tinha quando era o centro da propriedade. E sua ruína completa aparenta ser iminente.

5.1.5 A casa de pedra como desaparecimento: a Casa Zóia (Zoglia)

No capítulo 2, *Documentação da Arquitetura*, mencionamos a Casa Zóia (Zoglia) de forma breve, devido às restrições de acesso à propriedade encontradas ao longo do desenvolvimento do trabalho. Conseguimos obter apenas algumas informações básicas sobre a casa, o que nos impediu de

aprofundar sua análise como fizemos com as demais construções nos capítulos 3 e 4. No entanto, acreditamos ser fundamental manter essa casa na discussão, seja pela sua possível patrimonialidade e seu papel na preservação de memórias e pertencimentos, seja, por outro lado, pela ausência desses vínculos e pela sua eventual descaracterização como patrimônio.

Se a Casa Formentin 2 ainda se mantém visível, embora em avançado estado de deterioração, a Casa Zoglia segue um destino ainda mais silencioso e irreversível. Não há mais moradores na propriedade, e os herdeiros arrendam as terras para o cultivo de soja. A casa, já em ruínas, está cercada por plantações que avançam até as suas próprias paredes, apagando lentamente sua presença física.

Nesse contexto, a Casa Zoglia se torna um espaço do esquecimento, existindo apenas nas memórias fragmentadas da comunidade e nos registros produzidos na primeira década dos anos 2000 – como o trabalho de Bassi (2008), de Panis e Oliveira (2008) e o acervo de História Oral do Mecom. A impossibilidade de acesso direto à propriedade nesta pesquisa inviabilizou um estudo aprofundado, tornando-a um exemplo de como o abandono pode levar não apenas à degradação material, mas também ao desaparecimento simbólico.

Na Casa Formentin 2 e na Casa Zoglia, memória e esquecimento operam de maneiras distintas, mas ambas refletem o processo de transformação do passado no presente. A materialidade dos patrimônios não se limita a ser um suporte passivo da memória, mas age como mediadora das relações entre sujeitos e espaços (Gonçalves et al., 2013). À medida que a materialidade dessas construções se desconecta de seus significados, elas deixam de ser espaços habitados para se tornarem vestígios ou ausências.

Nesse sentido, tanto a Casa Formentin 2 quanto a Casa Zoglia se convertem em marcos de um tempo em dissolução, revelando como o abandono e o esquecimento, como a ausência de uso e de laços afetivos esvazia esses espaços de ressonância e funcionalidade, evidenciando um deslocamento de sua condição material para um estatuto de ruína, onde o passado persiste, mas sem ancoragem na vida cotidiana. À medida que a materialidade dessas construções se desconecta de seus significados, elas deixam de ser espaços habitados para se tornarem vestígios ou ausências.

5.2 Memórias comunitárias e o esquecimento das casas

As casas de pedra da Colônia Maciel desempenharam, por muito tempo, um papel significativo na memória coletiva da comunidade local, refletindo a história e a identidade das famílias imigrantes italianas. No início dos anos 2000, entrevistas com moradores da região demonstravam que essas edificações eram frequentemente lembradas com um tom nostálgico e percebidas como marcos na paisagem e no passado da região. Essas lembranças estavam profundamente enraizadas no imaginário coletivo, refletindo a importância das casas na construção da identidade local.

No entanto, ao retornar à comunidade nos anos 2020, observamos uma mudança drástica na maneira como as pessoas falam sobre essas construções. Se, no início dos anos 2000, as casas de pedra eram reconhecidas e evocadas com frequência, duas décadas depois elas passaram a ser pouco mencionadas e, muitas vezes, com incerteza. Esse distanciamento demonstra um processo de apagamento gradual dessas edificações na memória coletiva da comunidade, possivelmente influenciado por mudanças no modo de vida rural, transformações econômicas e pela diminuição das interações entre as famílias.

Para compreender essa mudança, dividimos esta seção em três partes. Primeiramente, analisamos a presença das casas no imaginário coletivo no passado, com base nas entrevistas conduzidas pelo Mecom. Em seguida, apresentamos as observações feitas durante nossas incursões cartográficas na região, destacando a atual desconexão da comunidade com essas edificações. Por fim, discutimos esse processo a partir das teorias de Candau, Halbwachs e Gonçalves, refletindo sobre os mecanismos da memória e do esquecimento.

5.2.1 As casas no imaginário coletivo: lembranças do passado

Consultamos o acervo de História Oral do Mecom com o objetivo de compreender como as casas de pedra eram percebidas pela comunidade no período em que as entrevistas foram realizadas, nos anos de 2000 e 2005. Esse acervo, composto por 35 entrevistas, aborda uma diversidade de temas, conforme já mencionado anteriormente. Nosso interesse recaiu sobre aspectos relacionados às técnicas construtivas utilizadas, aos critérios de seleção dos

materiais de construção e ao processo de edificação e manutenção dessas primeiras moradias. Esses temas foram abordados, com maior ou menor profundidade, em 21 das 35 entrevistas analisadas.

A fim de refinar nossa análise, direcionamos nosso olhar para as casas de pedra, identificando que 13 dos 35 entrevistados as mencionaram em diferentes níveis de detalhamento. Foram essas entrevistas que nos conduziram às casas estudadas nesta pesquisa, e as descrições fornecidas pelos entrevistados foram fundamentais para localizá-las e analisá-las *in loco*. Além disso, essas narrativas enriqueceram o conteúdo deste estudo, complementando as análises feitas a partir de outros dados coletados.

A maioria das pessoas que mencionou as casas, na época das entrevistas, fazia referência a familiares que possuíam essas construções ou a vizinhos que as tinham. Esses relatos frequentemente abordavam as técnicas construtivas empregadas, além de compartilhar histórias diversas vinculadas às moradias. Alguns relatos foram apresentados anteriormente; daqueles que não foram ainda citados, destacamos alguns que apresentaremos a seguir.

José Luís Portantiolo (Maneco) contou uma história trágica vinculada à Casa Formentin 2, quando estava contando sobre a construção de uma ponte que, de acordo com ele, é possível de ser avistada da casa da sua irmã (a casa Portantiolo). Ele iniciou contando que os trabalhadores que construíram essa ponte iam na sua casa (a Casa Portantiolo) para pedir laranjas. Quando questionado sobre quem eram esses construtores ele respondeu: “Era o batalhão ferroviário, dizem que vinha batalhão de São Paulo, e de outras regiões. Até dava muita criminalidade, eram muitos assassinos, assassinatos, rivalidades”. E quanto indagado sobre conhecer alguma dessas histórias, ele contou uma história relacionada à Casa Formentin 2:

O pessoal conta que ali no Pedro Grupelli tinha um na cadeira do barbeiro, aqui em baixo tem a casinha de pedra, que está em pé até hoje, o galpão, diz que o cara estava no barbeiro cortando o cabelo quando chegou um outro com revólver e descarregou nele sentado por trás. Que brutalidade!

Contudo, outros relatos informais indicam que o assassinato não teria ocorrido na casa de pedra, mas sim em outra edificação da propriedade. Embora

haja diferentes versões sobre esse episódio, não conseguimos confirmar detalhes que se apresentam diferentes em cada narrativa.

João Casarin, no ano de 2000, quando questionado sobre quais famílias construíram casas de pedra e como eles construíam, disse:

O Giusto Casarin fez, o Zóia fez, os filhos dele, Otilio e o José Zóia fizeram casa de pedra, a do Otilio ainda resta alguma coisa, o Bortollo fez e ainda tem uns pedaços dela por lá, os Francone eu não sei, Aldrighi não fizeram, os Formentin fizeram no Rincão da Caneleira, os Cavallin fizeram, o Dôro morava aonde mora o Pedro Grupelli, não tenho certeza. Eles construíram cavando pedra na lavoura, nos lugares aonde tinha rochas eles iam com alavancas forçando o picão, e depois levantavam tudo com barro.

João Casarin foi um interlocutor fundamental para a consolidação do Museu Comunitário da Colônia Maciel (Mecom). Há registros de três entrevistas realizadas com ele, em dois momentos diferentes: inicialmente no ano de 2000 e, posteriormente, em 2005. Nessas entrevistas, Casarin abordou uma ampla gama de assuntos e demonstrou vasto conhecimento sobre as histórias da região. Além disso, há muitas fotografias dele e os pesquisadores do Mecom relatam que ele foi responsável por apresentar grande parte das famílias ao grupo que chegava àquela região para a pesquisa.

Sob a perspectiva de Hugues de Varine (2012), pode-se compreender João Casarin como um importante mediador do patrimônio da Colônia Maciel. Varine (2012) enfatiza que o patrimônio deve ser apropriado e dinamizado pela própria comunidade, sendo os indivíduos locais fundamentais na transmissão, valorização e preservação dos bens culturais. João Casarin desempenhou um papel essencial nesse sentido, não apenas ao auxiliar os pesquisadores do Mecom na constituição do acervo de fotografias, História Oral e objetos, mas também ao incentivar seus vizinhos a preservarem seus bens dotados de patrimonialidade.

Seu compromisso com a salvaguarda do patrimônio local se revela nos relatos de moradores, como o de dona Soila Rodrigues Kowalski, que, em uma das nossas visitas à sua casa, afirmou:

O João Casarin vinha muito aqui, ele vinha pra trazer o pessoal da universidade, uns alunos pra ver a casa e ele nos dizia que a gente não podia tirar aquelas telhas, porque essa casa era importante e aquelas telhas eram as originais. Mas não tinha como deixar, tinha muita goteira.

Esse depoimento reflete a forma como João Casarin sensibilizava os moradores sobre a importância da preservação do patrimônio, reforçando o conceito de que certos elementos materiais, como nesse exemplo, as telhas, carregam consigo um valor simbólico que ultrapassa a funcionalidade e transmitindo às famílias a importância do seu patrimônio, sensibilizando-as sobre a relevância histórica e cultural dos bens materiais e imateriais da comunidade.

Dessa forma, João Casarin pode ser entendido como um exemplo prático da participação ativa da comunidade na gestão do patrimônio, conforme defendido por Varine (2012). Ele atuou como um elo entre o patrimônio e a comunidade, promovendo a consciência sobre a importância da preservação e contribuindo para a memória coletiva da Colônia Maciel. Sua participação ativa na transmissão de conhecimento e na mediação entre pesquisadores e moradores reafirma a ideia de que o patrimônio não pertence apenas às instituições formais, mas é, antes de tudo, um elemento vivo e socialmente construído.

João Casarin, no ano de 2005, narrou algumas histórias de “assombração” que aconteceram na casa de pedra da família Zoglia (Zóia), mas sem muitos detalhes, porque, nas palavras que ele usou: ele só contava o que tinham contado pra ele. Ele, começou a contar, mas interrompeu, dizendo haver coisas que era melhor não mexer.

João contou que diziam que, certa vez, na Casa Zóia, uma calça passou sozinha por baixo de uma porta fechada. Apenas a calça, movendo-se sem que ninguém a empurrasse. Dentro da casa, o balão da lenha começou a se arrastar pelo chão, como se algo invisível o estivesse puxando. Ele contou que a pessoa que estava presente naquele dia, ao testemunhar aquilo, saiu correndo, sem querer voltar.

João também se lembrava de que, nas proximidades, o “reverendo Ivo Dutra” já havia investigado outros fenômenos estranhos. Próximo à casa, na lavoura, relatavam um evento inexplicável: enquanto os colonos trabalhavam na terra, viram pedaços de raízes e tocos de madeira começarem a voar pelo ar, vindo em suas direções. Mas não havia ninguém ali. A lavoura estava limpa, o dia estava tranquilo, e, no entanto, os objetos pareciam se mover por vontade própria.

Essas histórias de assombração e fenômenos inexplicáveis revelam um aspecto da cultura local que se entrelaça com as casas de pedra, conferindo a elas uma aura mítica e simbólica. João também mencionou outros relatos, como o de Antônio Aldrighi, vizinho da família Zóia, que descreveu uma criatura misteriosa que se movia pelo forro da casa e pelos muros à noite.

Antônio Aldrighi foi entrevistado pelo Mecom e contou essa lenda em detalhes. Vamos compartilhar a transcrição para manter todas as nuances da narrativa conforme o original:

Antônio: O falecido meu pai sempre contava, ele de noite ia visitar o vizinho que morava aqui perto, o Otílio Zóia a mulher dele faleceu, então meu pai foi visitar ele, dar uma chegada até uma hora, duas horas da noite, mas não muito tarde, e ia embora. E então o falecido Otílio dizia: “- Cesário – o nome do meu pai era Cesário – tu sabe que eu vou me casar de novo?”.

Ah, meu Deus, diz que foi um... Quando disse aquilo, na porta da frente, como aqui, como nós tamo sentado aqui, a porta ali, a casa dele é quase igual. Mas deu um estouro na porta, parecia que tinha atirado uma baita pedra. E o pai ficou quieto, e o falecido seu Otílio olhou pra ele e disse: “- E agora o que que nós vamos fazer?”

Ué, e o pai disse:

“- Os teus cachorros ali, vai na porta e chama os cachorros pro lado de dentro, pra rua ali, mas não abre a porta.”

Depois que chamou os cachorros, vieram correndo na porta pro lado de fora [...], aí abriu a porta, olhava no chão, olhava pro lado, não viram nada, nada, nada... Se alguém tinha atirado alguma pedra, não tinha nada. E aí começou...

Aí depois vinha um bicho de noite, era um gato, ele se fazia assim de... Uma vez era um gato, outra vez não sei o que que ele era. Às vezes saia com um couro de arrasto assim em cima do periglio[?], no chão, um couro de arrasto, seco, e puxava aquilo ali, fazia um barulho, e ia embora, e miava, mas dava cada miada, barbaridade!

E era um gato, mas era um bicho grande. O falecido Otílio pegou a arma e atirou nele, mas que vai matar, não mata nada, e ele ia embora, e sempre assim, uns quantos tempo. Bom, aí o falecido Otílio veio aqui e falou com meu pai:

- Escuta aqui, tu conhece tal homem assim, e assim, que sabe benzer?
– ele morava em Morro Redondo – tu conhece ele bem? Tu quer ir lá falar com ele e contar o causo?”

E o pai diz:

“- Não, se tu quer eu vou mesmo.”

Então um dia o pai chegou, e aí o pai foi lá falar com esse homem.

“- Olha – disse – isto aí é a falecida, que faz isso tudo, é a falecida.”

Porque os filhos eram pequenos e ele deu, deu pra cuidar, que tinha a criança mais pequena, acho que tinha poucos meses, deu pro tio Eugênio Pegoraro, que é meu tio, esse era imigrante mesmo, também veio da Europa. Com nove mês, e aí deu pra ele.

“- Olha, diz assim pra ele, que ele agarre os filhos todos e traga pra casa, não deixa na casa dos outros, é a falecida que não quer, e diga pra ele mandar rezar uma missa e acender uma vela, que isso aí tudo passa, tudo isso termina.”

Ele fez e pronto, mas depois de muito tempo, aquele gato...

Entrevistador: Pegou os filhos de volta?

Antônio: Eu acho que sei lá, que bicho era aquilo lá, pra mim era o diabo. [risos]. Se existe...

Entrevistador: Isso na casa do Zóia ali?

Antônio: Isso, isso. [...] E esse gato caminhava em cima do muro de pedra longe, uns vinte metros mais ou menos, mais, caminhava pra lá e pra cá e “miauuuuuu” ... [risos]

Entrevistador: Mas esse senhor acabou casando de novo?

Antônio: Casou. O falecido Otílio era de coragem, ele não tinha medo, ficava sozinho em casa, de noite. E caminhava em cima do forro, e batia e fazia isso e fazia aquilo e miava...

Esses relatos destacam a relação simbólica que as pessoas têm com essas construções, associando-as a eventos sobrenaturais e a um imaginário coletivo que transcende a simples função habitacional. A história culmina com a sugestão de que a casa de pedra de Zóia estava imbuída de um poder sobrenatural, o que reflete como as memórias e as histórias locais atribuem significados espirituais e culturais a esses espaços. O próprio fenômeno de "assombração" pode ser visto como uma metáfora da resistência da casa, que persistia na memória coletiva, mesmo quando fisicamente deteriorada.

Ao final da fala de Antônio Aldrighi, tanto o entrevistador quanto o entrevistado comentaram sobre a Casa Zóia, destacando seu porte imponente e o fato de ser a maior da região. No entanto, observavam que, com o passar do tempo, ela estava se deteriorando. Nesse momento, a esposa de Aldrighi, que não foi nomeada nos arquivos disponíveis, interveio, questionando: “Aquilo não tem como recuperar?”. O entrevistador, então, sugeriu que o ideal seria desenvolver um projeto que contemplasse a proteção e recuperação de todas as casas da região. Demonstrando familiaridade com o tema, a senhora respondeu: “Mas quando tem patrimônio histórico, tem essas coisas aí pra ajudar...”, provavelmente se referindo às instituições responsáveis por fomentar projetos de restauração e preservação, como o Iphan e o Ipaae. Ela continuou sua fala, sugerindo uma abordagem mais prática: “Tinha que conversar com todos os proprietários, ver se teriam interesse e fazer um projeto, pois [as casas de pedra] estão se terminando por falta de manutenção.”

5.2.2 A desconexão da comunidade com as casas de pedra

Cerca de 20 anos após as primeiras entrevistas do Mecom, retornamos à comunidade para documentar as casas de pedra e os discursos que as

envolvem. A maioria das construções, agora, apresenta um estado de deterioração mais avançado, com exceção da Casa Casarin, que passou por um processo de reforma e renovação. Assim como as casas se degradaram ao longo do tempo, os discursos sobre elas também parecem ter se esvaziado, corroídos pelo esquecimento e pela falta de conexão da comunidade com esse patrimônio.

A desconexão da comunidade com as casas de pedra da Colônia Maciel emerge ao longo da pesquisa e se evidencia nas interações cotidianas com os moradores da região. Embora essas construções, erguidas por imigrantes italianos no final do século XIX, possuam inegável valor histórico, elas não estão plenamente integradas ao imaginário coletivo local. As conversas com os habitantes revelam que, para muitos, essas casas são elementos distantes e esquecidos, enquanto outros sequer as reconhecem como parte da história da região.

Buscando compreender essa relação, conversamos com diversos moradores, incluindo os proprietários do Armazém Grupelli, cuja propriedade tem forte vínculo com a localidade. No entanto, ao serem questionados sobre as casas de pedra, desviaram o foco para sua própria propriedade, que de fato possui relevância patrimonial. Sobre as casas de pedra, limitaram-se a mencionar que, certa vez, receberam uma família interessada em visitar uma delas, mas não souberam indicar sua localização e afirmaram sequer ter certeza se essa casa ainda existe.

Esse tipo de resposta nos mostra o distanciamento entre a comunidade e essas edificações. Para muitos, as casas de pedra pertencem a um passado remoto, sem conexão direta com o presente ou com sua identidade. Seu valor histórico, embora reconhecido por alguns, não se traduz em um vínculo afetivo ou em um senso de pertencimento coletivo. Mesmo entre aqueles que têm alguma noção de sua existência, a percepção parece difusa e imprecisa.

A desconexão também ficou evidente durante a reinauguração do Museu Grupelli, quando a localidade sediou uma festa que reuniu muitos moradores da região. Nessa ocasião, abordamos diversas pessoas com a mesmas perguntas: “Estamos pesquisando a arquitetura dos imigrantes italianos na Colônia Maciel. Conheces alguma casa construída por essas pessoas?

Conheces alguma casa de pedra?" Surpreendentemente, não obtivemos nenhuma resposta positiva. Algumas pessoas responderam de maneira breve e não demonstraram interesse em seguir a conversa, enquanto outras afirmaram não conhecer casas de pedra, mas mencionaram outras construções. Entre as mais citadas estavam um moinho próximo ao túnel do trem abandonado, evidenciando que outros marcos da paisagem local permanecem mais presentes na memória coletiva do que as casas de pedra.

Essa desconexão também se manifestou em conversas na Escola Garibaldi, onde falamos com alguns professores e com a diretora. Quando perguntados sobre as casas de pedra, muitos mencionaram outras edificações, algumas pertencentes a seus antepassados, mas sem relação direta com a imigração italiana ou com as técnicas construtivas que investigávamos. Poucos mencionaram as casas de pedra propriamente ditas e, quando o fizeram, suas respostas eram frequentemente vagas, com incertezas sobre sua localização ou sobre sua conservação. As respostas seguiam uma estrutura comum: "lembro que falavam que o 'fulano' tinha uma casa, mas não sei se ainda existe. Eu nunca vi". Algumas pessoas indicaram a Vinícola João Bento, enfatizando que a casa reformada no local valia a visita, enquanto outras mencionaram a antiga residência de Pedro Grupelli, mas sem saber se ainda existia ou onde, exatamente, se localizava.

Nessa visita à escola, participamos de uma palestra oferecida pelos pesquisadores José Paulo Brahm e Maurício André Maschke Pinheiro, onde eles apresentaram o Museu Grupelli e algumas peças do seu acervo aos alunos a crianças na faixa etária dos oito aos doze anos. Observamos as reações e as manifestações das crianças que se mostraram muito interessadas em comentar cada um dos objetos que os pesquisadores mostravam. Os comentários eram de dois tipos: contar que na casa deles ou dos avós deles também tinha os mesmos objetos que os pesquisadores mostravam ou falar de outros objetos que eles também consideravam antigos e interessantes de estarem no museu, objetos que eles tinham em casa.

Além disso, chamou nossa atenção o fato de que dentre as crianças que se manifestaram, nenhuma disse conhecer o museu. Algumas falavam que

moravam próximas “àquele prédio” – que elas chamavam assim, por sequer saberem que lá era um museu –, mas que nunca o tinham visitado.

Refletimos sobre isso e sobre a fala do senhor João Bento, que demonstrou certo desconforto ao ser perguntado se, em sua opinião, a comunidade valorizava a casa de pedra. João Bento relatou que percebe pouca valorização por parte dos colonos, mencionando que os vizinhos raramente frequentam seu empreendimento. Atribuiu esse distanciamento ao fato de que já estão acostumados com a presença da casa — convivem com ela e a veem diariamente. Em contrapartida, afirmou que “o povo de Pelotas”, da zona urbana, demonstra grande interesse: recebe muitos visitantes, que tiram fotos, fazem elogios e demonstram admiração.

Dois fatores podem ajudar a compreender esse aparente desinteresse por parte da comunidade local. O primeiro é a baixa visibilidade dessas construções no cotidiano atual: em muitos casos, elas não estão mais situadas em locais de passagem ou em rotas de circulação, o que reduz seu contato com os habitantes. O segundo é a mudança geracional, que transforma os vínculos afetivos e altera o reconhecimento das referências materiais e simbólicas do passado.

O esquecimento — ou mesmo o desconhecimento — dessas casas parece também estar associado à ausência de estratégias eficazes de preservação e valorização. Esse descaso não se restringe às casas de pedra, mas se reflete também em outros patrimônios locais, como no caso do Museu Grupelli. O cenário aponta para a necessidade de ações que revitalizem o debate sobre o patrimônio na região, integrando essas construções ao repertório identitário da comunidade e garantindo sua continuidade.

5.2.3 Casas de pedra entre ressonância e fragmentação

As casas de pedra da Colônia Maciel desempenharam, por muito tempo, um papel significativo na memória coletiva da comunidade local, refletindo a história e a identidade das famílias imigrantes italianas. No início dos anos 2000, entrevistas com moradores revelaram que essas edificações eram frequentemente mencionadas com um tom de nostalgia, sendo percebidas como

marcos na paisagem e na história da região. Essas lembranças estavam enraizadas no imaginário coletivo, reforçando a identidade local.

Entretanto, ao retornar à comunidade nos anos 2020, observamos uma mudança na percepção dessas construções. Se as casas de pedra, antes, eram frequentemente evocadas, duas décadas depois passaram a ser pouco mencionadas, muitas vezes com incerteza. Esse distanciamento reflete um processo gradual de apagamento dessas edificações na memória coletiva.

Esse fenômeno pode ser compreendido a partir da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs (2006), que afirma que a memória coletiva é sustentada por meio das interações sociais. Quando um grupo deixa de se referir a um espaço ou elemento significativo, como as casas de pedra, esses elementos começam a desaparecer do imaginário coletivo. Halbwachs observa que:

O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras. [...] Todavia, o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos (Halbwachs, 2006, p.133).

Halbwachs afirma que a permanência e a constância dos objetos materiais com os quais estamos em contato diário nos oferecem uma imagem de permanência e estabilidade que nos garantem uma sensação de ordem e quietude, apesar da agitação e das mudanças diárias pelas quais somos submetidos. Entretanto, as casas de pedra estão espalhadas pelo território, em locais em que não são vistas pelas pessoas que circulam pelas vias públicas, portanto, não compõem a paisagem frequente de quem circula por aquele território.

Outro fator relevante é a mudança nas dinâmicas sociais e no modo de vida rural. Relatos indicam que "antigamente" os vizinhos se visitavam com maior frequência. Com o avanço das tecnologias, especialmente da internet, as interações presenciais diminuíram, enfraquecendo algumas práticas comunitárias. Um exemplo disso é a transição das celebrações familiares, como casamentos, das casas para salões de festa paroquiais. Antes realizadas no ambiente doméstico, essas festividades reforçavam os laços comunitários e a conexão com as casas de pedra. Com a migração dos eventos para espaços

coletivos, os vizinhos deixaram de frequentar as residências uns dos outros, reduzindo o contato visual com essas construções. Como resultado, muitos jovens nunca chegaram a conhecê-las pessoalmente, eventualmente sabendo delas apenas por meio de relatos orais.

Halbwachs (2006) argumenta que o esquecimento não é apenas uma falha da memória individual, mas um processo social. Se a comunidade não conversa mais sobre as casas, e se novas gerações não reforçam essas memórias, elas tendem a desaparecer. Esse esquecimento resulta da fragmentação da memória coletiva: à medida que os descendentes dos imigrantes italianos se dispersam e novos modos de vida são adotados, a conexão com essas construções se enfraquece.

A relação entre memória coletiva e espaço material é essencial para compreender esse fenômeno. Halbwachs (2006, pp.133-134) destaca que

Certamente, os acontecimentos excepcionais também têm lugar neste quadro espacial [...] um acontecimento realmente grave sempre causa uma mudança nas relações do grupo com o lugar, seja porque modifique o grupo em sua extensão, por exemplo, uma morte, ou um casamento, seja porque modifique o lugar, quer a família enriqueça ou empobreça, quer o chefe da família seja convocado para um outro posto ou passe a ter outra ocupação. A partir desse momento, não será mais exatamente o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva; mas, ao mesmo tempo, o ambiente material não mais será o mesmo.

Esse princípio pode ser aplicado à Colônia Maciel, onde as casas de pedra não apenas abrigavam o cotidiano das famílias, mas também serviam de palco para eventos como festas e encontros. Com a mudança das práticas sociais, o vínculo simbólico com as residências foi se enfraquecendo.

Paralelamente, algumas dessas casas estão associadas a narrativas de assassinatos, suicídios e assombrações, o que demonstra como eventos trágicos podem redefinir o significado de um espaço na memória comunitária. Essas histórias, por vezes preservadas na tradição oral, reforçam o impacto emocional desses lugares, mas também podem contribuir para sua marginalização e esquecimento, à medida que o medo ou o afastamento simbólico afastam as novas gerações dessas construções.

Para ampliar a compreensão do esquecimento das casas de pedra na Colônia Maciel, consideramos interessante recorrer às reflexões de Gonçalves (2005) sobre patrimônio cultural. O autor enfatiza que o patrimônio não é apenas

um conjunto de bens materiais preservados no tempo, mas sim um conceito dinâmico, profundamente enraizado nas relações sociais e na memória coletiva. Como um “fato social total”, o patrimônio só se mantém vivo se ressoar com a comunidade que o reivindica. No caso da Colônia Maciel, a perda progressiva dessa ressonância nos mostra a mudança nas práticas sociais que sustentavam a identidade local.

A desconexão observada na comunidade reforça a ideia de que o patrimônio cultural não é um dado fixo, mas um processo social em constante negociação. Gonçalves (2005) argumenta que o patrimônio só existe quando há subjetividade e engajamento coletivo para reconhecê-lo como tal. O afastamento dos moradores em relação às casas de pedra sugere que esses espaços perderam seu papel de mediadores da memória, tornando-se elementos isolados no território. A ausência de interações cotidianas com essas edificações fez com que sua materialidade, antes carregada de significados, fosse reduzida à ruína, sem encontrar eco na identidade contemporânea da comunidade.

Além disso, Gonçalves (2005) aponta que o patrimônio é atravessado por disputas entre diferentes formas de apropriação e reconhecimento. Enquanto instituições e agentes externos, como pesquisadores e visitantes urbanos, valorizam as casas de pedra como marcos históricos, a população local parece não atribuir o mesmo significado a elas. Esse fenômeno reflete uma tensão comum no campo da patrimonialização: o que é considerado valioso para a memória oficial pode não ter o mesmo peso para aqueles que vivem cotidianamente com esses bens culturais. Assim, a tentativa de revitalizar a importância das casas de pedra deve partir de estratégias que as reintegrem ao cotidiano da comunidade, estabelecendo novas formas de ressonância e significação.

Dessa forma, o estudo das casas de pedra da Colônia Maciel permite refletir sobre o próprio conceito de patrimônio e sua dependência das dinâmicas sociais. Como destaca Gonçalves (2005), a patrimonialização não é apenas uma questão de conservação material, mas de continuidade simbólica. Para que as casas de pedra não desapareçam da memória coletiva, é necessário que elas voltem a desempenhar um papel ativo na vida social da comunidade. Seja por meio de práticas culturais, da educação patrimonial ou de novas formas de

apropriação coletiva, a manutenção desse patrimônio depende, acima de tudo, da capacidade de fazê-lo ressoar com aqueles que o habitam e o reconhecem como parte de sua história.

5.3 Arquitetura vernacular e seus desafios na patrimonialização

A partir das discussões desenvolvidas até aqui, surge uma questão central: se, em tempos passados, as casas de pedra da Colônia Maciel eram reconhecidas como portadoras de valor patrimonial e, ainda hoje, essa percepção persiste entre alguns grupos, caberia às instituições responsáveis reconsiderar a possibilidade de sua patrimonialização oficial? Se sim, quais mecanismos poderiam ser mobilizados para viabilizá-la? Nesta seção não pretendemos propor diretrizes, mas sim uma discussão sobre os instrumentos disponíveis e sua aplicabilidade às casas de pedra.

Segundo Poulot (2009), a patrimonialização corresponde a um processo formal de reconhecimento e proteção de um bem cultural, conduzido por instituições oficiais, como órgãos governamentais e entidades de preservação. Esse processo, que frequentemente culmina em tombamentos ou inventários, baseia-se em critérios objetivos para definir o que deve ser preservado. No Brasil, a patrimonialização é realizada por instituições como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), por órgãos estaduais, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (Iphae), e também por órgãos municipais, como a Prefeitura de Pelotas, que atua, nesse caso, por meio do III Plano Diretor. Além disso, a Lei Municipal nº 4.568 (Pelotas, 2000), vigente no município, estabelece as Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPCs), delimitando áreas protegidas e definindo critérios e procedimentos para intervenções e para a conservação do patrimônio cultural local.

Em contrapartida, a patrimonialidade refere-se à dimensão subjetiva e simbólica do patrimônio, ou seja, à forma como determinados bens são percebidos como significativos por diferentes grupos sociais. Como destaca Gonçalves (2005), a patrimonialidade de um bem não reside apenas em sua materialidade, mas, sobretudo, em sua capacidade de mobilizar memórias, afetos e identidades coletivas. Dessa forma, nem todo bem que possui

patrimonialidade passa pelo processo formal de patrimonialização e, inversamente, nem todo bem patrimonializado encontra forte ressonância na comunidade.

No caso das casas de pedra da Colônia Maciel, sua patrimonialidade se manifesta para algumas famílias que as preservam e para descendentes de imigrantes italianos que as reconhecem como parte de sua história. No entanto, essas construções, apesar da sua importância histórica e identitária, nunca foram objeto de patrimonialização oficial e, com o tempo, sua ressonância na memória coletiva tem se enfraquecido. Isso levanta alguns questionamentos sobre os desafios e limitações dos modelos tradicionais de reconhecimento patrimonial, especialmente no que se refere à arquitetura vernacular, que, por sua natureza, não se adequa facilmente aos critérios rígidos dos processos de tombamento e inventário.

A arquitetura vernacular é caracterizada por construções que emergem das condições locais, utilizando materiais disponíveis e respondendo às necessidades da comunidade. Diferentemente da arquitetura erudita ou monumental, essas edificações não seguem um projeto fixo, sendo constantemente adaptadas e transformadas. Esse caráter dinâmico apresenta desafios para os modelos tradicionais de patrimonialização, que tendem a privilegiar a conservação rígida e a fixação de critérios de autenticidade e integridade do bem.

Laurajane Smith (2009) critica a abordagem institucionalizada predominante na patrimonialização, a qual denomina Discurso Autorizado do Patrimônio (Authorized Heritage Discourse – AHD). Segundo a autora, esse discurso historicamente privilegiou grandes monumentos e edificações associadas a elites, muitas vezes desconsiderando os valores culturais e as práticas sociais que sustentam a importância de certos bens para seus grupos de referência. Embora esse quadro tenha sido amplamente questionado e revisado nas últimas décadas — inclusive no Brasil e no Rio Grande do Sul, onde ações de inventário e valorização da arquitetura não monumental vêm sendo desenvolvidas desde os anos 1980 —, ainda persistem tensões, especialmente quando se trata da arquitetura vernacular. Essas construções, por não apresentarem caráter monumental, mas sim um uso cotidiano e comunitário,

nem sempre se encaixam facilmente nas categorias consagradas pelos processos formais de tombamento ou inventário.

As casas de pedra da Colônia Maciel exemplificam essa tensão. Sua patrimonialidade não se baseia unicamente em seu valor histórico ou arquitetônico, mas também em sua funcionalidade dentro das dinâmicas familiares. Muitas dessas edificações são preservadas porque continuam a desempenhar um papel ativo na economia doméstica e na identidade de seus proprietários. A tentativa de cristalizá-las como bens patrimonializados pode, paradoxalmente, enfraquecer sua ressonância, transformando-as em elementos estáticos desconectados de sua realidade cotidiana.

Ao longo das últimas décadas, o conceito de patrimônio expandiu-se significativamente. No Brasil, esse movimento foi consolidado pela Constituição de 1988, que referendou práticas já em curso no campo da preservação e reconheceu formalmente uma noção ampliada de patrimônio, abarcando bens materiais e imateriais representativos da memória e identidade de diferentes grupos sociais. Essa mudança reflete uma tendência global, impulsionada por organizações como a UNESCO e o ICOMOS, que passaram a valorizar manifestações culturais e arquitetônicas vernaculares. A Carta sobre o Patrimônio Construído Vernáculo (ICOMOS, 1999) reconhece a importância dessas edificações, enfatizando sua conexão com o território e a cultura local.

Entretanto, a formalização desse tipo de construção como patrimônio pode, paradoxalmente, ameaçar sua preservação. O reconhecimento oficial impõe diretrizes específicas de proteção, muitas vezes restringindo as intervenções necessárias para a manutenção contínua dessas casas por seus proprietários. No Brasil, os principais instrumentos legais de proteção incluem o tombamento e o inventário. O tombamento, previsto no Decreto-Lei nº 25 de 1937, impõe restrições rígidas às modificações dos bens tombados. Já o inventário, regulamentado por legislações municipais, como o Plano Diretor de Pelotas (2008), estabelece diferentes níveis de proteção, variando de restrições mais severas a maior flexibilidade para intervenções.

No entanto, mesmo em níveis menos restritivos, as exigências legais podem desencorajar ações espontâneas de conservação. No caso das casas da Colônia Maciel, há o risco de que sua institucionalização patrimonial crie

obstáculos para sua manutenção, ao impor normas que desconsideram a lógica prática e econômica dos moradores. A experiência acumulada ao longo dos anos na preservação espontânea dessas construções deve ser valorizada, evitando que o reconhecimento formal interfira negativamente no processo natural de salvaguarda.

Diante desse cenário, os desafios da patrimonialização da arquitetura vernacular podem ser sintetizados nos seguintes pontos:

- **Modificações ao longo do tempo:** As casas passaram por adaptações conforme as necessidades de seus habitantes. Um tombamento tradicional poderia impor restrições incompatíveis com a realidade vivida pelas famílias.
- **Autonomia dos proprietários:** O reconhecimento oficial pode limitar reformas e usos das edificações, sendo percebido como uma interferência na propriedade privada.
- **Falta de incentivos financeiros:** A manutenção exigida por processos formais de patrimonialização pode ser onerosa para os proprietários, levando ao abandono progressivo das construções.
- **Distanciamento entre patrimônio e comunidade:** Se a patrimonialização ocorrer sem envolvimento da comunidade, há o risco de que a preservação se restrinja ao plano burocrático, sem impacto real na identidade coletiva.

Considerando esses desafios, torna-se essencial refletir sobre alternativas à patrimonialização tradicional, buscando estratégias que valorizem a arquitetura vernacular sem comprometer sua funcionalidade e seu vínculo com a comunidade. Modelos mais flexíveis, que reconheçam a importância do uso cotidiano e da participação ativa dos proprietários, podem oferecer caminhos mais adequados para garantir a preservação dessas construções sem descontextualizá-las de suas realidades locais.

Diante disso, surgem outras questões: como estimular os proprietários e a comunidade a se reconectarem com as múltiplas patrimonialidades, memórias e afetos que orbitam as casas de pedra? E, caso haja o desejo de oficializar essa patrimonialização, quais instrumentos legais poderiam ser utilizados? Essas são

reflexões que ultrapassam os limites desta pesquisa, mas que indicam caminhos para investigações futuras, essenciais para ampliar o debate sobre a preservação da arquitetura vernacular na Serra dos Tapes.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como questão central compreender o que sustenta a permanência das casas de pedra dos imigrantes italianos da Serra dos Tapes para além de sua materialidade e técnica construtiva. Partimos do princípio de que a preservação dessas casas é sustentada por uma série de fatores que não estão, necessariamente, amparados apenas na percepção comunitária dessas edificações como patrimônio. Buscamos, assim, compreender quais elementos motivam a permanência dessas construções na paisagem ao longo do tempo.

Ao analisar a historiografia da arquitetura vernacular de imigração na Serra dos Tapes, identificamos uma lacuna de pesquisa: os estudos sobre essa temática ainda eram iniciais e careciam de um olhar mais amplo e aprofundado. Propusemo-nos, então, a preencher essa lacuna por meio de uma abordagem que combinasse duas vertentes complementares: **material** – documentar e analisar a arquitetura dessas casas – e **simbólica** – cartografar as múltiplas memórias a elas associadas. Assim, reunimos subsídios para responder à questão central deste estudo: o que sustenta a resistência dessas construções à passagem do tempo?

Antes de desenvolver os três objetivos específicos — documentar, analisar e cartografar —, iniciamos o trabalho com uma descrição minuciosa dos procedimentos metodológicos adotados. Utilizamos levantamentos métrico-arquitetônicos, passeios virtuais, História Oral e cartografia, compreendendo que essa descrição poderia contribuir com outros pesquisadores interessados em objetos e métodos semelhantes. Detalhar como aplicamos esses procedimentos fortalece a possibilidade de sua replicabilidade.

Na etapa seguinte, documentamos cada uma das casas estudadas. Partimos do pressuposto de que a documentação é o primeiro passo para a patrimonialização. Ainda que essas edificações possam desaparecer da paisagem com o tempo, buscamos registrar tanto sua materialidade quanto as histórias a elas associadas, garantindo, assim, sua permanência simbólica na memória da região.

A documentação arquitetônica revelou uma sobreposição de camadas temporais nos sítios estudados, evidenciando a contínua transformação desses espaços. As casas de pedra se mostraram como testemunhos materiais das estratégias de adaptação dos imigrantes ao longo do tempo, refletindo mudanças nas práticas agrícolas, nos modos de habitação e nas dinâmicas familiares. Observamos que algumas casas de pedra ainda mantêm funções dentro das dinâmicas produtivas e econômicas dos sítios e, em outros casos, foram abandonadas. Esse aspecto reforça a ideia de que a preservação dessas edificações não se dá apenas por sua materialidade, mas está diretamente relacionada à sua funcionalidade e ao valor simbólico que lhes é atribuído.

Além disso, a análise das casas demonstrou que, mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelos primeiros imigrantes, houve um cuidado na concepção dos espaços e na escolha dos materiais. A disposição das construções nos sítios indicou um planejamento funcional que, em muitos casos, se mantém até os dias atuais. As adaptações feitas ao longo das décadas, como ampliações e reformas, revelam não apenas um processo de permanência, mas também de ressignificação dessas edificações dentro do contexto contemporâneo.

A comparação entre as casas da Serra dos Tapes e da Serra do Nordeste, que propusemos no terceiro capítulo, nos mostrou que, apesar das semelhanças estruturais e do uso comum de certos materiais, as construções refletem dinâmicas históricas e culturais distintas. Na Serra do Nordeste, a imigração italiana ocorreu em um contexto de alta densidade populacional e menor diversidade de interações interétnicas, resultando em uma evolução arquitetônica mais marcada, com construções que acompanharam os períodos definidos por Posenato (1983), desde as edificações rudimentares até o refinamento técnico do período de apogeu.

Já na Serra dos Tapes, a menor intensidade migratória de italianos e a diversidade étnica que esses imigrantes encontraram no território, moldaram um cenário diferente, no qual as casas estudadas mantiveram predominantemente características do período primitivo. Com o passar do tempo e a construção de novas edificações nos sítios, percebemos que houve uma interação com pessoas de outras origens étnicas e essa interetnicidade moldou as

características construtivas, afastando as casas da Serra dos Tapes daquelas da Serra do Nordeste.

A análise das técnicas construtivas demonstrou que, além das casas de pedra, havia uma diversidade de soluções utilizadas pelos imigrantes italianos, incluindo o uso de pau-a-pique, madeira e tijolos artesanais, tanto na Serra do Nordeste quanto na Serra dos Tapes. Essas escolhas estavam diretamente relacionadas à disponibilidade de materiais e às estratégias de adaptação ao novo território.

Outro ponto que identificamos tem relação com a organização dos sítios e das casas, que, embora compartilhassem certas características com as propriedades da Serra do Nordeste, apresentavam adaptações específicas. A separação das funções produtivas e residenciais seguiu um padrão semelhante, mas a disposição dos espaços variou conforme as condições locais. Da mesma forma, a estrutura interna das casas analisadas na Serra dos Tapes se mostrou distinta: enquanto na Serra do Nordeste era comum a presença de sótãos e um arranjo espacial mais rígido, as casas aqui estudadas apresentam configurações mais simplificadas e sem compartimentações internas preservadas, o que nos leva a crer que as divisórias das casas da Serra dos Tapes, caso houvesse, eram móveis ou possibilitavam essa mobilidade.

Essas diferenças evidenciam que a arquitetura vernacular da imigração italiana não pode ser compreendida de maneira homogênea, pois reflete não apenas influências culturais, mas também a interação dos imigrantes com a paisagem, os desafios enfrentados e as estratégias de permanência e transformação ao longo das gerações. Ao destacar as especificidades das casas da Serra dos Tapes, este estudo contribui para uma compreensão mais ampla das diversas formas de ocupação territorial no Rio Grande do Sul e reforça a importância da preservação dessas edificações como parte do patrimônio cultural da região sul do estado.

No quarto capítulo, exploramos a relação entre a arquitetura vernacular e a passagem do tempo, articulando os conceitos de Simon Unwin, Tim Ingold e Henri Bergson. Unwin (2013) nos auxiliou a compreender como se deu o estabelecimento das casas, a organização espacial e os significados embutidos

na construção das casas de pedra, enfatizando como cada decisão arquitetônica reflete escolhas culturais e funcionais.

A perspectiva de Ingold (1993 e 2015) foi essencial para entender a habitação como um processo contínuo, no qual as casas não são estruturas estáticas, mas sim organismos em constante transformação. A ideia de *taskscape* (tarefagem) proposta pelo autor se manifestou claramente nas mudanças observadas nos sítios e nas casas de pedra da Serra dos Tapes, que foram modificados ao longo das décadas conforme as necessidades dos moradores e as atividades que foram desenvolvidas em cada uma das propriedades ao longo do tempo.

Bergson (1999), por sua vez, contribuiu para nossa análise ao trazer o conceito de duração, que nos ajudou a perceber as casas de pedra como registros materiais de um tempo vivido, onde a memória se inscreve nos espaços e nos objetos.

A pesquisa demonstrou que os sítios estudados não são elementos estáticos, mas um conjunto de lugares em constante transformação, onde a habitação, conforme Ingold (2015), se manifesta na ressignificação contínua dos espaços à medida que os habitantes traçam seus caminhos e interagem com a paisagem ao longo das gerações. Dessa forma, os sítios preservam a memória das famílias que os ocuparam, ao mesmo tempo em que registram as transformações econômicas, sociais e culturais que moldaram a região da Serra dos Tapes ao longo das décadas.

As quatro propriedades analisadas têm diferentes dinâmicas de permanência e mudança, o que demonstra como a materialidade das casas de pedra não é fixa, mas continuamente moldada pelas práticas de seus habitantes e pelos fluxos do tempo. Seja pela vinicultura, pela diversificação da produção agrícola ou pelo abandono gradual, cada casa apresenta uma trajetória própria, conectada às necessidades e possibilidades de cada geração.

As casas de pedra analisadas, longe de serem vestígios imutáveis do passado, continuam a ser parte de um *taskscape* em evolução. Cada propriedade reflete não apenas as técnicas construtivas dos imigrantes italianos, mas também as atividades repetidas ao longo das gerações – desde as

atividades agrícolas até a movimentação de animais no pátio, desde o armazenamento de ferramentas nos galpões até a circulação entre as edificações. Dessa forma, a compreensão dessas casas e desses sítios não seria possível apenas através de um exercício de análise arquitetônica, sendo necessária, também, uma busca por compreender as práticas que conferem sentido a esses espaços.

Na Propriedade Casarin, a vinicultura estruturou tanto a construção quanto a permanência da casa de pedra, que se manteve ativa ao longo das décadas e foi reformada para atender às novas exigências do mercado. A casa resistiu materialmente e também se reinventou, tornando-se um espaço produtivo e simbólico que ancora a identidade da família e da comunidade. Já na Propriedade Portantiolo, as transformações econômicas e estruturais evidenciam uma lógica de adaptação contínua. A casa, que passou de residência a depósito, testemunha como os espaços construídos são reconfigurados conforme as relações com o território se alteram.

Nas propriedades Formentin 1 e Formentin 2, as casas de pedra deixaram de ocupar um lugar central com a ruptura da continuidade familiar, uma vez que não permaneceram com os descendentes diretos dos construtores. No entanto, os vínculos simbólicos com o passado se manifestam de maneira distinta em cada caso. Na Formentin 1, embora a posse tenha mudado, há um entrelaçamento de memórias: Soila conhece e relata histórias da família que construiu a casa, o que contribui para a permanência de um sentido de pertencimento. Já na Formentin 2, esse elo parece ter se perdido por completo. Os atuais moradores não apenas não têm relação com os antigos proprietários, como também não há, ao menos nos contatos realizados, qualquer evocação de memórias ou narrativas sobre os que ali viveram. A casa, desprovida de utilidade prática e de vínculos simbólicos, entrou em processo de ruína.

Ainda assim, mesmo em colapso, essa casa persiste como um marco na paisagem, revelando como o passado, mesmo quando *desmemoriado*, continua a se projetar no presente. Essa permanência material silenciosa pode ser compreendida a partir da concepção bergsoniana de memória, que não se limita à lembrança consciente, mas se inscreve nas camadas do tempo, transformando-se continuamente ao se atualizar no presente.

Seja pela manutenção ativa, pela ressignificação de funções ou pelo abandono, essas casas demonstram que arquitetura vernacular e transformação são partes de um processo muito semelhante. Assim como essas casas foram construídas segundo lógicas adaptativas – característica da arquitetura vernacular – as reformas e intervenções também seguem essa mesma racionalidade, operando não a partir de um projeto estático, mas de um saber prático acumulado ao longo do tempo. Esse fluxo de modificações evidencia que a arquitetura vernacular não é um modelo fixo a ser preservado, mas um organismo vivo, que se refaz nas interações entre pessoas, materiais e paisagens.

No contexto da Serra dos Tapes, essas casas de pedra são, também, testemunhos do passado da imigração italiana, mas, principalmente, expressões de um habitar em movimento, onde paisagens, edifícios e trajetórias familiares se entrelaçam em um processo contínuo de adaptação e ressignificação. Como enfatiza Tim Ingold (2015), o mundo habitado se define mais pelo fluxo do tempo e das experiências do que pela rigidez das estruturas físicas. As casas analisadas neste estudo exemplificam essa ideia: mais do que edificações de pedra, elas representam expressões vivas das conexões entre memória, trabalho e pertencimento, moldadas pela dinâmica contínua da vida que nelas ocorreu e ainda ressoa.

No quinto capítulo exploramos como as casas de pedra são percebidas e ressignificadas pelas famílias proprietárias e pela comunidade mais ampla. A cartografia de memórias permitiu mapear as distintas relações afetivas que orbitam essas construções, demonstrando que a ressonância dessas casas varia entre presença, funcionalidade e esquecimento.

Ao colocar em perspectiva alguns relatos do passado com alguns relatos do presente, a desconexão da comunidade com as casas de pedra emergiu como um fator importante no processo de esquecimento dessas edificações. Muitos moradores da região, atualmente, desconhecem a existência dessas casas ou não as reconhecem como elementos significativos da história local. Esse distanciamento revela a fragilidade da patrimonialidade dessas construções quando não há um envolvimento coletivo na sua preservação.

O processo de esquecimento e desconexão das casas de pedra, especialmente no caso da Propriedade Formentin 2, levanta uma reflexão sobre a relação entre memória e identidade. Quando uma casa perde seu vínculo com a família que a construiu, ela se desloca para um novo regime de pertencimento – ou, em alguns casos, perde completamente essa ancoragem. Ainda que a materialidade persista, a falta de um laço simbólico pode acelerar a degradação da edificação. Esse fenômeno evidencia que a preservação de um patrimônio não se dá apenas por sua materialidade resistente, mas, sobretudo, pela ressonância que ele encontra na comunidade.

Dessa forma, ao retomar as hipóteses que apresentamos no início desta pesquisa, percebemos que elas se confirmam em grande medida, mas com nuances que apontam para a complexidade do fenômeno. A permanência das casas de pedra não pode ser explicada por um único fator, mas sim por uma rede de relações entre memória, identidade, afeto e funcionalidade. Mais do que estruturas materiais, essas edificações se inscrevem em processos dinâmicos, onde a ressonância patrimonial é constantemente reconfigurada.

A primeira hipótese propunha que essas casas atuam como dispositivos de memória afetiva para as famílias que as preservam. A investigação confirmou que, para alguns descendentes, as casas permanecem como espaços de evocação de pertencimento, reativando lembranças sobre os desafios vividos pelos antepassados e suas conquistas. A ligação entre memória e afeto se expressa na continuidade dos cuidados e na preservação dessas construções, ainda que, em alguns casos, essa preservação não se dê de forma ativa. No entanto, também identificamos que essa ressonância não é homogênea: em algumas situações, a ausência de vínculos afetivos resultou no abandono ou na descaracterização das edificações.

Já a segunda hipótese sugeria que as casas de pedra possuem relevância para a identidade da comunidade onde elas estão inseridas, fazendo parte de uma memória coletiva. A pesquisa revelou que, embora essas edificações estejam ainda presentes na paisagem, sua ressonância na memória comunitária vem se enfraquecendo. Algumas casas seguem lembradas e reconhecidas por determinados grupos familiares, mas, de modo geral, o vínculo coletivo com essas construções se encontra em processo de arrefecimento.

Esse esvaziamento simbólico se manifesta na diminuição do reconhecimento de seu valor cultural e na ausência de iniciativas voltadas à sua preservação. Acreditamos que o fato delas não terem sido patrimonializadas formalmente contribui para essa perda progressiva de significado, tornando sua permanência cada vez mais incerta. Por outro lado, a patrimonialização oficial dessas casas é um desafio.

Ao longo da pesquisa, identificamos que a permanência dessas casas resulta da interação entre diferentes forças, muitas vezes contraditórias. Se, por um lado, algumas construções se mantêm preservadas devido ao vínculo afetivo das famílias ou à sua utilidade prática, por outro, muitas perdem sua função original e tornam-se vulneráveis ao abandono. A tensão entre memória e esquecimento, funcionalidade e patrimonialidade, identidade individual e coletiva reflete um processo dinâmico, no qual a arquitetura vernacular não é um elemento fixo no tempo, mas sim um campo de ressignificações.

A análise dialética que propusemos permitiu perceber essas contradições não como impasses, mas como processos em movimento, nos quais elementos aparentemente opostos coexistem, se influenciam e geram novos sentidos ao longo do tempo. A permanência e a transformação das casas de pedra, por exemplo, não são forças excludentes, mas dimensões que interagem para moldar a trajetória dessas edificações. O mesmo ocorre com a relação entre memória e esquecimento, funcionalidade e patrimonialidade, identidade individual e coletiva, e as diferentes formas de reconhecimento patrimonial.

Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que as casas de pedra da Colônia Maciel não são apenas testemunhos materiais do passado, mas espaços vivos, inseridos em redes complexas de significados que se transformam conforme as relações sociais, econômicas e culturais se modificam. A síntese que se propõe aqui não é uma resolução definitiva dessas tensões, mas um ponto de convergência onde se comprehende que a ressonância das casas não está apenas na sua materialidade ou no seu reconhecimento formal, mas na sua capacidade de mobilizar afetos, memórias e pertencimentos.

Dessa forma, mais do que responder a uma dicotomia entre conservação e esquecimento, entre funcionalidade e patrimonialidade, a pesquisa aponta

para a necessidade de compreender as casas de pedra como parte de um processo contínuo de significação e ressignificação. Em vez de uma condição estática, sua permanência e transformação refletem dinâmicas que envolvem tanto os vínculos afetivos das famílias quanto as mudanças na paisagem e na memória coletiva. Essa abordagem permite avançar para reflexões futuras, especialmente no campo da educação patrimonial e na formulação de políticas de preservação que reconheçam a complexidade e a dinamicidade dessas construções dentro da memória coletiva.

A partir desse olhar, o próprio processo de pesquisa abriu novos caminhos e possibilidades para abordagens futuras. Embora as limitações de tempo tenham imposto a finalização do trabalho, a investigação evidenciou que as casas de pedra da Serra dos Tapes não são apenas vestígios de um tempo passado, mas elementos vivos em um processo contínuo de habitar. Seus significados não se fixam no que foram, mas no que continuam a ser e a se tornar, à medida que interagem com memórias, afetos e usos em constante transformação. Reconhecer esse dinamismo permite repensar o patrimônio não como algo imutável, mas como um campo de possibilidades, onde permanência e mudança coexistem.

Uma das principais frentes de pesquisa e ação que se abrem é a discussão sobre alternativas ao reconhecimento institucional. A arquitetura vernacular, embora já reconhecida como patrimônio em diferentes contextos, não se encaixa bem no modelo tradicional de patrimonialização, que tende a "congelar" as casas no tempo. O que esta pesquisa revelou é que essas construções não apenas foram edificadas com técnicas vernaculares, mas continuam sendo mantidas por meio de um princípio vivo: o uso de materiais e técnicas disponíveis localmente.

Esse dado aponta para a necessidade de pensar políticas patrimoniais mais flexíveis, que respeitem a lógica viva e dinâmica dessa arquitetura e sua continuidade ao longo do tempo. Nesse sentido, o conceito de ressonância patrimonial pode ser aprofundado para explicitar como essas casas mobilizam afetos e pertencimento nas práticas cotidianas e nos laços familiares, expandindo a discussão sobre as tensões entre a salvaguarda institucional e os usos cotidianos do patrimônio. Essa perspectiva nos leva a conectar a

preservação dessas casas não apenas aos vínculos identitários, mas também às mudanças decorrentes do capitalismo.

Para compreender a totalidade desse processo, a análise mostrou que é essencial ir além da edificação isolada. A noção de paisagem cultural, embora não tenha sido operada neste trabalho, pode oferecer um horizonte integrador, articulando arquitetura, território, práticas produtivas e memória social. Futuras análises podem aprofundar a compreensão da integração entre as casas, as práticas agrícolas, os cursos d'água e a vegetação, considerando o lote como uma unidade produtiva integral.

Esta pesquisa assumiu uma posição clara: olhar o patrimônio a partir das ressonâncias cotidianas, dos afetos e das práticas ordinárias, em contraste com abordagens hierárquicas e institucionais. Essa escolha constitui a principal contribuição do trabalho, pois evidencia como a vitalidade das casas de pedra depende de redes familiares, vínculos sociais e práticas produtivas.

Permanece, entretanto, como uma questão em aberto compreender como essas ressonâncias se projetam no território mais amplo, para além do domus familiar. Isso aponta para a importância de ampliar o escopo das devolutivas em diálogo direto com a comunidade, por meio de ações de educação patrimonial voltadas à reativação das casas como referências.

O nosso compromisso futuro, portanto, é transformar o capital documental e afetivo reunido nesta pesquisa em práticas que façam circular e ressoar esse patrimônio. Intencionamos fazer isso por meio de parcerias com museus rurais, exposições itinerantes e recursos digitais. Assim, as casas de pedra poderão ser reconhecidas não apenas como herança do passado, mas como uma possibilidade de futuro, na qual história, memória e vida cotidiana permanecem entrelaçadas.

REFERÊNCIAS

LIVROS

- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004. 362p.
- ARGAN, G. C. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BERGSON, H. **Matéria e memória: da relação entre o corpo e o espírito**. 1999. 291p.
- BETEMPS, L. R. **Vinhos e doces ao som da Marselhesa**: um estudo sobre os 120 anos da tradição francesa na Colônia Santo Antônio em Pelotas/RS. Pelotas: Educat, 2003. 189p.
- CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011. 219p.
- CERQUEIRA, F. V.; GEHRKE, C. **150 anos da Associação Comercial de Pelotas**. Pelotas: Casaletas, 2023. 512p.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 1. São Paulo: Editora 34, 1997. 715p.
- DELGADO, L. de A. N. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 133p.
- GONÇALVES, J. R. S.; GUIMARÃES, R. S.; BITAR, N. P. (Org.). **A alma das coisas**: patrimônios, materialidade e ressonância. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2013. 307p.
- GUTIERREZ, E.; GUTIERREZ, R. **Arquitetura e assentamento ítalo-gaúchos (1875-1914)**. 1. ed. v. 1. Passo Fundo: UPF, 2000. 85p.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 400p.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006. 222p.

- INGOLD, T. **Estar vivo:** ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015. 390p.
- MANFROI, O. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul:** implicações econômicas, políticas e culturais. 2. ed. São Leopoldo: EST Edições, 2001. 168p.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310p.
- MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral.** 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 291p.
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral:** como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015. 175p.
- OLIVER, P. **Built to Meet Needs:** Cultural Issues in Vernacular Architecture. [S.I.]: [s.n.], 2006. 475p.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do Método da Cartografia:** Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- POSENATO, J. **Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul.** [S.I.]: [s.n.], 1983. 600p.
- POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI:** do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 239p.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007. 535p.
- SALAMONI, G. et al. **A Geografia da Serra dos Tapes:** natureza, sociedade e paisagem. Pelotas: Editora da UFPel, 2021. 140p.
- SONTAG, Susan. **Sobre la fotografía.** México: Santillana Ediciones Generales, 2006. 290p.
- TUAN, Y.-F. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.
- UNWIN, S. **A análise da arquitetura.** 3. ed. Tradução técnica de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2013. 292p.
- VARINE, H. de. **As raízes do futuro:** o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Medianiz, 2012. 255p.

VERÍSSIMO, L. F. **Os últimos quartetos de Beethoven e outros contos.** 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. v. 1. 94p.

CAPÍTULOS DE LIVROS

BERTUSSI, P. I. Elementos de arquitetura da imigração italiana. In: WEIMER, G. (Org.). **A arquitetura no Rio Grande do Sul.** 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 1-224.

BARROS, L. P. de; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: _____ . **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 52-75.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J.; PORTELLI, A. **Usos & Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 183-191.

GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: KARP, I.; LAVINE, S. D. (Org.). **Exhibiting cultures: the poetics and politics of museum display.** Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1991. p. 42-56.

WEIMER, G. Arquitetura popular dos imigrantes: um estudo comparativo. In: RIBEIRO, C. M. P. J.; POZENATO, J. C. (Org.). **Cultura, imigração e memória: percursos & horizontes: 25 anos do Ecirs.** Caxias do Sul: Educs, 2004. p. 1-428.

GREENBLATT, S. Resonance and wonder. In: KARP, I.; LAVINE, S. D. (org.). **Exhibiting cultures: the poetics and politics of museum display.** Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1991. p. 42-56.

DICIONÁRIOS

CHING, F. D. K. **Dicionário visual de arquitetura.** 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 319p.

CORONA, E.; LEMOS, C. A. C. **Dicionário da Arquitetura Brasileira.** 2. ed. São Paulo: Artshow Books LTDA, 1989. 479p.

MÜLLER, D. Hotéis in LONER, B.; GILL, L. A.; MAGALHÃES, M. O. **Dicionário de história de Pelotas**. 3. ed. v. 1. Pelotas: Editora UFPel, 2017. 295p.

REVISTAS, PERIÓDICOS E ANAIS

ALBERTI, V. Narrativas na História Oral. **Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, Acontecimento e Narrativa**, v. 1, p. 1-7, 2003. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/24-snhs22> Acesso em 20 mar 2025.

BARAZZETTI, L., PREVITALI, M., & RONCORONI, F. 3d Modelling With The Samsung Gear 360. In: **Anais do The International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences**. Nafplio, Grécia. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313948700_3D_MODELLING_WITH_THE_SAM_SUNG_GEAR_360 Acesso em 06 abr 2024.

BONNEMAISON, J.; CAMBRÉZY, L. Le lien territorial entre frontières et identités. **Le Territoire. Géographie et Cultures**, v. 20, p. 7–18, 1996. Disponível em: <https://www.documentation.ird.fr/hor/fdi:010010570> Acesso em 20 mar 2025.

CANDAU, J. Memória ou metamemória das origens. **Caderno de Letras**, v. 37, p. 11-30, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/cdl.v0i37.19531> Acesso em: 15 mar. 2025.

CANDAU, J. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial. Memória, tradição e identidade. **Memória em Rede**, p. 43–58, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/9564> Acesso em: 15 mar. 2025.

CAVALIERI, T. V.; GROETELAARS, N. J. O tour virtual como ferramenta na sensibilização ao patrimônio edificado. **Anais do 10º Fórum Mestres e Conselheiros**, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xmestres/105005-o-tour-virtual-como-ferramenta-na-sensibilizacao-ao-patrimonio-edificado/> Acesso em: 15 mar. 2025.

- CERQUEIRA, F. V. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. **Anais do IV SIMP**: Memória, Patrimônio e Tradição, p. 872–874, 2010. Disponível em: <https://simpufpel.wordpress.com/2010/09/22/anais-do-iv-simp/> Acesso em: 15 mar. 2025.
- DUARTE, T. S. Identidade territorial e vitivinicultura: o enoturismo na Colônia Maciel/Pelotas-RS. **Revista de Turismo Contemporâneo**, p. 227-247, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/5653> Acesso em: 15 mar. 2025.
- FILHO, K. P.; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Revista Barbarói**, v. 38, p. 45–59, 2013. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100004 Acesso em: 15 mar. 2025.
- GEHRKE, C.; CERQUEIRA, F. V. A confecção de pipas de madeira e a produção artesanal do vinho na Colônia Maciel – Pelotas/RS. **Revista Memória Em Rede**, v. 2, n. 3, p. 73–76, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/rmr.v2i3.9548> Acesso em: 15 mar. 2025.
- GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, v. 11, n. 23, p. 15–36, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/wRHHd9BPqsbsDBzSM33NZcG/> Acesso em: 15 mar. 2025.
- INGOLD, T. The temporality of the landscape. **World Archaeology**, v. 25, n. 2, p. 152–174, 1993. Disponível em: <http://sed.ucsd.edu/files/2014/09/Ingold-Temporality-of-the-Landscape.pdf> Acesso em: 15 mar. 2025.
- MELO, A. A. Construção da rede nacional de pesquisa em documentação patrimonial cultural. **Revista Jatobá**, v. 3, p. 1–23, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.54686/revjat.v3i.71861>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- NEIS, F. A imigração italiana através da História Oral das ítalo-descendentes no Museu Etnográfico da Colônia Maciel – Pelotas/RS. **Oficina do Historiador**, v. 1, p. 655–670, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/oficinadohistoriador/article/view/19064> Acesso em: 15 mar. 2025.

PANIS, M.; OLIVEIRA, M. R. S. Paisagem e arquitetura rural: o caso da região pelotense [RS]. **Revista Labor & Engenho**, v. 2, n. 1, p. 1–15, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/lobore.v2i1.234> Acesso em: 15 mar. 2025.

RIETH, F. M. S. et al. Inventário Nacional de Referências Culturais – produção de doces tradicionais pelotenses. In: **Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia**. [S.I.]: [s.n.], 2008. p. 1–12.

ROCHA, E. Cartografias Urbanas: método de exploração territorial. **Revista Projectare**, v. 2, p. 162–172, 2008. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/projectare/artigos-projectare-2/> Acesso em: 15 mar. 2025.

VICTORIA, D. P. O vinho e a italianidade na Vila Maciel. In: **Anais do IV SIMP: Memória, Patrimônio e Tradição**. [S.I.]: [s.n.], 2010. p. 891–904. Disponível em: <https://simpufpel.wordpress.com/2010/09/22/anais-do-iv-simp/> Acesso em: 15 mar. 2025.

TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS

BACH, A. N. **O patrimônio industrial rural: as fábricas de compotas de pêssego em Pelotas - 1950 a 1970**. 2009. 204f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

BACH, A. N. **Patrimônio Agroindustrial: Inventário das fábricas de compotas de pêssego na área urbana de Pelotas (1950-1990)**. 2017. 239p. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

BASSI, F. T. **A Colônia Maciel no final do Século XIX: Arquitetura Vernacular na zona rural de Pelotas**. 2008. 53f. Monografia (Graduação em Artes Visuais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

BOSENBECKER, V. P. **Influência Cultural Pomerana: permanências e adaptações na arquitetura produzida pelos fundadores da Comunidade Palmeira - Cerrito Alegre, Terceiro Distrito de Pelotas (RS)**. 2012. 146f.

Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

CASTRO, R. B. A **Escola Garibaldi e o professor José Rodeghiero na Colônia Maciel – Pelotas/RS (1928–1950): grupo local e etnia**. 2017. 221f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

GEHRKE, C. **Imigrantes italianos e seus descendentes na zona rural de Pelotas/RS: representações do cotidiano nas fotografias e depoimentos orais do Museu Etnográfico da Colônia Maciel**. 2013. 405f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

GEHRKE, C. **Imagens e cotidiano de imigrantes alemães, franceses, italianos e seus descendentes na Serra dos Tapes/RS: descrição e interpretação dos acervos fotográficos do Museu da Imigração Pomerana, Museu da Colônia Maciel e Museu da Colônia Francesa**. 2018. 666f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

MACIEL, L. L. **Os bailes da colônia: memória, sociabilidade e patrimônio cultural da zona rural colonial de Pelotas (RS)**. 2013. 105f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

PEIXOTO, L. S. **Memória da imigração italiana em Pelotas/RS. Colônia Maciel: lembranças, imagens e coisas**. 2003. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2003.

POMATTI, A. B. **Italianos na cidade de Pelotas: doenças e práticas de cura - 1890-1930**. 2011. 155f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SANTOS, R. M. A. **Análise tipológica e o patrimônio industrial: estudo de fábricas doceiras na zona rural de Pelotas, RS**. 2011. 245f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

SILVA, K. M. **Patrimônio cultural, ruralidade e identidade territorial: diversidade na Colônia de Pelotas - RS.** 2009. 228f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

TREICHEL, S. Z. **Avaliação do Desempenho Térmico da Arquitetura Pomerana da Serra dos Tapes: estudo no Quarto Distrito de São Lourenço do Sul - RS.** 2018. 146f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

VIEIRA, M. A. **Uma rua chamada Gruppelli: memórias reveladas pela fotografia.** 2009. 291f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

MAPAS E BASES CARTOGRÁFICAS

BRASIL. Exército Brasileiro. **Banco de Dados Geográficos do Exército – BDGEx.** Disponível em: <https://bdgex.eb.mil.br/bdgexapp/mobile/?l=963,953&c=-53.000000,-13.000000&z=2>. Acesso em: 15 mar. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Download de cartas e mapas.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 26 maio 2022.

XAVIER, S. C.; SILVA, M. E. **GeoPelotas:** Portal de Informações Geográficas da Prefeitura de Pelotas. Disponível em: <https://geopelotas-pmpel.hub.arcgis.com/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

LEGISLAÇÕES

PELOTAS. **Lei nº 4.568, de 7 de julho de 2000.** Declara área da cidade como Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas – ZPPCs – lista seus bens integrantes e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/2000/456/4568/lei-ordinaria-n-4568-2000-declara-area-da-cidade-como-zonas-de-preservacao-do->

[patrimonio-cultural-de-pelotas-zppcs-lista-seus-bens-integrantes-e-da-outras-providencias-2000-07-07](#). Acesso em: 18 mai. 2025.

PELOTAS (RS). **Lei nº 5.502, de 11 de setembro de 2008.** Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: https://old.pelotas.com.br/storage/gestao-da-cidade/lei_5502.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

FONTES ORAIS

Acervo de Fabrício Bassi

PORTANTIOLO, Antônio Luís [74] Entrevistador: Fabrício Torchelsen Bassi. Entrevista realizada em Pelotas, RS, no ano de 2007

PORTANTIOLO, José Luís [63] Entrevistador: Fabrício Torchelsen Bassi. Entrevista realizada em Pelotas, RS, no ano de 2007

GRUPELLI, Pedro [?] Entrevistador: Fabrício Torchelsen Bassi. Entrevista realizada em Pelotas, RS, no ano de 2007

Acervo de História Oral do Museu Etnográfico da Colônia Maciel (Mecom)

ALDRIGHI, Antônio [82] Entrevistador: Fábio Vergara Cerqueira. Entrevista realizada em Pelotas, RS, no dia 17/06/2000

BLAAS, Carlos Germano Osvaldo [78] Entrevistadores: Daniel Victoria e Fábio Vergara Cerqueira. Entrevista realizada em Pelotas, RS, no dia 26/06//2005

CAMELATO, Jordão [64] [06/2005] Entrevistador: Daniel Victoria. Entrevista realizada em Pelotas, RS, no dia 26/06/2005

CAMELATO, Romeu [60] [09/2005] Entrevistador: Daniel Victoria. Entrevista realizada em Pelotas, RS, no dia 24/09/2005

CASARIN, João [?] Entrevistador: Luciana Peixoto. Entrevista realizada em Pelotas, RS, no dia 17/06/2000

_____ Entrevistador: Fábio Vergara Cerqueira. Entrevista realizada em Pelotas, RS, no dia ?/06/2005

GRUPELLI, João [79] Entrevistador: Daniel Victoria. Entrevista realizada em Pelotas, RS, no dia 04/08/2005

PORTANTIOLO, Antônio Luís [72] Entrevistador: Fábio Vergara Cerqueira. Entrevista realizada em Pelotas, RS, no dia 04/08/2005

PORTANTIOLO, José Luís [61] Entrevistador: Fábio Vergara Cerqueira. Entrevista realizada em Pelotas, RS, no dia 25/06/2005

SCAGLIONE, Irene Casarin [89] Entrevistador: Fábio Vergara Cerqueira. Entrevista realizada em Pelotas, RS, no dia 24/09/2000

Entrevistas realizada durante esta pesquisa

SILVA, João Bento Schiavon da. [60] Entrevistadora: Vanessa Patzlaff Bosenbecker. Entrevista realizada em Pelotas, RS, no dia 16/11/2023

SCHMIDT, Nádia Portantiolo [63] Entrevistadora: Vanessa Patzlaff Bosenbecker. Entrevista realizada em Pelotas, RS, no dia 11/09/2024

SCHMIDT, Clenderci Kohls [67] Entrevistadora: Vanessa Patzlaff Bosenbecker. Entrevista realizada em Pelotas, RS, no dia 11/09/2024

KOWALSKI, Soila Rodrigues [64] Entrevistadora: Vanessa Patzlaff Bosenbecker. Entrevista realizada no Morro Redondo, RS, no dia 29/10/2024

KOWALSKI, Adão [?] Entrevistadora: Vanessa Patzlaff Bosenbecker. Entrevista realizada no Morro Redondo, RS, no dia 29/10/2024

FONTES DOCUMENTAIS DIVERSAS

Acervo do Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul (IMHC-UCS)

Acervo do Museu do Imigrante de Bento Gonçalves

Acervo fotográfico do Museu Etnográfico da Colônia Maciel (Mecom)

Acervo fotográfico pessoal de Fabrício Torchelsen Bassi

BRASIL. **Anuário estatístico dos transportes.** Brasília, DF: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, 1970. Disponível em: <https://archive.org/details/anuariotransp1970br>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. **Anuário estatístico dos transportes.** Brasília, DF: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, 1973. Disponível em: <https://archive.org/details/anuariotransp1973br>. Acesso em: 15 mar. 2025.

IPHAN. **Manual de conservação de cantarias.** Brasília, DF: IPHAN, 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Man_ConservacaoCantarias_2edicao_m.pdf. Acesso em: 18 mai. 2025

IPHAN. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG. Disponível em: https://sicg.iphan.gov.br/sicg/manual_html/introducao.html. Acesso em: 15 mar. 2025.

IPHAN. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG. Disponível em: https://sicg.iphan.gov.br/sicg/manual_html/introducao.html. Acesso em: 15 mar. 2025.

IPHAN. Apresentação - Treinamento do SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/SICG-Apresentacao-2%201-2%203.Pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025

Livro Tombo. Paróquia Sant' Anna. Colônia Maciel.

SILVA, K. M.; CRUZ, J. A. W. Projeto Identificação e Descrição de Localidades Interiores aos Distritos de Pelotas, RS - Equipe Síntese. [S.I.]: [s.n.], 2007.